

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS (Unicamp)

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM RELAÇÕES INTERNACIONAIS –  
UNESP, UNICAMP E PUC-SP

FERNANDO LUZ BRANCOLI

COMPANHIAS ANTROPOFÁGICAS DE SEGURANÇA NO SUL GLOBAL:  
NARRATIVAS DE PRIVATIZAÇÃO DA VIOLÊNCIA E CONSTRUÇÃO DE  
AMEAÇAS NA LÍBIA E NO AFGANISTÃO

SÃO PAULO

2016

FERNANDO LUZ BRANCOLI

COMPANHIAS ANTROPOFÁGICAS DE SEGURANÇA NO SUL GLOBAL:  
NARRATIVAS DE PRIVATIZAÇÃO DA VIOLÊNCIA E CONSTRUÇÃO DE  
AMEAÇAS NA LÍBIA E NO AFGANISTÃO

Tese apresentada ao Programa de Pós-graduação em Relações Internacionais da Universidade Estadual Paulista “Júlio De Mesquita Filho” (Unesp), da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp) e da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), como exigência para obtenção do título de doutor em Relações Internacionais, na área de concentração “Paz, Defesa e Segurança Internacional”, na linha de pesquisa “Segurança Regional”  
Orientador: Prof. Dr. Sebastiao Carlos Velasco e Cruz

SÃO PAULO

2016

Fernando Luz Brancoli

**COMPANHIAS ANTROPOFÁGICAS DE SEGURANÇA NO SUL GLOBAL: NARRATIVAS DE  
PRIVATIZAÇÃO DA VIOLÊNCIA E CONSTRUÇÃO DE AMEAÇAS NA LÍBIA E AFGANISTÃO**

Tese apresentada ao Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas como parte dos requisitos exigidos para a obtenção do título de Doutor em Relações Internacionais, na Área Paz, Defesa e Segurança Internacional.

*Supervisor/Orientador:* Prof. Dr. Sebastião Carlos Velasco e Cruz

ESTE EXEMPLAR CORRESPONDE À VERSÃO FINAL DA TESE DEFENDIDA PELO ALUNO FERNANDO LUZ BRANCOLI, E ORIENTADO PELO PROF. DR. SEBASTIÃO CARLOS VELASCO E CRUZ.



CAMPINAS

2016

**Agência(s) de fomento e nº(s) de processo(s): CAPES**

Ficha catalográfica  
Universidade Estadual de Campinas  
Biblioteca do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas  
Paulo Roberto de Oliveira - CRB 8/6272

B732c Brancoli, Fernando, 1985-  
Companhias antropofágicas de segurança no sul global : narrativas de privatização da violência e construção de ameaças na Líbia e no Afeganistão / Fernando Luz Brancoli. – Campinas, SP : [s.n.], 2016.

Orientador: Sebastião Carlos Velasco e Cruz.  
Tese (doutorado) – Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas.

1. Empresas militares privadas. 2. Serviços de segurança privada. 3. Tropas mercenárias. 4. Violência. 5. Afeganistão. 6. Líbia. I. Cruz, Sebastião Carlos Velasco e, 1948-. II. Universidade Estadual de Campinas. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. III. Título.

#### Informações para Biblioteca Digital

**Título em outro idioma:** Antropophagic security companies in the global south : narratives of violence privatization and threat construction in Libya and Afghanistan

**Palavras-chave em inglês:**

Private military companies  
Private security services  
Mercenary troops  
Violence  
Afghanistan  
Libya

**Área de concentração:** Paz, Defesa e Segurança

Internacional **Titulação:** Doutor em Relações Internacionais

**Banca examinadora:**

Samuel Alves Soares  
Rafael Antonio Duarte Villa  
Thiago Moreira de Souza Rodrigues  
Marcelo Mello Valença

**Data de defesa:** 16-02-2016

**Programa de Pós-Graduação:** Relações Internacionais

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS (Unicamp)**

**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM RELAÇÕES INTERNACIONAIS –  
UNESP, UNICAMP E PUC-SP**

A Comissão julgadora dos trabalhos de Defesa de Tese de Doutorado composta pelos Professores Doutores a seguir descritos, em sessão pública realizada em 16 de fevereiro de 2016, considerou o candidato **Fernando Luz Brancoli** aprovado.

Prof. Dr. Sebastião Carlos Velasco e Cruz (Unicamp / Orientador)

Prof. Dr. Samuel Alves Soares (Unesp – Franca)

Prof. Dr. Rafael Antonio Duarte Villa (USP)

Prof. Dr. Thiago Moreira de Souza Rodrigues (UFF)

Prof. Dr. Marcelo Mello Valença (UERJ)

A ata de defesa, assinada pelos membros da Comissão Examinadora, consta no processo de vida acadêmica do aluno.

## AGRADECIMENTOS

Estabelecer que a tese é um trabalho intelectual coletivo soa desnecessário a essa altura da minha vida acadêmica. Mas como a Academia é um espaço por excelência de rituais repetitivos, cumpro aqui tal dinâmica.

Gostaria de agradecer primeiramente ao meu orientador. Professor Sebastião Velasco, que nesses quatro anos me deu toda liberdade para refletir sobre a pesquisa, seus desafios e novos passos.

Na Universidade da Califórnia – Santa Bárbara, o professor Paul Amar, professor orientador no estágio doutoral, releu diversas versões dessa tese (pelo menos cinco vezes), fazendo comentários e adicionando pontos essenciais. Amar foi um anfitrião caloroso, seja nos Estados Unidos, Brasil, Líbano ou Síria. Reforço os agradecimentos aos funcionários da UCSB que me auxiliaram durante todo o ano de 2015.

No Brasil, o professor Samuel Soares, no Programa San Tiago Dantas, foi um dos primeiros críticos de diversas reflexões apontadas aqui. Seja na qualificação ou nas disciplinas do doutorado, suas conversas foram ponto essencial para a maturidade desse projeto. Ainda no Dantas, meus profundos agradecimentos a Héctor Saint-Pierre e Suzeley Mathias. As gestoras do programa, Giovana Vieira e Isabela Silvestre, foram imprescindíveis para que os trâmites burocráticos não atrapalhassem – muito – o decorrer da pesquisa.

No Rio de Janeiro, o professor Thiago Rodrigues tem sido um mestre há um sem número de anos, desde meu mestrado no INEST. As reflexões críticas estabelecidas aqui são baseadas nos trabalhos pioneiros apontados por Rodrigues e espero que os resultados façam jus ao trabalho iniciado por ele.

Este trabalho contou com o apoio expressivo de amigos e colegas em quatro continentes. Enumerá-los seria impossível mas reforço minha gratidão a Jan Egeland, em Oslo e todos os funcionários do CICV em Beirute e Tripoli, especialmente Claudia. Pessoas mais corajosas que eu me ofereceram abrigo, comida e contatos sem esperar nada em troca. De maneira um pouco egocêntrica, espero que algum resultado desta pesquisa possa melhorar suas vidas.

هناك تشد بٹ . وکاب ول دمشق ف ي أ صدقائ ي ل جم يع أي ضا ام ت ناذ ي

Essa tese, e minha vida acadêmica de modo geral, teve apoio financeiro expressivo do Estado brasileiro, através de suas diversas agências de fomento. Recebi bolsas de doutorado e mestrado, através da Capes. Foram-me concedidas ainda verbas para diversas viagens de campo, eventos internacionais e estágio doutoral. Sem esse apoio esse trabalho não poderia ter sido feito.

Por fim, mas não menos importante, gostaria de agradecer aos amigos que me apoiaram até aqui. No Dantas, Juliano, Laís, Tomás, Manuela, Lucas e Raquel foram um porto-seguro na cidade cinza. Minha família em terras paulistas, Veronika, Heitor, Daniel e Nina me emprestaram carinho e uma cama e essa tese só existe também por esse apoio.

Lucas, Pedro, Bernardo e Zé são os amigos de sempre, agradecidos no TCC, na dissertação e agora por aqui. Simone Gomes releu, criticou e xingou esse trabalho diversas vezes. Meu carinho sincero pelo trabalho árduo e pelas cervejas.

Diana Thomaz foi a primeira e a última a ouvir os principais argumentos desse trabalho. Diana ouviu e criticou essa tese desde 2012, em São Francisco, Damasco, Beirute, Cabul, Niterói, Cairo, Teerã, Paris e Toronto. Que consigamos continuar viajando e sendo companheiros. Juntos.

Dona Daisy, seu João, Jurgen, Daniel, Pedro, Thais e Solange, não preciso falar nada, pois já sabem.

## RESUMO

O argumento central da pesquisa fundamenta-se na capacidade das Companhias de Segurança Privadas (CSP) influenciarem cenários de conflito contemporâneos, no caso específico para a Guerra do Afeganistão, entre os anos de 2001 e 2011, e da Líbia (2011-2012). Sugerimos que as CSP possuem uma disposição ainda pouco estudada para conformar pontos nevrálgicos relacionados com a segurança internacional, dentre eles o caso analisado, nos teatros de operações do Oriente Médio e do norte da África. O objetivo da pesquisa é demonstrar qual o impacto dessas Companhias, ressaltando como a instrumentalização dos discursos feitas por essas empresas encontram eco explicativo parcial no princípio de Securitização, abordado pela chamada Escola de Copenhague. Pela própria natureza do campo de estudo, nos pautamos principalmente em fontes primárias, como entrevistas realizadas nos dois países entre 2012 e 2015. Empregamos ainda documentos oficiais, tanto do governo norte-americano quanto de especialistas das CSP, além da bibliografia especializada. Sugerimos ainda que tais Companhias, combinando características locais e internacionais, acabam por resignificar capitais e possibilidades, formando atores distintos, chamados aqui de Companhias Antropofágicas de Segurança (CAS). As CAS possuem uma capacidade ainda não analisada na literatura tradicional para definir, por exemplo, distribuição de tropas, escolha do inimigo e emprego de novos armamentos, mobilizando justamente o discurso de emergência e a necessidade de ferramentas não estabelecidas no marco legal.

**Palavras-chave:** Privatização da Violência, Companhias de Segurança Privada, Líbia, Afeganistão



## ABSTRACT

The central argument of the research is that Private Security Companies (PSCs) are able to chaperon contemporary conflict scenarios, in this case, the Afghan war, between 2001 and 2011, and Libya (2011-2012). We suggest that the CSP have a provision, not well researched, to impact hotspots related to international security, including the case analyzed in the theaters of operations in the Middle East and North Africa. The objective of the research is to demonstrate the impact these companies, highlighting how the instrumentalization of the speeches made by them are partial explained by the concept of securitization, covered by the so-called Copenhagen School. The research is based in primary sources, such as interviews in both countries between 2012 and 2015. We also used official documents, both the US government and experts of the CSP, as well as academic literature. We suggest that such companies, combining local and international features, promoted a resignification of capitals and possibilities, forming innovative actors, called here Security Anthropophagic Companies (CAS). CAS have a capacity not yet analyzed in traditional literature to define, for example, distribution of troops, choose the enemy and use of new weapons, just mobilizing emergency speech and the need for tools not established in the legal framework.

**Keywords:** Privatization of violence, Private Security Companies, Libya, Afghanistan

## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>Introdução</b>	<b>5</b>
<b>2</b>	<b>Capítulo 1 - Segurança como fenômeno Macro: Estudos de Segurança Internacional, Escola de Copenhague e construção global de ameaças</b>	<b>21</b>
2.1	Teoria da Securitização e seus desdobramentos	25
2.2	Securitização como práticas auto-referenciais e políticas	32
2.3	Atos de fala	34
2.4	Setores securitizantes e Macrosecuritização	38
<b>3</b>	<b>Capítulo 2 - Guerra ao Terror, Excepcionalidade e Narrativas globais de insegurança</b>	<b>45</b>
3.1	Soberania e Exceção	46
3.2	Schmitt, Excepcionalidade Constitucional e Ditadura Soberana	47
3.3	Agamben, Vida Nua e Espaços de Exceção	50
3.4	Guerra ao Terror e narrativas modernas de excepcionalidade	54
3.5	Ferramentas de Excepcionalidade e combate ao terrorismo	67
3.6	Inimigos excepcionais e atores de enfrentamento de emergência	71
<b>4</b>	<b>Capítulo 3 - Revisitando o monopólio estatal do uso da força e a privatização da violência</b>	<b>74</b>
4.1	Premissas do suposto monopólio do uso da força	75
4.2	Privatização da Guerra: tentativas de definição	78
4.3	Atividades de Segurança e ações militares	83
4.4	Rearticulações entre o público e privado no emprego da violência	88
4.5	Segurança e (re) articulações estatais	94
<b>5</b>	<b>Capítulo 4 - Notas históricas sobre soldados particulares: de Maquiavel à Blackwater</b>	<b>97</b>
5.1	Condotierri, Piratas e Companhias Mercantis	97
5.2	Exércitos nacionais formais e consolidação do poder estatal	100
5.3	A expansão do mercado da violência no pós-Guerra Fria	104

5.4	Privatização como norma	108
5.5	Lógicas globalizantes	110
5.6	Mutações das formas internacionais de violência	115
<b>6</b>	<b>Capítulo 5 - Companhias de Segurança Privada como agentes políticos: micropráticas de violência e construção de ameaças</b>	<b>123</b>
6.1	Expandindo sociologicamente a construção de ameaças	124
6.2	Poder, governamentalidade e resistência	127
6.3	Práticas simbólicas e expansão do campo da Segurança Internacional	134
6.4	Campo e Habitus	135
6.5	Poder Simbólico e construções narrativas	139
6.6	Companhias de Segurança Privada, despolitização e capacidade imaterial	141
<b>7</b>	<b>Companhias Privadas no Afeganistão: nacionalismo e gatekeeping</b>	<b>145</b>
7.1	Companhias Antropofágicas de Segurança	146
7.2	Segurança e Violência no Afeganistão pós-intervenção dos EUA – privatizações e nacionalidade	148
7.3	Produção de conhecimento, treinamento de atores locais e práticas nacionais	153
7.4	Companhias Antropofágicas como “gatekeepers”	160
7.5	Programas de desminagem em Kandahar: proximidade simbólica e tecnicidades	163
<b>8</b>	<b>Capítulo 7 - Companhias de Segurança Privada na Líbia: antropofagia e Islã Político</b>	<b>171</b>
8.1	Relações conflituosas	172
8.2	Revisionismo Vestfaliano	174
8.3	Mercenarismo como confronto	175
8.4	Reaproximação libera	178
8.5	Rearticulação e indigenização	183
8.6	Controle de migração por atores antropofágicos: tecnologia e obrigação religiosa	188
8.7	Islamismo e construção de responsabilidades	193
8.8	Previsão Maquiavelianas e análises em aberto	198
<b>9</b>	<b>Considerações finais</b>	<b>202</b>
<b>10</b>	<b>Referências</b>	<b>207</b>

## Introdução

Em junho de 2010, eu pousava pela terceira vez, em seis meses, no aeroporto de Mogadíscio, capital da Somália. O avião do Comitê Internacional da Cruz Vermelha (CICV), que me levava junto com mais dois colegas, teve um dos trens de pouso avariados no momento em que tocou a pista, fazendo a aeronave girar 180 graus até parar. Após o susto, um dos outros comissários da organização brincou: “se estivéssemos com um dos G.I. Joes, já teríamos tiros de fuzil para todo o lado”.

A piada se referia ao grupo de segurança privado contratado pelos “Médicos Sem Fronteira” (MSF), organização parceira do CICV e que vinha sofrendo com sequestros e assassinatos por parte da milícia Al Shabaab. Como forma de garantir que a continuidade das ações em território somali, o MSF contratara tal escolta fortemente armada, que seguia as ambulâncias da organização por onde fossem.

A maior parte dos expatriados humanitários da região não víamos com bons olhos tal utilização. Acreditávamos que sua presença atrapalhava na relação com a comunidade local, violando questões como neutralidade e independência. Mais importante: tais seguranças privados eram vistos como extremamente violentos, *trigger happy*, o que poderia aumentar ainda mais o número de ações violentas na região. Nossas suspeitas se confirmaram e, após discussões fortes entre médicos e seus seguranças, a MSF resolveu abandonar os contratados armados. Por hora, parecia que os funcionários das chamadas Companhias de Segurança Privada (CSP) iriam se manter afastados das articulações com grupos humanitários.

Apesar do uso de tais companhias chamar nossa atenção naquele momento na Somália, essa situação não era *sui generis* no resto do mundo. Desde o final da Guerra Fria, diversas entidades políticas, principalmente Estados nacionais, dependem cada vez mais de tropas privadas para realizar operações militares. Contratados particulares participam desde apoio logístico.

O argumento central da pesquisa fundamenta-se na capacidade das Companhias de Segurança Privadas (CSP) moldarem a agenda de segurança

em campos conflitivos contemporâneos, no caso específico para a Guerra do Afeganistão, entre os anos de 2001 e 2011, e da Líbia (2011-2012). Sugerimos que as CSP possuem uma disposição ainda pouco estudada para conformar pontos nevrálgicos relacionados com a segurança internacional, dentre eles o caso analisado, nos teatros de operações do Oriente Médio e do norte da África. O objetivo da pesquisa é demonstrar qual o impacto dessas Companhias dentro dos cenários supracitados, ressaltando como a instrumentalização dos discursos – e a tentativa de constituição de agenda de segurança - feitas por essas empresas encontram eco explicativo parcial no princípio de Securitização, abordado pela chamada Escola de Copenhague.

A Líbia e o Afeganistão foram escolhidos por apresentarem os cenários em que as CSP tiveram maior autonomia para atuar desde o final da Guerra Fria. A crise nos dois países foi respondida, em maior ou menor grau, através de um discurso anexado com práticas neoliberais, em que os desafios apresentados seriam melhor resolvidos com a retirada do Estado. Ambos funcionaram como laboratórios, no Sul Global, onde discursos e métodos acoplados com o mercado foram articulados e implementados. Interessante apontar que os dois países são os únicos, dentro de conflitos a partir do fim da Guerra Fria, em que CSP tiveram autonomia de ação e de escolha de operações, não estando, na maior parte do tempo, subordinadas a um grupo estatal identificado como legítimo. Isso justifica a exclusão da Segunda Guerra do Iraque (2003-) nessa análise. Apesar da utilização maciça de companhias privadas para a segurança neste país, os *neomercenários* estiveram sempre sujeitos a uma entidade estatal norte-americana, principalmente batalhões estacionados nas principais cidades.

Importante ressaltar ainda que o Afeganistão e a Líbia possuem características internas e premissas históricas distintas, que possuem influência direta na forma com que os tais grupos são entendidos e resignificados. Como irá ser demonstrada, a pesquisa de campo em tais países demonstrou que práticas e atores locais foram articulados dentre das CSP, criando um novo modelo de organização, com capacidades ainda não identificadas dentro da literatura.

O encerramento da lógica bipolar é apontado por especialistas como um dos catalisadores para que agentes particulares atuassem dentro de

dispositivos militares. O fim da Guerra Fria provocou mudanças estruturais nas questões envolvendo a utilização das Forças Armadas e o emprego da violência internacionalmente. A onda neoliberal dos anos 1990, que pregava a redução do Estado em diversas frentes, foi sentida por todo o globo (Chesnais, 1996; Anderson, 2004). Não só tradicionais áreas foram realocadas dentro dessa nova lógica, como educação e sistemas financeiros, mas também campos que, anteriormente, o monopólio estatal era visto como ponto pacífico passaram a ter suas bases reconfiguradas. A Segurança foi um desses campos em que a suposta inerente burocracia e gigantismo do Estado deveriam ser rearticulados (Idem, 2004). Para se adaptar ao mundo novo nascente, seria necessário que as Forças Armadas e os dispositivos de uso da força promovessem uma modificação profunda no *modus operandi*, abraçando uma narrativa liberalizante.

É no âmbito desse fenômeno que surgem as chamadas Companhias de Segurança Privada (CSP). Tais grupos são organizações com fins lucrativos e oferecem serviços profissionais intrinsecamente relacionados com conflitos. Elas são corporações que se especializam na provisão de habilidades militares, incluindo operações em combates táticos, planejamento estratégico, análise e coleta de inteligência, suporte em operações, treinamento de tropas e assistência técnica a militares.

A utilização dessas organizações faz parte de um processo muito maior, denominado “privatização da segurança” (Lanning, 2001, p. 200), que assolou praticamente todo o mundo. A redução da participação do Estado em áreas de segurança é explicada por Singer (2009) em três pontos. O primeiro seria o vácuo criado na arquitetura da segurança mundial com o fim da Guerra Fria. Com o encerramento das pressões das grandes potências, inúmeros conflitos internos eclodiram. Por sua vez, os países grandes e médios que, durante o sistema bipolar, intervinham em conflitos estratégicos, não se alinham mais automaticamente para a resolução desses problemas. Com isso, a necessidade de emprego de força por nações periféricas aumentou consideravelmente.

O segundo ponto seria a revolução tecnológica das batalhas. O campo de combate moderno estaria destinado aos grandes aparatos científicos, controlados a distância ou com inteligência artificial. Com isso, a necessidade

de conhecimento técnico é cada vez maior nos meios militares, o que obriga as Forças Armadas a contratar especialistas privados, já que não tem capacidade de abranger todos os especialistas em seu meio.

A terceira justificativa seria a tendência normativa pela privatização e pelo mercado-livre, gerada pela queda da URSS e da bancarrota das nações do Leste Europeu, comparadas ao suposto bem-estar das nações do Oeste, que teriam adotado a livre competição. A redução do espaço público e implementação do Estado mínimo foi posto como dogma e, em muitos setores, a privatização foi vista como solução para a melhoria dos serviços prestados.

Diferente dos Mercenários clássicos, contudo, as CSP usam de toda sua força para se distanciar dos antigos soldados de aluguel. Enquanto a Convenção de Genebra para controle de soldados privados descreve os mercenários como *“pessoas recrutadas para um conflito armado, por um país que não é o seu e movidas apenas pela ganância pessoal”*, as empresas militares particulares ressaltam que não procuram atuar diretamente no conflito, agindo apenas em ações de reconhecimento, logística e defesa. Uma vez que as CSP não podem ser facilmente consideradas mercenárias sob a legislação internacional baseada em protocolos laterais, isto é, acordados entre Estados, o próximo passo seria a tentativa de enquadramento dentro das regras humanitárias internacionais que definem combatente versus estado civil. É interessante que, independentemente de sua condição pessoal, os soldados contratados estão vinculados ao arcabouço jurídico do Direito Internacional Humanitário e podem incorrer em responsabilidade criminal individual para quaisquer violações graves que cometerem.

A discussão sobre civil-combatente dentro do Direito Internacional moderno pode ser considerada a mais importante no que diz respeito aos conflitos atuais, principalmente pela carga de normas e procedimentos vinculantes que tais leis possuem, além do alto grau de absorção por parte dos países. Além disso, a determinação do seu estatuto jurídico também irá definir as regras específicas aplicadas no exercício das suas atividades em tempo de conflito armado. Em particular, uma pessoa que é classificada como um combatente tem o direito de participar nas hostilidades, e, ao mesmo tempo, pode ser considerado um alvo militar legítimo e, portanto, pode ser atacado por forças opostas (Idem, 2002). Por outro lado, se o indivíduo é considerado um

civil, nenhuma das regras acima se aplicam, e, caso consagradas às CSP, os empregados não poderiam participar das hostilidades ou serem atacados, devendo ser protegidos por todas as partes do conflito.

Por outro lado, enquanto a grande maioria dos funcionários das CSP, como visto, se considera não-combatente, eles não se encaixam facilmente na definição legal de civis, uma vez que fornecem serviços que podem ser classificados como participação direta nas hostilidades. Determinar quais atividades de tais Companhias possuem direta participação nos conflitos ainda gera discussões nos meios especializados, não existindo jurisprudência definitiva sobre o caso (Avant, 2005). As Convenções de Genebra e protocolos adicionais, bases do Direito Internacional Humanitário, não incluem uma distinção entre a natureza ofensiva e defensiva de participação nas hostilidades. Sendo assim, a participação direta nas hostilidades não se limita simplesmente ao combate. De acordo com Alexander Faure (2005), assessor jurídico do Comitê Internacional da Cruz Vermelha (CICV):

A participação direta em atos de guerra - o grande indicador do estado civil ou militar - não pode estar anexada ao envolvimento em combate. O transporte de armamentos, coleta de inteligência e o fornecimento de equipamentos militares, por exemplo, faz com que o atuante perca as garantias civis que emanam do Direito Internacional Humanitário.(p. 87)

Os debates mantidos pelos peritos do CICV expõem o grau de polêmica relativa aos critérios usados para determinar a vinculação dos empregados das CSP às forças regulares. À primeira vista, seria inconcebível supor que um Estado, ao voluntariamente substituir parte de seu contingente por “soldados privados”, não os reconhecessem como membros de suas forças armadas, conferindo-lhes, assim, a condição de combatente, visto que esses indivíduos não estão engajados em hostilidades particulares. Contudo, no caso dos contratados privados, a ideia de que atuariam em “zona cinzenta” do ponto de vista legal apenas encobre interesses econômicos e políticos, além de procurar conciliar condições que se excluem para o *jus in bello* [2]: a imunidade da população civil contra ataques armados e o fato de os combatentes constituírem objetivo militar no contexto do uso da força.



Não importando que natureza tenham, as atividades desenvolvidas pelas CSP produzem impacto direto sobre a aplicação da força necessária ao êxito militar – razão de sua presença em situações de conflito –, circunstância que termina por definir a participação direta desses atores privados nas hostilidades. Não existem, atualmente, normas internacionais vinculantes que efetuem de maneira direta controle sobre tais empresas. As alterações indicam, dessa forma, que uma das principais vantagens de tais companhias - ser um elemento não-definido dentro do arcabouço que controla o uso da força internacionalmente - ainda estará em voga por tempo indeterminado.

Outra característica importante dessas corporações é que estas são formatadas como empreendimentos formais, com uma sede, registros fiscais e são - supostamente – aptas por responder pelos seus atos. Dessa forma, aumenta a legitimação de sua utilização, caracterizada como “auxílio civil” e não soldados contratados.

“[Por serem Empresas formais], elas podem utilizar de complexas manobras das corporações comuns – indo da venda de estoque de uma só vez ao comércio entre empresas semelhantes – e podem se envolver em uma gama complexa de negociações e contratos. Em comparação, os mercenários clássicos tendiam a exigir pagamento em dinheiro vivo e não podiam ser confiáveis a longo prazo” (Singer, 2005, p. 87)

Para os Estados, é extremamente vantajoso, em certos aspectos, utilizar as CSP. Em primeiro lugar, o preço em operações de médio prazo é menor (Avant, 2002, p. 24), já que as nações não arcam com despensas no campo, e comumente pagam um valor fixo pré-estabelecido.

Outra questão importante é o preço político reduzido, já que os mercenários não entram na contagem de, por exemplo, soldados mortos. No Iraque, atualmente, as baixas de CSP são registradas como perdas civis de cidadãos estrangeiros. Mais um ponto importante é que, muitas vezes, os soldados particulares não são da nacionalidade do país contratante: existem hoje, no Iraque, chilenos, sul-africanos e nepaleses lutando pelas cores estadunidenses, através das Companhias Militares Privadas. Sendo assim, fica

ainda mais interessante sua utilização, uma vez que eventuais baixas serão ainda menos reconhecidas pelos cidadãos do Estado contratante.

Como efeito ilustrativo, o crescimento das CSP, que são formadas basicamente por ex-militares dos mais diversos países, fez com que os Estados Unidos gastassem mais de 300 bilhões de dólares, entre 1994 e 2002 com os Neomercenários (Renou, 2005, p. 98). Enquanto o número de soldados convencionais americanos diminuiu nos últimos vinte anos, os gastos em contratos com empresas particulares aumentaram exponencialmente (Schahill, 2003). Estima-se, por exemplo, que só em dezembro de 2012 as agências prestadoras de serviço cobraram mais de 1.4 bilhões de dólares no Iraque. Por sua vez, no Reino Unido, a indústria militar particular emprega mais do que a estatal. (Kobrin, 1998, p. 43)

As CSP estão presentes atualmente em todo o mundo, atuando de diversas maneiras. Segundo Singer, a Arábia Saudita, por exemplo, utiliza das empresas mercenárias para os mais variados fins, como o sistema de defesa área. O autor cita ainda a utilização de mercenários em Angola, Croácia, Etiópia e Serra Leoa.

### **Entre instrumentalidade e capacidade de agência**

Como supracitado, é interessante que as discussões tradicionais envolvendo as CSP se centralizam em argumentos que apontam as *consequências* para os atores, Estados ou não, que utilizam tais empresas. De perda de soberania à falta de mecanismos de *accountability*, as interpretações centralizam em discursos que acabam por despolitizar os atores privados, vistos quase como meras ferramentas.

Esta pesquisa se aproxima de estudos críticos, melhor descritos posteriormente, que alocam que as CSP possuem uma formidável capacidade de modificar cenários políticos em que atuam. Além disso, por estarem permeadas por lógicas de excepcionalidade, acabam por gerar transformações nos cenários em que são inseridas, normalmente para ganhar capitais simbólicos e maior autoridade.

A indagação desta pesquisa, assim, iniciada em 2012, era justamente compreender como tais organizações privadas, anexadas dentro de ambientes previamente interpretados como públicos, são capazes de moldar dinâmicas e considerações. Longe de interpretá-los como meras ferramentas, partimos do pressuposto que tais atores possuem agendas próprias, estabelecendo uma sofisticada constelação de disputas e dinâmicas de construção de ameaças.

Esse tipo de premissa aproxima essa pesquisa dos chamados Estudos Críticos de Segurança (ECS) e suas múltiplas divisões, principalmente a chamada Sociologia Política Internacional (SPI). A SPI surge a partir da discussão sobre estudos de segurança na Europa na década de 1990, com diálogos mais intensos entre as chamadas Escolas de Aberswyth e Copenhague, debatendo pontos como securitização e inseguritização (BIGO, 2008). Esta abordagem argumenta que seria positivo engajar a Teoria das relações internacionais com a Sociologia e a teoria social, em um movimento que teria sido evitado por décadas na busca de auto afirmação e diferenciação das RI com outras disciplinas das ciências sociais.

De acordo com Bigo e Walker (2007a; 2007b), as distinções entre diferentes disciplinas acadêmicas são fluidos e sujeito a debate. O internacional seria visto, assim, como um objeto específico de análise que exige os seus próprios métodos e ferramentas de análise, excluindo elementos de outras disciplinas. Além disso, não levaria em conta que os limites que delimitam o que deveria ser incluído ou excluído é socialmente construído. Portanto, essa abordagem teórica (se é que podemos chamá-lo assim) procura mais do que apenas a aplicação da sociologia política para a esfera internacional, buscando de certa forma analisar suas próprias fronteiras e instalações como procedimentos de exclusão. A SPI baseia-se em grandes nomes da sociologia, como Michel Foucault e Pierre Bourdieu, dentre outros. Como irá se demonstrar nos capítulos subsequentes, a aproximação com esse tipo de perspectiva alarga a análise das possíveis capacidades das CSP, indicando possibilidades não abarcadas pela literatura tradicional sobre o tema.

## Antropofagia e hibridismo

Como já apontado, as análises sobre CSP, mesmo aquelas que adotam perspectivas críticas, tendem a ignorar a agência de atores locais em relação a tais empresas. Quando citados, civis ou militares dos países onde a intervenção ocorre são alocados como vítimas da violência sem controle de tais empresas (ver Scahill, 2008) ou rebeldes antagônicos. A pesquisa de campo tanto no Afeganistão quanto na Líbia identificou um complexo processo de amálgama entre CSP e atores locais, formando uma categorização nova de tais empresas, que aqui denominados Companhias Antropofágicas<sup>1</sup> de Segurança (CAS).

Por operarem em áreas que sofreram intervenções, tais companhias tem seu processo de formação baseado fortemente em ressignificações de resistências locais, em que a força mobilizada por agentes endógenos é canalizada para a produção de novas organizações. Por esta razão, as Companhias Antropofágicas Privadas tem suas capacidades focadas principalmente em uma lógica imaterial, agindo em campos de conflito através de premissas de produção de conhecimento, construção de ameaças e indicação de mecanismos coercitivos que não serão, necessariamente, aplicados por elas. Ao se incluírem em uma premissa de excepcionalidade, as CAS conseguem justificar sua presença tanto para atores internacionais típicos, como Estados contratantes ou organizações, como a Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN) e a União Europeia, quanto para locais, como grupos militares ou a população civil. A aglutinação de capitais simbólicos externos e internos reforçam não só o caráter de erosão de tais premissas localizadoras nocenário moderno de conflitos armados, como promove novas reflexões sobre as possibilidades das Companhias Privadas de Segurança.

---

<sup>1</sup> Entendemos que o conceito apontado por Oswald de Andrade e seus colegas não se acopla totalmente as premissas aqui apresentadas, necessitando de alterações que apontamos no texto. Porém, acredita-se que, imbuída de um espírito antropofágico, a presente adaptação se inspira nas reflexões de 1922, servindo ao objetivo almejado, principalmente por ressaltar o caráter narrativo de hibridismo de tal grupo.

## **Perspectivas (meta) epistemológicas: proximidade e observação participante**

Como já apontado, uma das discussões centrais do ECS está em ressaltar a complicação em assumir, como fazem as Escolas tradicionais das RI, que a pesquisa está pautada por uma lógica de neutralidade inerente, em que as análises se debruçam sobre uma realidade objetiva – que não se modifica conforme o olhar e as interpretações específicas do analista. A oposição pautada pelos estudos pós-positivistas, nesse sentido, é o de argumentar que todo conhecimento está intrinsecamente pautado pelos interesses políticos de quem o produziu. Sendo assim, as subjetividades inerentes de cada um dos analistas deve ser levada em consideração – assim como as consequências que a própria presença do pesquisador provoca no campo de análise.

Esse tipo de argumento aproximou certos pensadores da ECS com articulações de outras Ciências Sociais, como a antropologia e a criminalística, como já apontado. Nessas áreas do saber, principalmente pela inerente necessidade de se realizar pesquisas de campo, as discussões sobre neutralidade já estavam sendo discutidas – e em alguns pontos, superadas – há algumas décadas. É partindo desse conglomerado de indagações que surge o que podemos chamar de “virada prática” dos Estudos Críticos das Relações Internacionais (Buerger, Mireanu, 2013). Nesse movimento, também denominado *praxeologia* ou *praxiografia* (Reckwitz, 2002; Mols, 2002; Spiegel, 2005), ressalta-se a necessidade dos analistas se voltarem para a pesquisa empírica, de campo, ao mesmo tempo em que assumem que não são agentes neutros, assépticos, como supostamente seriam aqueles das Ciências Naturais. A proximidade com os atores sociais estudados, no campo em que atuam, seria uma ferramenta válida para se desmembrar certas considerações da segurança internacional, ao mesmo tempo em que se desconstroem narrativas simplistas e homogêneas.

Em oposição a argumentos como da “*Grounded Theory*”, a lógica da “virada prática” não é de se posicionar contra qualquer reflexão teórica, em uma glorificação do trabalho empírico. Também não é um argumento para uma atualização simples da quantidade de trabalho de campo realizado para testar

algumas hipóteses no chamado “mundo real”. O principal ponto é o reconhecimento das necessárias interconexões entre o trabalho teórico e a empiria, o compromisso de que uma teoria essencialmente é, como afirma Latour (2004: 63), “como estudar as coisas, ou melhor, como deixar os atores estudados terem algum espaço para se expressar (...) toda abstração está necessariamente baseada em uma boa reconstrução empírica”. Em outras palavras, é argumentar a necessidade de uma proximidade entre a prática acadêmica abstrativa e as práticas empíricas. Isso gera repercussões importantes na prática intelectual: não se produz, de forma binária, pesquisas empíricas a partir de um arcabouço teórico previamente escolhido, gerando conclusões pré-concebidas. Evita-se, assim, o que Bourdieu (1987) chama de “vontade de acoplagem”, quando o analista, com as ferramentas teóricas previamente escolhidas, vai ao campo social e, com o olhar enviesado, seleciona – mesmo que inconscientemente - elementos para reforçar as escolhas já feitas.

A lógica da Observação participante é essencialmente pendular, como afirma Amar (2006). O analista, assumindo e reconhecendo suas subjetividades e não-neutralidade, e já certos pressupostos teóricos, vai a campo e produz e ressignifica materiais analíticos. Posteriormente, findada essa primeira rodada de empiria, interpreta tais dados e inclui, junto com a transcrição das análises, novas prerrogativas teóricas, baseadas nas experiências de campo, que o auxiliam a compreender o campo social analisado. É com esse ferramental atualizado, com uma nova subjetividade, que o campo novamente deveria ser feito, refinando-se assim os argumentos e as análises. Essa movimentação em espiral “faz com que se produza um *enmesh* entre teoria e prática de forma não-hierárquica e que reduziria as possibilidades de homogeneidades automatistas” (Idem, 2009).

Necessário ressaltar, ainda, que não existe um determinismo exclusivista entre as considerações feitas através do estudo de campo dentro dessa premissa metodológica. Mostra-se necessário, de maneira clara, que se empreguem também outros artifícios, como documentos, entrevistas secundárias e a coleta de material acadêmico já produzido. A lembrança de que todo material é produzido dentro de uma subjetividade, assim, acompanha

o pensar acadêmico, exigindo um posicionamento e uma movimentação afastada de uma pretensa produção científica asséptica.

No caso específico dessa pesquisa, a pesquisa de campo foi realizada em Cabul e Kandahar, no Afeganistão (de janeiro a março de 2013, fevereiro e março de 2014 e primeira metade de março de 2015) e na Líbia (março de 2012, janeiro de 2014 e segunda metade de março de 2015). Foram realizadas 76 entrevistas com membros de Companhias de Segurança Privadas no Afeganistão e 42 na Líbia. As pesquisas foram realizadas, quando possível, na língua nativa: normalmente inglês, francês ou árabe. O fato de não empregar tradutor auxiliou ao lidar, por exemplo, com tropas afegãs.

O acesso aos contratados de tais empresas se deu, normalmente, através de contatos em campo, tanto de Organizações Internacionais (CICV e ONU) ou acadêmicos. Por exemplo, uma vez que departamentos de universidades norte-americanas estão atuando em áreas de conflito, é relativamente comum que contratem tais companhias em algum momento. O Departamento de Geologia da Universidade da Califórnia - Berkeley é um desses casos. Os acadêmicos receberam financiamento do Departamento de Estado dos EUA para pesquisas nos arredores de Cabul e decidiram contratar a Dyncorp. Essa dinâmica fez com que a maior parte das entrevistas fosse no final do dia ou em momentos de folga, o que, acredito, facilitou o contato.

Todas as entrevistas foram semi-estruturadas, com perguntas iniciais obrigatórias reduzidas. As únicas informações que sempre foram indagadas (a) nome (b) nacionalidade, (c) empresa para onde trabalhava e (c) tempo de atuação em no campo. Na maior parte das vezes, essas informações foram dadas com a garantia de que não seriam divulgadas na pesquisa de modo específico. Todas as entrevistas foram gravadas e reavaliadas posteriormente. Pouco mais de 80% das entrevistas foram realizadas entre 35 e 45 minutos, o restante com variações pequenas para mais ou para menos. Assim, empregou-se aqui pseudônimos sempre que se fez necessário. Importante ressaltar que se empregou as diretrizes estabelecidas pelo Comitê de Ética em Pesquisa da Unicamp<sup>2</sup> para lidar com fontes acadêmicas em ambientes sensíveis. As fontes citadas nessa pesquisa tem um breve resumo explanado no anexo II. Mesmo

---

<sup>2</sup> <http://www.prp.unicamp.br/index.php/comite-de-etica-em-pesquisa>

aquelas que não foram diretamente citadas tiveram um papel crucial nesta pesquisa, não se estabelecendo, assim, dinâmicas hierárquicas sobre sua utilidade.

As entrevistas, dentro dessa perspectiva, não são vistas como dados absolutos, que devam ser contabilizados e enumerados para se encontrar uma pretensa verdade. As falas e silêncios são colocadas em panorama mais amplo, uma vez que a vivência de campo acaba por indicar que certas falas devam ser combinadas com impressões e dados mais subjetivos.

Em relação a essas dinâmicas, nos aproximamos de Salter (2013:57) ao refletir sobre o “giro etnográfico” dos Estudos Críticos de Segurança. Para o autor, tais reflexões críticas nas RI devem adotar a etnografia estratégica, vista aqui como uma dinâmica de pesquisa que emprega observação participante, entrevistas e análise de discurso com o objetivo de mapear e refletir sobre determinado tema. A etnografia, assim,

é um encontro, ao invés de uma gravação, o exame tanto de si quando do outro através das lentes da diferenciação, e também o estudo de culturas e organizações particulares levando suas dinâmicas em consideração, ao invés da criação exótica do *outro* (Idem, 2013: 51).

Como já indicado na abertura dessa introdução, essa pesquisa não pretende se colocar como descolada da realidade, reflexão neutra e impassível. Na certeza de que todo material acadêmico é o resultado de uma amálgama de vivências e perspectivas, acredita-se que a aproximação com perspectivas antropológicas, como as supracitadas, dão um grau de clareza para a análise e evitam certas afirmação pré-concebidas.

Sempre que possível, confrontamos as informações com outros documentos, principalmente material divulgado pelo website Wikileaks. Seguindo Spektor (2012), usamos tais documentos vazados como ponto de apoio para corroborar narrativas e afirmativas. Interessante notar que mesmo quando há indícios de que determinado interlocutor não está falando a verdade – a própria tentativa de encobrir determinado evento já demonstra um fato a ser analisado.



Empregou-se, além disso, um número expressivo de documentos e declarações públicas registradas neste trabalho, seja para demonstrar certos argumentos ou ressaltar alguns tópicos. Esse material foi analisado em inglês, francês ou árabe. Apresentam-se aqui as traduções, feitas por mim, a não ser que previamente aplicado.

Desse subgrupo, cabe estabelecer uma narrativa específica sobre os discursos de Muamar Gaddafi. Como irá ser abordado, o ditador líbio era um grande adepto de longas falas, principalmente em cadeia nacional, em dias simbólicos para o país. Grande parte desse material se perdeu, principalmente por estar concentrado no Arquivo Central em Trípoli. Uma vez que a Líbia, no momento em que esse trabalho está sendo encerrado (novembro de 2015), encontra-se em guerra civil, uma análise mais apurada é factível.

Porém, o Centro para Global Studies da Universidade da Califórnia – Santa Barbara, onde realizei meu estágio doutoral, possuía um arquivo ainda não trabalhado com fitas cassetes com um amplo acervo de discursos de Gaddafi. Parte desse material foi obtido pelo professor Paul Amar, meu co-orientador nos Estados Unidos, quando realizava pesquisas na Líbia em 2005, e em arquivos na Universidade de Madri, em 2006. Minha relação de pesquisa com o professor Amar começou ainda em 2012, no início do doutorado, e ele logo colocou a minha disposição as fitas com os discursos. Tratavam-se de 32 fitas, com cerca de 40 minutos de discurso cada, desde 1998 até 2005.

O material demonstrou ser uma fonte valiosa, principalmente pelo seu ineditismo. Iniciei, em 2013, o início das traduções, por conta própria. Por questões de tempo, nesse primeiro momento eu escutei todos os discursos e traduzi do árabe os segmentos que possuíam ressonância com este trabalho. Grande parte dos discursos apresentados aqui, desta forma, são inéditos em trabalhos ocidentais, não tendo sido publicados em artigos ou trabalhos em inglês, francês ou árabe até dezembro de 2015.

Em julho de 2015, em conjunto com o professor Amar, conseguimos um *grant* do Centro de Global Studies para a contratação de um profissional que não só traduziria o resto do material, como transcreveria as falas. O trabalho deverá iniciar em 12 de fevereiro de 2016 e ficará disponível tanto da UCSB quanto no Programa San Tiago Dantas, conforme acordo estabelecido.

## Separações e divisões

A presente pesquisa está dividida em sete capítulos. Eles estão estabelecidos de forma a apresentar, primeiramente, os aspectos *macro* do nosso argumento. Assim, o *primeiro capítulo* apresenta o estado da arte da arte dos estudos sobre securitização e a construção de ameaças como elemento discursivo, com foco na chamada Escola de Copenhague. Ele estabelece as bases teóricas com as quais iremos compreender as capacidades imateriais das CSP e a maneira com a qual tais atores foram galvanizados a partir da chamada Guerra ao Terror.

O *segundo capítulo* trata da construção de medidas emergências, principalmente aquelas ligadas ao posterior imediato aos ataques aos Estados Unidos em 11 de setembro de 2001. Argumentamos que é possível uma compreensão mais sofisticada desses mecanismos de excepcionalidade ao relacioná-los com as premissas apontadas pelos filósofos Carl Schmitt e Giorgio Agamben. Concentramo-nos principalmente naquelas que apontam que momentos de exceção estão no cerne dos governos liberais. Baseados nessas considerações, estabelecemos uma análise de discurso de falas, normas e ações tomadas na Guerra ao Terror. Ressaltamos que a construção de Estados de Emergência acabam por justificar o emprego de ferramentas que não seguem o arcabouço normativo regular, dentre elas as CSP.

O *terceiro capítulo*, estruturado nos argumentos dos anteriores, estabelece reflexões sobre o suposto monopólio do uso da força e as dinâmicas de privatização da violência. Este segmento reforça a desconstrução de binarismos entre “entidades públicas” e agentes alienígenas a esse meio. Além disso, apresenta-se o longo processo de negociação entre discursos de pertencimento ao Estado e seus processos de legitimidade. Demonstra-se, assim, que a linha divisória entre soldados legítimos e mercenários é fluída, sendo reconstruída através de distintos processos históricos.

O *quarto capítulo* emprega o panorama histórico anterior para indicar como o conceito de mercenarismo foi socialmente construído através do tempo, revelando que a utilização de soldados vistos como exteriores a dinâmica estatal é recorrente dentro do sistema internacional. Essas notas genealógicas demonstram que as CSP são herdeiras dessa narrativa, apesar

de combinarem variáveis específicas do período em que estão inseridas. Essas variáveis, decorrentes das transformações ocorridas com o fim da dinâmica bipolar, concentram, entre outras, práticas neoliberais, fortemente empregadas pelas CSP.

O *quinto capítulo* aponta para caminhos que nos permitem analisar as CSP através de dinâmicas imateriais e capitais simbólicos. Como demonstrado, uma parte importante da literatura sobre privatização da violência acaba por ignorar qualquer outras capacidades que não sejam as relacionadas com capacidades militares clássicas, como o emprego de armamentos ou número de soldados. Rearticulando premissas dos Estudos Críticos de Segurança, mais específico da Sociologia Política Internacional, demonstramos como ressignificações sobre os conceitos de poder de Michel Foucault, assim como a arquitetura de potencialidades apontadas por Pierre Bourdieu, principalmente *campo* e *habitus*, nos permitem compreender as capacidades das CSP através de um processo expandido.

O *sexto* e o *sétimo* capítulos apresentam os estudos de caso deste trabalho. Neles, apontamos como as dinâmicas etnográficas nos possibilitaram articular o conceito de Companhias Antropofágicas Privadas. Ressaltamos nesses estudos como dinâmicas internas foram resignificadas e realocadas, criando uma estrutura de segurança dinâmica com possibilidades expressivas dentro do campo de conflito. Fazendo eco com as premissas da Sociologia Política Internacional, a análise desses elementos também provocou desdobramentos em outros campos. A análise de micropráticas de violência privada, nesse trabalho, acabou por desconstruir certas premissas e atos de fala consolidados.

## Capítulo 1

### **Segurança como fenômeno Macro: Estudos de Segurança Internacional, Escola de Copenhague e construção global de ameaças**

#### **Introdução**

As questões de guerra e paz tem sido o cerne das Relações Internacionais (RI) como campo acadêmico desde 1919, quando a narrativa tradicional aponta para a criação formal da área de estudo. No entanto, o que hoje é chamado de Estudos de Segurança Internacional (ESI), que concentraria tais reflexões sobre os mecanismos de uso da força, tem se desenvolvido desde a década de 1940. Isso se deu em grande parte pela influência do então popular conceito de 'segurança nacional', principalmente no pós-Segunda Guerra Mundial nos Estados Unidos. Nos EUA, este campo de estudo foi denominado de forma ampla "Estudos de Segurança Nacional", durante a Guerra Fria, enquanto que no Reino Unido prevaleceu a nomenclatura "Estudos Estratégicos". Desde os anos 1980, o termo "Estudos de Segurança" tem ganhado força, principalmente com a retomada das discussões sobre interdisciplinaridade e adesão de novos conceitos interpretados como não-tradicionais.

A maior parte dos analistas (Walt 1991: 213-215; Baldwin 1995: 123-124; Wæver & Buzan 2007; Williams 2008b) caracterizam o período inicial dos Estudos de Segurança (1950-65) como uma "idade de ouro". Nesse período, as análises geraram teorias e metodologias que foram incorporadas ao campo mais amplo das Relações Internacionais, como por exemplo, as aplicações da teoria dos jogos e das teorias da dissuasão. Este período teoricamente inovador foi, no entanto, seguido por outro com reduzido transbordamento de conceitos multidisciplinares nos ESI, além de uma ênfase em estudos empíricos, o que eventualmente levou a estagnação e o fim do emprego de pressupostos teóricos de distintas áreas (ver, por exemplo, Walt 1991: 215-216; Baldwin 1995: 124).

Este período de estagnação durou até o início de 1980, quando teria ocorrido o 'renascimento' de Estudos de Segurança (Walt, 1991). Nesse momento, registra-se uma retomada dos debates teóricos e crescentes discussões sobre diferentes conceitos de segurança, coincidindo com a emergência dos debates críticos em andamento nas RI (ver Keohane, 1988). Por exemplo, reconhecendo a sobreposição parcial dos Estudos Estratégicos e das Pesquisas sobre a Paz<sup>3</sup>, Barry Buzan (1983: 191), propõem que "segurança" deve ser o ponto a ser focado tanto em análises voltadas para estratégia quanto para estudos de paz. Alguns dos tópicos estudados por ambos deveriam ser mantidos separados, apesar de momentos de conjunção acadêmica continuassem a existir.

A lógica binária entre "realistas" e "idealistas" nas pesquisas começou a mudar com a "segunda geração" de pesquisadores de Estudos de Paz entrando em contato, na década de 1980, com reflexões de outras áreas sobre perspectivas de violência e uso da força. Após o debate neo-neo (Wæver 1996; 1997b), novas propostas teóricas foram abertas, incluindo discussões envolvendo perspectivas de outras áreas das humanidades, como antropologia e criminalística. A década de 1980 viu um aumento na discussão sobre "nova segurança", com a ampliação da agenda de pesquisa para além do campo militar, que tinha sido o foco dos estudos até então. Guerras civis, conflitos étnicos, terrorismo e criminalidade internacional, embora já presentes na Guerra Fria, começam a receber nova atenção, no momento em que a realidade bipolar se modificava. A agenda dos EIS se alargou, englobando desde discussões ambientais até estudos de gênero, por exemplo.

É nesse momento de conjunção que a chamada "Escola de Copenhague" (EC) surge, derivada do Centro para a Paz e Pesquisa de Conflitos (COPRI, no acrônimo em inglês) da cidade dinamarquesa, em 1985 (Huysmans 1998a: 479). A Escola de Copenhague iniciou suas pesquisas dentro da premissa de que o conceito de segurança era tanto subteorizado quanto pouco explorado. A EC, além disso, desafiava as perspectivas

---

<sup>3</sup> Do original Peace Research, seria a área de estudo das RI voltada para análises de ferramentas que visam a prevenção e a solução de conflitos por meios pacíficos (Buzan, 2005). Para efeitos da presente reflexão, considera-se os Estudos para Paz uma subárea dos Estudos de Segurança Internacional, seguindo Wæver (2002).

mainstream dos Estudos de Segurança Internacional, que, apesar da expansão da sua agenda, ainda mantinha um entendimento objetivista da segurança. Dentro dessa perspectiva considerada restritiva, a segurança permanecia uma questão permeada por ameaças objetivas externas, detectáveis dentro de uma agora expandida agenda, por um grupo de especialistas. A Escola de Copenhague rompeu com esse entendimento baseada principalmente nas análises de Arnold Wolfers (1952) sobre segurança nacional - interpretada como uma prática intersubjetiva (Wæver 1995:51). A EC, refletindo sobre as considerações deste autor, argumenta que certas "armadilhas" das perspectivas anteriores poderiam ser evitadas ao se concentrar não nos meios de provimento de segurança, mas na formação do que se entende como segurança, ou, mais especificadamente, sobre as consequências ao se "falar" ou "fazer" segurança. É dessas prerrogativas que surgem as considerações sobre *securitização*, que será abordada no próximo tópico.

A abordagem da Escola de Copenhague pode ser vista, neste primeiro momento, como uma extensão do "soft realism", como exemplificado por Wolfers (1952; ver também 1962), Kissinger (1957), e Jervis (1978). Assim como o conceito de defesa não-ofensiva de Jervis tentou superar o "dilema de segurança" (Herz 1950; Booth & Wheeler 2008a; Brauch 2008c), para a EC, o impulso normativo e teórico visa reduzir espirais de insegurança que as tais políticas possam criar (Wæver, 2000a). A EC também tem laços com o neo-realismo, assim como semelhanças com a Escola Inglesa (Buzan 1993; 2001; 2004a; 2004b; Wæver 1992; 1998). Com o passar do tempo, a já multifacetada escola também estabeleceu reflexões sobre gênero (Hansen 2000) e abordagens discursivas pós-estruturalista (Wæver 1989c; Hansen & Wæver 2002; Hansen 2006). Membros posteriores do instituto - desde 2003 o Centro Dinamarquês de Assuntos Internacionais foi agregado ao grupo original - introduziram ainda abordagens mais sociológicas (Guzzini 2000; Jung 2001; Leander 2000). Essas distintas perspectivas e temas estariam centralizados em um interesse compartilhado pelo interesse em analisar a construção de ameaças dentro de um cenário em que discursos tem capacidade de moldar a realidade e de gerar consequências dentro dos campos políticos.

De modo geral, diversos pesquisadores (Huysmans 1998a; Eriksson 2001a; Williams 2003), apontam que o campo dos ESI, que por muito tempo foi

considerado reativo dentro das RI, está, desde a década de 1990, permeado por novas abordagens. O desenvolvimento da Escola de Copenhague não foi a única abordagem teórica neste período: nos últimos vinte anos, principalmente a partir da década de 2000, as chamadas abordagens críticas para a segurança produziram uma série de diferentes considerações. Por exemplo, Didier Bigo (2000), oriundo do campo da criminologia, estabeleceu pesquisas inspirado em premissas do filósofo Pierre Bourdieu. Com base na "Escola de Frankfurt", Ken Booth (1991) e Richard Wyn Jones (1999) focaram na segurança dos indivíduos. Há ainda pontos de estudos feministas (por exemplo, Tickner 1992) e pós-colonial (por exemplo, Barkawi & Laffey 2006).

Dentro dessa lógica, pode-se apontar que a década de 2000 produz uma nova "era dourada" dos ESI (Wæver & Buzan, 2007). A interdisciplinaridade recém-descoberta do ESI é evidente na forma como Betts (1997) refere-se aos Estudos de Segurança a outros campos próximos: apesar de existir uma sobreposição dos Estudos de Segurança e RI, por exemplo, o campo também tem dinâmicas e interesses que vão além da política internacional. As cerca de seis décadas de 'Estudos de Segurança Internacional' resultaram em uma estrutura bastante complexa de influências intelectuais e abordagens para o estudo dos problemas e fenômenos que são considerados de interesse do campo. A formação do coletivo c.a.s.e. é uma indicação da criação de uma segunda geração de estudiosos críticos de segurança internacional, que estão aplicando as abordagens teóricas desenvolvidas na década de 1990. A presente tese estaria, assim, entre os estudos que visam desenvolver criticamente os Estudos Internacionais de Segurança, com ênfase nas reflexões da EC. Nosso objetivo, como já apontado, é demonstrar que as Companhias Privadas de Segurança contemporâneas são resultado de um processo de macrosecuritização, relacionado a Guerra ao Terror e a práticas neoliberais - mas também operam dentro de uma lógica mais focal, *microsecuritizantes*, em que suas ações são construídas dentro de um processo específico.

Neste primeiro capítulo, o objetivo, assim, é focar nos modelos mais abrangentes apresentados pela Escola de Copenhague, focados neste momento nas questões do Estado. Isso se dá principalmente para a melhor compreensão do que é a Guerra Global contra o Terrorismo e suas

consequências, principalmente a galvanização de ferramentas coercitivas excepcionais, dentre elas as Companhias de Segurança Privada. A finalidade é iniciar-se a reflexão de mecanismos de análise desses processos políticos para, posteriormente, no capítulo 5, indicar possíveis ferramentas críticas e expansivas para compreender os modelos *micro*, locais, de construção de ameaças.

## **2.1 Teoria da Securitização e seus desdobramentos**

Como já apontado, a teoria da securitização é a materialização de grande parte das considerações e inovações teóricas apontadas pela EC. A teoria, assim, estaria essencialmente preocupada com a capacidade de se criar dispositivos de segurança através de atos de fala - ou seja, como determinados atores políticos são capazes de indicar e ressaltar determinados cenários de insegurança. Através dessa narrativa, os atores implementariam um cenário de excepcionalidade para lidar com o novo cenário construído. Apesar de tal inovação, tal teoria não foi a primeira a enfatizar o uso político dos discursos na criação de ameaças. Por exemplo, Murray Edelman (1972:13) observou que grupos de poder tendem a manter narrativas de potenciais ameaças, sejam elas percebidas como imediatas ou apenas latentes. A criação de um período temporal construído como "urgente" ou "crítico para a segurança" são táticas recorrentes na justificativa para ações que, em outras realidades, poderiam desencadear resistências populares. Isso se dá dentro de um programa, por exemplo, de proteção a uma abstrata "segurança nacional", que pode significar pontos dessemelhantes para diferentes grupos. De qualquer forma, a criação de uma narrativa de "tempos excepcionais" é um dos pontos-chave para a compreensão das movimentações que a Escolha de Copenhague busca analisar. Isso se dá principalmente pelas possíveis consequências, ligadas a movimentações de emergência, derivadas desse momento.

A teoria da securitização seria então uma ferramenta sistemática para estudar o uso de discursos e a criação de argumentos dentro de uma realidade de segurança. Com base na teoria construcionista da linguagem, por exemplo



de JL Austin (1975), Ole Wæver (Buzan et al., 1998: 32) encara o processo de securitização em termos de política de poder, fragmentada na criação de conceitos de segurança. De acordo com o pesquisador dinamarquês, a construção de questões de segurança não exige necessariamente a existência de ameaças objetivas. Sob as condições corretas, pontos podem ser construídos como elementos de "segurança" independente de existirem ou não uma ameaça "real". O estudo de securitização não significa a avaliação, assim, de ameaças objetivas que "realmente" colocam algo em perigo, mas compreender os processos de construção de um entendimento comum de algo que está sendo considerado coletivamente como uma ameaça - além das respostas a ela (ibid., 26). A segurança, assim, é compreendida como uma prática auto-referencial: o ato de se denominar algo como problema de segurança que faz com que tal questão a seja (ibid., 24). A definição e os critérios de securitização estão no "estabelecimento intersubjetivo de uma ameaça existencial com uma relevância suficiente para ter efeitos políticos substanciais" (ibid., 25). Em outras palavras, um ato de securitização é um ato de fala onde uma ameaça existencial é produzida em relação a um objeto referente; com tal ação narrativa classificando uma questão como uma ameaça existencial. Tal processo indica ainda que para lidar com tal questão, será necessário se empregar ferramentas fora do arcabouço normativo, produzindo uma transformação no status quo para determinada questão.

Apesar da securitização abordar elementos de segurança em uma narrativa expandida e multi-setorial, originalmente a teoria foi estabelecida para uma realidade estado-cêntrica e opôs-se ao alargamento excessivo das análises. Como Wæver argumenta, "[o] conceito de segurança pertence ao Estado" (ibid: 4). Em uma fase posterior, após o fim da Guerra Fria, os estudiosos da EC revisaram seus trabalhos, argumentando que a segurança não deve mais ser limitada ao lócus estatal, ampliando assim a perspectiva de segurança para outros setores, nomeadamente sociais, econômicos, políticos, militar e ambiental (Buzan et al, 1998; Buzan e Little 2000). Enquanto cada um destes setores auxilia na identificação de padrões distintos dos discursos de segurança, eles formam ainda um complexo maior (Buzan et al. 1998: 8). O que exatamente esse 'todo' significa não está muito claro, principalmente por manter, apesar da agenda expandida, que os atores capazes de construir

elementos de segurança ainda fortemente ligados ao Estado. Ou seja, em um primeiro momento, apesar de admitir a existência de narrativas de segurança fora do lócus estatal, a EC ainda não conseguia abarcar distintos atores capazes de estabelecer essa narrativa.

Desde a sua concepção, o conceito de securitização tem sido usado para estudar questões relacionadas com segurança e processos em diversas áreas, incluindo terrorismo (Buzan 2006), migração (Bigo 2002;2005, Bigo e Walker 2002; Alexseev 2011), segurança humana (Floyd 2007), meio ambiente (Wishnick 2010) e os direitos das mulheres (Hansen, 2000). A securitização é também usada para explicar relações de segurança entre distintos Estados. Mais especificamente, o conceito tem um papel central na literatura relacionada com Complexos Regionais de Segurança Regional (CRS), definidos como "um conjunto de unidades cujos principais processos de securitização, desecuritização, ou ambos, são tão interligados que seus problemas de segurança não podem ser razoavelmente analisados ou resolvidos separados um do outro" (Buzan et al. 1998: 201).

A securitização é essencialmente um mecanismo de análise de práticas políticas; o estudo da securitização considera "quem pode 'fazer' ou 'falar' segurança com sucesso, sobre quais questões, em que condições e com que efeitos" (Buzan et al. 1998: 27). A essência da securitização portanto, encontra-se na ideia de que a segurança é um ato de fala: ao rotular algo como um problema, existem repercussões. A "equação" do processo securitizante, assim, pode ser definida como o ato de um **agente securitizante** afirmando que um **objeto referente** específico enfrenta uma **ameaça existencial**. De acordo com a Escola de Copenhague, o ator é um indivíduo ou grupo, que realiza os atos de fala relacionados com práticas de segurança. Inicialmente, esses atores securitizantes para a EC eram aqueles ligados ao Estado, como elites políticas e burocratas. Com a expansão metodológica contemporânea, novos atores foram adicionados, como irá se abordar posteriormente.

Com o ato de fala, o ator reivindica o direito de recorrer a medidas extraordinárias - principalmente a implementação de momentos de excepcionalidade - para lidar com a ameaça existencial e manter, supostamente, o objeto referente seguro (Wæver 1995; Buzan et al., 1998). Essa resolução do problema, de acordo com a Escola de Copenhague, não

ocorre na esfera normal da política, uma vez que é movida no campo emergencial. O grande argumento é temporal: supostamente, caso as ameaças apresentadas não sejam lidadas imediatamente, todo o resto irá se tornar irrelevante (Wæver 1996:104). Importante ressaltar que o ato de fala em si - isto é, a acoplagem de determinada questão com uma ameaça existencial - não constitui necessariamente em um processo de securitização. Para este acontecer, determinada **audiência** deve aceitar o discurso securitizador, ou pelo menos o tolerar (Buzan et al. 1998: 25). Assim, o ato securitizador é essencialmente uma negociação entre o atores securitizadores e determinado público (ibid: 26), sendo a teoria de securitização derivada de um processo discursivo onde 'ameaças são representadas e reconhecidas '(Williams 2003: 113). É importante notar que a EC não considera o processo de securitização como algo necessariamente positivo, mesmo que o objetivo deste processo seja conseguir mais segurança. Normalmente, o ideal seria justamente dessecuritizar, ou seja, retirar do arcabouço emergencial, excepcional, recolocando determinado processo para a esfera normal da negociação (Buzan et al., 1998:4).

Esse processo de aceitação de um ato securitizante não é totalmente claro nas principais obras da teoria. Como é relativamente difícil encontrar movimentações públicas que possam indicar com absoluta certeza o aceite da audiência, após cada ato, é deveras complexo determinar se o público de fato aceitou um ato específico. Buzan et al. (1998) argumentam que, se determinadas ações recebem "ressonância" suficiente por parte da audiência, elas devem ser vistas como uma forma de aceitação. Mas, como os autores admitem, mesmo a ressonância é difícil de se avaliar (ibid: 25). Uma questão não resolvida, e igualmente importante, da teoria é a ambiguidade do que o se trata a audiência. Segundo Buzan et al (1998: 41) trata-se "daqueles que o ato securitizante tenta convencer a aceitar procedimentos excepcionais". Mas, como Leonard e Kaunert (2011: 59) apontam, não há critérios para 'identificar quem constitui exatamente o público na prática". Talvez uma das mais importantes lacunas é que a teoria não reconhece a presença de vários públicos. A leitura mainstream da teoria implicitamente assume que existe apenas uma audiência, o que leva a alguma das referidas deficiências.

É importante notar que embora os atores securitizantes sejam necessários para identificar uma questão como elemento de segurança, fatores facilitadores podem auxiliar no sucesso dessa construção diante de determinado público. As audiências em determinado processo de securitização, segundo a formulação original presente em Buzan et al. (1998:19) seriam aqueles a quem o ator securitizante está tentando convencer. Essa consideração pode ser analisada simplista, principalmente por classificar, quase de forma automática, que os regimes analisados seriam democracias - com uma audiência bem informada. A EC, em suas análises iniciais, se focou abertamente em modelos democráticos, observados como os elementos centrais a serem compreendidos dentro de qualquer cenário de securitização. Uma vez que a literatura trate a audiência como "cidadãos médios" de determinado Estado (grande parte das vezes quase sinônimo do eleitorado), uma parcela significativa de cenários globais acabam por ser ignorados. A expansão para Estados não-democráticos ressalta o quão variável o conceito de "audiência" pode ser e a necessidade de resignificação dos conceitos, dependendo do ambiente observado. Mesmo em ambientes democráticos, a necessidade de avaliação caso a caso se torna necessário. Por exemplo, Collins (2005) e Roe (2008), notam como o parlamento do Reino Unido foi mais relevante do que o "público em geral", no caso de envolvimento do país na guerra do Iraque. É importante reparar que em alguns momentos as narrativas de segurança nem estariam disponíveis para a população em geral. Buzan et al. (1998, 28) argumenta que

Algumas práticas de segurança não são legitimadas em público pelo discurso de segurança, porque elas não estão disponíveis para o público. Por exemplo, os "black programs" nos Estados Unidos, não são apresentados no orçamento mas são um caso muito claro da lógica de segurança

Essa variação importante de audiência e de atores securitizantes é um dado importante para a presente pesquisa, uma vez que as Companhias de Segurança Privada atuam, muitas vezes, como o segundo, tendo como foco de

audiência um reduzido contingente de indivíduos. Por exemplo, como irá se demonstrar, no Afeganistão às CSP tanto tem como audiência soldados norteamericanos em Kandahar quanto, em outro momento, o Departamento de Estado dos EUA.

Na abordagem da Escola de Copenhague, a norma constitutiva mais importante de um processo de securitização está em sua gramática. Ao seguir a gramática de segurança, determinada narrativa é construída. Tal dinâmica contém uma ameaça existencial, um "ponto de não retorno" e uma possível saída (Wæver 1995; Buzan 1998 et al, 32-33.). O sucesso, assim, de determinado ato de fala traz "consequências" ou "efeitos" para o cenário analisado (Austin 1975, 113, 116-117). Um ato de fala bem sucedido leva a uma série de mudanças, que não teriam acontecido caso o fluxo regular de ações tivessem acontecido.

Além das regras constitutivas - a gramática de segurança - a securitização é dependente de fatores específicos, que podem ser únicos para os sistemas políticos e culturais analisados. Isso exige que o método de investigação se baseie em ações pragmáticas e não puramente na semântica (o estudo de significado) ou regras linguísticas universais. Segue-se lógica, por exemplo, na análise das narrativas de anexação do Neoliberalismo com práticas islâmicas na Líbia, como abordado no capítulo 7. Assim, todas as sociedades possuem normas que são produtos de contingências históricas e sociais, assim como os objetos referenciais. Resumindo essas premissas, quando a lógica de segurança é utilizada para legitimar a quebra destas regras, um caso de securitização surge (Buzan et al., 1998, 25-26).

É importante ressaltar que constituir algo como uma questão de segurança é uma opção política, que pode ter várias motivações e funções. A EC já ressaltou, em diversos momentos, a pluralidade de significados de segurança: embora possa ter conotações positivas, para os Estados, por exemplo, a segurança é uma preocupação negativa (Wolfers 1952; Wæver 1997a:15). Na verdade, na maioria das vezes, a política de segurança é orientada por preocupações negativas e seu objetivo é bloquear tais desenvolvimentos. Talvez devido à "natureza" negativa das políticas de segurança, muitos vêem a securitização como uma forma de naturalização, ou despolitização, do discurso político (Huysmans 1998b; Holm, 2004). Se a

securitização for bem sucedida, a legitimidade criada através do processo permite que ator securitizante quebre normas que normalmente consolidariam comportamento e políticas, uma vez que a questão teria sido retirada da área da "política comum". Como tal, a segurança é um meio eficaz de legitimar políticas que poderiam ser consideradas excessivas ou imorais, pois indica questões de "sobrevivência" que estariam acima da política normal. A segurança é, portanto, também um meio eficaz de controle.

O efeito persuasivo da securitização, formulada por Wæver, é justamente a legitimidade política. Os pressupostos apontados pela Escola de Copenhague, assim, descrevem a gramática de segurança: o seu significado e como determinado objeto é construído como um elemento de segurança. Indo além da "gramática" da securitização, Wæver argumenta que as exigências da securitização incluem dois elementos externos. O primeiro seria o status social do ator, uma vez que o agente securitizante, aquele que exerce o ato de fala, tem que estar em uma posição de autoridade para o público - não necessariamente formal. O segundo aspecto estaria relacionada a natureza da própria ameaça - por exemplo, similaridades entre ameaças já existentes facilitariam processos de securitização. Estes dois elementos são divididos em outras "variáveis" básicas: objetos referente, atores securitizantes, atores funcionais, movimentos securitizantes, ameaças existenciais e condições facilitantes e as audiências. (Buzan et al, 1998;. Wæver 2008b).

As definições das variáveis acima tornaram-se alvos de debate, ou foram aplicadas de formas distintas, variando o autor e o período de publicação. A definição de ator securitizante, "atores que securitizam questões ao declarar alguma coisa - um objeto referente - existencialmente ameaçada" (Buzan et al, 1998:36), é um exemplo de como a variação nas definições é problemática. Wæver em alguns momentos enfatiza a aceitação de atos de securitização por audiências relevantes, sugerindo que os atores securitizantes poderiam "decidir" sobre movimentações de securitização. Em outros momentos, Wæver (2008b, 582) define um ator securitizante como: "aquele que toma tenta estabelecer determinada ação - ato de fala - de indicar uma ameaça existencial para determinado objeto de referência - legitimando, assim, medidas extraordinárias, não necessariamente realizadas pelo próprio ator". Nessa segunda definição, o autor ressalta a tentativa de ação, deixando

entender que não a securitização não precisaria, necessariamente, ser concretizada.

Dentro dessa lógica, nem todos os atos securitizantes são bem sucedidos e, não surpreendentemente, casos de insucesso são raramente analisados na literatura. A notável exceção é Salter (2011) que analisou programas anti-terrorismo nos EUA como um estudo de caso para apontar três distintas possibilidades em caso de falha: normais; internas e externas. Falhas normais são o resultado de "resultados não intencionais de sistemas complexos e interdependentes" (ibid: 122), ou seja, consequência de burocracias concorrentes em uma sociedade complexa. As falhas internas referem-se a movimentos que não cumpram as condições gramaticais do ato, principalmente ao retratar a ameaça como existencial. Por último, as falhas externas são aquelas que cumprem as condições gramaticais, mas são rejeitados pelo público (ibid: 123-126).

## **2.2. Securitização como práticas auto-referenciais e políticas**

Uma vez que a segurança na Escola de Copenhague é vista como um ato de fala, isso significa que são os atores securitizantes que essencialmente definem seu significado, "a segurança é o que os atores fazem dela" (Buzan e Wæver 2003: 48). Assim, a segurança é uma prática auto-referencial, pois constitui na determinação de uma questão como um ameaça existencial em si e não necessariamente se preocupa com uma pretensa verdade material (Buzan et al. 1998: 24). Portanto, a construção de tal elemento é essencialmente sobre ser capaz de produzir com sucesso um "label of security" (Wæver 1995: 50). Isto significa que se um ator consegue produzir tal rótulo de segurança com sucesso - ou seja, convencer o necessário público de validade da ameaça - a ameaça não precisa ser 'real'; o impacto da construção pode ser suficiente para se tomar determinadas ações, principalmente o acesso a medidas extraordinárias. Da mesma forma, uma ameaça real não garante que os atores irão adquirir acesso a medidas extraordinárias, caso não construam com sucesso da ameaça por meio de uma formato específico. Como aponta Wæver, há diversas ameaças pelo globo, mas nem todas são construídas como tal (2011: 472).

Na Teoria da Securitização, por conseguinte, existe a tendência de se decontextualizar o significado de segurança, variando dependendo do ator, assim como de suas intenções. O ponto que realmente importa são as práticas resultadas de tais movimentações, como, por exemplo, a autorização para estabelecer estados de excepcionalidade. Esta abordagem, ignora as intenções dos atores securitizantes, não levando também em conta o contexto em que o processo ocorre. A leitura mainstream da teoria, portanto, não considera que a segurança está intrinsecamente amalgamada com determinada ordem simbólica e cultural, que influencia os atores, assim como o público, em relação a como segurança é praticada (Huysmans, 2002).

Esse argumento se soma ao fato de que o estudo de securitização é essencialmente um mecanismo para auxiliar a análise de práticas política. Vuori (2008) auxilia na elucidação desse ponto ao separar a securitização em quatro vertentes. Assim, aponta que securitização é utilizada a fim de alcançar uma dessa quatro metas: (i) para inserir determinada questão na agenda, (ii) criar uma dissuasão, (iii) legitimar atos passados ou reproduzir atos de securitização já existentes e (iv) adquirir mais controle.

No primeiro caso - inserir uma questão na agenda - o objetivo é usar a securitização como mecanismo de alerta, a fim de trazer uma questão à atenção daqueles que estão em posição de tomar medidas apropriadas para lidar com uma ameaça específica. Neste caso, portanto, os atores que iniciam o processo de securitização não são aqueles que tem capacidade para decretar medidas extraordinárias. Seu objetivo é fazer com que os agentes adequados sejam convencidos a tomar se movimentar em relação a ameaça ameaça potencial (ibid: 77).

A segunda vertente - dissuasão - refere-se aos atos destinados a legitimar práticas que ainda não ocorreram mas que, por determinada avaliação, são prováveis de acontecer no futuro. O objetivo, portanto, é "justificar ações que seriam julgadas ilegítimas em outros casos" (ibid: 79-80). Vuori aponta que aqueles que constroem tais mecanismos de segurança podem ser os mesmos que decretam ferramentas de excepcionalidade. Contudo, precisariam de autorização de um ator externo - da audiência - para a efetiva implementação.



O terceiro ponto - legitimação das ações passadas e reprodução de ações securitizantes - não trata, diferente dos anteriores, sobre construções do futuro, mas sobre o passado e o presente. O objetivo neste caso é legitimar ações passadas que foram consideradas como ilegítimas pela audiência (ibid: 84-5). Isto é particularmente útil para atores securitizantes, como irá se discutir posteriormente, que desejam ser reconhecidos como os "agentes mais adequados de lidar com um determinado tipo de ameaça". Isto é ainda mais importante nos casos em que as ameaças são parte de rotinas de determinada população e são, portanto, constantemente repetidas.

A vertente final - aquisição de controle - refere-se a atos securitizantes que visam conceder a determinado ator mais controle sobre determinada situação. Neste caso, o público está sob a "autoridade do ator", como é o caso, por exemplo, de membros de partidos políticos. Assim, o agente no caso é alguém em posição formal de poder, com capacidade de "autorizar medidas convincentes" (ibid: 88).

Os quatro eixos fornecem uma imagem mais clara das motivações por trás de diferentes tipos de atores securitizantes e também como analistas podem usar a securitização como um mecanismo para analisar práticas políticas. Mais importante, no entanto, e embora não seja explicitamente indicado, os quatro pontos indicam a multiplicidade possível de audiência. Ao assumir distintas audiências, as análises da EC tornam-se mais sofisticadas e abrangentes, auxiliando ainda nas perspectivas de "quem" deve ser convencido de determinada construção securitizante.

### **2.3. Atos de fala**

Como supracitado, a segurança na teoria da securitização não é encarada como uma condição objetiva, mas sim como o resultado de um processo social. Assim, a construção social de questões de segurança é analisada através de "atos de fala securitizantes", através dos quais se tornam ameaças representadas e reconhecidas (Williams 2003: 513). Em outras palavras, o uso de tais atos transfiguram questões ordinárias em elementos enquadrados como do campo da segurança, materializando, assim, a condição

auto-referencial da narrativa securitária. Weaver em uma relevante afirmação, aponta que

O que é então segurança? Com a ajuda da teoria da linguagem, podemos considerar 'segurança' como um ato de fala. Neste caso, a segurança não é um objeto de interesse por ser algo referente ao real; o próprio *enunciado* é o ato. Ao dizer que algo está relacionado com o campo [da segurança], algo acontece. Ao indicar como "segurança", um representante do Estado move um elemento particular para uma área específica, conclamando possuir um direito especial para empregar medidas extraordinárias (1995:55)

A teoria dos atos de fala foi desenvolvida por John L. Austin em 1955, no livro "How to do things with words". De acordo com a Austin, afirmações que não se incluem em uma dicotomia de verdadeira ou falsa são movimentações narrativas que executam ações e podem ser denominadas "declarações performativas" ou "atos de fala performativos" (1962: 6-7). Tais ações são performativas por que ao nomear algo há sempre uma consequência, algo é feito, como é o caso, por exemplo, de um casamento, onde no ato de "declarar marido e mulher" a união é consumada. Assim, "[a] elocução da sentença é, ou faz parte, de se fazer uma ação (ibid: 5). Os atos de fala, para que tenham o impacto desejado, deve atender a algumas condições específicas que Austin chama de "felicity conditions"<sup>4</sup>.

Austin aponta que tais condições são (i) O enunciado de um ato de fala deve seguir determinados procedimentos, considerados convencionais pelas (ii) pessoas e circunstâncias em que determinado caso está sendo apontado, e estas também deve ser consideradas legítimas para a invocação do procedimento em questão. Além disso, (iii) o processo deve ser executado por todos os participantes corretamente (iv) de forma completa e (v) o ato deve ser interpretado como sincero e (vi) o ator realizando o ato de fala deve indicar ações que justifiquem as medidas narradas.

---

<sup>4</sup> O termo não é sem propósito, pois foge justamente da dicotomia "certo-errado". Assim, quando um ato de falha não tem sucesso, ele é denominado "infelicitous" e não falso.

Os atos de fala em estruturas de securitização tem condições semelhantes de "felicity". Esses mecanismos gramaticas não estavam presentes nas primeiras análises da EC, sendo incorporadas posteriormente principalmente para lidar com críticas de aplicação em estudos de caso. Copenhague aponta ainda três condições facilitadoras para tais ações, separadas em interna e externas. A condição interna determina que é necessário seguir "a gramática de segurança, construir uma trama que inclui ameaça existencial, ponto de não retorno, e uma possível saída (Buzan et al, 1998: 32-33.). O foco é, assim, unicamente sobre como o ato é articulado. Os aspectos externos dos atos securitizantes incorporam duas condições, o capital social do ator de securitização e a ameaça por si só (ibid). A segunda condição facilitadora está relacionada com a ameaça em si. Como Buzan et al. (1998: 33) nota, "o mais provável é que se pode evocar uma ameaça à segurança se certos objetos já possuam algum elemento compreendido como ameaçador - sejam eles tanques ou a poluição das águas". Assim, as ameaças "reais" por si só não irão produzir necessariamente processos de securitização, mas elas podem facilitar tais condições. Esta premissa, como irá ser abordado mais a frente, ainda é pouco desenvolvida pela teoria em si. Importante notar que tais "ameaças materiais" (por exemplo, exércitos) podem ter um impacto mais significativo se forem incorporadas em um contexto social específico (por exemplo, ambientes de conflito étnico) e adaptadas com percepções de audiências específicas. Por exemplo, a presença do Exército brasileiro nas fronteiras argentinas não é percebido como uma ameaça por Buenos Aires, enquanto a presença do exército norte-americano é para iranianos, por exemplo.

Dentro dessa lógica, a securitização é uma escolha política consciente tomada pelos atores securitizantes que, caso bem sucedidas, serão capazes de "se libertar das regras" e suspender a política considerada normal (Williams 2003: 218). Tais atores estariam autorizados a tomar tais ações dentro de uma articulação de que a narrativa não só descreve ambiente, mas também cria determinada realidade. Como supracitado, a segurança - ou insegurança - não é necessariamente uma condição objetiva, mas sim o resultado de um processo social específico subjacente a processos de construção social (Bigo,

2009: 4). Este processo social é essencialmente intersubjetivo, um processo de negociação entre atores e as audiências.

A intersubjetividade da teoria reside no fato de que a representação e reconhecimento de qualquer proposta de ameaça são negociadas entre um ator e uma audiência, com esta sendo responsável pela decisão final sobre se a ameaça foi aceita ou não (Stritzel 2007: 363). Isto significa que tanto a "negociação" quanto a "intersubjetividade" são, inevitavelmente, parte de um processo social. Stritzel argumenta que, se este for realmente o caso, então o processo vai contra ao argumento inicial da Escola de Copenhague de que o ato de nomear algo como segurança já seria em si um ato político com consêquências passíveis de análise.

A solução para tal impasse foi apresentada por Balzaq (2005:172), que aponta que a securitização pode ser melhor entendida como

uma estratégica pragmática e prática que ocorre dentro de uma configuração de circunstâncias, incluindo contexto, a disposição psico-cultural da audiência e o poder tanto do ator securitizante quanto do público de conseguir ser ouvido

Não seria, assim, só o conteúdo dos atos de fala que importa - mas uma combinação de como tais narrativas foram apresentadas e como tais considerações se relacionam com práticas já estabelecidas dentro de determinada audiência. Como Entman (2004:6) aponta, imagens, discursos e práticas inseridas em determinado contexto são mais fáceis de serem assimiladas dentro de um espaço narrativo. Essa reflexão é interessante na análise das considerações apontadas pelo estudo de campo tanto no Afeganistão quanto na Líbia. Em ambos os casos, os processos securitizantes realizados pelas Companhias de Segurança Privadas, rearticuladas em uma processo de hibridismo, são efetuados através de mecanismos locais. Essa articulação de práticas endógenas simbólicas, como irá se argumentar posteriormente, facilita não só a atuação dessas empresas como autoriza o emprego de certas ações.

## 2.4. Setores securitizantes e Macrosecuritização

Somam-se a esses pontos abordados a introdução do conceito de "setores securitizantes". Essa abordagem levou a implementação, na Escola de Copenhague, de de uma agenda de segurança ampliada e um relevante desvio dos estudos tradicionais de segurança, onde apenas um objeto referente, o Estado, é considerado. De acordo com Buzan, a segurança de coletividades humanas poderia ocorrer em um número de diferentes setores: políticos, militares, societais, econômico e ambiental (Buzan, 1991: 19). Cada um deles pode possuir distintos objetos referente, tais como identidade, viabilidade econômica e soberania. Isso significa, de acordo com o autor, que o foco dos estudos de segurança não deve ser em apenas um setor, o militar, em apenas um objeto referente, mas sim em um modelo ampliado. (Buzan et al. 1998: 168).

A proposta de uma agenda de segurança ampliada não é incontestável. Há críticas, por exemplo, que argumentam que apesar da suposta abrangência, o foco das análises ainda estaria no Estado. Grande parte do trabalho de Buzan, antes da EC, por exemplo, realmente não diferia de uma ontologia realista e convencional (Booth 1991, Wyn Jones, 1999). No entanto, a visão de Buzan sobre a constituição dos Estados sempre foi distinta dos "tradicionalistas" - que observavam ameaças como questões objetivas. Como Buzan argumenta, Estados são construtos ideacionais e a construção de qualquer questão como uma ameaça é "uma escolha política, e não um dado objetivo" (Buzan, 1991: 115). Em uma fase posterior, e em resposta a essas críticas, houve uma mudança significativa da abordagem centrada no Estado (Bigo, 2007, Nuysmann, 2009, por exemplo). Mesmo com tais modificações, grande parte dos autores ligados a EC reconhece que os Estados ainda são objetos referentes mais importantes e que possuem um papel fundamental em processos de securitização (Buzan et al. 1998: 37).

O primeiro setor securitizante apontado é o **militar**. Essa divisão analítica trataria das capacidades ofensivas e defensivas dos Estados e suas percepções em relação às intenções de outras nações (Buzan, 1991: 19; Buzan et al. 1998: 51). O principal objeto referente a este setor continua sendo o estado, apesar de não ser o único (Buzan et al. 1998: 49); podendo ainda

apontar tribos, como no Afeganistão, ou mesmo religião, na ex-Iugoslávia. As questões militares giram em torno de tradicionais preocupações de segurança nacional, que supostamente possam destruir a *ideia* do que consistiria a normalidade estatal. Ameaças militares, materialísticas em sua essência, como tropas e armamentos, costumam a ocupar um lugar de destaque nas preocupações com segurança, até mesmo pela capacidade de destruir outros setores, como o econômico e o social.

O segundo setor seria o **político**, que estaria preocupado com questões que ameaçam a capacidade do estado de manter a sua estabilidade organizacional. As ameaças variam desde pressionar um governo sobre determinada política, movimentações de golpes políticos, fomentar separatismo ou mesmo deteriorar o tecido político do Estado, a fim de enfraquecê-lo antes de um ataque militar. Este último é, obviamente, o pior cenário, uma vez que é a única que liga ameaças políticas com as militares. Além disso, "as ameaças políticas são [também] sobre reconhecimento, apoio ou legitimidade" (Buzan et al. 1998: 142) para outros Estados ou unidades dentro de um Estado.

Segundo Buzan, a rivalidade entre diferentes ideias e tradições leva ao surgimento de ameaças políticas (1991: 70). A identificação de tais ameaças no entanto, é particularmente complexa, pois é difícil avaliar a gravidade de cada questão de forma a decidir se ela se qualifica como uma ameaça. Fazer a distinção entre a normal rivalidade política / ideológica e ameaças que se qualificam como "questões de segurança nacional" não é simples e, geralmente, não há entendimento universal entre os atores e a audiência. Além das rivalidades ideacionais, ameaças políticas também podem girar em torno da sobrevivência da nação, em um momento em que a identidade nacional pode ser constituída como objeto referente. Há também as ameaças que são voltadas para a legitimidade interna da unidade política e para o reconhecimento externo do Estado (Buzan et al. 1998: 144). Ameaças para a legitimação interna giram em torno de questões de ideologias e ideias que definem a nação, enquanto que as externas estariam relacionadas a processos de identificação. Por exemplo, as narrativas de reconhecimento - ou não - de Taiwan pela comunidade internacional se enquadrariam dentro dessa perspectiva.

O próximo setor seria o **societal**. Buzan, em artigos anteriores, definiu segurança societal como "a manutenção de condições aceitáveis para a evolução de padrões tradicionais de linguagem, cultura, identidade étnica e religiosa, e costumes" (1991: 19,123). Em trabalhos posteriores, porém, a EC fragmentou tais definições, apontando elementos mais complexos e sofisticados. Assim, as ameaças sociais poderiam ser enquadradas como (i) migração, quando determinada comunidade se sente ameaçada por fluxos de indivíduos interpretados como alienígenas, passíveis de modificação de identidade e costumes e (ii) competição horizontal, quando determinada população é influenciada significativamente por comunidades vizinhas. As ameaças, nesse caso, são mais indiretas, com impactos sendo desenvolvidos a curto prazo. Teríamos ainda (iii) competições verticais, em que determinada população se sente ameaçada por processos macro, como por exemplo articulação dentro de instituições maiores. A criação de uma identidade européia, por exemplo, e suas consequências, se enquadrariam nesse panorama. Por fim, teríamos (iv) *depopulation*, quando determinada identidade pode deixar de existir devido a processos de eliminação, como guerra, doenças ou políticas de extermínio.

O próximo setor apontado é o **econômico**, que estaria relacionado com a capacidade do Estado de ter acesso a recursos e mercados financeiros suficientes para sustentar níveis aceitáveis de bem-estar e poder. Este setor é particularmente amplo em objetos referentes, que podem variar desde indivíduos, passando por Estados até um abstrato sistema global. De acordo com Buzan, as tentativas de securitização mais poderosas dentro do setor econômico não são aquelas relacionadas às perdas econômicas, mas sim sobre um possível colapso do bem-estar (ibid: 102). Desta forma, os objetos referentes são Estados ou mesmo grupos de indivíduos - apesar da dificuldade em se apontar, muitas vezes, as origens das ameaças. Esse problema acaba por fazer com que as ameaças econômicas sejam anexadas com outros setores, como o societal, por exemplo, em que determinado grupo étnico é construído como ameaçador em amplos os aspectos. A forma com que a migração é tratada na Europa é um modelo para tais tipos de transbordamentos de ameaças, constituídos multisetorialmente.

Por fim, teríamos o **setor ambiental**, que se refere à manutenção da biosfera planetária como sistema essencial sobre o qual todos os outros empreendimentos humanos dependem. Tais ameaças iriam desde condições naturais, não controladas, como terremotos e furacões, até as ameaças ecológicas decorrentes das atividades humanas, tais como poluição atmosférica e aquecimento global. Tal como acontece nos elementos econômicos, uma das questões em relação ao setor ambiental está na capacidade de anexar problemas que são muitas vezes macro como um elemento passível de reconhecimento local.

O objetivo de tais setorizações é menos o de enquadrar as ameaças em blocos distintos e intransponíveis - mas auxiliar na identificação de narrativas que sirvam na construção de ameaças. Como apontado, não é incomum que questões sejam apontadas dentro de mais de um setor, galvanizando assim sua capacidade de influenciar determinada audiência.

Essa perspectiva, contudo, enquadra as construções de ameaças dentro de um modelo Estatal, com o objeto referente - e o ator securirizante - centralizados nas nações. Contudo, há momentos em que determinados discursos transbordam para além das fronteiras nacionais, realizando movimentações de securitização que podem influenciar atores em cenários globais. É dentro dessa prerrogativa que o conceito de Macrosecuritização é abordado.

Apesar dos discursos serem direcionados a uma audiência específica, não é difícil analisar que determinados atos de fala podem ter consequências para além do alvo inicial. Na tentativa de compreender a circulação desses discursos, o último trabalho de Buzan e Weaver em conjunto tentou tratar de um modelo expandido da Securitização.

Em *Regions and Powers: The Structure of International Security* (2009), os autores apontam o conceito de Macrosecuritização (MS), que teria como objetivo lidar com construções de ameaças referentes a elementos como religiões vistas como universais ou ideologias políticas. Buzan e Weaver sugerem que a MS ocorre em níveis acima da securitização regular, ou seja, dentro de uma lógica estrutural. Assim, a Macrosecuritização, apesar de funcionar dentro dos mesmos mecanismos sua contraparte estatal, funciona em uma dinâmica macro: engloba ameaças consideradas de maior porte e com



capacidade de influência construídas como transnacionais. Como aponta Valença (2010:234), "o que a macrosecuritização traz de novo é que a ideia de coletividade e de ameaça construída a partir de relações intersubjetivas continua válida, mas a relação em tela tem como foco a constelação de segurança, não mais Estados isolados"

Os processos de Macrosecuritização, assim, impõem uma lógica hierárquica, muitas vezes agrupando outras securitizações. Apesar de Buzan e Weaver se concentrarem na Guerra Fria como modelo para investigação desses processos, o conceito tem sido utilizado para entender principalmente a Guerra ao Terror promovida pelos Estados Unidos. A macrosecuritização de guerra global contra o terror ligaria securitizações de combate às drogas, armas de destruição em massa e do terrorismo em níveis locais. A capacidade de iniciar um processo de MS de sucesso depende da capacidade do ator, tendo que empregar capitais distintos para mobilizar, as políticas de identidade de uma série de atores dentro do sistema "(Buzan e Wæver 2009, 268).

Ainda no caso específico da Macrosecuritização da Guerra ao Terror, é interessante apontar que a narrativa de combate a um etéreo grupo de insurgentes serve de guarda-chuva para diversos atores no cenário internacional justificarem medidas coercitivas. Assim, no âmbito do combate ao terrorismo, países com questões distintas de segurança, como a Colômbia com as FARC ou o Egito com a Irmandade Muçulmana, afirmam realizar a mesma mobilização coercitiva, de enfrentar o terrorismo global. Apesar das distinções claras entre grupos guerrilheiros ex-marxistas na América Latina e organizações políticas religiosas no Cairo, a lógica da excepcionalidade liga essas duas movimentações. O discurso de que tais atores só conseguiriam ser enfrentados dentro de mecanismos de exceção indica as relações da macrosecuritização analisada, além de galvanizar apoio dos Estados Unidos para tais ações, por exemplo.

Assim, a Macrosecuritização do Terror não é observada aqui como um mecanismo de homogeneização dos inimigos internacionais - no caso o terrorismo - mas um arcabouço planetário que pode ser resignificado localmente para justificar medidas de excepcionalidade sobre um rival. Esses processos de rearticulação possuem mecanismos coercitivos transnacionais, que circulam entre diversos atores que supostamente estariam realizando tais

atividades. Não surpreende, dessa forma, que os países que acompanharam o processo de Macrosecuritização do Terrorismo dos Estados Unidos replicaram, com ajuda de Washington, ferramentas de detenção inconstitucionais, espelhadas em Guantánamo e, central para a discussão da presente pesquisa, Companhias de Segurança Privada.

## **Conclusão**

Os Estudos de Segurança Internacional passaram por uma série de alterações e novas considerações desde pesquisadores relacionados as Relações Internacionais iniciaram reflexões sobre o tema. Em um dos últimos processos de alargamento da agenda das ESI, no bojo das transformações ocorridas no cenário internacionais na década de 1980, Escola de Copenhague se insere em uma dinâmica que pretende compreender não só novos cenários em que a segurança pode ser compreendida - mas principalmente como o ato discursivo de se indicar algo como uma questão securitária já possui consequências políticas. Além disso, a EC se concentra ainda na inclusão de elementos de análise de discursos, construção subjetiva de ameaças e múltiplas possibilidades de identificação das fontes de (in) segurança. Isso não só favorece a expansão das possibilidades de análise - mas indica ainda caminhos multidisciplinares para a pesquisa de ESI, engessado por décadas em dinâmicas ontológicas específicas. A Escola de Copnheague, contudo, não representa um espaço reflexivo homogêneo - mas um campo de discussões em que algumas prerrogativas são compartilhadas por uma vasta gama de analistas. Este capítulo que como apontado não tinha o objetivo de indicar soluções para conceitos que possam ser interpretados como problemáticos pela EC, indicou contudo que as perspectivas indicadas pela escola estabelecem ferramentas importantes para se compreender criticamente a construção de ameaças globais, além de suas possíveis consequências.

Central para a presente análise, a produção discursiva de um elemento de excepcionalidade como justificativa para salvaguardar determinado agente se mostra um poderoso artifício para a criação de mecanismos de controle de determinadas populações, assim como para uma compreensão alargada de ferramentas contemporâneas de uso da força e de controle de populações. A

análise do caso específico da Macrosecuritização da Guerra ao Terror se mostra relevante pois argumentamos que as Companhias de Segurança Privada analisadas nessa pesquisa são resultado direto desse processo. Ao se construir a ameaça de grupos terroristas etéreos, os atores securitizantes relacionados aos Estados Unidos buscam a autorização do emprego desse tipo de empresa, uma vez que elas, através da própria lógica emergencial, conseguiriam lidar com maior efetividade com tais atores. Excepcionalidade e emergência, assim, são características embrionárias de tais grupos, principalmente pela movimentação nas quais eles foram construídos.

## Capítulo 2

### Guerra ao Terror, Excepcionalidade e Narrativas globais de insegurança

#### Introdução

O presente capítulo pretende discutir a construção narrativa da Guerra Global ao Terror, indicada por atores específicos como o único resultado possível dos atentados de 11 de setembro de 2001 nos Estados Unidos. Dentro deste discurso securitizante, ações de excepcionalidade e de emergência foram acopladas na disputa contra o etéreo grupo denominado "terrorista". Além disso, imbuídos em uma lógica de Macrosecuritização, afirmamos que tal discurso norte-americano de combate ao terrorismo transbordou para outras regiões do planeta, sendo adotado e resignificado por distintos atores<sup>5</sup>. O objetivo do capítulo é traçar um panorama narrativo geral deste momento de emergência, principalmente por anexarmos tais dispositivos como essenciais para a compreensão do emprego em larga escala de Companhias de Segurança Privada, embebidas em uma lógica de excepcionalidade e falta de normas, típicas de um momento de securitização.

Para isso, o capítulo está dividido em dois grandes blocos. No primeiro, irá se estabelecer uma análise crítica dos pressupostos do Estado de Exceção, na tentativa de compreender como zonas de excepcionalidade são estabelecidas e negociadas dentro do espaço soberano. Para isso, irá se discutir os trabalhos dos filósofos Carl Schmitt e Giorgio Agamben, ambos dedicados a compreensão do tema. Apesar de estarmos tratando de pensadores que atuaram em espaço temporais distintos - com o primeiro servindo de grande influência para o segundo - acreditamos que a apresentação das considerações sobre excepcionalidade de ambos constrói uma narrativa sofisticada que nos permite acessar certas prerrogativas do cenário analisado. Além disso, a compreensão dos espaços de não aplicação de lei formam o arcabouço estrutural para compreender como as narrativas de

---

<sup>5</sup> Importante notar que isso não ocorreu em todas as regiões, nem de forma homogênea. Para uma discussão sobre como a Macrosecuritização do Terrorismo teve impactos distintos na América Latina, por exemplo, ver Villa (2014).

terror foram empregadas para a criação de espaços de exceção, tema do segunda parte do capítulo. O segundo bloco, assim, se concentra na análise dos discursos proferidos pelo executivo norte-americano no imediato pós ataques de 11 de setembro de 2001. Irá se concentrar em como tais atos de fala serviram para indicar uma concepção específica do "inimigo terrorista", justificando práticas de coerção contra este e construindo um cenário de disputa binária. Esse embate civilizacional estabeleceu as bases para dinâmicas emergenciais contra o Terror e auxilia, como já apontado, na compreensão da galvanização das Companhias de Segurança Privada.

### 3.1. Soberania e Exceção

A constituição de elementos de emergência e de práticas fora do arcabouço legal são, como supracitados, típicos de uma narrativa securitizante. Para melhor compreender essas ações, é interessante estabelecer uma discussão conceitual sobre como o Estado, representado aqui pelos agentes do executivo, articula e estabelece novas narrativas sobre sua relação com normas.

Para se refletir sobre tal relação entre espaços de excepcionalidade e ações estatais, as análises estabelecidas por Carl Schmitt e Giorgio Agamben se mostram particularmente válidas, principalmente para explorar as consequências políticas do estabelecimento de zonas de exceção, construção de inimigos e ferramentas militarizadas para lidar com as supostas novas ameaças. Schmitt e Agamben são os autores-chave através do qual o idioma de exceção é atualmente introduzido em estudos políticos e internacionais, conforme demonstram Behnke (2004, 2005), Odysseos e Petit (2006 e 2007) e Huysmans (2008). A combinação de suas articulações intelectuais sobre espaços de exceção, conforme irá se demonstrar, criam as bases para que possamos ter uma visão mais clara da Guerra ao Terror e dos mecanismos fomentados para lidar com suas supostas ameaças.

Após essa explanação, irá se analisar discursivamente discursos (**Ficou redundante**) do executivo dos Estados Unidos no imediato pós-ataques de 11 de setembro de 2001, cenário de criação narrativa de quem eram os inimigos a serem enfrentados e quais estratégias deveriam ser adotadas. Por fim, irá se

constatar como a lógica securitizante da Guerra ao Terror, ao construir um tipo de conflito com inimigos etéreos e não respeitadores das normas, acaba por galvanizar o emprego de CSP em tais dinâmicas coercitivas.

### **3.2. Schmitt, Excepcionalidade Constitucional e Ditadura Soberana**

Carl Schmitt é apontado por muitos (XXXX) como sendo o pensador mais comprometido na construção de uma teoria do Estado de exceção. Schmitt era um jurista alemão que ganhou destaque durante a República de Weimar entre 1920 e 1930, além de ativo apoiador do Partido Nazista. Com esse histórico, o pensador tem sido alvo de uma série de debates nas últimas décadas (Scheurman, 1991; Schwab, 1992).

As análises de Schmitt ressaltam pela rejeição da tradicional dicotomia nas análises de excepcionalidade. Até então, teóricos como Hobbes (2004) e Locke (2005), apontavam para uma completa distinção entre esses dois espaços, sendo o campo da exceção uma movimentação oposta a indicação de governos. Schmitt foi inspirado por suas próprias experiências, em que a teoria da exceção seria a melhor resposta à instabilidade política do entre guerras na Alemanha. Assim, o Estado de Exceção para Schmitt é mais do que uma situação política emergencial - mas uma lógica constitucional, que está presente na própria dinâmica da nação. Desta forma, a excepcionalidade seria um processo constitucional autorizado pelo soberano, uma dinâmica que envolve, necessariamente, o próprio ato de soberania.

Esse argumento é materializado na famosa afirmação, na obra "Teologia Política", em que Schmitt afirma que "soberano é aquele que decide pela exceção" (2005:5). Apesar da frase ter sido interpretada de distintas formas, e até mesmo empregada para ressaltar a relação do autor com o Nazismo, ela estabelece a relação específica entre a prática de governo e a decisão de estabelecer espaços de excepcionalidade. McCormick (1997) aponta que as análises de Schmitt sobre esse ponto foram profundamente baseadas no "artigo 48" da Constituição da República de Weimar. Esse elemento jurídico explicitamente autoriza o executivo alemão, naquele momento, a invocar poderes de emergência quando a segurança e a ordem pública estivessem

fortemente ameaçadas. O Artigo permitida que todas as medidas necessárias<sup>6</sup> pudessem ser adotadas para o restabelecimento da segurança e da ordem pública, além de autorizar a suspensão dos direitos fundamentais. Entre 1919 e 1932, o artigo 48 foi invocado mais de 250 vezes, para lidar com inúmeras crises (Rossiter, 2002:60).

Apesar de, em teoria, a utilização desses poderes de emergência estarem sujeitos às restrições impostas pelo Legislativo e pelo Judiciário, estes não tiveram capacidade de efetivamente estabelecer mecanismos para controle, justamente por se tratar de períodos socialmente construídos como excepcionais. Rossiter (2002:12) argumenta que tal falta de controle foi uma das razões para que o sistema dos poderes de emergência, supostamente temporário, se transformasse em um permanente estado de exceção.

A aplicação dessa lógica de excepcionalidade configuraria, para Schmitt, uma "Ditadura Soberana" (Ibid, 2005:33). Ela se distinguiria de um outro modelo, a "Ditadura Comissarial", em que os elementos de excepcionalidade teriam sido concedidos a determinada liderança por uma instituição, ou mesmo a própria constituição. Nesse caso, o uso de ferramentas fora das normas estabelecidas seria controlada e temporária e poderia ser observada em diversos momentos históricos, como no Império Romano. Por outro lado, a "Ditadura soberana" seria um fenômeno moderno: o ditador soberano não estaria restrito efetivamente por quaisquer leis e estaria livre para estabelecer uma nova ordem legal, caso deseje (Idem, 2005:34).

Conforme iremos abordar aqui, nota-se que certas decisões políticas dos Estados Unidos possuem certas semelhanças com as práticas descritas pelo pensador alemão. Nota-se que a discussão apresentada aqui não é de tentar definir Washington como 'democrático' ou 'ditatorial' - mas ressaltar certas práticas de excepcionalidade que podem ser melhor analisadas ao acoplarmos as considerações schmittianas. Embora Schmitt tenha escrito extensivamente sobre o estado de exceção, não há definição clara do conceito, alegando que era impossível definir a exceção, pela sua própria natureza. Conforme indique em "Teologia Política", O que não está codificado na ordem jurídica existente pode, no máximo, ser caracterizado como um caso de perigo

---

<sup>6</sup> Como já apontado, repara-se aqui novamente a forte influência do pensador alemão na constituição do conceito de Securitização pela Escola de Copenhague.

extremo, um perigo para a existência do Estado, ou algo do gênero (Idem, 2005:12)

A exceção não pode ser explicada, normativamente, como ameaças e perigos para o Estado, uma vez que incluiria uma extensa lista de ações. O que é, portanto, importante para Schmitt é estabelecer o fato de que a exceção pode potencialidade (?) ocorrer em qualquer ponto (Idem, 2005). Como a exceção não pode ser definida, a saída analítica está em torná-la inseparável da questão da soberania. Nas palavras de Schmitt (Idem, 2005: 49) "é precisamente a exceção de que torna pertinente o objeto da soberania, ou seja, [ela representa] toda a questão da soberania".

Dentro dessa lógica, a Soberania não decorre da lei ou da ordem jurídica, mas a precede, e a autoridade do soberano deriva de seu poder para declarar o Estado de exceção e agir de forma a combater a crise, mesmo que tais ações estejam fora do arcabouço legal. Schmitt alega que a exceção é a expressão mais pura e um reflexo do ato político. Nota-se, assim, que o legal e o ato político não são necessariamente coincidentes: o segundo, aglutinado na tomada de decisão do soberano, precede e restringe qualquer arcabouço jurídico.

As implicações da conexão entre a política, a soberania e a exceção são extensas. Para o pensador alemão, a principal distinção que o soberano pode fazer na ordem política é a de "amigo e inimigo" (Schmitt, 1996:26). Uma vez todos os aspectos do comportamento humano podem ser alocados no padrão da política, a excepcionalidade permeia todos os aspectos da existência humana. Decidir sobre a exceção se torna a decisão mais importante dentro do cenário político (Idem, 1996: 33), apesar de ser impossível elaborar um conjunto concreto de padrões normativos passíveis de cobertura de todas as ocorrências futuras.

Walter Benjamin, pensador alemão contemporâneo de Schmitt com também forte influência em Agamben, aponta que a análise histórica trás a luz a permanência de lógicas de excepcionalidade e mecanismos políticos empregados para justificar a criação de estado de emergência.

A tradição dos oprimidos nos ensina que o "estado de emergência" em que vivemos não é a exceção, mas a regra. Devemos alcançar um



concepção de história que está de acordo com essa percepção (2006:12).

A exceção não deve ser analisada, assim, apenas como parte de um debate sobre a legitimidade das ações de um Estado em caso de emergência. A exceção é um direito fundamental para a existência política, e não deve ser realizada em uma relação dialética com considerações sobre normalidade, mas considerada em si mesma. É essa afirmação que será base para o pensamento de Agamben e, a partir dele, irá basear sua análise sobre excepcionalidade e suas consequências nos períodos modernos.

### **3.3. Agamben, Vida Nua e Espaços de Exceção**

O interesse na filosofia de Giorgio Agamben tem crescido exponencialmente na última década. Além de profícuo intelectual e de ativo personagem público, um tema constante nas obras do pensador italiano é como a vida social tem sido continuamente definida e redefinida por lógicas de poder (Genel, 2006: 12).

Em relação a implementação de espaços de exceção, Agamben ressalta em suas obras que a prática de ações de excepcionalidade não são temporárias ou necessariamente separadas das normas. Ao invés disso, a exceção é uma zona de indistinção onde direito e a ação política coincidem (Agamben, 2005: 23). Em seu trabalho sobre a exceção, o pensador italiano distingue entre a ordem jurídica, *il diritto*, e a lei, *la legge*. Enquanto a Lei Estatal, a segunda, indicaria que normas podem se contradizer, a ordem jurídica mantém a ficção de que as normas seriam aplicadas a todos os casos, instrumento capaz de lidar com todas as situações do cotidiano. A ordem jurídica sustenta que não existem lacunas, no sentido de que o ordenamento jurídico abrange todas os espaços que surgem (Idem, 2005: 35). A Exceção em Agamben, portanto, não existe como separada ou como dicotômica com a lei. Embora Agamben se aproprie da noção de Schmitt da decisão soberana, ele argumenta que as tentativas de relacionar a exceção com a ordem jurídica gera paradoxos e aporias que não podem ser explicadas. Se a exceção estivesse contida dentro do ordenamento jurídico como parte do direito positivo, ela

estaria presente dentro do próprio arcabouço que é suspenso. Agamben concorda com Schmitt que existe uma "continuidade essencial entre o Estado de Exceção e a Soberania" (Idem, 2005: 121), afirmando que essa contiguidade faz com que as ferramentas de emergência sejam uma problemática fundamental da política moderna. Agamben concorda ainda com Schmitt na lógica em que o Estado de Exceção é o resultado de uma decisão subjetiva, apontando que as únicas circunstâncias necessárias e objetivas são aquelas declaradas.

Porém, Agamben argumenta que a formulação moderna do estado de exceção teria como início simbólico o decreto de 1789 da Assembleia Constituinte francesa, em que se distingue um "Estado de paz" de um "Estado de sítio", em que "todas as funções confiadas à autoridade civil para manter a ordem sejam transferidas para o comandante militar" (Agamben, 1999: 45). Desde então, o estado de exceção tem sido gradualmente retirado de um contexto de conflitos, introduzido em tempos de paz para lidar com interpretações de desordem social e crises econômicas. As principais observações, são, em primeiro lugar, que "o Estado de exceção moderno é uma criação da tradição democrático-revolucionária e não o absolutista" (Idem, 1999: 61) e, em seguida, que movimentações de excepcionalidade imediatamente assumem um "personagem político fictício", em que um vocabulário bélico é mantido metaforicamente para justificar a ampliação dos poderes governamentais. Estes pontos são demonstrados repetidamente por Agamben em momentos na Europa e nos Estados Unidos, como na introdução de estados de emergência para lidar com crises financeiras na Alemanha em 1923, na França em 1925, para greves sindicais e sociais na Grã-Bretanha em 1920, e mesmo em Roosevelt, nos Estados Unidos, para garantir a aprovação do New Deal em 1933.

Agamben argumenta, assim, que no século XX, com o aumento do recurso às lógicas de emergência nas democracias ocidentais, a exceção não pode mais ser diferenciada das normas - estabelecendo, assim, um estado permanente de exceção. Dentro dessa lógica, a exceção não deve ser considerada inerente à lei, nem um espaço além da lógica normativa. O problema da definição da exceção não pode ser resolvido por meio de uma simples oposição de dentro / fora. A exceção deve ser entendida como uma

zona de indistinção onde definições de inclusão e exclusão não são claras, um "espaço cinza" menos definidos do que articulações anteriores, como as de Schmitt.

Nessa lógica, o pensador italiano explica tal importância da exceção para os mecanismos legais através de uma analogia linguística. Apropriando-se e seguindo a distinção do linguista suíço Ferdinand de Saussure, Agamben afirma que elementos linguísticos existem na linguagem sem qualquer significado real. Tais elementos só ganham significado através de sua utilização em discursos reais. Da mesma forma, a fala, a atividade linguística concreta, só ganha sentido se uma língua é estabelecida como um pressuposto para a comunicação (Agamben, 2005: 81). A relação entre a fala e a linguagem não é baseada em qualquer operação lógica, sendo a única maneira em que uma proposição genérica, dotada de uma referência meramente virtual, se torna materializada é através da atividade prática.

Agamben afirma que a prática normativa seguiria uma lógica semelhante, uma vez que a aplicação de uma norma não pode estar contida dentro da própria estrutura normativa, não podendo ser derivada dela. A ligação entre a norma e sua aplicação encontrar-se-ia na exceção, que existe como uma zona de indistinção onde a norma e aplicação revelam sua separação. Dentro dessa linha, o pensador italiano rejeita a posição de Schmitt e move-se para deslocar qualquer teoria que "procura anexar o estado de exceção com o arcabouço jurídico" ou "inserir-la indiretamente em um contexto jurídico" (Idem, 2005:91-101). O estado de exceção não seria parte inerente do Estado de direito, mas um espaço sem lei, uma zona de anomia. Não é equivalente a uma ditadura, onde as leis continuam a ser feitas e aplicadas - embora não democraticamente - mas o momento em que a lei é esvaziada de qualquer conteúdo.

Agamben utiliza o conceito de "campo"<sup>7</sup> para materializar o espaço que se abre quando o Estado de exceção encontra um local permanente, como teria acontecido na Alemanha Nazista, com os campos de concentração, ou atualmente, com espaços de excepcionalidade:

---

<sup>7</sup> Não confundir com o o conceito de "campo de disputas" de Pierre Bourdieu

O campo é, assim, a estrutura em que o Estado de Exceção - a possibilidade de decidir no que se funda o poder soberano - é realizado normalmente (...) [Ele], na verdade, delimita um espaço em que a ordem normal é suspensa de fato e nas quais a realização ou não de atrocidades não depende da lei, mas na civilidade e na ética daqueles que temporariamente agem como soberanos (Agamben, 1998:115).

Esse espaço político estaria fortemente relacionado com o práticas de "vida nua", segundo o pensador italiano. Para desenvolver os paradoxos da *vitta nua*, Agamben rearticula considerações de Aristóteles e Hannah Arendt<sup>8</sup> sobre as distinções entre a vida biológica (*zoe*) e da vida política (*bios*), entre a mera vida e a boa vida. *Zoe* seria a vida regida por instintos animais, ausente de cultura ou liberdade. *Bios*, assim, seria a vida política, formada através da *práxis* do sujeito e elaborada historicamente. Em *Homo Sacer* (2005), Agamben introduz sua genealogia da "vida nua" da antiguidade à modernidade. Tal conceito descreveria aqueles despojados de significado político e expostos à violência, sendo tanto o resultado da decisão soberana sobre o estado de exceção quanto o alvo de violência soberana. Importante ressaltar que *la vitta nua* não é o mesmo que a biológica *zoe*, mas sim as consequências da destruição da *bios*. Diferente do estado de natureza hobbesiano, a *vida nua* "não é simplesmente a vida natural, a *zoe* dos gregos, nem *bios*, mas sim uma zona de indistinção e transição contínua entre o homem e os animais" (1998: 109). Mais enfaticamente, a conclusão do *Homo Sacer* salienta o fato de que "esta tentativa de repensar o espaço político do Ocidente deve começar com a clara consciência de que já não existe a distinção clássica entre *zoe* e *bios*" (Idem, 1998:187) .

Para Agamben, a vida nua constitui o "núcleo oculto" - mas original - da política ocidental, na medida em que a sua exclusão funda a esfera política. A Vida nua seria sempre capturada pela política de uma forma dupla: em primeiro lugar, sob a forma da exclusão da *polis* e, por outro, na forma de ações ilimitadas de violação das normas, que não seriam consideradas crimes. Assim, as categorias mais fundamentais da política ocidental não são do

---

<sup>8</sup> Aristóteles, em "Política", faz indicações para a "boa vida", enquanto Harendt, resgatando o filósofo grego, indica a separação entre *zoe* e *bio*, especialmente em "A Condição Humana",

contrato social, ou o amigo e inimigo, mas a vida nua e o poder soberano (Idem, 2010: 8).

A genealogia do conceito começa na primeira figuração da vida nua expressa no direito romano, através da formação do *homo sacer*, ou seja, o indivíduo que pode ser morto sem que existam consequências, não sendo digno de qualquer punição jurídica ou sacrifício religioso. Banido da coletividade, ele é o referente da decisão soberana sobre o estado de exceção, confirmando a excepcionalidade o funcionamento normal da lei. Na genealogia de Agamben, a grande mudança na politização da vida nua ocorre na modernidade: a vida nua deixa de ser excluída da política, tornando-se sua norma. A vida nua, assim, começa gradualmente a coincidir com a esfera política (Idem, 2010:8). No entanto, essa inclusão não significa a sua integração com a existência política; ao contrário, é uma inclusão disjuntiva, que continua a ser alvo de violência soberana.

Uma vez que a vida nua está incluída dentro das democracias ocidentais, a política moderna trataria da escolha de novos alvos de exclusão, como refugiados, imigrantes ilegais e, no ponto importante para essa tese, os considerados terroristas.

### **3.4.. Guerra ao Terror e narrativas modernas de excepcionalidade**

Como apontado por Agamben, a criação de espaços de excepcionalidade se tornou norma em centros políticos na modernidade. Desde o fim da Guerra Fria, os Estados Unidos se consolidaram como poder hegemônico unilateral, em uma movimentação sem precedentes dentro do sistema internacional. Este desequilíbrio, a prática recorrente de ações militares internacionais e um sem número de outras narrativas tentam explicar a recorrente possibilidade, e existência, de conflitos e supostas ameaças ao "american way of life". Como mencionado anteriormente, as ameaças não são dadas objetivamente: elevar um problema ao status de ameaça existencial, legitimando o uso de meios extraordinários para solucioná-los, não é um ato

neutro. É o resultado de uma construção retórica com fortes conotações políticas.

A experiência do 11 de setembro de 2001, com o sequestro de aviões comerciais e ampla midiatização dos resultados dos ataques, representou a resignificação de uma série de discursos de "marco temporal", em que as ações a partir daquele momento seriam completamente distintas das conhecidas até então. Pesquisadores como Stephen Walt (2002: 3) materializaram tal sensação, apontando que se tratou da "mais rápida e dramática modificação na Política Externa dos Estados Unidos". O pós-11 de setembro, assim, provocou ainda a tentativa de constituição homogênea do que representou o evento, centralizada no argumento do governo do então presidente George W. Bush Jr de que os EUA se viam confrontados por uma ameaça existencial.

O estabelecimento de um discurso dominante do que os ataques representaram foi especialmente importante para o processo de securitização - e posterior macro - , principalmente pela capacidade do governo de estabelecer um entendimento universal do que os ataques significaram para o país e sua identidade (Edkins, 2003: 1; Krebs e Lobasz, 2009: 118). A resposta a tais acontecimentos, assim, estabeleceu um quadro de interpretações para ações futuras, habilitando não só a Guerra ao Terror como autorizando todos os meios necessários para conter a ameaça terrorista.

O momento de completa aporia provocado pelos ataques terroristas, como descrito por Resende (2011), fragmentou as tradicionais barreiras que, supostamente, garantiriam uma discussão mais ampla sobre o uso da força e as maneiras com as quais os Estados Unidos responderiam aos ataques. O enfraquecimento da oposição política, o monopólio do governo sobre as fontes de informação e certa adesão ultrapatriótica dos meios de comunicação (Amar, 2009) acabaram por assegurar o domínio das forças do executivo na construção do que foram tais acontecimentos. Mesmo grande parte dos democratas, na oposição naquele momento, acabaram por apoiar a administração Bush , o que galvanizou ainda mais o discurso dominante de resposta emergencial.

"No espaço retórico do pós-11 de setembro, os políticos democratas que normalmente representariam uma vigorosa oposição à invasão ficaram relativamente silenciosos ou suavizaram suas críticas. Isso foi provocado menos por terem sido convencidos pelas reivindicações da administração Bush e mais pelo processo de fixação da Guerra ao Terror como o discurso dominante, que acabou por os privar de empregar outros argumentos ou mecanismos socialmente aceitos de resposta" (Krebs e Lobasz , 2009: 128).

A falta de oposição foi complementada com um quase monopólio do governo sobre as informações envolvendo o atentado e suas repercussões (Edwards, 2008; Kauffman,2004). Donald Rumsfeld, então Secretário de Defesa, afirmou que "o apoio público para a guerra contra o terror exigiria novas e criativas maneiras de controlar as informações e estratégias de construção positiva da administração" (Western, 2009: 157). Esta declaração evidencia a tentativa do governo em estabelecer a exclusividade sobre as informações relacionadas ao tema, acabando por sedimentar o controle das percepções, interpretações e consentimentos. Tanto a falta de oposição política quanto o monopólio da informação contribuíram para o fracasso dos meios de comunicação no fornecimento de informações equilibradas:

Os meios de comunicação permanecem amplamente prejudicados por sua incapacidade de confirmar ou refutar de forma independente os dados do governo. [Os jornalistas] em Washington e Nova York continuaram a recorrer extensivamente às fontes do governo dos EUA (...) Até mesmo editores do New York Times- afirmaram que textos sobre esse período foram baseados em fontes 'não seguras' ou 'insuficientes para serem empregadas sem questionamento" (Chomsky, 2009: 168).

A combinação da falta de dissidência política, um quase monopólio do governo sobre as informações e uma mídia essencialmente acrítica criou o

espaço discursivo que o governo precisava para estabelecer uma narrativa dominante do que significou os ataques, centralizada fortemente na Guerra ao Terror. A criação deste mecanismo discursivo foi fundamental para justificar políticas subseqüentes. Um exemplo interessante dessa manifestação de construção de significados pode ser observada no discurso proferido por Bush na noite de 11 de setembro de 2001:

Hoje, caros concidadãos, o nosso modo de vida, a nossa própria liberdade foram atacados por uma série de atos terroristas deliberados e mortais (...) Esses atos de assassinatos em massa tinham a intenção de amedrontar nossa nação em direção ao caos e nos fazer recuar (...) A América foi alvo do ataque por que nós somos o farol mais brilhante para a liberdade e oportunidade no mundo. Esses ataques deliberados e mortais são mais do que atos de terror. Foram atos de guerra e a liberdade e a democracia estão sob ataque (...) Este inimigo se esconde nas sombras e não tem nenhum respeito pela vida humana. Este é um inimigo que ataca pessoas inocentes e desavisadas e não vamos permitir que esse inimigo ganhe a guerra, mudando o nosso modo de vida ou que restrinja nossas liberdades (...) Estamos dispostos a fazer o que for preciso para proteger nossa segurança nacional ( ...) esta será uma disputa monumental do bem contra o mal, mas o bem vai prevalecer (Bush, 2001b).

A alegação de que os ataques foram atos de guerra, e não ações criminosas perpetradas por uma organização sub-estatal, não deve ser naturalizada. Tal ação pode ser compreendida como um ato securitizante que enfatiza a ameaça existencial dos EUA, além da necessidade de uma resposta militar emergencial. Bush, então, passa a reiterar que os ataques foram um baque aos fundamentos da identidade americana: liberdade e democracia. Este é um movimento securitizador ao tornar explícita a ameaça existencial, como também serve para consolidar a identidade americana como personificação da liberdade e da democracia, sugerindo que o inimigo representa a antítese destes valores. Essa lógica binária auxilia na construção



de um inimigo etéreo, definido apenas como adversário dos valores norte-americanos.

A construção de um inimigo apontado como essencialmente "maligno" tem como finalidade desumanizar tais atores, o que facilita na angariação de apoio público para o uso de todos os meios necessários para garantir a segurança. Conforme aponta Haslam (2006:254), "a desumanização nega ao indivíduo qualquer senso de reconhecimento e comunidade, perdendo sua capacidade de evocar compaixão e morais emoções, se transformando em meros meios para fins estratégicos" Um conceito particularmente instrutivo pode ser aplicado para analisar as declarações do governo: as articulações sobre "proximização"<sup>9</sup> estabelecidas por Piotr Cap (2007:22). Nesse tipo de análise, busca-se compreender como determinado ator legitima suas ações através da relativa proximidade da ameaça em relação à uma audiência, exigindo uma ação imediata. Cap enumera três métodos de "proximização": espacial, temporal e axiológica. A primeira seria aquelas envolvendo uma proximidade com a audiência, enquanto a segunda estaria relacionada com momentos históricos de importância para o destinatário enquanto que a última consiste na interpretação de imediação de valores ideológicos estrangeiros nocivos aos vistos como endógenos a audiência. Esse modelo estabelece uma narrativa mais sofisticada se aglutinado com as perspectivas setoriais apresentadas no capítulo 1, onde claramente a ameaça terrorista está enquadrada em variáveis societais e políticas. Esse modelo aglutinado auxilia a tornar mais explícitas as manobras securitizadoras da administração Bush: por exemplo, todos os três métodos podem ser observados no seguinte trecho:

"Nosso inimigo é uma rede radical de terroristas e todos os governos que os apoiam. [Tais grupos] odeiam nossas liberdades: nossa liberdade de religião, nossa liberdade de expressão, nossa liberdade de voto e de poder discordar uns com os outros. Eles são os herdeiros das ideologias assassinas do século 20, seguem o caminho do fascismo, do nazismo e do totalitarismo (...) nossa nação foi avisada: nós não somos imunes à ataques ( ...) o terror, quando deixado sem resposta,

---

<sup>9</sup> Do original em inglês 'proximization

não só pode derrubar edifícios, como pode ameaçar a estabilidade dos governos legítimos e, em nossa tristeza e raiva, nós encontramos nossa missão e nosso momento. A Liberdade e o Medo estão em guerra um com o outro. O avanço da liberdade humana, a grande conquista do nosso tempo, e a grande esperança de todos os tempos, agora depende de nós. Nossa nação - esta geração - vai ter de encarar uma negra ameaça de violência contra nosso povo e nosso futuro"(Bush, 2001c).

O elemento axiológico é empregado para reforçar o argumento de que "eles", tal inimigo etéreo, odeiam os Estados Unidos pelo o que a nação representa, apresentando uma ideologia exógena semelhante ao fascismo e ao nazismo. A relação espacial é aparente quando Bush lembra a audiência de que não são imunes a um ataque inimigo, e reforça imagens dos atentados, como os edifícios sendo derrubados, indicando a que as fronteiras norte-americanas foram violadas. Por fim, a proximidade temporal se dá na medida em que Bush concede aos Estados Unidos uma responsabilidade histórica na garantia de valores ligados à liberdade e a democracia. Esses mecanismos de "proximização" ressaltam o caráter securitizante das manobras, com a identificação de uma ameaça existencial política e societal, com a anexação da necessidade de se tomar medidas imediatas para solucioná-las.

Uma vez que a ameaça existencial foi estabelecida, em movimentações pós-11 de setembro, o governo iniciou uma lógica narrativa mais ampla na guerra contra o terrorismo. Este discurso facilitou as justificativas para o emprego de práticas de emergência e superação das normas vigentes, em uma clara lógica securitizadora. O estabelecimento do que representou os atentados terroristas de 2001, dentro dos mecanismos supracitados, foi de essencial importância no sentido de constituir um *esquema cognitivo* (Piaget, 1968: 4) em grande parte da população dos Estados Unidos. Tal conceito aponta para a criação discursiva de combinações imediatas em determinadas situações, sem que necessariamente existisse algum tipo de relação causal entre elas. Dentro dessa premissa, as palavras ou frases que implícita ou explicitamente mencionassem tais ataques terroristas estariam anexadas com

um conjunto de interpretações e associações. Assim, seguindo Resende (2010), acreditamos que a administração Bush estabeleceu uma lógica relacional entre um tempo de sofrimento e insegurança, centralizado nos atentados, e a necessária imediata extraordinária para lidar com tais desafios. Dito isto, a criação da *lógica cognitiva* do 11 de setembro está centralizada em uma movimentação binária, retomada de considerações históricas e narrativas que desumanizam os chamados terroristas, para a necessária movimentação violenta como resposta, pautada em premissas emergenciais.

Importante apontar ainda que até o presente momento observamos a securitização em duas frentes: governos inimigos - materializados no chamado Eixo do Mal<sup>10</sup> - e de terroristas de forma geral, classificados em uma lógica etérea. A terceira ameaça, a presença de Armas de Destruição em massa nas mãos dos supracitados atores, vai emergir em momentos subsequentes, principalmente em relação ao Iraque. Mais importante para o presente argumento, entretanto, é ressaltar a construção de uma ligação automatista entre as três ameaças, evidenciado em toda a retórica política dentro da narrativa da guerra contra o terrorismo.

A Guerra ao Terror como plano político se materializou alguns dias após os atentados, em 20 de setembro de 2001, em que Bush argumentou que

"Nossa guerra contra o terror começa com a Al Qaeda, mas não termina aí. Ela não terminará até que todos os grupos terroristas de alcance global forem encontrados, bloqueados e derrotados (...) Esta guerra não vai ser como a guerra contra o Iraque uma década atrás (...) os americanos não devem esperar uma batalha, mas uma campanha longa, diferente de qualquer outra que já vimos (...) [nós] vamos perseguir nações que fornecem ajuda ou refúgio para o terrorismo (...) ou você está conosco ou está com os terroristas. Deste dia em diante, qualquer nação que continue abrigando ou apoiando o terrorismo será considerada pelos Estados Unidos como um regime hostil. Essa é uma luta civilizacional, esta noite enfrentamos novos e

---

<sup>10</sup> O Eixo do Mal, ou *Axis of Evil*, foi citado pela primeira vez pelo então presidente Bush em 2002 para apontar atores que poderiam provocar ameaças para os EUA, principalmente por possuírem armas de destruição em massa - seriam eles o Irã, o Iraque e a Coreia do Norte.

repentinos desafios, iremos responder a violência com a justiça paciente, na certeza da honra de nossa causa (Bush, 2001h).

Importante ressaltar que pela primeira vez nesse discurso Bush nomeia a "ameaça" terrorista (Feith, 2008:66). Tal movimentação é relevante uma vez que trata-se de uma atualização dos "bárbaros" apresentados até então. No entanto, apesar de identificar aqueles que acredita serem os responsáveis pelos ataques de 11 de setembro, Bush amplia o objetivo, apontando que irá perseguir qualquer organização terrorista que possua alcance global. Em seguida, o presidente faz referência à Guerra do Golfo com o Iraque, ocorrida então há cerca de dez anos. Embora o propósito da referência tenha sido para contrastar tal conflito com a atual guerra ao terror, pode-se argumentar que Bush já apontava para certos indícios da ameaça iraquiana, que seriam reforçados publicamente meses depois. Nesse discurso, que Edwards (2008:42) aponta como "preparatório", o presidente norte-americano já indica que a população estadunidense terá que lidar com um período longo de conflitos, justificando que se trata de um inimigo diferente de tudo que já foi enfrentado.

A premissa de que se tratava de um novo período - com um novo tipo de inimigo - é um tema ressaltado de forma consistente em praticamente todos os discursos do governo, servindo principalmente para justificar respostas excepcionais para tais desafios. Assim, estabelece as bases para o argumento de que estratégias antigas, como a contenção e dissuasão, não vão funcionar. Interessante apontar que esse discurso já delimita o que posteriormente será uma das marcas da chamada "Doutrina Bush" (Kaufmann, 2008), no qual não há distinção entre organizações terroristas e regimes que lhes dão suporte, polarizando a questão em dois grupos: os aliados dos Estados Unidos e aqueles que apoiam grupos terroristas. Esta política se tornou a base narrativa da guerra contra o terrorismo, além de materializar as justificativas para as futuras guerras no Afeganistão e no Iraque. A ênfase na lógica binária do "nós" contra "eles" impõe uma premissa de apoio irrestrito, uma vez que não há meio termo entre as duas frentes.

Essa lógica dual é complementada pela manifestação de que a guerra contra o terrorismo é essencialmente uma disputa civilizacional. Em narrativas

semelhantes às de Samuel Huntington, Bush aponta para um conflito iminente entre "civilização" e "barbárie", do bem contra o mal, legitimando a missão dos Estados Unidos e justificando manobras securitizadoras. Esta retórica dicotômica valida o uso de meios extraordinários na guerra contra o terrorismo, uma vez que os EUA se posiciona como justo defensor da civilização. A dualidade entre bem e mal é uma das principais narrativas empregadas pelo governo Bush para descrever os terroristas. Assim, enquanto os Estados Unidos eram apresentados como epítome da liberdade e da democracia, os terroristas representavam o negativo direto, em uma dicotomia simples que não permite diálogo ou maiores sofisticções.

Como aponta Leite (2014:105), a dualidade entre bem e mal é uma das principais narrativas empregadas pelo governo Bush para descrever os terroristas. Assim, enquanto os Estados Unidos eram apresentados como epítome de narrativas positivas - como democracia e civilidade - os terroristas são apontados como o oposto absoluto. Essa análise exclui qualquer possibilidade de interação e de relação com os adversários.

O papel dessa diferenciação foi essencial para convencer a audiência [norte-americana] de que os objetivos propostos eram "essenciais" à segurança dos Estados Unidos. Bush não apenas constrói o inimigo, mas o faz em contraponto às características que considera positivas no seu povo, aquele que vai receber a mensagem..." (Idem, 2014: 105)

Bush solidificou tal narrativa no discurso de "Estado da União" meses depois:

Nossa nação está em guerra, nossa economia está em recessão e o mundo civilizado enfrenta perigos sem precedentes. Em apenas quatro meses, a nossa nação confortou as vítimas [dos atentados], salvou um povo faminto e libertou um país da opressão brutal (...) As mães e filhas do Afeganistão eram cativas em suas próprias casas (...) Para muitos americanos, estes quatro meses trouxeram tristeza e dor

que nunca irão desaparecer completamente mas nossa causa é justa e contínua" (Bush, 2002a).

Novamente, o então presidente norte-americano representa os EUA como centro do "mundo civilizado", reafirmando a justiça moral da missão americana na guerra contra o terrorismo, materializando a necessidade de medidas extraordinárias para fazer frente a este "perigo sem precedentes". O então presidente norte-americano posiciona ainda o exército americano como o salvador do povo afegão, estabelecendo premissas humanitárias nas suas ações, incluindo a figura de "mulheres e crianças". Tal lógica reforça a narrativa dos EUA como ator de implementação de democracia e liberdade - ponto galvanizado posteriormente após não se encontrarem Armas de Destruição em Massa no Iraque. No mesmo discurso, Bush, continua a construir sua narrativa, proclamando:

Temos visto a profundidade do ódio dos nossos inimigos e a profundidade de seu ódio é igualada pela loucura da destruição que eles projeta. Devemos evitar que os terroristas e os regimes que buscam armas químicas, biológicas ou nucleares ameacem os Estados Unidos e o mundo . A minha esperança é que todas as nações vai acatar nosso pedido e eliminar os parasitas terroristas (Bush, 2002a).

Bush articula, nessa passagem, que o inimigo é irracional, em nova referência a dicotomia civilização versus barbárie. Ao trazer o argumento de "racionalidade" para a equação, os EUA deslegitimam e despolitizam a causa dos supostos terroristas. A afirmação também promove uma lógica de desumanização, restringindo a motivação de tais grupos ao elemento "insanidade", reduzindo assim as capacidades da audiência de estabelecer vínculos emocionais com tais indivíduos. Rotular o inimigo como insano automaticamente faz com que as suas motivações sejam incompreensíveis e incompatíveis para as pessoas "racionais". O discurso que retira a humanidade de tais atores é aplicado de forma mais explícita quando Bush se refere aos terroristas como "parasitas": interpretar o inimigo como sub-humano é

fundamental para o desacoplamento moral, o que desempenha um papel fundamental na audiência norte-americana ao aceitar as práticas de securitização. Neste discurso específico, Bush reafirma ainda o vínculo sobre a "ameaça tripla", exigindo medidas de emergência para lidar com terroristas e regimes que empregam armas de destruição em massa.

"O Iraque continua a exibir a sua hostilidade em relação aos Estados Unidos, apoiando o terror. O regime iraquiano tem conspirado para desenvolver antrax e e armas nucleares há mais de uma década (...) Estados como estes, e seus aliados terroristas, constituem um Eixo do mal (...) ao buscarem [desenvolver] armas de destruição em massa, estes regimes representam um grave e crescente perigo (...) o preço de indiferença seria catastrófico. Meu orçamento inclui o maior aumento nos gastos de defesa em duas décadas, por que apesar do preço da liberdade e da segurança ser alto, [ele] nunca é muito alto. A América não está mais protegida por vastos oceanos , estaremos protegidos de ataques apenas através de ações enérgicas no exterior e aumentando a vigilância em casa" (Bush, 2002a).

Nota-se que o Iraque é apresentado como a consolidação da ameaça tripla, se tornando um alvo interessante também por ser um Estado consolidado, mais fácil de ser construído como ameaça do que atores não-estatais, mais etéreos. A constituição do "Eixo do Mal" estabelece o *enmesh* entre a Guerra ao Terror e a já histórica disputa do "bem contra o mal". O conglomerado de países, que denota uma interpretação simplista, por se tratarem de nações extremamente distintas, faz ainda alusão às potências do eixo da II Guerra Mundial: Alemanha, Itália e Japão. A inclusão de tal conflito não é sem propósito, uma vez que a disputa é associada com a maior vitória militar dos Estados Unidos no século XX, reforçada por narrativas midiáticas há décadas. A Segunda Guerra, além disso, reforça a interpretação das forças aliadas, lutando pela liberdade e democracia, contra as potências do Eixo, a manifestação do fascismo e do tirania. Esse esquema é muitas vezes invocado

na retórica política norte-americana, não sendo assim novidade no período em que Bush a emprega (Bandura, 1999: 195-196).

Essa análise também ressalta que a resposta militar é a chave para o triunfo do bem sobre o mal, uma vez que apenas um esforço bélico em grande escala garantiu a vitória das forças aliadas. Assim, os ideais militarizados estão fortemente acopladas com a lógica da II Guerra Mundial, sendo um poderoso dispositivo discursivo para justificar o uso de todos os meios necessários para garantir o triunfo do bem sobre o mal. Bush encerra esse fragmento justificando o maior aumento nos gastos de defesa em duas décadas, um indicador claro do componente de securitização de ação de emergência. O então presidente, em seguida, passa a afirmar que o preço da segurança nunca será muito alto, uma justificando o uso de todos os meios necessários para conter a ameaça tripla. Bush reforça então a ameaça aos EUA, indicando que, na nova realidade internacional, o país já não é mais protegido por seus vastos oceanos, galvanizando a proximidade da ameaça. Por fim, emprega termos vagos, eufemísticos, para apontar quais serão as medidas para lidar com esse novo modelo: "ação vigorosa" e "aumentar a vigilância". Essa linguagem acaba por suavizar as manobras securitizadora do governo, ao mesmo tempo em que se justifica tais ações como a única resposta viável. Assim, "ação vigorosa" faz referência às violentas operações militares, enquanto "aumentar a vigilância" faz alusão a ações como a Lei Patriótica, que irá se abordar melhor posteriormente, implicando sacrifício das liberdades civis em nome da segurança. É instrutivo saber o nome completo do ato, que é um acrônimo para "Ato para Unir e Fortalecer a América, fornecendo ferramentas adequadas para Interceptar e Obstruir o Terrorismo" de 2001<sup>11</sup>. O próprio nome é uma manifestação de securitização: justificando a disposição das "ferramentas adequadas", no caso as medida extraordinárias. Até mesmo a forma com que tal aparato jurídico ficou conhecido indica a lógica dicotômica: ir contra a Guerra ao Terror seria um ato contra a nação.

Em junho de 2002, a administração havia convincentemente consolidado a "ameaça tripla" - e, através dessa justaposição, reforçado as justificativas de

---

<sup>11</sup> "Uniting and Strengthening America by Providing Appropriate Tools Required to Intercept and Obstruct Terrorism Act de 2001



uma ação militar contra o Iraque de Saddam Hussein. Nas palavras do então Secretário de Defesa, Donald Rumsfeld:

"Hoje discutimos o caminho a seguir na guerra contra o terrorismo e como [nossa aliança] deve se transformar ainda mais para enfrentar a ameaça enfrentada por todos os nossos países no século 21: a disseminação de armas de destruição em massa nas mãos de Estados terroristas. Esta ameaça não é teórica; é real (...) podemos testemunhar ataques em nossos países que farão os eventos de 11 de Setembro parecer modestos em comparação (...) simplesmente porque você não tem provas de que algo existe, não significa que você tem provas de que ele não existe (...) os Estados terroristas têm relacionamentos íntimos com redes terroristas, todos nós sabemos disso. Eles são todos uma grande rede de terroristas globais e podem ter em suas mãos armas de destruição em massa no período que se avizinha "(Rumsfeld, 2002a).

Empregando a narrativa da Guerra contra o Terror, Rumsfeld pede uma transformação a fim de atender a nova ameaça, aludindo práticas emergenciais em um momento que não se caracteriza mais pelas práticas tradicionais, antigas. O então secretário de Defesa centraliza ainda as três ameaças supracitadas, apontando que os regimes adversários agora são "Estados terroristas", salientando que a ameaça não é teórica; é real. Isso reforça a proximidade espacial, indicar que o inimigo - e a ameaça representada - se aproxima. Rumsfeld complementa o discurso de proximidade, sugerindo que a inação poderia levar a algo ainda pior. Citar novamente o 11 de setembro lembra a audiência da ameaça existencial que enfrentam, e do sofrimento e trauma dos ataques, justificando as transformações que Rumsfeld defende: empregar todos os meios necessários para combater a ameaça. O secretário expande tal noção de redefinir o ambiente de segurança no mesmo discurso, afirmando:

"Se um terrorista pode atacar a qualquer momento, em qualquer lugar, e utilizando qualquer estratégia, é fisicamente impossível

defender todos os lugares, todo o tempo, contra todos as estratégias. Isso exige uma recalibração, um novo significado para 'Defesa'. Literalmente, a única maneira de se defender contra indivíduos ou grupos, organizações ou países que têm armas de destruição em massa e estão empenhados em usá-las contra você, por exemplo, e você sabe que não pode se defender em todos os lugares todo o tempo é realizar um esforço para encontrar tais redes mundiais [de terroristas] e lidar com eles como os Estados Unidos fizeram no Afeganistão (...) toda nação tem o direito a auto-defesa e este é o único caminho concebível para nós nos defendermos contra esses tipos de ameaças "(Rumsfeld, 2002a).

Esse segmento pode ser analisado novamente como indicativo de movimentos securitizadores, uma vez que se reforça a necessidade de ações de emergência em momentos de crise. Defendendo a necessidade de redefinir o significado de "Defesa", aponta-se o argumento de que, na guerra contra o terrorismo, os métodos antigos para lidar com ameaças estão obsoletos. Rumsfeld aponta ainda que a Guerra contra o terrorismo está enquadrada como "auto-defesa", tornando-se, assim, moralmente e juridicamente justificável. Por mim, Rumsfeld faz questão de salientar que uma resposta militar é a "única maneira concebível para nos defender", defendendo a ação militar como a única opção, deixando claro que as outras alternativas, tais como os esforços diplomáticos, ficariam em segundo plano. Essa declaração revela a difusão da militarização na política do governo americano, evidenciado pela tendência de tratar uma reação militar como uma primeira resposta válida, ao contrário de um último recurso. Redefinindo limitações legais internacionais sobre a declaração de guerra, e preferindo uma ação militar expediente e decisiva, fundamenta as doutrinas de securitização.

### **3.5. Ferramentas de Excepcionalidade e combate ao terrorismo**

Dentro dessa narrativa, é possível se estabelecer um paralelo entre as considerações de excepcionalidade de Agamben e a Guerra ao Terror dos

Estados Unidos contra o terrorismo. Isso se dá em diversos momentos, como o surgimento de estruturas como os centros de detenção para suspeitos de terrorismo, mas operando principalmente pelo surgimento de narrativas que relativizam as distinções política interna / relações internacionais, polícia / militar e amigo / inimigo. Esta seção argumenta que tal a indefinição é provocada por uma mudança fundamental na política de segurança dos Estados Unidos. Os ataques de 11 de setembro de 2001 teriam gerado uma transformação de uma lógica de Defesa para prevenção. Conforme a Estratégia Nacional de Segurança (ENS) dos EUA de 2002 aponta:

Temos de nos adaptar o conceito de ameaça iminente para as capacidades e objetivos dos adversários de hoje (...) Para prevenir ou impedir tais atos hostis dos nossos adversários, os Estados Unidos deverão agir, se necessário, preventivamente"

A mudança narrativa indica potenciais mudanças geopolíticas, uma vez que os Estados Unidos já não poderiam depender uma postura meramente reativa, principalmente pela magnitude dos potenciais danos que tais grupos terroristas poderiam retaliar. Ainda na ENS de 2012, a afirmação resume essa lógica: "não podemos deixar que nossos inimigos ataquem primeiro".

Dessa forma, o objetivo já não é enfrentar um perigo concreto - mas intervir antes que as ameaças sejam totalmente gestadas. A mudança da defesa para a prevenção, da reação para pro-atividade (Munster, 2008) deve ser considerada principalmente em um nível ontológico. Enquanto a defesa implica proteção, segurança e confiança, a prevenção opera em sentimentos permanentes de medo, ansiedade e inquietação. Os discursos de segurança contra o terrorismo, assim, são dominados pela lógica de gestão de riscos, uma narrativa que apela para a administração de potenciais populações - e governos - interpretados como passíveis de criar ameaças.

Ainda dentro dessa lógica, a guerra contra o terrorismo não pode ser acoplada com os limites espaço-temporais tradicionais: o soldado do terror é que escolhe quando e como atacar, sendo o medo provocado por tal questão uma de suas principais ferramentas. Todos podem ser suspeitos, em uma instância, como a própria ENS-2012 aponta: "milhares de assassinos perigosos

(...), muitas vezes apoiados por regimes ilegais, estão agora espalhados por todo o mundo como bombas-relógio, criados para dispararem sem aviso prévio" (p. 23)

Em termos de seus efeitos sobre a ordem global, como já apontado, a doutrina de prevenção estabelece a base para a isenção dos Estados Unidos em relação às normas internacionais. Nesse sentido, a prevenção invalida a lei sem declarar o direito internacional abertamente obsoleto. Diante de uma ameaça etérea, a guerra contra o terrorismo institucionaliza um permanente estado de exceção em que o Estados Unidos se reserva o direito de agir unilateralmente quando exigido. Como Hardt e Negri (2000: 98) argumentam:

Aqui, portanto, nasce, em nome da excepcionalidade da intervenção, uma forma de direito que é realmente um *direito da polícia* [que] está inscrito na implantação da prevenção, repressão e força retórica que visa a reconstrução do equilíbrio social.

Dessa forma, a guerra contra o terrorismo implementaria um espaço de vigilância e prevenção contínua - que, em última análise, produz manifestações da *vida nua*. Como afirma Van Munster (2004:8), apesar da narrativa da guerra ao terror parecer ascender o terrorista dos domínios da justiça criminal para o da guerra e da segurança internacional, um olhar mais atento revela que os terroristas não são, de fato, considerados uma parte legítima dos conflitos. Ao contrário, eles são criminalizados e enquadrados como combatentes ilegais. A distinção entre o combatente inimigo e o combatente ilegal tem grande semelhança com a dicotomia schmittiana entre inimigo e adversário. Enquanto o primeiro se refere a um outro concreto, que constitui uma ameaça existencial para o indivíduo, o inimigo se refere a um "outro" criminalizado e moralmente rebaixado, que não só deve ser derrotado, mas totalmente destruído. A fala de Rumsfeld sobre o Afeganistão, em que indica que o objetivo da guerra era matar o maior número de talibãs, e não derrotá-los, materializa de forma adequada esse pressuposto. Como apontado, a construção da guerra contra o terrorismo como um conflito em nome da própria civilização nega que tais

valores possam ser anexados ao inimigo em questão. Como argumenta Zizek (2002: 91):

Não podemos sequer imaginar uma organização humanitária neutra, como a Cruz Vermelha, mediando entre as partes desse conflito, organizando a troca de prisioneiros (...) um dos lados do conflito, a força global liderada pelos EUA, já assume o papel da Cruz Vermelha - percebendo-se não como um dos lados da disputa, mas como um agente de paz e mediação da ordem global, esmagamento rebeliões e, simultaneamente, prestando ajuda humanitária às populações locais. Talvez a imagem mais poderosa desse tratamento da "população local" como *Homo Sacer* da guerra norte-americana é a de um avião voando acima do Afeganistão - nunca se tem certeza se dele vão cair bombas ou alimentos

Como destacado anteriormente, um segundo aspecto, em que a transformação de vida em vida nua é visível na guerra contra o terrorismo diz respeito ao estatuto e tratamento de suspeitos de terrorismo detidos. Embora muitos dos presos tenham sido colocados sob custódia americana durante o conflito no Afeganistão, não foi concedido para estes o status de Prisioneiros de Guerra, conforme as atribuições estabelecidas pelas Convenções de Genebra.

A narrativa de combatentes ilegais, assim, autorizou os Estados Unidos a manter a detenção de tais indivíduos fora da regulamentação internacional, materializada pela prisão norte-americana de Guantánamo, em Cuba. O destino dos detidos também é mantido fora da competência do sistema de justiça dos EUA, pela localização extraterritorial da base. Enquanto o sofrimento destes detidos obviamente, não é comparável às atrocidades enfrentadas pelos habitantes de os campos de concentração, não deixa de ser possível detectar a estrutura jurídica-política do estado de exceção (o campo) em centros de detenção, como a base de Guantánamo, na forma com que os detidos são despojados de todos os direitos legais, enquanto eles continuam a ser submetido ao poder exercido sobre eles.

### **3.6.. Inimigos excepcionais e atores de enfrentamento de emergência**

Essa movimentação provoca reações nos atores empregados para lidar com essas ameaças de excepcionalidade. Isso se dá nos já mencionados campos de detenção extrajudiciais e, mais importante para a presente discussão, com o aumento do emprego de Companhias de Segurança Privada. Uma vez que o "terror" é construído como um inimigo que não respeita nenhuma das convenções tradicionais, a única forma para combatê-lo é justamente adequando os mecanismos em um nível semelhante. É dentro dessa lógica que o emprego de Companhias Militares Privadas (CSP) será galvanizado: uma vez que tais "Novos mercenários" também se encontram em uma prática de combate usualmente fora da lógica de excepcionalidade, sua atuação em campos como Afeganistão e Líbia será permeada por tais considerações.

Como irá se demonstrar nos próximos capítulos, o nascimento de CSP não é inédito e nem pode ser justificado puramente pela emergência e novas formas de violência típicas do fim da Guerra Fria. Contudo, a lógica de exceção aqui apresentada carrega em si a novidade ao servir para justificar a permanência de soldados contratados em novos campos de conflito. O processo securitizante, assim, não cria às CSP mas galvaniza seu emprego, ao apontar que apenas atores fora das normas podem lidar com tais dimensões inéditas dos conflitos armados.

Em virtude dessa lógica muitas das práticas militares no Iraque e no Afeganistão, palcos principais desse processo securitizante, são radicalmente diferentes dos mecanismos ditos tradicionais para o uso da força. A designação do opositor armado como "terrorista", e a negação subsequente de sua natureza política, pautada pela construção de uma irracionalidade de suas ações, fazem com que tais intervenções incluam práticas de erradicação, com total ausência de capacidades de negociação. Assim, a população como um todo se torna um inimigo em potencial, uma vez que pela própria natureza fluída dos combatentes irregulares, não existiria capacidade de diferenciação imediata. Como apontado por Bush, "não sabemos bem ao certo quem são eles [os terroristas] mas sabemos que eles estão lá" (Bush, 2003b). A combinação das já citadas construções narrativas em que grupos considerados

terroristas são "bárbaros" e "irracionais", retira a necessidade de obedecer normas dentro do conflito. O respeito às normas internacionais seriam uma "amarras", uma vez que seriam práticas unilaterais. É recorrente a fala de que CSP, assim, seriam os melhores atores para lidar com essa situação. A fala de um contratante na Líbia explicita essa situação:

Imagine você tendo que pensar [nas normas] para lidar com eles [terroristas]. Devo atirar? Não atiro? Esse tempo pode ser a diferença para morrer ou não. Regras servem para **soldados**, se você não está de uniforme, está escondido atrás de criança e resolve atirar contra alguém, tem que entender se a resposta não for muito boa. Genebra [as leis internacionais do conflito armado] só valem para quem respeita.

Um conflito sem inimigos identificáveis não possui, dentro dessa perspectiva, fim - e mesmo declarações de encerramento da guerra, como ocorreu no Iraque, não indica o encerramento das violências. O inimigo deixa de ser um ator político para se tornar uma mera questão política. Isto também implica que os meios de abordar tal questão também é apolítica, necessitando assim de *técnicas*, sejam elas de vigilância, controle e eliminação. Essa prática acaba sendo relegada para atores não-militares, principalmente as Companhias de Segurança Privada.

## **Conclusão**

Como já apontado, a Guerra ao Terror serviu de justificativa para uma série de movimentações de exceção, justificadas em uma narrativa securitizante que apontava para ameaças terroristas eminentes. Para melhor compreender tais ferramentas, além das considerações sobre Escola de Copenhague, feitas no capítulo anterior, se fez necessário estabelecer uma breve genealogia da excepcionalidade dentro do pensamento moderno. Para isso, se elencou dois dos principais teóricos do tema, Carl Schmitt e Giorgio Agamben, para ressaltar como práticas de ações fora da normalidade estão

profundamente inseridas nas democracias modernas. As considerações sobre "Amigo-Inimigo" do primeiro e as interpretações sobre a excepcionalidade contemporânea, assim como a *vida nua* e o *Homo Sacer*, do segundo, criam um quadro mais sofisticado sobre as possibilidades de compreensão da lógica de exceção.

Partindo dessas premissas, demonstramos como a Guerra ao Terror foi empregada como justificativa para a implementação de modelos fora do arcabouço jurídico nacional, nos Estados Unidos, e até mesmo em discordância de acordos internacionais ratificados por Washington. Discursos de desumanização dos socialmente construídos como terroristas, permeados por uma lógica binária entre Civilidade-Barbárie. Assim, por exemplo, autorizaram o emprego de ferramentas de exceção que resultaram em estratégias como a não inclusão de terroristas como combatentes legais em conflitos - estando fora dos mecanismos de proteção internacional, por conseguinte - ou a criação de espaços de detenção, como a prisão de Guantánamo, que, dentro desse discurso, não precisariam respeitar a lógica normativa vigente.

A materialização das considerações do autores, além da análise de discurso do governo Bush, apresentados nesse capítulo, auxiliam principalmente na compreensão de como o Estado, após construir as ameaças existenciais, aponta que necessita de **ferramentas excepcionais** para lidar com os novos desafios. Essa afirmação é especialmente importante para a compreensão do emprego das Companhias Militares Privadas dentro desse cenário, principalmente por que tais atores irão usar a falta de controle normativo como um dos seus principais ativos nos campos de batalha.



### Capítulo 3

## Revisitando o monopólio estatal do uso da força e a privatização da violência

### Introdução

Como já abordado no capítulo anterior, entendemos a soberania como um conceito intrinsecamente relacionado mecanismo com a lógica de decisão de práticas de excepcionalidade. Focando nessa característica, ressaltou-se como a escolha por mecanismos fora do arcabouço normativo são vitais para a compreensão da Guerra ao Terror. Nesse capítulo específico, pretende-se discutir como a lógica da soberania, especificadamente a sua materialização em um suposto monopólio do uso da força, se relaciona com mecanismos de violência, como estratégia para compreender a relação dos agentes estatais com a privatização do uso da força. Compreendendo as características da soberania estatal como construções sociais, derivadas das relações entre diversos atores, enfatiza-se nesse capítulo as mutações do conceito no que diz respeito a quem possui a legitimidade para lidar com ferramentas de coerção.

Diferente do que a literatura tradicional de das análises em relação às Companhias de Segurança Privadas, assume-se aqui que tais atores não necessariamente *erodem* a soberania - mas representam um momento de resignificação da mesma, em conluio com redefinições do que é público e privado em tais contextos. Definimos este e o próximo capítulo como um *interregno* entre duas frentes: a análise macro da Guerra ao Terror Global, marcada por seus fenômenos de alcance planetário e narrativas de excepcionalidade, com a próxima sessão, *micro*, que tenta compreender como as CSP atuaram em campo, baseadas e reprodutoras de tais premissas de emergência. Como já apontado, no centro dessas movimentações com ordens de grandeza distintas, estariam tais companhias de segurança: como resultado de um processo de exceção e empregadoras de uma narrativa securitizante.

#### 4.1 Premissas do suposto monopólio do uso da força

A famosa afirmação de Max Weber (2004:23) de que soberania estatal está anexada ao monopólio da legitimidade dos mecanismos de violência tem sido usada constantemente para compreender as relações entre ferramentas de uso da força e o Estado moderno. Consciente da mutante relação entre o ente estatal e o emprego da violência, o filósofo alemão enfatizou que tratava-se de uma análise do presente, ou seja, do início do século XX. O que seria específico para esse momento, argumentou, é que

"todas as outras organizações ou indivíduos podem afirmar o direito de usar a violência física apenas na medida em que o estado lhes permite fazê-lo e, assim, o estado é considerado como a única fonte do direito de usar a violência "(Idem, 2004: 24)

Assim, de acordo com Weber, o monopólio estatal da violência física legítima, dentro de um determinado território, não significa que somente agentes do Estado estão autorizados para usar a violência, mas que o Estado é o lugar de onde essa autorização emana. Em outras palavras, a violência só é percebida como legítima na medida em que o Estado a prescreve ou a permite. Assim, enquanto Weber estabelece uma relação direta entre o Estado moderno estado e a violência, sua descrição não é necessariamente determinista, ignorando, por exemplo, formas de governo não-estatais. Ao longo da história, Estados têm frequentemente buscado tal monopólio de formas diferentes - e tal princípio se transformou em um ideal importante em períodos modernos (Giddens, 1987: 120). No entanto, sugerir que, em algum ponto no tempo, algum Estado tenha conseguido manter o monopólio absoluto dos instrumentos para emprego de violência é uma interpretação enganosa e discutível dentro do modelo ideal de Estado para Weber.

Para evitar os problemas relacionados com a lógica de que o monopólio da violência é parte da ontologia estatal, ao mesmo tempo em que se reconhece a importância dos instrumentos de violência e coerção, é

interessante ressaltar as definições de Charles Tilly (1992) sobre o Estado moderno. Para Tilly, trata-se de

"uma organização que controla os principais meios de coerção dentro de um determinado território, diferenciada de outras organizações que operam no mesmo território por ser autônoma, centralizada e coordenada formalmente "(1992:5)

Dois aspectos da definição de Tilly são particularmente importantes para o argumento aqui apresentado: a ausência dos critérios de legitimidade encontrado em muitas definições weberianas e a ênfase em meios de coerção. A afirmação de que o Estado mantém ou se esforça para ter o controle dos principais meios de coerção, em uma lógica de "quase monopólio" (Bull, 2002: 55), ao invés de uma de pleno direito, está mais em linha com o registro histórico e, mais importante, permite que flutuações nas próprias considerações sobre as relações entre Estado e violência. A ausência dos critérios de legitimidade é, talvez, mais complexa. Discutindo a relação do Estado com a violência, Thomson (1994) aponta que tais discussões são intrincadas por causa de suas implicações normativas. Em teoria, um Estado pode possuir o quase monopólio da violência sem ser legítimo: uma ditadura pode manter um monopólio legal da violência sem ser considerada legítima por seus cidadãos (Idem, 1995:7). Isto é especialmente verdadeiro se a legitimidade é vista como decorrente da previsibilidade e legalidade do emprego dos mecanismos de coerção, além de permitir que os cidadãos participem na própria formulação do Estado e suas instituições (Wakefield 2003: 61; Held 1996: 164).

No entanto, esta não é a única maneira passível de análise: ainda acompanhando Thomson, é importante analisar o papel desempenhado por forças exógenas, tais como governos de outros países, no sentido de legitimar determinadas práticas e reivindicações de autoridade (Thomson, 1994: 16). Desenvolvendo essa linha de raciocínio, o autor aponta que

o que é comumente apontado como uma característica definidora do estado - controle sobre a violência no seu território

- é, na verdade, uma expectativa da comunidade internacional, uma expectativa cuja realização pode variar ao longo do tempo (Idem, 2006:21).

Neste contexto, é importante notar que no período moderno, a "estrutura do Estado-nação, sustentada pelo conceito de soberania, tem controle sobre o uso da força" (Mandel 2001:133). Assim, o monopólio da violência tem sido percebida como um importante símbolo da soberania estatal (Held et al 1999: 145). Ainda sobre soberania, Thomson ressalta seu caráter reflexivo, uma vez que "para Estados serem soberanos, outros estados precisam reconhecê-lo como tal (Thomson, 1995: 228; também Ruggie, 1998: 188).

A Soberania estatal, aqui, é entendida como uma instituição internacional cuja substância - ou seja, as reivindicações de autoridade do Estado - é variável e socialmente construída. Um ponto importante é evitar a "naturalidade" com o qual o conceito é frequentemente empregado, afastando desta análise as concepções que a constituem como um conjunto de princípios permanentes e imutáveis (Bartelson 1995: 24, Walker, 1993: 163). O argumento central é o de que mudanças sobre seu significado podem ocorrer e que quando o fazem, não necessariamente tornam o conceito obsoleto. Voltando novamente a Thomson (1995:226), a soberania "não foi reduzida [atualmente], ela simplesmente mudou de forma". No entanto, a ocorrência de alterações gera dificuldades de se manter uma visão vestfaliana da soberania, com base na continuidade territorial, não-intervenção e, em última análise, apoiado por um monopólio da violência interna e externa<sup>12</sup>. Dessa forma, o argumento se aproxima de linha interpretativas que indicam que a soberania estatal é um conceito continuamente contestado, cujos princípios fundamentais têm sido frequentemente transgredidos e violados (Krasner 1999; Paul 1999).

Assim, apesar da importância da soberania principalmente na tentativa de estabelecimento de limites, para, por exemplo, nacional / internacional, estatal / não-estatal (Giddens, 1987: 281ff; Thomson, 1994: 13) esses padrões de inclusão e exclusão "não são naturais e não pode ser vistos como naturais e certos (Walker, 1993: 179). Isto significa que, teoricamente, a privatização da

---

<sup>12</sup> Para tais argumentos, ver Waltz, 1979: 96; Gilpin 1981: 17; Buzan 2007: 72

segurança não é vista como um novo e único desafio para a soberania do Estado, mas sim a recorrência ou "relegitimização" das práticas do uso de formas não estatais de violência e proteção. Assim, deve ser entendido como uma alteração na instituição da soberania, ou, para ser mais preciso, nas normas reguladoras da instituição.

### **3. Privatização da Guerra: tentativas de definição**

Desde o final da década de 1990, pesquisadores tem tentado definir e delinear a indústria da segurança privada. Examinando a literatura, logo torna-se evidente que a indústria e seus atores continuam a resistir a definições claras sobre quais seriam seus serviços. Embora tenham havido numerosas tentativas de introduzir terminologias adequadas e sistemas de classificação, não existe ainda um vocabulário comum para lidar com o fenômeno (Nossal 2001: 459 n 1; também Zarate 1998: 91; Cilliers e Cornwell 1999: 241). Como será discutido abaixo, há muitas razões para tais questões, incluindo as dificuldades de definir uma separação consolidada entre as esferas "militar" e "segurança", ou entre ações "ofensivas" e "defensivas", bem como as diferentes definições legais do conceito de mercenários. Sem negar a importância de definições e no desenvolvimento de terminologias para o campo de estudos, não é o objetivo, nesse momento, de apresentar um arcabouço definitivo para as CSP. Em capítulos posteriores, na verdade, iremos apresentar um novo tipo de tais empresas, talvez auxiliando em problematizar ainda mais as poucas definições existentes.

Em grande parte da literatura acadêmica e mesmo jornalística sobre o assunto da privatização da violência, o conceito de *mercenário* tem um papel crucial. Uma vez que tal definição é importante tanto conceitualmente quanto historicamente, fornece um bom ponto de partida. Com o aumento do emprego de atores observados como não-estatais no campo da segurança, não chama surpresa que acusações de mercenarismo sejam empregadas usualmente. Também não é difícil compreender, pela forte conotação negativa do termo, a razão pela qual a maioria das pessoas no mercado de segurança privada sejam contra esse tipo de classificação. No entanto, uma série de analistas empregaram o termo para descrever a participação de empresas privadas,

como a britânica Sandline International (UK) e a sul-africana Executive Outcomes, que tiveram participação nas guerras de Angola e Serra Leoa na década de 1990, respectivamente.

Estas empresas, argumentou-se, seriam melhor descritas como "mercenários corporativas" ou "novas empresas mercenárias" (Musah e Fayemi 2000: 6; Arnold 1999:123; Sellars 1997). Intuitivamente, tais descrições parecem fazer sentido - contudo, ao se empregar uma analítica mais criteriosa, muitas ambiguidades em torno do termo tornam problemática tais definições diretas.

O emprego de mercenários, entendidos aqui como "soldados que vendem os seus serviços militares fora sua própria comunidade política" (Nossal, 1998:20) - era uma constante antes do surgimento dos Estados nacionais e da criação de exércitos nacionais permanentes. O seu uso era amplamente aceito (Mockler 1969; Thomson 1994; Howard 2001; Percy 2007a), com esse cenário se modificando principalmente após a Segunda Guerra Mundial, com críticas essencialmente sobre o emprego de tais combatentes nas guerras de descolonização e em numerosos golpes de Estado na década de 1960. Nessa lógica, o conceito teve sua conotação pejorativa galvanizada, sendo frequentemente associado com o práticas neocoloniais intervenção (Mockler 1987: 37;Arnold 1999: 148) . Neste período, foram feitos esforços para proibir e restringir o uso de mercenários internacionalmente, podendo-se afirmar, atualmente, qua palavra está

Tão imbuída de conotações negativas que não há nenhuma maneira de devolvê-lo ao período de neutralidade existente nos anos que antecederam o nacionalismo a ideia de que vender assistência militar aos estrangeiros em um ato criminoso " (Nossal 1998: 33).

Neste ponto, duas observações devem ser feitas. Em primeiro lugar, o fato da percepção e do significado do mercenarismo ter mudando ao longo do tempo é interessante, na medida em que, como apontado por Avant, ressalta às transformações sobre a legitimidade do uso da força (Avant 2005: 23). Em segundo lugar, a julgar pela forma negativa com que os mercenários são

construídos contemporaneamente, é compreensível que atuais atores considerados não-estatais e que usam de formas de violência tentem se afastar do termo. Mandel afirma que há uma "repulsa moral profunda sobre a perspectiva de colocar a segurança nas mãos daqueles que trabalham simplesmente por fins lucrativos", o que estaria na base do "antagonismo generalizado em relação a a privatização da segurança" (Mandel 2002: 130; ver também Percy 2007b: 11). Perante esta situação, não é nenhuma surpresa que hoje as CSP tentam se afastar fortemente das conotações negativas do rótulo de mercenário. Comentando justamente sobre a tal questão, Jason Marter, ex-gerente geral de uma CSP britânica no Iraque, afirmou que

É claro que é um tema muito emotivo para nós, por que a maioria não quer ser chamada de mercenária. O termo tem uma coisa esquisita (...) cheira a derrubar Estados e assim por diante, você sabe (...) não tem nada a ver com o que nós fazemos. (Percy, 2007b:22).

No entanto, a palavra mercenário não é meramente um termo negativo que as empresas preferem evitar; ele também é um conceito que exhibe algumas particularidades e fortes ambiguidades. Como apontado por vários autores, definições convencionais de mercenários geralmente focam em dois elementos básicos: o primeiro seria o caráter "alienígena" do mercenário vis-à-vis ao conflito em que ele participa; enquanto que o segundo seria a motivação pecuniária para participar do embate (Mockler 1969:17; Thomson, 1994: 26; Nossal 1998: 18; Percy 2007a: 52). Estes elementos são comuns em ambas as definições legais quanto em manuais militares. A própria definição em enciclopédias, como a da Universidade de Oxford (2000: 869) define o mercenário como "um soldado que é contratado para lutar em um país estrangeiro", complementando em sua forma adjetiva como "atuação principalmente por recompensa financeira". Por outro lado, o artigo 47 do I Protocolo Adicional às Convenções de Genebra define o mercenário como alguém que não é "um nacional de uma das partes do conflito, nem um residente do território controlado por um grupo do conflito", e como alguém que é "motivado a participar das hostilidades essencialmente pelo desejo de ganho

privado" (artigo 47 do I Protocolo Adicional I das Convenções de Genebra). Como será mostrado, ambos estes elementos tornam a definição problemática, tanto em relação aos indivíduos que são suspeitos de serem mercenários como para a construção de definições legais das empresas privadas de segurança.

Centrando-se no artigo 47, o seu segundo parágrafo define como um mercenário alguém que:

- (A) Foi especialmente recrutado, localmente ou no exterior, a fim de lutar em um conflito armado;
- (B) Participe, de fato, diretamente nas hostilidades;
- (C) É motivado a tomar parte nas hostilidades, essencialmente, pelo desejo de ganho privado e, de fato, foi prometido, por uma das partes do conflito, ou em nome de uma das partes, a obter compensação material substancialmente superior àquelas prometidas ou pagas aos combatentes em funções similares nas forças armadas dessa parte;
- (D) Não é nem um nacional de uma das partes no conflito nem residente do território controlado por uma das partes do conflito;
- (E) Não é um membro das Forças Armadas de uma das partes do conflito; e
- (F) Não foi enviado por um Estado que não seja parte no conflito, em ação oficial, como um membro de suas Forças Armadas. (Artigo 47 dos I Protocolos Adicionais das Convenções de Genebra)

O importante dessas definições é que se trata de uma norma cumulativa, o que significa que todas as condições do artigo devem ser atendidas. Nessa lógica, as definições de mercenário nos termos do artigo 47 é tão permeada de lacunas que "um mercenário que não conseguir ser excluído desta definição merece levar um tiro - junto com seu advogado "(Best, 1983: 375). Uma das questões é a dificuldade de introduzir um elemento psicológico - a motivação financeira - como parte da definição. Isto foi feito em parte por um desejo de separar mercenários de, por exemplo, os voluntários, presumivelmente motivados, por exemplo, por convicções políticas. Não só é difícil estabelecer ou provar a motivação de um indivíduo, mas a própria



dinâmica de incluir tais elementos é inadequada como um instrumento de diferenciação, uma vez que soldados contratados podem ter diferenciações mistas. Outro problema é encontrado no parágrafo (e), que afirma que um membro das Forças armadas de uma das partes não pode ser considerado um mercenário. Em prática, isto significa que ao se incluir soldados contratados nas frentes das FA, o risco destas pessoas serem considerados mercenárias é evitado<sup>13</sup>.

Dessa forma, chega-se a complicação normativa de como enquadrar as empresas privadas que prestam serviços militares e de segurança em conflitos armados. A partir de uma perspectiva jurídica internacional, a primeira consideração está na dificuldade de enquadrá-las como mercenários. Dados os problemas supracitados, principalmente em relação as condições cumulativas, torna-se um instrumento difícil aplicação, no que O'Brien (2007:34), descreveu como "um dos instrumentos legais mais impraticáveis da história".

Tendo em conta estes problemas, o seu potencial de aplicação para as empresas privadas parece, inicialmente, limitado. Em primeiro lugar, como observa Gillard, o artigo 47 concentra-se, naturalmente, em pessoas físicas, o que significa que são os funcionários das empresas e não as próprias que devem satisfazer as condições da definição (Gillard 2006: 568). Além disso, os requisitos previstos nas alíneas (a) e (b) são problemáticas, já que as empresas são raramente recrutadas, formalmente, para lutar em conflitos armados, mesmo que, em campo, atuem dessa forma, com a maioria das suas atividades não podendo ser descritas como participação direta nas hostilidades. Em terceiro lugar, a condição (d) estipula que a pessoa em questão "não é nem um nacional de uma das partes no conflito, nem um residente de um território controlado por uma das partes do conflito". Hipoteticamente, isso poderia excluir os britânicos e norte-americanos no Iraque, por exemplo.

Uma boa conclusão sobre o tema foi feita pelo então relator para questões de mercenários das Nações Unidas, Enrique Bernal Ballesteros,

---

<sup>13</sup> Para maiores discussões sobre artigo 47 e problemas relacionados, ver, dentre outros, Cassese, 1980: 23; Best 1983: 328, 374; Comitê Internacional da Cruz Vermelha, 1987; Shearer 1998: 18; Zarate 1998: 118; Detter, 2000: 147; Taulbee, 2000: 437; Schreier e Caparini 2005: 14; Walker e Whyte 2005: 678; Kinsey 2005b: 277; Percy 2007a: 53, 171ff

que apontou que as empresas de consultoria privada militar, treinamento e segurança "não podem ser rigorosamente consideradas como estando no âmbito legal do estatuto de mercenário "(UNdoc. E / CN.4 / 1997/24: para. 106). Se as empresas militares e de segurança não são mercenárias, legalmente falando, isso não significa que o conceito em si seja irrelevante. Como será discutido, o conceito de mercenários é importante quando empregado para compreender as mudanças históricas na relação entre o Estado e os instrumentos de uso da violência. Além disso, embora os funcionários das empresas compreensivelmente rejeitem o termo, eles tem sido "contaminados por ele diariamente" (Percy 2007: 206).

### **4.3. Atividades de Segurança e ações militares**

Além de mercenários, existem vários termos usados para descrever as empresas privadas que oferecem diferentes serviços da segurança e a relacionados com atividades militares, incluindo os Companhias Militares Privadas (CSP) e Companhias Privadas de Segurança e Atividades Militares (CPSM), ou simplesmente, Companhias de Segurança Privada (CSP).

Enquanto as definições variam entre os autores, os próprios rótulos indicam uma questão importante, principalmente se as empresas são melhores descritas como militares ou de segurança - ou mesmo ambas. Como supracitado, muitas empresas oferecem serviços que estão intimamente ligados às operações militares - por exemplo, as escoltas de comboio armados em zonas de guerra ou treinamento militar. Por outro lado, um número expressivo também fornecem serviços que não são tão claramente associados com tais funções, como avaliação de risco e guarda de propriedades. Esta é, basicamente, a observação feita por Nossal: "algumas empresas não oferecem serviços puramente militares, mas todas elas estão no negócio de fornecer segurança"( 200:459). O ponto central é de que, de modo geral, Companhias de Segurança Privada (CSP) é um conceito mais abrangente que abrange todo o espectro de fornecedores comerciais, não-estatais de segurança, relacionados com serviços relacionados com militares, independentes do contexto. Como iremos afirmar nos capítulos subsequentes, identificamos um novo tipo dessas companhias - que apesar de poderem serem classificadas

dentro dessa narrativa, apresentam características únicas que modificam a forma com que atuam em áreas de conflito.

É preciso ter em mente que tal conceito é bastante amplo, uma vez que aglomera empresas que prestam serviços em áreas mais estáveis - como às de guardas para rondas em universidades, por exemplo - com aquelas que realizam as escoltas de comboio armados em zonas de guerra. Ao mesmo tempo, é importante enfatizar que, numa perspectiva mais ampla, a privatização da segurança inclui, mas também vai além, dos contextos guerras (Abrahamsen e Williams, 2011). Isso não significa que a natureza militar dos serviços deve ser ignorada ou subestimado, mas que a segurança é considerada um termo mais adequado como ponto de partida geral.

Como forma de exemplificar tais considerações, se faz necessário analisar alguns exemplos das conceituações de tais empresas na literatura. O termo "empresas militares" foi introduzida na academia por David Shearer no final da década de 1990 e foi influenciado pelo envolvimento da Executive Outcomes (EO) e da Sandline Internacional em conflitos armados, principalmente na África. Basicamente, o termo refere-se a empresas que oferecem habilidades militares que eram anteriormente restritas a governos (Shearer, 1998: 23). Estas empresas, argumenta Shearer:

são diferentes das companhias que operam em outras áreas da indústria de segurança indústria, uma vez que são projetadas para ter um impacto estratégico nos ambientes políticos de Estados fracos ameaçados por uma força militar significativa. As atividades das empresas militares muitas vezes incluem avaliação militar e treinamento, assim como, ocasionalmente, fornecimento de equipamentos para a segurança das forças estatais, sendo o envolvimento direto em um conflito uma situação mais rara (1998: 23)

Segundo Shearer, empresas de segurança diferem das empresas militares na medida em que seu papel é geralmente limitado a proteger propriedades e pessoal, não fornecendo "assistência militar direta, com impacto estratégico" (2000: 24). Para ressaltar ainda mais a divisão militar / segurança,

alguns pesquisadores têm descrito as companhias militares como "ativa" e "ofensivas", enquanto as empresas de segurança seriam "passivas" e "defensivas" (Brooks 2000: 129). À primeira vista, esta separação parece útil, uma vez que reforça a narrativa de que algumas empresas oferecem serviços que normalmente são interpretados como exclusivos às forças armadas nacionais. No entanto, como Holmqvist (2005) aponta, enquanto distinções tais como ofensivo /defensivo ou ativo / passivo são comuns na literatura, elas perdem em capacidade descritiva. Por exemplo, decidir o que constitui ações ofensivas e defensivas é essencialmente interpretativo, não podendo ser objetivamente determinado. Como Schreier e Caparini salientam, empresas podem ainda desempenhar múltiplas funções, oferecendo uma ampla gama de serviços (Schreier e Caparini 2005: 30).

Além disso, como apontado por Holmqvist, "a dicotomia segurança / militar parte da premissa errônea e que existem distinções claras e estáveis entre os dois polos" (2005: 5). Alguns analistas apontariam que as divisões estariam no porte de armas, ou mesmo no tipo de armamento empregado. Tais distinções também são variáveis, uma vez que companhias consideradas de segurança utilizam, frequentemente, armamentos de grosso calibre (O'Brien 2007: 35). Somam-se a esses aspectos o fato de que essa forma de distinção, conforme observado por Peter Singer, é "uma divisão antiquada em uma época em que um pessoa, ao apertar um botão em um computador, pode ser tão letal quanto uma outra puxando um gatilho" (2003: 90). Finalmente, e devido à grande variedade de serviços fornecidos por tais empresas, este autor levanta a questão de que a identificação deveria estar focada nas atividades, nas práticas, de tais companhias.

Um outro fator de divisão seria é o contexto em que os serviços são prestados. Por exemplo, Chesterman e Lehnardt definem companhias militares como "empresas que prestam serviços fora dos seus Estados originais, com o potencial uso de força, bem como a provisão de conselhos táticos que afetam substancialmente as capacidades do contratante" (Chesterman e Lehnardt 2007: 3). Explicando o uso do termo, os autores argumentam que, semanticamente, o termo "militar" capta melhor a natureza desses serviços, apontando para as diferenças qualitativas entre as empresas que operam em zonas de conflito e as empresas de segurança. Nesta perspectiva, o ponto de

distinção seria o contexto em que as empresas atuam. Enquanto há de fato uma diferença qualitativa entre as ações de áreas de conflito e aquelas realizadas em zonas estáveis, isso não resolve a questão de empresas como a G4S, que fornecem escolta armada para diplomatas norte-americanos no Iraque e treinamento para militares em território norte-americano. Esta questão retorna o ponto de se encontrar uma base adequada para a definição das atividades das empresas.

Para resolver alguns dos problemas supracitados, Singer emprega o conceito de Companhias Militares Privadas para cobrir o amplo espectro de "organizações que comercializam de serviços profissionais intrinsecamente ligados à guerra", além de "grupos que se especializam no fornecimento de habilidades militares, incluindo operações de combate, planejamento estratégico, avaliação de riscos, suporte operacional, treinamento e habilidades técnicas" (Singer 2003: 8). Com base na terminologia utilizada para distinguir entre diferentes unidades militares, Singer sugere uma taxonomia denominada "Ponta-de-lança", classificando as empresas privadas de acordo com a gama de serviços e a capacidade de envolvimento que podem oferecer no campo de batalha. Dessa lógica, estariam na "ponta da lança" os "provedores militares que oferecem atividades militares diretas como, por exemplo, engajamento em combate, e cujo foco é sobre o nível 'tático' ou operacional". Ainda na metáfora da lança, na parte medial, estariam as "empresas de consultoria militar", que prestam serviços de consultoria e de formação (por exemplo, a DynCorp). Estas empresas não entrariam em combate, não atuando no campo de batalha. Por fim, mais distante da linha de frente, estão as "companhias de apoio militar", que fornecem "serviços militares suplementares", incluindo "ajuda não-letal e assistência, incluindo logística, inteligência, apoio técnico, fornecimento e transporte" (Ibid: 91-100).

A delimitação de Singer das companhias privadas militares é interessante por que permite a distinção entre empresas de acordo com critérios relacionados com as atividades, já em prática, das organizações. No entanto, as categorias não são mutuamente exclusivas e a analogia de "ponta-de-lança" é difícil de aplicar em muitos dos conflitos em que tais empresas operam. No caso do Iraque, por exemplo, é difícil identificar uma linha clara para delimitar o "campo de batalha". Além disso, como Singer mesmo aponta,

empresas como a ArmorGroup não se enquadram perfeitamente em uma categoria - por exemplo, assessoria ou apoio militar - uma vez que oferecem serviços em todos os setores (Singer 2003: 92; também Kinsey 2006: 9). No entanto, a manutenção de um foco em serviços ou atividades é importante porque a maioria das companhias "têm a flexibilidade para se deslocar entre diferentes categorias de serviços" e podem - em teoria - oferecer múltiplos serviços (Kinsey 2006: 9F, 31f, também Avant 2005: 17).

Sarah Percy adota uma abordagem um pouco diferente. Ela também se concentra em atividades, mas usa a prestação de serviços de combate para diferenciar entre as empresas. Empregando essa lógica, a pesquisadora aponta que, além dos mercenários tradicionais, há duas "variantes de força privada" no sistema internacional: as companhias militares de combate e as não-combatentes de segurança. A primeira seriam "empresas fortemente organizadas, com uma estrutura corporativa clara que prestam serviços militares, incluindo o combate ", enquanto as últimas são "empresas organizadas que fornecem serviços militares, entrando em combates em poucos e rápidos momentos " (Percy 2007b: 12). Ao usar tal distinção, o termo "combate" diria respeito a empresas como EO e Sandline, que abertamente expressam a capacidade de realizar tarefas de combate (Spicer 1999: 42ff). Assim, Percy conclui que a maioria das empresas atuais pertencem a categoria "não combatente" (Percy 2007b: 13). Embora mais específica, menos vinculada ao contexto e em consonância com a ênfase em serviços, a introdução de um termo negativo - descrevendo o que a empresa não é - gera algumas complicações. De acordo com Percy, não existem atualmente empresas de combate operando abertamente no sistema internacional, sendo seu desaparecimento uma indicação de que não foram consideradas legítimas (Idem, 2007b:13). Apesar da Executive Outcomes e da Sandline realmente terem sido extintas, empresas, como Academi e Black Mountain Group, manifestam claramente a capacidade de realizar atividades de combate. Por exemplo, o ex-presidente da Academi, Erik Prince, afirmou que a empresa estaria disposta a enviar uma força de paz para a província de Darfur no Sudão (Scahill 2007: 343).

Finalmente, em uma tentativa de produzir uma definição mais ampla, ao mesmo tempo ressaltando a problemática de se fazer distinções absolutas

entre militar e segurança ou entre ofensiva e defensiva, o Grupo de Trabalho da ONU sobre o uso de mercenários<sup>14</sup> adotou o termo Companhias Privadas Militares e de Segurança, (PMSCs, no acrônimo em inglês). Em seu relatório ao Conselho de Direitos Humanos, em janeiro de 2011, o Grupo de Trabalho define PMSCs da seguinte forma:

empresas privadas que realizam todos os tipos de assistência à segurança, formação e serviços de consultoria, ou seja, que vão desde apoio logístico desarmado até seguranças armados, além dos envolvidos em atividades defensivas ou ofensivas e /ou relacionadas com segurança, particularmente em conflitos armados e áreas e / ou situações pós-conflito (UN doc A / HRC / 7/7: 4).

O conceito é bastante abrangente, relacionando todos os aspectos da prestação de segurança, tanto dentro como fora do contexto de conflitos armados. No entanto, ele não fornece um princípio mais específico ou argumento basilar a partir do qual uma classificação mais detalhada dos serviços ou das empresas possa ser construído. Considerando-se a "natureza multidimensional da segurança privatizada", tais especificações ou subdivisões são importantes (Mandel 2002: 93). Em suma, o que se faz necessário é um mecanismo que permita estruturar as distintas facetas da indústria de segurança privada, permitindo que pesquisadores distingam entre distintas companhias com base em seus serviços ou atividades em um determinado contexto. Apesar de não ser o objetivo dessa tese resolver tal consideração - e, como já apontando, irá se incluir um novo fenômeno de privatização nos capítulos subsequentes - a próxima seção irá oferecer uma forma de se enquadrar tais atores.

#### **4.4. Rearticulações entre o público e privado no emprego da violência**

Como já apontado, as discussões sobre Companhias Privadas de Segurança estão embrenhadas com discussões sobre o papel do Estado e

---

<sup>14</sup> O autor dessa tese participou do grupo de 2012 até 2014, participando na elaboração do termo.

uma possível perda de agência deste, uma vez que atores alienígenas estariam suplantando ações anteriormente compreendidas como exclusivas para o governo central. Essa narrativa acaba por impor uma realidade em que o corte entre o público e privado é visto como estanque, não passível de mudança. Em uma espécie de "jogo de soma zero", as movimentações que indicam o fortalecimento de atores não-estatais implicariam, necessariamente, no enfraquecimento das premissas estatais.

Nesta pesquisa, parte-se do princípio de que essa lógica binária acaba por simplificar as práticas de segurança estudadas, uma vez que ignora a própria participação do Estado em decidir, por exemplo, no emprego de atores privados em áreas de conflito. Intuitivamente, o termo privatização é uma descrição apropriada da crescente dependência em empresas privadas para oferecer serviços de segurança que eram previamente vistos como de responsabilidade do Estado. Na literatura especializada, o conceito é amplamente utilizado e geralmente significa a terceirização de uma ampla gama de atividades supostamente associado exclusivamente com atores estatais. No entanto, muitos pesquisadores têm a tendência de evitar discussões mais detalhadas sobre sua utilidade e as limitações do conceito de privatização como uma ferramenta analítica em potencial. Em relação aos conflitos do pós-Guerra Fria, a "privatização da segurança" ou a "privatização da guerra" tem sido usada em um sentido amplo para designar o aumento da presença e o impacto de uma série de entidades não-estatais, incluindo grupos rebeldes, ONGs, organizações internacionais humanitárias, guerrilheiros, empresas privadas e "senhores da guerra" (Mehlum et al 2002). A privatização, nesse momento, é entendida como uma "destatização da guerra" onde os atores não-estatais desempenham papéis cada vez mais importantes (Münkler 2005: 16; Kaldor 1999; Duffield, 2001). No entanto, se o conceito é para ser usado como uma ferramenta analítica com mais precisão do que uma descrição geral, uma interpretação básica da privatização como a "substituição do Estado pelo mercado não é suficiente (LeGrand & Robinson, 1984: 6). Em uma lógica mais específica, a privatização pode significar um processo ativo, através da qual alguma atividade observável como de responsabilidade pública é transferida para o setor privado (Lundqvist 1988: 4, Lundqvist 2001: 255; também Donahue 1989).



Como Lundqvist aponta, o conceito de privatização está longe de ser simples e há uma abundância de definições com diferentes focos e implicações (Lundqvist 2001: 254). Além disso, o conceito é carregado de simbolismo político e ideológico. Donnison (1984:45) argumenta que

"a privatização é uma palavra inventada por políticos e divulgadas pelos jornalistas, projetada não para esclarecer, mas como um símbolo, usada para dramatizar um conflito e mobilizar apoio. Assim, é uma palavra que deve ser fortemente escoltada por aspás, como um lebrete de que o seu significado é, na melhor nas opções, incerto e, muitas vezes, tendencioso"

Partindo dessa lógica, Abrahanssem e Williams (2009:3) indicam que o processo de globalização é um fator-chave para compreender as novas articulações a respeito da privatização da violência no pós-Guerra Fria. Empregando o ferramental analítico de Saskia Sassen, tais autores argumentam que a globalização contemporânea é melhor entendida como uma rearticulação de estruturas globais e nacionais. No centro desses estes processos, estaria o "desmonte parcial" dos Estados nacionais e subsequente desenvolvimento de "global assemblages". ' Visto por este prisma, a privatização e a globalização não são simplesmente forças corroendo o Estado, uma vez que estes possuem participação ativa em tal movimentação. Como Sassen aponta,

"nós geralmente usamos termos como desregulamentação financeira, liberalização do comércio e privatização para descrever as crescentes mudanças nos Estados. O problema com tais termos é de que eles apenas indicam a retirada do Estado nos processos de regulação econômica. [Tais termos] não registram nem as formas pelas quais o Estado participa ativamente na criação de novas estruturas de globalização nem capturam as transformações no interior do Estado" (2006: 234).

A noção de um duplo processo de desmontagem e remontagem do Estado fornece uma ferramenta interessante para analisar a privatização de

segurança, e para a compreensão das suas implicações para a governança da segurança contemporânea. Dentro dessa lógica, seguindo Abrahamse e Williams, demonstra-se que a privatização da segurança é parte de uma reestruturação mais ampla das relações público-privadas e global-local. O campo de segurança é estruturado por normas e instituições que evoluíram a partir de relações históricas específicas entre a segurança e a esfera pública, assim como pelas posições ocupadas por atores de segurança pública incorporados dentro das nações. Mesmo as categorias de agentes de segurança públicas e privadas coexistem dentro de limites historicamente mutáveis. Como já apontado, não existira naturalidade na público-privada (Idem, 2010: 112), não sendo uma divisão neutra ou técnica. Em vez disso, ele é historicamente construída, refletindo interesses e relações de poder. No campo da segurança, a relação entre público e privado está intimamente ligada à analogia simbólica entre a segurança e o Estado.

A própria narrativa de origem do Estado moderno foi definida por sua oposição à noção de segurança privada (Leander, 2005:34). Dentro dessa lógica, a segurança não deveria ser decidido ou fornecido por particulares, além da violência não ser empregada de forma distinta por diferentes classes, como exemplificado, por exemplo, pelo direito aristocrático ao duelo. No Estado moderno, a segurança é construída discursivamente como uma função pública, aplicada igualmente a todos os sujeitos, em um processo que se tornou ainda mais intensificada quando tais indivíduos foram constituídos como cidadãos. A consolidação do poder soberano moderno, a criação de uma esfera pública política separada, em princípio, de interesses privados correspondeu com uma concepção de segurança como um bem público e foi um elemento essencial nas visões democráticas posteriores de liberdade individual e governança legítima. Em suma, a ideia de segurança como um bem público é historicamente um componente chave para o desenvolvimento da política moderna, especialmente pela gradual restrição dos atores privados (Slansky, 2006:98). É importante ressaltar novamente que isso não quer dizer que formação do Estado moderno deve ser apontada como consensual, com a concentração de segurança nas mãos de autoridades e agências estatais sendo, muitas vezes, violenta e rebatida. Relembrando novamente Tilly, o Estado em sua gênese podia facilmente ser descrito como uma forma de

"crime organizado (1985: 69). A dimensão pública da segurança, assim, não deve ocultar a forma com que a força pública era, e ainda é, muitas vezes, exercida em apoio dos interesses privados sob o pretexto do bem público.

Para efeitos desta análise, no entanto, o ponto-chave a ser observado é que a ideia da segurança como um bem público continua a ser a narrativa mestra das perspectivas sobre o Estado e a legitimidade do uso de mecanismos de violência. Desacordos sobre o equilíbrio correto entre segurança e liberdade, ou julgamentos conflitantes sobre a natureza do interesse público, estão presentes em diversas análises - mas poucos rejeitam a alegação de que a segurança deve ser um bem público, em princípio, aplicando-se igualmente a todos. Tal perspectiva é, portanto, um aspecto quase inevitável da política moderna. Dessa forma, centralidade da segurança como um bem público - e sua oposição com a segurança como um bem privado - são concepções modernas de política é uma das oposições que definem que constituem o domínio da segurança .

No entanto, apesar da lógica da segurança pública como bem nacional está hoje profundamente enraizada, existem estruturas globais que podem impactar substancialmente a sua relação com a privatização da segurança. A propagação de normas globais, práticas e instituições, como aquelas relacionadas a direitos humanos, indica que todos os estados operam em um contexto em que, em graus diferentes, estão sujeitos a entendimentos internacionalmente dominantes de como a segurança é melhor fornecida e da relação adequada entre a as instituições da segurança e o Estado (Campbell, 1998: 53). A crescente influência de ideias e políticas neoliberais e as transformações na governança da segurança, que serão discutidas no próximo capítulo, forneceu uma dimensão global ao relacionamento entre público e privado.

#### **4. Segurança e (re) articulações estatais**

A partir das discussões acima, torna-se claro que várias alterações e desenvolvimentos relacionados com o fim da Guerra Fria, a onda de privatizações, processos de globalização e as transformações nas formas de violência abriram o caminho para a recente aceleração da privatização da

segurança em conflitos armados. Neste processo, os papéis e funções tradicionalmente atribuídos ao Estado estão em constante processo de resignificação. Partindo dessa premissa, é importante observar como o desenvolvimento e a utilização de empresas de segurança privada "desafiam uma das premissas básicas do estudo da segurança internacional: de que os Estados possuem um monopólio sobre o uso de força, e, assim, o estudo de segurança pode ser baseada na premissa de que os Estados constituem a única unidade de análise "(Singer 2003: 233). Na verdade, a própria existência desse campo de estudo, é uma indicação da necessidade de transportar os estudos de segurança para além dos estreitos limites "tradicionais". Como já apontado, essa observação não é nova ou mesmo única com a lógica de "alargamento e aprofundamento" das agendas de pesquisa já sendo apontada em diversos momentos (por exemplo, Buzan 2007: 25; Krause e Williams, 1997; ; Wæver 2004; Huysmans, 2006). Embora essas abordagens alternativas ou não-tradicionistas difiram em vários aspectos, a grande maioria aponta que questões sobre o que se constitui uma ameaça - ou quem tem autoridade para defini-las - já não podem ser satisfatoriamente na estrutura estado-cêntrica. O argumento-chave aqui é que estas mudanças na natureza das questões de segurança ou nas maneiras em que elas são interpretadas fornecem indicações da recente expansão do mercado global dos serviços de segurança comercial.

Antes de discutir algumas dessas mudanças, deve notar-se que a segurança é também historicamente construída, na medida em que as percepções de insegurança podem variar através do tempo e do espaço (Krause e Williams, 1997b: 36). Exemplos de tais mudanças incluem o fim da Guerra Fria, que sinalizou um movimento de afastamento da lógica nuclear entre as duas superpotências. A natureza variável da segurança significa que ideias dominantes sobre o que constitui o objeto mais importante a ser protegido - O objeto referente - são passíveis de modificação. Dessa forma, como indicado pela expansão do mercado de segurança não-estatal, aqueles que podem prover segurança também são passíveis de transformação.

Conforme estabelecido, a transformação sobre o papel do Estado - o que é privado e o que se constitui como público - pode além disso indicar até uma centralidade nos agentes estatais como fonte de violência e insegurança

(Linklater 2005: 116). Assim, dentro desses cenários, a proteção pode ser dirigida de outro ator - como, por exemplo, senhores da guerra, grupos criminosos ou as companhias privadas. Independente se em contextos de conflito armado ou não, Kinsey observa como segurança privada assumiu como a principal fonte de proteção para muitos grupos sociais (Kinsey 2006: 54).

Uma articulação interessante entre tais dinâmicas do público e privado se dá com a combinação, como observado por uma série de pesquisadores, das premissas de segurança e desenvolvimento no contexto dos conflitos armados. Através deste processo, argumenta-se que questões de desenvolvimento estariam sendo securitizadas, com questões como pobreza e suas consequências, podendo ser vistas como questões de segurança ou potenciais ameaças à paz e a estabilidade. Neste contexto, o significado da segurança é ampliado e reformulado; sob a rubrica de "segurança humana", conceito lançado pelo PNUD em 1994, em que o foco da segurança passa dos Estados para grupos ou indivíduos (Smith, 2005: 51ff). Para efeitos da presente discussão, uma consequência central desta fusão de segurança e desenvolvimento tem sido o papel crescente dada aos atores não estatais em projetos de desenvolvimento, bem como em questões de segurança e proteção. Nessa lógica, a crescente demanda por segurança privada em zonas de guerra - ou mesmo em sociedades pós-conflito - tem sido moldada por essa crescente articulação entre Estados, agências de auxílio humanitário, ONGs e organizações internacionais, todos baseados nas alternativas do setor privado para proteger suas operações em ambientes instáveis.

Esse processo de mudança no caráter das questões de segurança foi capturado por Cheeseman que enumera uma série de "novas fontes de insegurança e de conflito", tais como

"disputas sobre o controle e acesso a recursos; ameaças não militares para a harmonia social e bem-estar, desde pontos tradicionais, como ciberterrorismo, drogas, crime, epidemias e doenças; até questões como superpopulação, opressão política e instabilidade; e crescente degradação ambiental "(Cheeseman 2005: 71).

Apesar do ineditismo dessas fontes de insegurança ser questionável, as forças armadas de Estados estáveis estão cada vez mais envolvidas em amplas tarefas regionais e internacionais de segurança, combinando ações humanitárias, de desarmamento, eleições, gestão dos movimentos de refugiados, por exemplo. Assim, no que é visto como um "ambiente novo e mais complexo de segurança", as soluções para muitos problemas de segurança são estabelecidas fora do contexto dos Estados e suas forças armadas.

## **Conclusão**

A discussão sobre o emprego moderno de Companhias Privadas de Segurança ressalta uma série de discussões sobre o uso de ferramentas de violência dentro do cenário internacional contemporâneo. A literatura tradicional sobre o tema ressalta grandes movimentações que tais atores trariam para a arquitetura global, como uma suposta erosão do monopólio estatal do uso da força e a perda da capacidade de agentes estatais, públicos, para atores privados. Conforme mostrou-se nesse capítulo, existe uma expressiva dificuldade em se definir, a priori, tais CSP, com variações de nomenclatura, tipologia e capacidades nas áreas de conflito. Longe de tentar apresentar uma tipologia absoluta, demonstrou-se que denominar tais empresas como "mercenários" ou meros "auxiliares de conflitos" é essencialmente um ato político, carregado, normalmente, de intenções, valores e tentativas de construções. Ressaltamos, contudo, que o termo Companhias Privadas de Segurança se aproxima mais do que se espera da presente pesquisa - não nos ausentando, contudo, de admitir que tal escolha é subjetiva.

Partindo desse pressuposto, apontamos que o monopólio estatal do uso da força se trata mais de uma alegoria política do que propriamente uma prática efetiva dentro do contexto internacional. A narrativa de construção de um Estado com capacidade de ser o único a empregar a violência - em última análise condensada em princípios de soberania - se baseia mais em expectativas e processos de legitimidade, afastada de considerações absolutas

e binárias. Ainda dentro dessa narrativa, acreditamos que as indicações de campos de "público" e "privado" também parte de pressupostos construídos, variantes temporalmente e espacialmente. Dentro dessa lógica, a emergência de atores interpretados como "particulares" atuando em espaços vistos como exclusivos do Estado não indicam, necessariamente, uma erosão dos agentes estatais. Dentro da perspectiva aqui empregada, trata-se de um processo de resignificação de tais atribuições, típicas da modernidade, que muitas vezes são realocadas com ativa participação do próprio Estado.

Essas premissas iniciam a construção do cenário em que os novos tipos de companhias de segurança privada identificadas nessa pesquisa atuam e são consideradas. A combinação de um processo macro de excepcionalidade, securitizante, deve ser entendido dentro de uma perspectiva de modificação no que se compreende como premissas exclusivas do Estado - mas que é feita, ressalta-se, com a participação ativa deste. Esses novos atores privados não podem, assim, ser meramente considerados como simplesmente privados mas ocupantes de uma consideração mista, híbrida, **simbiótica**, com os atores vistos como públicos. Trata-se de um fenômeno relativamente moderno e suas considerações serão melhor observadas no próximo capítulo, onde estabeleceremos uma breve genealogia dos soldados particulares, com ênfase na própria constituição do Estado moderno.

## Capítulo 4

### Notas históricas sobre soldados particulares: de Maquiavel à Blackwater

#### Introdução

O presente capítulo pretende estabelecer uma narrativa genealógica sobre o emprego de soldados considerados particulares, iniciando breve discussão sobre mercenários até os soldados contratados modernos. Combinado com a sessão anterior, pretende-se demonstrar como a ascensão de um exército formal está fortemente combinada com mecanismos de legitimidade e transformações ocorrendo dentro na lógica estatal. Tais questões, assim, não representam uma mera erosão das capacidades de tais agentes - mas uma resignificação das narrativas sobre quais são as atribuições do Estado. A articulação histórica demonstra como as recentes CSP possuem características em comum com atores não-estatais que empregavam de ferramentas de violência - demonstrando como as consequências de tal emprego, em alguns momentos, também são semelhantes.

No caso específico dos soldados privados no pós-Guerra Fria, irá se concentrar nas modificações estruturais provocadas pela globalização e pelo que denominamos aqui novas premissas sobre segurança, com ameaças se modificando das clássicas dinâmicas bipolares, regulares, para considerações irregulares e etéreas. O concerto dessas premissas, acredita-se, dá um cenário mais sofisticado sobre a ascensão de tais atores e sua influência no cenário internacional.

#### 5.1. *Condotierri*, Piratas e Companhias Mercantis

Escrevendo no Século XVI na Itália, o filósofo Nicolau Maquiavel emitiu um aviso severo para os príncipes que confiassem demasiadamente em forças mercenárias durante um conflito:

Mercenários e seus auxiliares são inúteis e perigosos. Se um Príncipe baseia a defesa do seu território em mercenários, ele



nunca vai alcançar a estabilidade ou segurança. Mercenários são desunidos, sedentos por poder, indisciplinados e desleais; são corajosos entre seus amigos e covardes perante o Inimigo (...) em tempos de paz, você será despojado por eles e, na guerra, pelo inimigo (Maquiavel, 1999: 39)

De certo modo, a história do emprego de mercenários remonta pelo menos o antigo Egito e a Mesopotâmia, com forças contratadas sendo amplamente utilizadas em guerras dentro e fora da Europa (Howard 2001: 20-37; Thomson, 1994: 26-32). Antes e depois da Guerra dos Cem Anos, encerrada em 1453, grupos de soldados foram empregados como mercenários por monarcas ou pela Igreja renascentista, em um contrato (*condotta*) para conduzir uma determinada campanha militar. Estes *condottieri* foram, guardadas as devidas proporções, empresas militares, servindo diferentes empregadores em momentos diferentes. Durante o século XVI, por exemplo, Howard aponta que:

Seja qual for a razão de guerras durante este período, de disputas sobre herança ou conflitos religiosos, eles foram realizados, em grande medida, por uma classe internacional de soldados baseados puramente em uma lógica comercial (Howard 2001: 24)

O uso generalizado de mercenários nos séculos XVI e XVII significava que, para alguns, a guerra era realmente um negócio lucrativo e tal prática permitiu o surgimento de empresários militares relativamente poderosos. Por exemplo, em 1625, Albrecht von Wallenstein possuía um exército privado de cerca de 100.000 soldados que arrendou para o Sacro Império Romano e os Habsburgos (Giddens, 1987: 109). Enquanto Estados maiores tentaram limitar sua dependência de forças mercenárias, grupos políticos menos formavam seu exército, em alguns casos, quase que completamente com tais soldados (Lynn 1996: 516). A prática do mercenarismo continuou no século XVIII, com exércitos das grandes potências europeias (por exemplo, Prússia, Grã-

Bretanha, Espanha e França) sendo constituídos em mais de 60 por cento tropas estrangeiras (Thomson 1994: 29).

Apesar de mercenários como soldados individuais serem provavelmente a representação mais conhecida da prática de contratação de violência não-estatal, eles não eram os únicos atores no "mercado" do emprego de medidas coercitivas. Corsários - descritos por Tilly (1992: 82) como "forças não-governamentais licenciadas" - eram embarcações navais particulares que eram licenciadas por governantes para realizar operações militares em seu nome. Assim, a pirataria era essencialmente um "programa governamental" (Tabarrok 2007: 572). O uso de corsários, com os primeiros registros no século XIII, tornou-se uma prática generalizada em tempos de guerra no século XVII - com piratas sendo usados por grandes potências europeias em sua competição por colônias e rotas de comércio.

Tal como aconteceu com os corsários, as empresas mercantis, como as Companhias holandesas ou inglesas das Índias Orientais, eram atores importantes no estabelecimento e manutenção das rotas de comércio e colônias nos séculos XVI, XVII e XVIII. Uma importante característica das empresas mercantis mostra-se especialmente para os argumentos aqui apresentados: elas formavam exércitos e marinhas próprias, que poderiam ser requisitados por Estados, em alguns momentos (Kinsey 2006: 38). Como Thomson conclui, as empresas mercantis:

eram instituições criadas pelo Estado que, através da violência, eram empregadas para angariar ganhos econômicos políticos tanto para atores estatais e não estatais e, **assim como atualmente as distinções entre atores estatais e não-estatais não faziam sentido** (1994: 41, nosso negrito).

Essa ênfase no emprego de ferramentas de coerção através de atores interpretados como não-estatais ocorreu em um período da história em que os Estados nacionais na Europa estavam ainda em formação. Essas práticas foram ferramentas úteis aos governantes, mas, ao mesmo tempo, também resultou em uma série de consequências não intencionais. A autorização de violência não-estatal gerou discussões a respeito da legitimidade e

responsabilidade entre os Estados, por exemplo. Grande parte da literatura aponta que o período entre século XV e o XVII foi o "auge do emprego de tropas mercenárias por governantes civis" (Tilly, 1992: 122). Na Europa, foi a Guerra dos Trinta Anos que sinalizou tanto o auge desse tipo de mecanismo como o início da degeneração de um regime de forte dependência de violência não-estatal. Esta guerra, de acordo com Van Creveld, "logo degenerou-se para um conflito de cada um por si, em que Imperador, reis, governantes territoriais de diversos escalões, ligas religiosas, cidades livres, e mercenários lutavam com todos os meios à sua disposição" (van Creveld, 1999: 159-160). Com o término da guerra, com a assinatura do Tratado de Vestfália em 1648, o Estado foi consolidado como o "garantidor incontestável da ordem interna e legitimador da guerra externa" (Howard 2002: 16). Certamente, esta modificação dramática não foi uniforme, nem isso aconteceu rapidamente, mas, ainda assim, a Paz de 1648 é amplamente vista na literatura de Relações Internacionais como o ponto de partida para o moderno sistema internacional; uma ordem Vestfaliana, na qual o Estado tornou-se a forma predominante de organização social (Watson 1992: 182-196; Falk 2002).

Novamente, é importante salientar o caráter irregular deste processo, a fim de evitar simplificações e determinismos, em que o resultado final - o Estado - parece explicar todo o seu processo (Tilly, 1992: 33). De modo a fazer esta análise ainda mais relevante para o estudo da privatização em curso da segurança e da violência, se faz necessário uma apreciação também da principal instituição coercitiva do Estado, os militares, e o próprio desenvolvimento posterior da guerra. Através desta investigação, um quadro histórico mais abrangente de distintos conceitos será produzidos e utilizado, posteriormente, para análise do Estado moderno, sua relação com a violência e o sistema de estados e, finalmente, para as mudanças que estão ocorrendo na era pós-Guerra Fria.

## **5.2. Exércitos nacionais formais e consolidação do poder estatal**

Nesta seção, o foco será inicialmente o surgimento de exércitos nacionais e a incorporação dos militares na estrutura do Estado. A discussão, então, passar para rever as alterações centrais nas maneiras conflitivas e como

e como os militares, como uma instituição coercitiva, foram desenvolvidos e utilizados. Neste momento, a ênfase estará sobre mudanças no período em torno do Revolução Francesa e das Guerras Napoleônicas (1789-1815), no que irá se materializar teoricamente, a posteriori, como "guerra Clausewitziana". Basicamente, esta sessão tem como objetivo tratar de aspectos centrais da relação emergente entre o Estado e os mecanismos de violência em um momento da gênese do primeiro na Europa. Assim, observando especificamente a transformação da guerra, espera-se sofisticar a análise dos novos tipos de violência na contemporaneidade. Desta forma, ao se ter uma compreensão básica da visão "tradicional" da guerra, produz-se um ponto de referência para discussões posteriores sobre a natureza dos conflitos armados no pós-Guerra Fria.

Em uma perspectiva mais ampla, exércitos nacionais permanentes são construtos relativamente recentes. Não foi até o final do século XVII que um exército permanente, "controlado pela coroa, comandado pelas elites e formada por homens alistados por longos períodos de serviço" se estabeleceram na Europa (Avant 2000:29). Antes de prosseguir, necessário apontar que o termo "nacional", neste caso, não deve ser indicativo para soldados da mesma nacionalidade. Mesmo no final do século 18, as forças armadas eram essencialmente multinacionais, e entre um terço a metade dos soldados de qualquer exército europeu eram estrangeiros, com exércitos totalmente nativos sendo um produto do século XIX (Finer 1975: 101) . No entanto, as tropas que compõem este emergente nacional exércitos foram levados cada vez mais a partir das populações fixas, e as forças armadas gradualmente tornaram-se estruturas permanentes dos Estados, independentemente de estarem em períodos de guerra ou de paz. A criação de exércitos nacionais permanentes contribuiu tanto para o aumento do poder da autoridade central mas também para a crescente capacidade dos cidadãos de impor exigências ao Estado em troca de seus serviços. Assim, o desenvolvimento de grandes exércitos, por conseguintes mais caros, está intimamente ligado tanto à consolidação do poder central como demanda que o Estado negocie com seus cidadãos( Paret 1992:10; Bobbitt 2003: 130; Clausewitz 1993 [1832]:708-717).

Em meados do século XVIII, durante o período de nacionalização, marca-se o fim da era dos *condottiere*, com atividades como recrutamento, pagamento e treinamento das tropas sendo colocadas sob responsabilidade de Ministérios da Guerra e academias militares (van Creveld, 1999: 160). A condução da guerra mudou do exercício personalista do governante para uma "guerra conduzida de maneira impessoal nome do Estado" (ibid: 161). Como governantes perderam a capacidade de fazer a guerra em seu próprio nome, "algo que vagamente se assemelha ao 'interesse nacional'" passar a dominar a narrativa do envolvimento em guerras (Tilly, 1992: 185). No decorrer deste desenvolvimento, a estratificação social do corpo de oficiais foi também - embora com grandes variações- extremamente transformada, com a nobreza, por exemplo, sendo gradualmente substituída por profissionais. Este processo foi lento e, em alguns casos, tais como a Grã-Bretanha, a relação entre status social ou riqueza e a posição militar permaneceu um problema até o final do século XIX (Huntington 1957, 141).

No processo de nacionalização de poder militar, o exército se tornou uma parte integrante da estrutura do Estado, mas também diferenciada do governo. Ao mesmo tempo, soldados foram sendo cada vez mais vista como servidores públicos, apesar de serem separados do resto da população de várias maneiras: visualmente através o aumento do uso de uniformes ou mesmo legalmente, através da introdução de categorias jurídicas exclusivas (Van Creveld, 1999: 161-164).

De acordo com Tilly, o período de Revolução e do Império francês (1789-1815) foi particularmente importante por ter materializado a transição de como governar na Europa, fornecendo um modelo de governo centralizado que outros estados emulariam (Tilly, 1992: 107). A antiga prática de usar intermediários - por exemplo, o clero, oligarquias urbanas ou guerreiros profissionais - foi repudiada em favor de um sistema onde o poder central agia diretamente nas comunidades para obtenção de impostos (Idem, 1992 103). Este desenvolvimento, continua Tilly, estava intimamente ligado à "revolução na guerra", que teve lugar por volta do final de do século XVIII e cujo componente principal era um grande aumento no número de soldados empregados nos conflitos. Outras mudanças bélicas importantes neste período incluíram novas táticas de infantaria, o uso de artilharia de campo e

reorganizações das unidades dos exércitos (Paret 1992: 16). A implantação dos exércitos gradualmente maiores e o uso de novas tecnologias e organizações efetivamente significava que a natureza da guerra, ou seja, como ele foi travada, por quem e com que meios, mudou dramaticamente. Muitos estados implementaram, nesse período, medidas coercivas - tais como obrigatoriedade para o recrutamento - para atender à crescente demanda por soldados (Finer 1975: 149).

As modificações na forma de se fazer a guerra continuaram a ter um forte impacto na formação do Estado e na consolidação do poder central. As maiores exigências em termos de recursos, tecnologia e pessoal significaram que as guerras eram travadas em uma escala maior do que anteriormente, chegando, segundo Paret, "na crescente importância do conceito de que o serviço nas forças armadas era um dever do cidadão para com a comunidade política" (1992: 17). O autor continua ressaltando principalmente para a consequente ampliação dos ideais nacionalistas em Europa e em outros lugares depois de 1789. Neste período, o nacionalismo se tornou uma expressiva força para consolidar vontades e justificar práticas bélicas (Van Creveld 1999:193-199) . Com a disseminação de tais ideais, a guerra tornou-se uma experiência "homogeneizante, com soldados representando toda a nação, com a população civil sofrendo privações e responsabilidades em conjunto" (Tilly 1992: 116). Além disso, com as sequentes ofensivas e invasões de Napoleão na lógica de estabelecimento do Império francês, o nacionalismo foi incitado entre os povos então sob controle de Paris. Como aponta Howard, "nenhuma ação galvaniza [a identidade nacional] tão rapidamente como tendo soldados estrangeiros esquartejando seu vilarejo" (2002: 37). Em suma, a expansão do nacionalismo era importante para promover ideias de, por exemplo, ser francês ou inglês, e para o estabelecimento de linhas endógenas e exógenas claras entre "nós" e "eles". Além disso, exércitos permanentes tornaram-se intimamente ligados à ideia de uma nação e uma causa nacional - um desenvolvimento importante para a criação de um *esprit de corps* dos exércitos modernos (Watson 1992: 231-237).

Tomados em conjunto, essa discussão mostra alguns desenvolvimentos interessantes em termos dos principais instrumentos de violência e a consolidação de Estados. A criação de exércitos permanentes nacionais, leis

internacionais de guerra e a mudança da natureza da guerra criaram uma divisão entre o militar e a população civil. Com a ascensão do profissionalismo militar, centralizou-se a consideração de que tal conflito representava uma " arte ou uma ciência, que tinha de ser exercido por especialistas" (Van Creveld 1991:39).

Dentro dessa lógica, o emprego de soldados contratados foi relegada a pontos específicos do globo, sendo empregada normalmente em anexo à acusações de violações das normas das guerras e de premissas "não legítimas", uma vez que, diferente do soldado-cidadão, os guerreiros contratados lutariam por razões menos nobres. Mesmo em momentos em que mercenários foram empregado em grandes conflitos - como a Guerra Civil norte-americana - , seu emprego foi feito através de uma resignificação dos seus objetivos. Franceses lutando ao lado dos *ianques*, assim, estariam imbuídos por uma compartilhamento de liberdades e não por razões econômicas ou geopolíticas contra os britânicos. As duas Guerras Mundiais, fortemente justificadas por valores nacionais, seriam a epítome de um conflito em que soldados regulares formam quase que completamente as frentes de batalha.

Dentro dessa narrativa, chama atenção, então, quando no fim do século XX presencia-se o início do emprego cada vez maior de soldados contratados. Isso não quer dizer que a história se repete, e que se trata de uma indicação do retorno dos grandes exércitos de mercenários. As empresas que estão no foco dessa pesquisa não são mercenários em qualquer sentido tradicional, nem são forças militares em seu próprio direito. No entanto, o uso destas empresas em larga escala sinaliza a potencial relegitimação da violência por tais atores e nas próprias relações entre o Estado e suas ferramentas coercitivas.

### **5.3. A expansão do mercado da violência no pós-Guerra Fria**

Dada a natureza duradoura dos mecanismos não-estatais de violência, como supracitado, não seria de total surpresa encontrar o "renascimento da violência legítima por atores não-tradicionais" no período após a Guerra Fria (Kinsey, 2006: 34). No entanto, ao mesmo tempo que é central reconhecer que a existência de um "mercado" para os serviços de segurança não é um

fenômeno novo por si só, é igualmente importante salientar que o desenvolvimento atual não é uma simples repetição do passado. Como irá se demonstrar, o desenvolvimento do mercado atual e as complexas alterações na relação entre o Estado e a violência ocorrem em um contexto histórico específico e tem produzido uma série de atores e estruturas que são qualitativamente diferentes do que se observou anteriormente. No entanto, afirmar que tais atores representam um fenômeno completamente novo das chamadas "Novas guerras", faz com que se perca importantes conotações históricas da privatização da segurança.

Como discutido acima, o mercado das formas não estatais de violência não é um fenômeno completamente novo. Em vez disso, pode ser observado, em parte, como uma continuação de práticas que já existiam - embora em formatos distintos - ao longo dos séculos que antecederam a ascensão para a proeminência do Estado moderno. No entanto, é também verdade que, desde o século XIX até o fim da Guerra Fria, o uso de atores compreendidos como não-estatais, tais como mercenários, foi largamente deslegitimado no contexto internacional (Thomson, 1994; Percy 2007a). Apesar da opinião cada vez mais desfavorável em relação a tais agentes - especialmente após as guerras ligados à descolonização na África e na Ásia - isso não pôs fim completamente ao uso de mercenários, nem impediu o surgimento das primeiras empresas privadas de segurança, já no fim da década de 1960, como Watchguard (1967), Kroll (1972) e a Control Risks (1975). Mesmo assim, foi essencialmente o fim da Guerra Fria que marcou a recente aceleração da expansão do mercado em termos do número de empresas, serviços e potenciais clientes. A queda do muro de Berlim, em 1989, marcou o início do fim da Guerra Fria, o suposto encerramento dos impasses entre as superpotências e sinalizou o início de profundas mudanças nas relações políticas, militares e econômicas internacionais. Desde 1945, a lógica da ordem internacional havia, em grande medida, sido moldada e influenciada por tal rivalidade bipolar, além da ameaça de uma guerra nuclear em larga escala. Com o fim da Guerra Fria, o encerramento da bipolaridade e a centralidade das disputas entre Rússia e Estados Unidos. Embora os efeitos a longo prazo destes acontecimentos continuem sujeitos à especulação entre pesquisadores, existem circunstâncias



que tornam o fim da Guerra Fria central para a crescente privatização da segurança nas últimas três décadas.

Dentro dessa lógica de modificações, consegue-se identificar transformações tanto na oferta quanto na procura por Companhias de Segurança Privada. Do lado da oferta, um desenvolvimento importante foi a redução global dos exércitos permanentes, já no início da década de 1980, com governo rearticulando suas forças dentro de uma narrativa de fim da lógica conflitiva com a vitória norte-americana (Nossal 1998: 30). Segundo a database "The Military Balance", o número global de pessoal nas forças armadas caiu mais de 7 milhões entre 1985 e 2001 (The Military Balance 2002:337). Como resultado, um grande número de militares desempregados tornaram-se disponíveis no mercado, criando uma oferta considerável de mão de obra qualificada (Shearer 1998: 27). Na África do Sul, por exemplo, o fim do regime do apartheid sinalizou uma maciça redução de efetivos da Força de Defesa Sul-Africanas no início da década de 1990, e uma crescente dependência, no mercado interno, de empresas de segurança privada. Ex-militares sul-africanos também criaram a notória CSP Executive Outcomes, que atuou fortemente em guerras civis pelo continente (Mandel 2002: 118). Um outro resultado do desmantelamento das estruturas militares da Guerra Fria foi um aumento maciço na disponibilidade de armas no mercado - legais ou ilegais - especialmente da antiga União Soviética. Desde de 1989, milhões de armas tornaram-se disponíveis para um número expressivo de atores, incluindo Senhores da Guerra, grupos criminosos, rebeldes, milícias e as Empresas de Segurança Privada (Singer 2003: 54).

Ao mesmo tempo, e, em parte, como um resultado da diminuição da influência e apoio das Superpotências, uma série de conflitos violentos eclodiram, criando um aumento da procura por especialistas militares. A maioria desses embates eclodiram em países em desenvolvimento, onde as instituições se enfraqueceram, muitas vezes, após a retirada do apoio político e financeiro dos Estados Unidos ou da agora extinta União Soviética. Com tal redução, muitos governos se viram atingidos por grupos subnacionais, oprimidos durante o período anterior. Dessa forma, uma série de conflitos civis eclodiram: entre 1989 e 2006, 122 foram registrados em 80 locais, dos quais

115 foram caracterizados como intraestatais (Harbom e Wallensteen 2007: 624).

Diante das falhas nas operações de paz na Somália, Bósnia e Ruanda no início de 1990, tornou-se cada vez mais claro que Estados poderosos, bem como organizações internacionais e regionais, careciam de vontade ou de capacidade para lidar com muitos dos conflitos desse período (Doyle 1998; Shearer 1998: 32). Neste ambiente volátil de conflitos internos violentos e Estados enfraquecidos - sobretudo na África - o uso de empresas privadas para fornecer serviços de segurança começou a aumentar. Assim, pode-se argumentar que o fim da Guerra Fria produziu um vácuo de segurança onde um número de atores interpretados como não-estatais, incluindo empresas de segurança privada e militares, conseguiu encontrar um número crescente de oportunidades de negócios (Singer 2003: 49; Duffield 2001: 61-71).

Alguns números estimam que as receitas internacionais de empresas de segurança privada subiram de 55,6 bilhões dólares em 1990 202 bilhões 2010 - um crescimento anual de cerca de 7 por cento (Vines, 2000, O'Brien, 2000). Embora estes números dão uma indicação da escala de crescimento da indústria, apesar de terem de ser analisados com cautela. Dados quantitativos confiáveis sobre a indústria de segurança privada após a Guerra Fria são muito escassos e estimativas disponíveis usam diferentes definições para as empresas e os serviços prestados. Portanto, a comparação sistemática entre os números é difícil, com os dados apontados aqui devendo ser observados como estimativas aproximadas. Mesmo assim, o crescimento da indústria de segurança global tem sido substancial.

O fim da Guerra Fria, contudo, só fornece uma parte da cadeia complexa de eventos e processos que, combinados, aproximam-se da explicação ideal para compreender o aumento da contratação de tais empresas na sociedade internacional. No sentido de sofisticar tal análise, também deve ser considerada à expansão da lógica de privatização, assim como certas tendências da globalização e as mudanças na natureza da guerra e segurança.

#### 5.4.. Privatização como norma

Em "Armies without States", Robert Mandel observa como a tendência global em direção a privatização mudou, em todo o globo, a lógica de funcionamento dos Estados. Segundo Mandel, pode-se argumentar que a privatização de setores de segurança e militar representam a forma mais extrema de privatização, uma vez que estas são funções que - pelo menos no período moderno - são observadas como exclusivas aos Estados. Em teoria, a privatização de tais elementos indicaria uma mudança substancial no papel e na função do Estado moderno (Bislev, 2004: 599). Enquanto o ideal da posição exclusiva e inalienável do Estado em relação à guerra nunca se relacionou bem com análises empíricas, como já apontado no capítulo anterior, a terceirização de algumas dessas funções - particularmente aquelas associadas com os militares - teria aparecido "absurda" ou mesmo impensável anteriormente (Singer 2003: 9).

No entanto, desde a eleição do governo de Margaret Thatcher na Grã-Bretanha em 1979, a venda de empresas estatais e a terceirização de funções públicas aumentou globalmente e se espalhou para áreas anteriormente associadas com o bem-estar social (Le Grand e Robinson 1984: 1). Em essência, este movimento no sentido da privatização aumentou o papel do mercado e privado e das empresas em áreas consideradas estratégicas e inerentes ao Estado (Sclar, 2000). Apesar da privatização ser frequentemente associada com Estados ocidentais, a tendência se espalhou por todo o mundo e poucas sociedades não foram afetadas, como irá se demonstrar no caso líbio. Embora muitas decisões sobre até onde a privatização pode alcançar estejam em debate - como a privatização das prisões nos EUA e no Brasil atualmente - soluções mercadológicas ganharam considerável tração nas últimas décadas (Donahue, 1989). Ao longo do tempo, a privatização de funções de segurança, como o policiamento - embora possivelmente mais resistentes ao "ethos privatizador" do que outras áreas - surge cada vez mais como ferramentas adequadas para lidar com novos desafios e a problemática de controles orçamentários (Abrahamsen e Williams 2007: 134). Segundo Singer, quanto mais funções foram privatizadas, mais fácil é para governantes

justificarem sua expansão, em um esforço "que soa racional no aumento da eficácia e da flexibilidade dos setores públicos" (2004:43).

A partir desta perspectiva, a privatização dos instrumentos coercitivos deve ser entendida como parte de uma tendência maior para a privatização e terceirização (Singer 2003: 68). Além disso, deve ser visto como uma extensão considerável das modificações na relação entre o Estado e suas ferramentas de violência. É importante notar, como Abrahamsen e Williams observam, que a expansão do mercado privado de segurança envolve muito mais do que as forças armadas em um contexto de conflito armado, transbordando para além do âmbito militar (Abrahamsen e Williams 2007: 132). Sem dúvida, a privatização de formas diárias de proteção e de policiamento também precisa ser reconhecida como parte do mesmo processo (Wakefield, 2003). A expansão global da segurança privada sugere que, no período pós-Guerra Fria, o que já foi considerado funções e serviços nucleares do Estado passa por um sofisticado processo de resginificação.

Antes de continuar, uma ressalva importante a respeito do conceito de privatização se faz necessária. Quando se discute a privatização, o processo é geralmente entendido através da transferência consciente e deliberada de responsabilidades e funções do público para a esfera privada. No entanto, esta forma de se analisar a privatização pode ser mostrar problemática fora do contexto de Estados consolidados. Primeiramente, excetuando-se modelos teóricos, é raramente uma questão totalmente pública ou privada - sendo melhor descritas em distintos graus de "publicização" e do caráter privado (Donahue, 1989: 9). Somam-se a esses aspectos o fato de que, em muitas situações em que as empresas de segurança privada atuam, tal concepção limitada de privatização mostra-se limitada, uma vez que pressupõe um nível de controle público e da responsabilidade que simplesmente não existe. Para contornar este problema, a privatização também deve ser entendida como abrangendo a utilização de empresas privadas para executar funções que têm até então foram construídas como pertencentes ao domínio público.

Analisando o desenvolvimento do mercado de serviços de segurança privada em escala mundial, nota-se que houve transferências conscientes de responsabilidades públicas para o setor privado, muito em linha com a expansão das políticas de privatização do início da década de 1980. Em uma

perspectiva mais ampla, o mercado também se desenvolveu fora do controle estatal, não tendo surgido apenas como resultado de ações específicas dos agentes estatais. A concepção ampla do conceito permite a existência de diferentes caminhos que levam ao mesmo resultado, ou seja, funções de segurança que está sendo executada por empresas privadas. Isso se mostra importante ao empregar o conceito de privatização para lidar com casos distintos dos Estados consolidados. No sentido mais amplo, o movimento em direção a privatização da segurança também faz parte das mudanças em curso na função do Estado sob a influência de processos ligados à globalização.

### **3.2. Lógicas globalizantes**

No debate sobre a globalização, as questões sobre sua existência, significados, consequências ou origens históricas são complexas e vão bem além do âmbito da presente discussão. No entanto, a fim de esclarecer a posição deste estudo vis-à-vis o conceito de globalização, esta seção oferece algumas breves indicações sobre a forma com que o conceito é entendido, para, em seguida, discutir como a globalização pode ajudar esclarecer certas considerações a respeito da privatização de segurança. O argumento central aqui é o de que a lógica globalizante provocou mudanças na compreensão de quais seriam os papéis e funções convencionalmente atribuídos ao Estado e que, neste processo, se colocam novos espaços para atores e estruturas não-estatais pautados pela lógica mercadológica. Além disso, embora os processos de globalização sejam efetivamente globais, não se implica aqui que tenham um desenvolvimento linear e uniforme - e nem que seus efeitos estejam distribuídos de forma linear por todas as regiões do mundo. Apesar desse ponto, existem alguns processos gerais e alterações que são de particular relevância para explicar a tendência para o aumento da privatização da segurança. Para se fazer tais considerações, no entanto, requer-se uma breve discussão sobre o significado do conceito de globalização.

Em um nível básico, a globalização pode ser compreendida como o

"alargamento, aprofundamento e e aceleração da interconexão mundial em todos os aspectos contemporâneos da vida social -

dos culturais aos campos criminosos, do financeiro ao espiritual""(Held et ai. 1999: 2)

Para além desta descrição geral, significados mais precisos do conceito permanecem em aberto. Dentro da literatura sobre a globalização, David Held e os seus co-autores identificaram três vertentes principais: a "Hiperglobalista, a "Cética" e "Transformacionalista"<sup>15</sup> (Held et al., 1999:2; também Scholte 2005). Em um resumo simples, os defensores da primeira escola enfatizam a chegada de uma era global e o fim do Estado como conhecemos, enquanto os céticos questionam fundamentalmente a existência e a aceleração da interdependência global, argumentando para a constante centralidade do Estado no sistema internacional. Os argumentos apresentados aqui se aproximam mais da terceira vertente do debate, que enfatiza a relevância continuada do Estado no âmbito da globalização, não assumindo nem a constância dos agentes estatais e nem seu desaparecimento por completo. Nesse caso, se institui o processo de formação de diferentes estruturas, um resignificar do que compreendemos como Estado (Held et al. 1999: 3).

Em termos econômicos, Hettne argumenta que a globalização pode ser vista como um "um aprofundamento e expansão do sistema de mercado " em escala global (2002:10). Este desenvolvimento teria sido impulsionado em parte pela lógica neoliberal, políticas concebidas para se criar um mercado livre global através de desregulamentação, privatização e ajustamento estrutural (Ritzer,2011:38). A globalização, nesse sentido, tem estabelecido um aumento significativo nos fluxos de bens, serviços, força de trabalho e capital através das fronteiras nacionais e regionais, galvanizando o crescimento de empresas transnacionais, assim como o fortalecimento e a ampliação de estruturas capitalistas de produção e acumulação de excedentes (Held et al. 1999). De acordo com Philip Cerny, a globalização sinaliza o desmantelamento do Estado de bem-estar social e o advento do "Estado da concorrência" (Cerny,2000). No processo, as instituições e práticas do Estado são cada vez mais mercantilizadas ou comodificadas, e os "Estados se transmutam em pontas-de-lança de uma modificação estrutural das normas de mercado tanto

---

<sup>15</sup> Do original "hyperglobalist", "sceptical" e "transformationalist"

nacionalmente quanto no exterior" (Idem, 200: 128) . A partir desta perspectiva, a expansão de um mercado globalizado para os serviços privados de segurança se ajusta com relativa acomodação em discursos neoliberais sobre a globalização econômica e estratégias relacionadas a redução do tamanho do setor público. Singer resume tal ponto

A ideia de que o mercado deve ser a solução não só recebeu legitimidade, mas, na verdade, tornou-se o modelo de fato internacional para práticas governamentais e empresariais. Assim, quando líderes se viram diante de novos desafios sobre como melhorar suas operações, sejam elas coleta de lixo, prisões, ou apoio militar, eles começaram a olhar para a esfera privada. (2003: 66)

Politicamente, a globalização também indica um movimento de afastamento da lógica territorial e do sistema estatal moderno, através da criação de novos modos de governança (Held et al 1999). Em relação a esta mudança, Scholte observa como, no contexto da globalização, a criação de formas de governança policêntricas - ou seja, instalados em rede - também demonstram um substancial grau de privatização (Scholte 2005: 214). Um exemplo disso é a crescente disposição, através de políticas neoliberais, para se promover regulações privadas. Outra representação de governança privatizada, pode ser encontrada na contratação de serviços públicos para atores privados, por exemplo, em termos de ajuda humanitária ou serviços militares (Idem, 2005: 217).

Neste contexto, a globalização - e a privatização da segurança - podem ser entendidos como uma expressão do aprofundamento contínuo do sistema de mercado e a pressão entre os Estados para se adaptarem a este ambiente. Este processo se dá, por exemplo, através da "mercantilização" das atividades estatais e da substituição de ações públicas por regimes privados (Cerny 2000: 136). A partir desta perspectiva, soa como única medida possível a implementação de programas de privatização da segurança e das funções militares. Para Estados estáveis no Norte, a privatização da segurança pode parecer uma maneira de aumentar a competitividade e flexibilidade; enquanto

que para nações instáveis, voltar-se para empresas de segurança privada pode, como será discutido mais adiante, ser menos de uma questão de escolha e mais resultado de pressões externas e último recurso (Mandel 2002:60). Isso não significa que tais países, como também irá ser discutido mais adiante, não possuem capacidade de resignificar essa implementação - mas é necessário, mesmo assim, reconhecer as pressões estruturais. Além disso, a crescente dependência por grupos privados de segurança cria novos modos de governança, com Estados e organizações internacionais se mostrando incapazes ou não dispostos a regular tais atores (Leander, 2002).

Dentro dessa lógica, os resultados da globalização têm sido interpretados como indicativos do desaparecimento do Estado moderno e o fim da soberania como tradicionalmente se define no sistema internacional. Apesar da globalização afetou os agentes estatais de várias maneiras, tais ações, como já abordado, não excluem a relevância estatal do arquitetura internacional. Cerny argumenta que

[a globalização] não faz com que a estrutura estatal *per se* se defina; na verdade, ela está desenvolvendo novas formas e características estruturais mais complexas, em um mundo mais aberto e transversal transversais mais aberto, permanecendo central como executor de regras e práticas (2000:120).

Desta maneira, ao invés de falar do desaparecimento do Estado soberano, faz mais sentido falar das transformações ocorridas no cerne deste. O Estado continua relevante, apesar de suas funções tradicionais estarem sendo desmembradas e transferidas para novas instituições, em diversos níveis da sociedade (Hettne, 2002: 12). Estas mudanças encontram eco com a própria prática genealógica estatal, em que suas práticas nunca foram fixas - mas mutáveis e variantes (Scholte 2005: 192). Assim, a privatização de segurança não precisa ser interpretada como um processo de erosão estatal, pelo contrário, é uma indicação da mudança deste e sua adaptação no contexto da aceleração da globalização na modernidade. Em sua análise, Lundqvist observa como processos de privatização mudam a natureza do setor público e seu papel como produtor e financiador de certos bens e serviços



(Lundqvist 2001:282). Neste caso, as mudanças estão ocorrendo dentro de instituições e estruturas que estão ligadas à prestação da segurança e do uso da força.

Uma maneira de deixar mais clara tal mudança é através da discussão do conceito de soberania. Como argumentado na discussão deste conceito no capítulo 3, nem a globalização nem a privatização da segurança significam o fim da soberania como tal, mas sim uma série de mudanças na sua organização institucional e em práticas relacionadas. Mais uma vez, essas mudanças não são novas e excepcionais. Embora seja certamente verdade que a globalização significou uma "renegociação da noção Vestfaliana de soberania", também é verdade que a soberania de Vestefália "nunca foi universalmente consolidada, nem permaneceu sem mutações<sup>16</sup> (Held et al 1999:. 188). Assim, mudanças na territorialidade, na autonomia do Estado e nas próprias relações entre o Estado e mecanismos de violência não tornam o conceito redundante ou obsoleto. No entanto, estes sinalizam uma rearticulação e renegociação de seu significado. Nesta perspectiva, as modificações promovidas pela privatização são compatíveis com o Estado soberano, uma vez que as organizações e capacidades coercitivas estão sendo reestruturadas.

Assim, através da privatização da violência - ou a externalização das funções do Estado - as divisões construídas como fundamentais para a definição da soberania são, em certa medida, comprometidas ou corroídas (Mandel 2002: 79). Com efeito, a prática de empregar CSP em amplas ações de segurança indica uma "potencial concessão de autoridade coercitiva para o setor privado" (Thomson, 1995: 230). Mesmo com a proliferação destas práticas, no entanto, os Estados permanecem reconhecendo uns aos outros como entidades soberanas no sistema internacional. Mais uma vez, embora seja claro que a privatização de segurança não traz o fim da soberania do Estado, ela indica uma mudança na forma como entende-se, a nível internacional, as maneiras em que as performances da soberania são realizadas.

---

<sup>16</sup> Para essa discussão, ver também Krasner, 1999 e Scholte 2005, dentre outros.

Para resumir a discussão, pode-se argumentar que a privatização da segurança no últimas décadas acelerou uma gama de mudanças estruturais na sequência da fim da Guerra Fria, com o desmantelamento de inúmeras forças armadas e das estruturas de segurança da ordem bipolar. Além disso, tal ação está relacionada com a lógica privatizadora do início da década de 1980, que representou um papel recente de atores do setor privado em áreas antes apontadas como exclusivamente públicas até então. Finalmente, a privatização da segurança deve ser entendida em no contexto da globalização e como parte de um crescimento contínuo de conexões transnacionais, nas quais as funções funções tradicionalmente atribuídas ao Estado são ocupadas por agentes ligados ao mercado (Scholte 2005: 8). Estreitamente ligada a estas modificações estão as transformações na própria natureza da guerra e dos mecanismos de segurança. A discussão dos aspectos centrais de tais mudanças auxilia na compreensão da expansão do mercado de serviços de segurança.

### **3.3. Mutações das formas internacionais de violência**

Somando-se as supracitadas indagações, aponta-se também as modificações na natureza dos conflitos armados como mecanismo para indicar o maior emprego de atores privados em contextos militares. Dentro dessa lógica, a presente subseção pretende articular aspectos particularmente relevantes para a compreensão do crescimento do mercado atual de segurança privada dentro desse contexto.

A primeira seção irá discutir a natureza mutável da guerra e, mais especificamente, o que tem sido chamado de "privatização da guerra" ou a "desestatização da guerra" nas últimas décadas (Møller 2005; Münkler 2005: 16). Apesar de concordar-se de que as pesquisas sobre as chamadas "Novas Guerras" oferecem reflexões importantes, é necessário se indicar ressalvas. Tem sido argumentado que a privatização da segurança no período pós-Guerra Fria, especialmente em áreas de conflito armado, é reflexo das transformações na natureza da guerra (por exemplo, Singer, 2003: 60; Kinsey, 2006). Por sua vez, a lógica de que os conflitos armados modernos são distintos das experiências passada não pode ser completamente analisado pelas teorias

convencionais apontadas principalmente no início da década de 1990. Em influente pesquisa, Mary Kaldor argumenta que as guerras na era global são tão diferentes das anteriores que constituem qualitativamente um fenômeno de "Novas Guerras" (Kaldor, 1999). Kaldor não é a única a observar mudanças nesses embates, que em outras análises foram descritos como "conflitos de baixa intensidade", "guerras de rede", "guerras do terceiro tipo", "pequenas guerras", "conflitos pós-modernos" e "emergências humanitárias complexas", para citar apenas alguns (Angstrom 2005; Smith, MLR 2005; Miall et al 1999: 66ff; Holsti 1996; Keane 2004; Duffield 2002; Duffield 1998; Münkler 2005: 22ff; Kaldor 1999; Van Creveld 1991). A principal preocupação aqui não está em como rotular esses conflitos, mas sim demonstrar como as mudanças na natureza da guerra podem ser analisadas em relação à privatização da segurança.

Grande parte das análises teóricas sobre a Guerra partem das análises feitas por Carl Von Clausewitz, analista militar prussiano do século XIX. A influência de Clausewitz é extremamente significativa (van Creveld, 1991: 34f; Howard 1993). Tais análises, centralizadas no seminal "Da Guerra", de 1832, argumentam pela centralidade do Estado, enfatizando a guerra através de sua natureza política, regida por objetivos políticos da nação e principalmente pela galvanização das forças militares tradicionais como ferramentas para tais conflitos (Paret 1992: 109; Van Creveld 1991). Van Creveld argumenta que a teoria de Clausewitz é essencialmente estatista e baseada na visão da guerra como uma trindade, composta pela população, o exército e o governo - sendo dependente de uma divisão clara entre estes três elementos (Van Creveld, 1991: 35-49). Ainda de acordo com esse autor, o foco estatista e as delimitações básicas feitas por Clausewitz são, atualmente, problemáticas, especialmente em relação aos conflitos armados após a Segunda Guerra Mundial. No período da Guerra Fria, devido à lógica nuclear e aos processos de "mútua destruição assegurada", os Estados continuaram a se preparar para guerras tradicionais (Gaddis 2005: 50). A questão é que, desde 1945, tal guerra clausewitziana já não é a forma predominante dos conflitos, sendo os "conflitos de baixa intensidade" os mais recorrentes em tais períodos (Van Creveld, 1991: 20).

As principais características deste fenômeno bélico seriam pela sua ocorrência em países menos desenvolvidos, a rara inclusão de exércitos regulares e pela ausência de armas de destruição em massa ou com alto desenvolvimento tecnológico. Além de ser a forma dominante de guerra desde 1945, tais conflitos também resultaram em um grande número de vítimas, muitas das quais civis. Citando inúmeros exemplos, Van Creveld argumenta também que em as tentativas de intervenção por Estados do Norte Global, em tais conflitos, se mostram repetidamente falhos, apesar de tropas com melhor treinamento e armamento. Seu ponto principal é de que tais conflitos não podem ser compreendidos, ou resolvidos, dentro de uma estrutura trinitária apontada por Clausewitz. A própria essência de tal "guerra não-trinitária" é de que sua própria natureza "erode a estrutura clássica do Estado, fazendo que que [estes] estejam particularmente mal equipados para lidar com esse tipo de conflito (Idem, 1991: 194). A questão torna-se ainda mais problemática ao se levar em conta que os Estados do Sul Global onde muitos desses conflitos ocorrem nunca foram capazes de estabelecer uma distinção clara entre exército, população e governo, com esta distinção desmoronando antes mesmo de ter sido estabelecida.

As distinções em atores e processos relacionados com as "novas guerras" tem sido criticadas principalmente por serem superestimadas (Kaldor, 2005). Essencialmente, as análises de Kaldor se mostram interessantes ao apontar a centralidade da perspectiva clausewitziana na elaboração de políticas de defesa, fazendo com que outras formas de guerra não fossem eficientemente reconhecidas (Kaldor 1999: 15). Porém, uma vez que tais pesquisas estão baseadas em uma lógica comparativa entre as "novas guerras" e as "guerras tradicionais" acabam por ignorar perspectivas históricas mais amplas. Como Newman observa,

"o problema com a maior parte da literatura de [novas guerras] não está em sua análise dos conflitos contemporâneos; em vez disso, está em sugerir que elas são completamente distintas dos fenômenos do passado (2004:185).

Uma avaliação crítica da literatura de novas guerras, indica Newman, revela que vários dos pressupostos básicos feitas sobre o suposto inédito fenômeno podem ser questionáveis, principalmente em se levar em conta a supracitada perspectiva histórica mais ampla. O ponto não está em afirmar, como aponta Kaldor, de que atores, objetivos, o contexto espacial, dentre outros, mudaram ao longo do tempo - mas sim que muitos fatores que caracterizam as chamadas novas guerras estavam presentes, em graus variados, em período anteriores. Ignorar tais exemplos históricos faz com que as análises de novas guerras exagerem o caráter inédito, não demonstrando as semelhanças com períodos anteriores (Münkler, 2005).

Com essas ressalvas em mente, pode-se retornar ao argumento de que a incapacidade de certos Estados em garantir o controle sobre os instrumentos de violência fez com que inúmeros pesquisadores questionem a pertinência da lógica clausewitziana para analisar os embates modernos. De acordo com Kaldor esses novos fenômenos de violência diferem também nos objetivos, centrados agora em políticas de identidade, enquanto que os anteriores estariam baseados em premissas ideológicas ou geopolíticas. Os métodos usados em tais conflitos também seriam centralizados por estratégias de guerra e táticas de contra-insurgência, com violência sendo destinada a civis e não-combatentes (Kaldor 1999: 6-8). Além disso, as forças empregadas não são os exércitos convencionais, verticalmente organizados. Em vez disso,

as unidades utilizadas para combater estas guerras incluir uma gama de diferentes tipos de grupos, como unidades paramilitares, senhores da guerra locais, quadrilhas criminosas, forças policiais,, grupos mercenários, assim como exércitos regulares (Idem, 1999:12).

A lógica aqui, principalmente ao se incluir a dinâmica da securitização da Guerra ao Terror, é de que os terroristas, elementos construídos como excepcionais, não respeitadores das normas estabelecidas, só podem ser combatidos por atores com táticas semelhantes. Como já apontado, uma vez que as CSP encontram-se em um limbo jurídico, de difícil aplicabilidade do Direito Internacional Humanitário, por exemplo, seriam as melhores

ferramentas para o combate a essas novas ameaças. A exceção do terror seria mais livremente combatida com a falta de regras das companhias privadas de segurança.

Finalmente, em comparação com a economia altamente centralizada e autárquica das guerras tradicionais, as "novas guerras" se organizam dentro de uma lógica globalizada, descentralizada e frequentemente informal. Forças antagônicas frequentemente recorrem para mercados negros, como comércio ilegal de armas, drogas ou mercadorias valiosas, como o petróleo e diamantes (Duffield 1998). No contexto desses conflitos, Kaldor observa uma "fragmentação das unidades militares", com uma quebra do controle estatal sobre os instrumentos da guerra, e uma conseqüente "privatização da violência e da proteção" (Kaldor 1999: 92 ver também Münkler 2005: 16). Aqui, a privatização deve ser entendida no sentido mais amplo possível, como o surgimento, cada vez maior, de atores não-estatais em torno da zona de conflito. Essa privatização é uma conseqüência tanto da resginificação do Estado em relação a globalização, da eclosão de conflitos armados, mas também de políticas conscientes que visam diminuir o tamanho dos agentes governamentais. O resultado é o que Singer denomina "aumento da violência não-estatal", com a galvanização das capacidades de grupos como cartéis ligados ao narcotráfico ou grupos terroristas (Singer, 2003:51, ver também Rodrigues, 2012). Neste contexto, Kaldor observa o "surgimento" de novas formas de organização comercial, materializadas nas empresas de segurança. Como demonstrado, no entanto, a novidade desses atores não deve ser exagerada. Mesmo assim, a crescente importância de uma vasta gama de agentes mostram um sinal importante de mudança na forma com que os conflitos são travados e financiados.

Esta "desestatização da guerra" está intimamente ligada ao impacto da globalização sobre o papel do Estado, com tais conflitos pós-Guerra Fria criando novas constelações de atores, dentre eles Empresas de Segurança Privada. Para ressaltar o crescimento dessas atividades e estruturas transnacionais, Duffield denomina tais conflitos como "guerras em rede" (Duffield 2001: 14). A combinação de uma lógica liberal de segurança e desenvolvimento com esses novos conflitos, constitui a formação de "complexos estratégicos", que consistem na combinação de Estados,

organizações internacionais, organizações de ajuda humanitária, instituições financeiras e empresas privadas (Idem, 2001: 35). Estes complexos refletem o crescente papel de atores privados e a consequente erosão das premissas limítrofes das estruturas estatais e não-estatais. Partindo dessa premissa, Kinsey argumenta que

Os governos ocidentais têm ignorado tais conflitos ou procurado estruturas alternativas de resolução de embates, estabelecendo integrações entre organizações públicas e privadas, militares e organizações civis, com o intuito de encerrar tais guerras. Com isso, os complexos estratégicos são, atualmente, formações importantes para enfrentar as novas guerras, estabelecendo a fusão entre desenvolvimento e segurança, facilitada pela privatização das antigas responsabilidades do Estado em práticas de desenvolvimento econômico e de segurança. [...] A privatização da violência é o aspecto mais controverso dessa resposta às novas guerras e da convergência entre desenvolvimento e segurança. [...] A relutância do Ocidente de empregar a força militar para acabar com as novas guerras significou que ONGs, organizações internacionais e o setor empresarial se transformaram em medidas alternativas para a criação de um ambiente seguro. (Kinsey 2006: 131)

Partindo dessa premissa, a privatização da segurança no contexto dos conflitos armados está intimamente ligada às convergências de tais políticas de desenvolvimento com práticas de segurança - materializadas por considerações sobre 'segurança humana', por exemplo. Assim, abre-se espaço para que empresas privadas forneçam uma ampla gama de serviços como resposta para lidar com tais fenômenos violentos. Por isso, como Kinsey conclui, a "privatização de segurança é uma adequação lógica para a **narrativa** das novas guerras "(Kinsey 2006: 133, negrito nosso).

No entanto, não só Estados do chamado Norte Global empregam tais companhias, com governos de países em desenvolvimento utilizando CSP em diversos casos. As ações mais publicizadas, em Angola e em Serra Leoa na década de 1990, relatam o caso de dois governos, em meio a guerras civis,

que empregaram tais atores como auxílio para o esforço de guerra. Irá se demonstrar, na presente pesquisa, o emprego de tais empresas no contexto da Líbia, com características não abordadas normalmente pela literatura tradicional. Importante ressaltar que, no caso de países do Sul Global empregando tais atores, existe forte relação, como observado por Mandel (2002:60), com demandas de países desenvolvidos e instituições financeiras internacionais, como o Fundo Monetário Internacional (FMI) e o Banco Mundial. Através de discursos de ajustamento estrutural e privatização, inclusive dos gastos militares, abre-se uma janela de oportunidade para emprego das CSP. Ainda de acordo com o autor, os crescentes problemas de segurança de Estados do Sul Global "cria uma situação em que [tais governos] possuem poucas opções que não sejam se voltar para provedores de segurança privada" (Idem, 2002:62).

Fora do contexto dos conflitos armados nos países em desenvolvimento e da complexa constelação de atores que emergem em tais situações, Singer aponta ainda para a crescente participação de civis em espaços de conflito (Singer 2003: 63). Esta evolução é, em parte, resultado do aumento das demandas tecnológicas da guerra moderna, onde o Estado torna-se cada vez mais dependente de empresas privadas para manter-se atualizados no que diz respeito a tecnologias militares. Além de ser um outro aspecto a tendência para a privatização em relação à guerra, este aumento do papel dos civis sugere também o acréscimo da indefinição entre combatentes e não-combatentes, civis e militares, premissas nas quais as leis da guerra foram instituídas.

## **Conclusão**

O crescente mercado de segurança privada e serviços militares é o resultado de uma série de fatores complexos e interrelacionais - as mudanças estruturais após o final da Guerra Fria, a aceleração da globalização e o crescente número de conflitos armados internos que por sua vez criaram uma demanda crescente por serviços de segurança. Para isto deve ser adicionado um conjunto crescente de "novos" problemas de segurança e fontes de insegurança - especialmente após os ataques de 11 de Setembro de 2001, que explicitaram dimensões de ameaça em que as estruturas e organizações



Estatais eram percebidas como pouco eficazes. Ao mesmo tempo, o desmantelamento das estruturas da Guerra Fria deixou um grande número de militares desempregados, criando assim uma oferta de profissionais a ser explorado pelo setor privado. Finalmente, a propagação global da lógica de privatização, indica que os Estados tem procurado soluções de mercado para uma gama crescente de serviços e atividades, incluindo os relacionados a segurança.

Assim, deve-se ressaltar que as mudanças e desenvolvimentos discutidos neste capítulo não devem ser compreendidas separadamente - ou mesmo hierarquizadas. Para a presente discussão, acredita-se que é suficiente identificar esses processos e modificações, deixando claro que a a privatização da segurança está intimamente ligada a complexas movimentações internacionais. No entanto, em vez de interpretar esse desenvolvimento como sinalização do desaparecimento do Estado, deve ser visto como uma mudança nas formas em que os instrumentos de emprego da violência são organizados.

Essa narrativa, macro, tenta dar conta do surgimento e galvanização de tais grupos como reflexos de tais processos amplos e, como apontado, como resultado de uma lógica de excepcionalidade marcada pela Guerra ao Terror. Apesar de indicar-se tais dinâmicas como processos mais complexos do que mera erosão estatal, o foco, proposital até o momento, tem sido na dinâmica do Estado, com a agência da companhias privadas não sendo considerada até agora. A literatura tradicional das CSP atua dessa forma, com poucas ressalvas. O próximo capítulo pretende abordar esse ponto, indicando ferramentas analíticas para compreender as companhias de segurança privada como atores político, com capacidades de influenciar o campo em que atuam, principalmente através da construção de ameaças. É sobre tais considerações que o próximo capítulo irá se dedicar.

## Capítulo 5

### Companhias de Segurança Privada como agentes políticos: micropráticas de violência e construção de ameaças

#### Introdução

"Somos apenas as armas, as ferramentas". Com essa frase, Dustin Heard, ex-soldado contratado pela Blackwater, iniciou sua defesa em abril de 2015 (The Guardian, 2015). Heard e mais seis ex-contratados da empresa eram os primeiros *neomercenários* a serem levados a uma corte norte-americana, acusados de assassinarem civis no Iraque em 2005.

A fala é particularmente interessante para a presente discussão. Ao se equiparar a uma *mera ferramenta*, Heard se aproxima das discussões tradicionais envolvendo as CSP: que tais atores, despolitizados por essência, não dispõem de agência, sendo empregados instrumentalmente por seus contratantes. As análises *mainstream* das companhias privadas de segurança, partindo dessas premissas, tem se concentrado nas transformações provocadas pelo seu emprego - sejam as alterações na lógica soberana, no uso da força ou na falta de normas em tais utilizações.

A presente discussão, até o momento, se focou no campo macro, argumentando sobre as rearticulações provocadas - e representadas - pelas CSP, principalmente na compreensão do privado e do público. Além disso, foi discutido como o crescimento de tais companhias pode ser compreendido como o **resultado** de uma prática de excepcionalidade derivada do processo de securitização da Guerra ao Terror. Como apontado, a narrativa de ausência de normas dos supostos grupos terroristas justificaria e demandaria atores que operassem igualmente de forma emergencial.

Estes e os próximos capítulos, sustentados por estas análises anteriores em níveis macro, invertem este foco: irá se analisar as micropráticas de tais companhias, em campo, tentando compreender como estes atores, diferentemente do que apontado pela literatura tradicional, são agentes políticos, capazes de construções de ameaças e influência estratégica, com repercussões importantes nos países em que atuam. O argumento central é o

de que além de serem fortemente formadas por um discurso de excepcionalidade, as CSP **replicam e empregam tal premissa emergencial** para influenciar decisões em campo e se posicionar como um ator relevante. As Companhias de Segurança Privada, assim, são resultado de uma dinâmica securitizante, mas também são capazes de mobilizá-la.

Para isso, irá se apresentar, neste capítulo, uma breve articulação de novos conceitos que auxiliam na compreensão de tais companhias como agentes políticos, principalmente certos adendos na construção de ameaças e no processo de Securitização, derivados da chamada Sociologia Política Internacional (SPI). Decidiu-se alocar tais premissas aqui - e não no primeiro capítulo teórico - por acreditarmos que sua apresentação, em conjunto com outras reflexões, são beneficiadas após a extensa indicação de quem são as Companhias de Segurança Privada e sua alocação histórica, feitas nas sessões anteriores.

O ferramental analítico derivado das contribuições alocadas pela SPI permitem a análise de um cenário mais sofisticado das CSP, de suas capacidades em atuar em campos específicos nas áreas de conflito, baseadas não só em premissas materialistas. Conforme irá ser apresentado na última subseção desse capítulo, o olhar micro, focado nas práticas sociais e no trabalho empírico, permitem a percepção de um tipo de companhia ainda não identificado pela literatura.

### **6.1. Expandindo sociologicamente a construção de ameaças**

Como já apontado, a Escola de Copenhague (EC) ganhou relativo destaque em meados da década de 1990, com rearticulações, ao longo do tempo, sobre suas considerações e premissas. A possibilidade de emprego de mecanismos para se entender a formação narrativa de novos elementos de segurança se mostrou interessante em um período em que o cenário internacional se via envolvido por novas dinâmicas de poder e conflito. Com isso, novos pesquisadores acabaram por rearticular certas considerações da EC, levantando reflexões e possibilidades para casos específicos em que as colocações iniciais da escola não conseguiam completamente analisar. Apesar

de manterem as indicações originais, tal adição epistemológica acabou por fazer com que, para alguns autores, subdivisões se formassem.

Dentro dessa premissa, Balzacq (2004) identifica três divisões de Copenhague: a filosófica, a pós-estruturalista e a sociológica<sup>17</sup>. Para a presente discussão, a chamada "abordagem sociológica", justamente por se aproximar das alocações da SPI, se mostra especificamente válida, principalmente por acrescentar discussões sobre micro construções de ameaças e o papel de especialistas no campo da segurança. Esta abordagem argumenta que seria positivo envolver a teoria das relações internacionais com a sociologia e a teoria social, um movimento que foi evitado por décadas na busca de autoafirmação e diferenciação das RI em relação às outras disciplinas das ciências sociais, como já observado anteriormente (Bigo e Walker, 2007).

Este modelo sociológico foi desenvolvido principalmente na Bélgica, França e Reino Unido, por autores como Bigo, Huysmann e Olsson, propondo uma abordagem pluralista para a securitização, em que a análise do discurso e a pesquisa das práticas dos atores fossem analisadas em conjunto. Esse modelo enfatiza a securitização como um processo constituído tanto pelos atores securitizantes quanto pela audiência. Assim, o modelo sociológico usa um processo de análise argumentativa para explorar como variações nos símbolos de segurança determinam a natureza e as consequências da política de estruturação de ameaças.

A partir desta perspectiva, as análises se concentram no contexto em que a securitização ocorre, levando especial atenção para as características dos atores securitizantes ao mesmo tempo em que analisa as práticas específicas em campo. A abordagem sociológica aponta ainda que a segurança é construída e aplicada a diferentes questões e áreas através de um "conjunto de práticas rotineiras, muitas vezes, em vez de unicamente através de atos de fala específicos que permitem medidas de emergência" (Macdonald, 2008:2). Bigo (2003) alega que a segurança contemporânea é particularmente

---

<sup>17</sup> Apenas para efeitos de referência, a subdivisão filosófica se concentraria no papel dos atos de fala como ferramentas constitutivas de emergência, se preocupando em como tais ações, de forma isolada, pode construir ameaças. A variante pós-estruturalista, por sua vez, se foca na expansão das narrativas de securitização, para além do Estado, na compreensão de como elementos não-militares - como epidemias, por exemplo - passam a ser articulados dentro de um campo securitário. Repare-se que é extremamente difícil apontar onde as três subdivisões começam ou terminam, preferindo-se, aqui, alocar que tais mobilizações servem mais no intuito de galvanizar certas considerações do que indicar distinções ontológicas.

marcada pela presença de profissionais, em campo, que gerenciariam o "mal-estar" (do original *unease*), em uma espécie de gestão do medo. Com isso, a construção de ameaças não se dá apenas com a declaração e construção de ameaças existenciais, mas também nas práticas cotidianas, reafirmadas diariamente. Estes atos de segurança rotineiras se combinariam com os mecanismos de excepcionalidade descritos originalmente pela EC, fomentando um sentimento de inquietação e insegurança. Van Munster (2009:3), ressaltando tais pontos, argumenta que especialistas, como as CSP, contribuem para a construção de ameaças através da administração de riscos e processos de exclusão, além de construir lógica de exceção.

Como apontado, a teoria clássica das Relações Internacionais foi estabelecida com uma clara linha delimitadora entre as considerações internas, estatais, e o cenário internacional. Opondo essas duas premissas, analisa Bigo(2008), as RI separaram claramente a sociologia política e a teoria política. Nessa lógica, as afirmações e as considerações de uma disciplina só poderiam ser aceitas se não desafiassem ou questionassem a outra (Walker 1993). Voltando a Bigo (Ibid, 2008: 118), ele afirma que tal divisão, no campo dos estudos de segurança, foi um grande sucesso: acadêmicos de RI tem se dedicado ao tema ignorando completamente pesquisas envolvendo a sociologia do policiamento, criminologia ou psicologia da violência. Dentro desta tradicional comunidade epistêmica, segurança trataria de temas macro: guerra e sobrevivência, ignorando práticas ligadas ao cotidiano, como criminalidade e pobreza. Desta forma, a definição de estudos de segurança acabou-se por mesclar com a dos Estados Estratégicos, deixando outras práticas fora do escopo de análise.

Assim, para a SPI voltada para temas de segurança, as questões chave são: quem está fazendo um movimento de (in ) securitização, em que em que condições, para quem e com que consequências? (Bigo, 2008: 129)

A pesquisa sociológica para a área (Bigo, 2007; Huysmann, 2009) demonstra, assim, que para além dos discursos de segurança, com considerações sobre insegurança e a necessidade de políticas excepcionais,

um dos principais fatores foi é a existência de diferentes redes transnacionais de profissionais de segurança, como já apontado. Tais grupos seriam capazes de indicar as prioridades no combate a tais ameaças, além de formalmente indicá-las. A construção social da insegurança, assim, não está limitada a políticos e partidos governamentais.

Partindo dessas indicações, o emprego de elementos sociológicos na análise, baseadas nas premissas da SPI, ativam autores não tradicionais para a literatura de CSP, como Michel Foucault e Pierre Bourdieu. Com isso, nos permitem sofisticar as pesquisas de tais agentes de segurança privados, principalmente ao se levar em conta que as capacidades analisadas não estão mais restritas a cálculos materiais, típicos das promessas estatais. Seguindo Bigo e Walker (2007:5), o emprego de considerações sociológicas permite uma análise das práticas, reforçando a necessidade do trabalho empírico. Nesse sentido, as próximas sessões pretendem apresentar como a reconfiguração de certas premissas, além da adição de novas considerações, irão formar um quadro mais complexo no cenário das CSP atuando como atores relevantes nos campos de conflito.

## **6.2. Poder, governamentalidade e resistência**

Como já apontado, grande parte da literatura sobre o uso de Companhias de Segurança Privada aponta para uma perda quase inerente de soberania sempre que tais atores são empregados (Avant, 2009; Singer, 2010). Uma vez que o Estado teria a sua legitimidade baseada em um suposto monopólio do uso da força, qualquer ator alienígena a este arcabouço implicaria necessariamente em uma situação em que as estruturas políticas do Estado seriam enfraquecidas. A dicotomia apresentada nesta lógica monolítica, "soberania x não-soberania", estaria presente em um cenário binário - neste caso, atores privados seriam sempre agentes desestabilizadores da Segurança Internacional. Por outro lado, pesquisadores que adotam perspectivas críticas, como as supracitadas, foram capazes de indicar uma compreensão mais ampla desse cenário. Leander (com Munster em 2007, 2010, 2011) e Abrahansen e Williams (2010) são exemplos de estudiosos que trabalham nessa análise, principalmente para observar a presença desses

atores dentro de uma rearticulação da lógica do público e privado. Neste sentido, o Estado não necessariamente perde soberania, uma vez que o monopólio weberiano absoluto pode ser problematizado, estando em um processo mais complexo de rearticulação do espaço social e, neste caso específico, da governança de segurança. Afastar-se de uma dinâmica estadocêntrica e dirigir-se a uma perspectiva voltada para as práticas dos atores sociais permite a captura de algumas considerações específicas desses cenários que, acredita-se, refletem questões imperativas – e que não seriam abarcadas em circunstâncias diferentes.

Portanto, lidar com a privatização da segurança como um processo de simples deterioração do Estado, em última instância impede a análise de variáveis importantes - especialmente as mudanças que estão ocorrendo no próprio Estado e no espaço público. O aumento da capacidade dos agentes privados está diretamente ligada às mudanças no espaço social e, na maioria dos casos, ocorre com a aprovação e incentivo do próprio Estado. Este processo de rearticulação entre o público e o privado, analisado no capítulo 3, se assemelha às considerações que Foucault realizou sobre poder e governamentalidade, especificamente as reflexões sobre Neoliberalismo (Leander e Munster, 2006). Esta perspectiva de análise, especialmente se combinada com argumentos foucaultianos sobre poder, proporcionando um quadro ampliado para melhor compreender as mudanças nos cenários de segurança na Líbia e no Afeganistão, que abordaremos nos subsequentes capítulos.

Em “*Historie da la sexualité I*” (1976), assim como no curso “*Il Faut Défendre la Societé*” (1997), Foucault aponta que não tem a intenção de propor uma nova teoria do poder, similar à narrativa jurídico-discursiva clássica. Na análise de Foucault, poder não é algo resultante de formas terminais para ser, em seguida, localizada como efeito de uma relação entre forças germinais. Nesta nova perspectiva, a unidade social tradicional, o Estado soberano, é deslocado para uma pluralidade de módulos heterogêneos de força. Este novos agentes irão, então, induzir a produção de verdades e a própria constituição do Estado. Poder não seria nem uma abstração nem uma coisa, mas uma ação que funciona através de inúmeras práticas e relações desiguais. Como apontado por Rodrigues (2010: 274)

O poder gera reações em cadeia e com isso instiga novas relações, instiga a formação de discursos, a produção de saberes, a articulação de resistências, enfim todo um campo de produtividades (...)

Portanto, as relações de poder em Foucault formariam constelações que se espalham através de uma complexa rede, atingindo o descentralizado corpo social, não se limitando aos agentes com maior capacidade de conjunção, como o Estado. Nessa lógica, qualquer tipo de corpo centralizado seria o resultado de lutas pelo poder, um nodo de forças agônicas. No entanto, o poder não seria uma força dissipadora - mas uma infinidade de aplicações de pressão que teria como objetivo "o comportamento dos sujeitos ativos" (Foucault, 1995: 243), com o objetivo final de determinar condutas.

Poder é aqui entendido, então, não como uma qualidade exclusivamente repressiva que pode ser possuída e controlada pela vontade de uma instituição, mas como um processo onipresente, através da qual sujeitos e objetos são constituídos. Esta lógica se aplica à vida cotidiana, seja no processo de categorização de indivíduos ou de comunidades, assim como na imposição de regimes de verdade (Foucault, 2002: 331). Estes, por sua vez, constituem dispositivos governamentais que formam "um conjunto completamente heterogêneo, constituído por discursos, leis, medidas administrativas, enunciados científicos, filosóficos, morais e proposições filantrópicas - em suma, o dito, tanto quanto o não-dito" (Foucault, 1980: 194).

Assim, a concepção do poder de Foucault desloca a atenção de atores e instituições macro para a constituição de tais configurações através de micropráticas de poder. No entanto, apesar de tais análises estarem relacionadas principalmente com tal perspectiva local e microscópica, no final da década de 1970, ele voltou-se também para articulações entre o Estado. Na conclusão de uma série de palestras em 1977, "Segurança, Território, População", afirmou que gostaria de fazer, naquele ano, "uma pequena experiência metodológica", que iria demonstrar como, a partir da microfísica do poder, seria possível se voltar para os problemas gerais do Estado. Especificamente, tal perspectiva foucaultiana para a compreensão das articulações do Estado se concentrava no que ele denominava uma análise



"extra-institucional, não funcional e não-objetiva" (2007: 119). Acima de tudo, tentava estabelecer uma perspectiva que se estende para além dos limites do Estado, uma vez que este não é capaz de cobrir todo o campo das relações de poder (Foucault, 2002: 22-3).

Com esses pontos em mente, Foucault propõe o conceito de "governamentalidade" para entender, em uma perspectiva mais ampla, a forma como essas relações de poder são estabelecidas. A rigor, governamentalidade pode ser definida como um conjunto de práticas e atividades - essencialmente descentralizada - , que se estabeleceriam dentro umnexo de causalidade entre a maneira pela qual a conduta dos indivíduos é tomada e os significados de público e privado. Como o autor explica:

[governmentality] can be described as the ensemble formed by the institutions, procedures, analyses and reflections, the calculations and tactics that allow the exercise of this very specific albeit complex form of power, which has as its target population, as its principal form of knowledge political economy, and as its essential technical means apparatuses of security. The tendency which, over a long period and throughout the West, has steadily led towards the pre-eminence over all other forms (sovereignty, discipline, etc.) of this type of power which may be termed government, resulting, on the one hand, in the formation of a whole series of specific governmental apparatuses, and, on the other, in the development of a whole complex of savoirs. The process, or rather the result of the process, through which the state of justice of the Middle Ages, transformed into the administrative state during the fifteenth and sixteenth centuries, gradually becomes governmentalized". (1991: 102-103)

Assim, o conceito de governamentalidade é bivalente, operando em dois registros: de um lado, serve como uma estrutura conceitual para analisar dispositivos de poder, independente da área analisada - loucura, delinquência, sexualidade, planejamento urbano - ou escala - o corpo, a comunidade, a nação - concentrando-se na estratégia e nas dimensões programáticas de poder, sejam formas de conhecimento, racionalidades ou subjetividades. Por

outro lado, trata-se de uma forma específica de arte de governar - o liberalismo ou neoliberalismo, por exemplo - que constitui, em termos gerais, o horizonte geral de pensamento e ação política. Conforme argumenta Foucault: "as questões de governamentalidade e as técnicas de governo se tornaram o único espaço das disputas e contestações políticas" (2007: 109).

A reflexão sobre governamentalidade se beneficia das considerações feitas por Passetti (2008) sobre *ecopolítica*, derivado do conceito foucaultiano de biopolítica. De acordo com Foucault, tal consideração diz respeito ao controle de populações, "diversas técnicas para alcançar a subjugação dos corpos" (1995: 130-131). O conceito estaria criticamente relacionado com governamentalidade, uma vez que estabelece uma relação especificamente moderna de política, em que a existência biológica da humanidade é politizada, com as premissas entre o público e privado se erodindo. A biopolítica marca, assim, o movimento moderno do poder soberano sobre a vida, com o aumento de regulamentos e ferramentas coercitivas. A *ecopolítica* seria um desdobramento planetário de tais considerações, uma vez que Foucault imprime a lógica biopolítica essencialmente as práticas estatais. Seria, assim, uma nova governamentalidade dos ambientes (Passetti, 2008: 26), para além de práticas ecológicas, como o nome poderia sugerir, para mecanismos de controle planetários, fortemente baseados na lógica neoliberal.

Dentro de uma genealogia da governamentalidade, a teoria liberal - como visto, fundamental para a compreensão da emergência das CSP dentro do cenário contemporâneo - pode ser alocada dentro de tal consideração. Efetivamente se preocupando com as questões relacionadas com direitos e com liberdade a iniciativa individual, ela pode ser descrita como uma representação do poder - a arte de governar - caracterizada como "um princípio e método de racionalização do exercício de governo". Tal racionalização obedece, e aqui reside a sua especificidade, à regra interna da economia máxima (Foucault, 2004b, p. 323). Ao contrário de outras racionalizações de governo que maximizam seus efeitos, reduzindo os custos, o pressuposto liberal é centrada na proposição de que o governo, entendido como a atividade que tenta orientar o comportamento dos homens em uma estrutura estatal específica, nunca é um fim em si mesmo. O liberalismo, nesta prerrogativa, questiona a necessidade do governo estatal e em que extensão

pode ser considerado um complemento para a sociedade, quase como o seu excesso.

A análise foucaultiana do poder apresenta o liberalismo não como uma estratégia coerente, mas como uma técnica polimorfa de governar. Segundo tal análise, uma forma tardia de governamentalidade, o neoliberalismo, surgiu neste cenário, propondo um discurso ligando as estruturas de mercado como uma ferramenta para a condução da vida humana. O mercado competitivo tornou-se o novo marco não só para a economia, mas para todos os outros órgãos sociais e, além deles, a própria existência individual. Termos utilizados anteriormente apenas no contexto econômico são traduzidos para outros campos - como "melhores práticas" e "redução de risco" - agora aplicadas também à questões de segurança, por exemplo. Assim, o mercado está em uma luta constante para se tornar a referência social, exclusiva, produzindo individualizações vulneráveis, suscetíveis aos seus apelos incessantes.

Tal forma específica de governamentalidade e suas reflexões ecológicas derivam assim em

[um] esforço da racionalidade neoliberal em administrar o que chama por crime, em reequacionar a reforma da prisão pelo que ela tem de mais seguro e jamais alcançado, ou seja, sua capacidade de conter rebeliões. A penalização a céu aberto cada vez mais reitera a metamorfose da polícia que passa do uso do exército de reserva do poder composto de infiltrados, delatores e delinquentes para um expandido contingente de cidadãos-polícia, sob o regime da denúncia que atualizam as lettres de cachet em monitoramentos de cada um por cada um, um novo pastorado a serviço da soberania e dos governos (Passetti, 2008:28).

A articulação entre os conceitos de poder, governamentalidade neoliberal e ecológica possibilitam reflexões importantes para a compreensão da resignificação de governança da segurança e da violência. Laender e Munster (2006: 6) descrevem este quadro como o "governamentalização da área de segurança", em que a lógica do mercado se insere na dinâmica narrativa do uso da força, especialmente com a adoção de discursos

relacionados com o mercado. Isso se materializaria através da comodização dos discursos de segurança, no momento em que conceitos fluidos econômicos se fundem à realidade de segurança. Não é trivial, nesta racionalidade, apontar um cenário em que os atores que se identificam com "privados" argumentam serem os melhores preparados para cumprir determinadas tarefas.

Essas transformações na compreensão dos conflitos modernos encontram apoio nas reflexões estabelecidas por Gros (2009), que indica o surgimento de "States of Violence": um processo de violência contínua e difusa que rompe com os princípios fundamentais da guerra "clássica" entre Estados. Gros sublinha o fato de que esses novos cenários possuem elementos de privatização, não só com a participação de atores não-estatais, mas na própria lógica de sua existência. Assim, a modificação não representa, necessariamente, um retorno à "barbárie", mas uma "nova distribuição contemporânea das forças de destruição" (2009: 232), uma outra configuração de conflitos com seus princípios específicos da organização.

Partindo desse pressuposto, essas conceituações argumentam que a compreensão da segurança está agora sendo moldada por atores na interseção das categorias de público e privado, ou mesmo civil e militar. A imersão em tais práticas neoliberais significa que as CSP são reconhecidas por sua capacidade de agir em níveis globais, imbuídas de valores interpretados como positivos - no caso, mercadológicos. Importante novamente ressaltar que não atuam necessariamente como concorrentes dos Estados, mas como parte de uma rearticulação que resulta em práticas híbridas de governança da segurança. Isto significa um alto grau de despolitização, que será abordado na última sessão deste capítulo, uma vez que práticas de violência se transformam em uma questão técnica. Este processo não deve ser entendido como um sinal de que a segurança está sendo agora tratada com menos prioridade. Ao contrário, é a prova de um extraordinário foco na (in)segurança política moderna, acompanhado da percepção de que o risco precisa ser solucionado por aqueles considerados profissionais.

No entanto, como aponta Bigo (2007), o poder dos profissionais de segurança depende menos de sua capacidade de usar a força e mais em seu reconhecimento e capacidade de identificar riscos e promover ações para

evitá-los. A autoridade adquirida pela indústria de segurança privada se baseia, assim, em percepções de que as soluções de mercado são superiores às soluções tradicionais do Estado. Contudo, a experiência em segurança não é uma habilidade neutra, exercido independentemente da formação, mas fortemente influenciada pelas narrativas e formas de ver o mundo de tais atores privados. Esses elementos subjetivos - e a forma com que eles autorizam e hierarquizam positivamente os atores privados - são melhor analisados dentro de uma premissa bourdieusiana, que abordaremos em seguida.

### **6.3. Práticas simbólicas e expansão do campo da Segurança Internacional**

A compreensão do emprego de elementos subjetivos nas ações de agentes internacionais, neste caso às CSP, não é simples. Uma vez que o mainstream teórico das RI é excessivamente positivista, até mesmo os autores (Nye Jr, 2005) que buscam expandir tais modelos acabam por se concentrar, em algum momento, nas capacidades materiais dos Estados. Na busca por distintas ferramentas analíticas, o uso dos pressupostos teóricos apresentados por Pierre Bourdieu dentro das Relações Internacionais se mostra interessante, apesar de não ser novo – não obstante historicamente bastante descentralizado. O primeiro trabalho com relativo impacto nesse sentido foi o de Richard K. Ashley (1984), onde o pesquisador critica elementos apontados como “verdades universais” nas práticas internacionalistas, como a soberania. Baseado nas estruturas bourdieusianas de análise, Ashley indica que uma série de pressupostos considerados como cláusulas pétreas das Relações Internacionais são práticas discursivas construídas socialmente.

Mais recentemente, uma série de pesquisadores tem dedicado pesquisas que aproximam estudos transnacionais, em diferentes graus, com o trabalho do filósofo francês (Bigo et al, 2007, Lander, 2009, Neumann 2008). Dentro desse esforço, destaca-se grupo reunido na Universidade de Uppsala, que lançou o primeiro livro sobre o tema no fim de 2012. É importante, contudo, apontar que os trabalhos inspirados nas pesquisas de Bourdieu para o campo internacional não são cabíveis de aplicação passiva, sendo necessárias

adaptações e novas considerações. Apesar de apontar a existência de espaços transnacionais, Bourdieu preferiu estabelecer análises no espaço demarcado pelo Estado (Bourdieu, 2008), o que já acarreta a necessidade de transliterações. Apontamos ainda que esse tipo de abordagem reinterpreta, a nosso ver, vai de acordo com o ideário bourdieuniano, em que o pensador aponta que as análises devem ser sempre pautadas com o objetivo de se deslocar vícios analíticos e metodológicos, no chamado *compromisso reflexivo*. A adaptação da metodologia, assim, é vista como benéfica e profícua para futuras discussões.

Nesse sentido, as lições centrais de Bourdieu podem ser reunidas através de um viés que preza pela inclusão de uma dimensão prática e sociológica dentro das Relações Internacionais, um campo de análise que se mantém ainda muito afastado das micro-práticas (Nadler, 2001). O trabalho de Bourdieu, além disso, auxilia na compreensão do poder além dos aspectos material e militar, questão central para o presente trabalho. Seguindo Cronin (1996), acreditamos que a combinação das articulações pós-estruturalistas de poder em Foucault e Bourdieu expandem as categorias da compreensão dos elementos coercitivos, sendo complementares. As análises estão centradas, assim, na compreensão do papel de ideias e discursos no mantimento de estruturas hierárquicas de dominação. As lentes analíticas apresentadas para tentar responder a estes questionamentos são inovadoras ainda no sentido de estabelecer um caminho do meio na discussão sobre agente e estrutura. Bourdieu afirma que o comportamento de distintos atores pode ser explicado por uma combinação de constrangimentos estruturais e considerações subjetivas internas, aumentando, assim, o escopo explicativo para as ações de distintos atores políticos.

#### **6.4. Campo e Habitus**

Habitus e campo são dois dos principais conceitos bourdieusianos para se analisar as relações de poder, principalmente ao se estabelecer como ênfase as questões relacionadas com o poder simbólico. O grande mérito em empregá-los é que se trata de ferramentas que integram aspectos materiais e ideacionais, em igual medida, nas relações de poder (Nadler, 2008). O ponto

de partida é que a forma como os atores internacionais entendem o mundo - e seu posicionamento nele - é a chave para a apreensão das relações de dominação. Assim, discute-se em última instância que a maneira com que as pessoas, instituições ou Estados reconhecem hierarquias auxilia na explicação do comportamento desses atores em determinado cenário.

O primeiro conceito, campo, pode ser compreendido como um espaço social delimitado, hierárquico e operado através de normas próprias (Bourdieu e Wacquant, 1992). Essas construções sociais são estabelecidas através de práticas relacionais dos agentes (Soc, 2008), em que as ações são marcadas pelo conflito e enfrentamento (do francês *champ du lutte*). De acordo com Bigo e Walker (2007, p. 732), “campos são (...) como forças magnéticas, atraindo uma multiplicidade de agentes e polarizando em torno deles uma série de questões”. A realidade social, assim, seria composta por um grande espaço, que pode ser metaforicamente descrito como um amplo círculo, composto por uma série de espaços micros, em que agentes estabelecem disputas sobre determinada questão, pequenos círculos dentro da primeira esfera maior. Os campos, assim, são efetivamente vetores de poder (Berling, 2012), onde os agentes se encontram em eterna competição.

Tais espaços não são estáticos, mas entidades em constante mutação, uma vez que os atores tendem a se rearranjar dentro do sistema. Uma vez que ele é inter-relacional – sendo modificado também pelo atores, sua definição é bastante complexa. Soma-se a essa questão o fato dos atores estarem inseridos em mais de um campo ao mesmo tempo, muitas vezes compartilhando normas distintas em cada um deles. Dado que os atores se comportam de forma hierárquica no campo, existem ferramentas para o molde desse relacionamento desigual. Para Bourdieu, (1992), os principais pontos de definição da hierarquia podem ser explicados dentro do conceito de capital. De acordo com o filósofo francês, trata-se de uma

“... arma e de um ativo de confronto em que aqueles que detêm formas distintas [de capital] possuem poder, influência e, efetivamente, existem no campo, ao invés de serem considerados elementos negligenciáveis” (p.94)

Em um trabalho anterior (1986), Bourdieu aponta para a existência de três tipos principais de capital: econômico, derivado de questões financeiras; cultural, em que formas de conhecimento aumentam o status de um agente em determinado campo, e social, em que os recursos são derivados pelo pertencimento de determinados grupos e networkings de influência e apoio. Um último tipo, que permeia todos esses elementos seria o capital simbólico, baseado em características ainda mais perenes, como prestígio, honra e reconhecimento. Esse tipo de ferramenta de disputa não substitui as anteriores, mas faz com que as relações de poder possam ser compreendidas por um somatório de capacidades, tanto materiais quanto mais subjetivas. O capital, assim, funciona como um elemento de poder relacional, uma vez que precisa ser reconhecido como elemento de autoridade em um campo específico, não existindo interpretações consolidadas a priori, mas sim através de interpretações e reconhecimentos coletivos. Uma vez que o campo é um ambiente de lutas, em que os agentes inseridos nele estabelecem uma disputa de autoridade, existiria uma vontade de reconhecimento (Bourdieu, 1998). Esse conceito aponta que as relações se movimentam sempre no sentido de determinar qual agente tem razão sobre determinado assunto, não só em um movimento quantitativo de capital como também sobre qual tipo é o mais válido. Bourdieu (1991) aponta ainda que

Symbolic power does not reside in "symbolic systems" in the form of an "illocutionary force" but that it is defined in and through a given relation between those who exercise power and those who submit to it, i.e. in the very structure of the field in which belief is produced and reproduced. What creates the power of words and slogans, a Power capable of maintaining or subverting the social order, is the belief in the legitimacy of words and of those who utter them. And words alone cannot create this belief.

Essas discussões se tornam ainda mais complexas ao inserirmos o segundo conceito bourdieuniano: *Habitus* - entendido como um sistema de disposições duráveis e transferíveis que integram os agentes dentro do campo.



É uma "estrutura estruturante" que molda todo o comportamento e pensamento (Bourdieu, 1985). O *habitus* serviria para conformar a conduta dos novos agentes, quando se inserem no campo, indicando quais ações são vistas como válidas, por exemplo. Caso tais práticas se tornem naturalizadas, reproduzidas sem senso crítico, se tornam o que Bourdieu denomina *Doxa*. O *Habitus*, além disso, indica as formas aceitáveis de se angariar capital em determinado campo, sendo específico em cada um dos micros cosmos onde as relações de confronto acontecem. Como bem aponta Williams (2007)

The habitus is a sociological concept designed to capture this dimension of practice, linking structure and agency, and overcoming the false necessity of choosing between various forms of structuralism and subjectivism. The habitus is a domain of rules, but in the „fuzzy“ sense of practical logic, and the concept is designed to expose the individual and social bases of agents' appreciation of situations and rules of conduct. It allows the analyst to capture the importance of rules in social life while retaining the active capacity of agents to move creatively within its logic.

A combinação do *Habitus* com o *Capital*, dentro de um cenário de *Campo*, resultaria nas práticas sociais dos agentes. As razões pelas quais tais ações são tomadas derivam para movimentações que filósofo francês irá determinar de estratégia. Esse princípio indicaria às formas com que os agentes exercem os seus interesses, baseado, em grande medida, pelo contexto específico dos ambientes de conflito (Bourdieu, 1977:45).

A noção de estratégia pressupõe "uma capacidade permanente de invenção, indispensável [para o agente] ser capaz de se adaptar às múltiplas variáveis apresentadas" (Idem, 1990: 63). Além disso, enquanto formas específicas de capital - e estratégias - podem ser dominantes em um dado campo, tais autoridades não são hermeticamente fechadas nem absorvidas permanentemente. Pelo contrário, uma das dimensões mais importantes das disputas envolve justamente como distintos atores tentam não só aumentar e usar seu estoque de capital dominante no campo, mas como ascender na

hierarquia através da implementação de novos tipo de capital ou mesmo importação de capital de um campo distinto. Esta sobreposição de campos e estratégias é essencial na compreensão das complexidades das práticas - principalmente para se identificar razões para que distintos atores ressaltem capitais distintos.

Acredita-se, dentro do modelo aqui proposto, que o campo da Segurança Internacional está passando por modificações expressivas desde o fim da Guerra Fria. Atores que anteriormente não possuíam o capital dominante – ou capacidade de ordenar novos tipos de capital – agora interagem de forma mais profícua. A forma como essas movimentações, principalmente às relacionadas com poder simbólico, podem ser compreendidas como uma estratégia de novos atores, no caso específico, as Companhias de Segurança Privada no Afeganistão e na Líbia. Essa reflexão é retomada e sofisticada na última subseção deste capítulo, assim como na apresentação das análises empíricas.

### **6.5.. Poder Simbólico e construções narrativas**

Como apontado, as Companhias de Segurança Privada se articulam em um processo de resignificação das práticas de segurança, em que novos atores se inserem dentro do cenário de uso da força. A partir das premissas estabelecidas na subseção anterior, partimos da consideração de que o neoliberalismo auxiliou na transformação do tradicional *campo* da Segurança, permeado por atores tradicionais, para um novo cenário, em que distintos *capitais* são sobrepostos.

A sobreposição de capital, mais simbólico, de um *campo econômico*, com uma narrativa centralizada em valores desse tipo, para o *campo da Segurança Internacional*, representaria uma modificação do *habitus*, em que atores distintos, no caso as Companhias de Segurança Privadas, começam a se inserir nesse tipo de dinâmica. É dentro dessa narrativa que podemos compreender a produção, por parte das Companhias, primeiramente, de “manuais de melhores práticas”. Esses guias, distribuídos para os principais atores políticos em Cabul e Trípoli, por exemplo, apontam quais seriam as melhores alternativas para a estabilização do país. Dois desses manuais estão

na lista de leituras obrigatórias para soldados norte-americanos que irão operar no Afeganistão.

Não surpreende que a maior parte dessas indicações incluía, necessariamente, as Companhias como o principal ator para todas as atividades sugeridas. Mais importante, são identificados termos que indicam, a nosso ver, uma clara tentativa de modificação do *habitus* da Segurança no Afeganistão, com a inclusão de capitais distintos. Por exemplo, um dos manuais afirma a necessidade de se incluir “discussões de aprimoramento orçamentário e emprego de grupos com *capabilities* modernas no sistema afegão” (2012:25) ou “a constituição de modelos desburocratizados, partindo de **ativos** modernos (Idem:39, nosso grifo). Os manuais ainda apontam novas nomenclaturas para antigas operações: por exemplo, o emprego de Veículos Aéreos Não-Tripulados é apontado como “auxílio aéreo privado para operações multiníveis” (Idem:91), em um indicativo de que tais ações, para serem legítimas, deveriam ser empregadas por tais atores. Os detalhes são variados e todos indicam tais movimentações narrativas.

Assim, o principal ponto mobilizado por esta teoria está em perceber quais tipos de capital autorizam certos atores a ter participação ativa em determinado campo. No que diz respeito ao uso da força internacionalmente, a entrada de novos capitais em jogo modifica, de forma importante, essa relação. Nota-se que esses arrolamentos são essencialmente relacionais, uma vez que o campo é hierarquizado dentro de prerrogativas determinadas pelos agentes que os compõe, o que faz com que as ações tenham de ser observadas, concomitantemente, como medidas que buscam reconhecimento dos pares. A chave analítica, então, está também na tentativa das Companhias de Segurança Privadas em criar termos próprios para se lidar com o uso da força. O emprego de conceitos específicos para se lidar com determinados temas não seria superficial. Uma vez que tais atores tentam implementar uma visão própria através de conceitos, a possível replicação desses termos pelos demais atores internacionais abriria espaço para que o país angariasse posições no sistema hierárquico do campo. Isso aconteceria, principalmente, uma vez que tais questões estariam permeadas por um capital simbólico específico desses mesmos agentes.

Nessa contextualização, as ações das CSP podem ser incluídas no que Bourdieu denomina “mágica social” (1991: 74–5): a capacidade de fazer algo ser inserido na realidade social através do ato de nomeá-la. Essa disposição, contudo, não deve ser vista como puramente linguística. Apesar de qualquer ator ter a capacidade de vocalizar determinadas considerações, não são todos que podem exercitar a “mágica”. A capacidade de criar constrangimentos e moldar a realidade através da prática discursiva está ligada a estruturas de reconhecimento, através das quais as palavras são condensadas em ações sociais: padrões de autoridade e legitimidade, essencialmente. Conforme aponta Bourdieu (1991: 99):

[Os atos discursivos de modificação social] estão destinados a falhar sempre que forem pronunciados por um agente que não possui o poder” para empregá-los (...) Poder, nesse sentido, precisa ser entendido não no sentido materialista, mas como poder simbólico: a capacidade de empregar estruturas simbólicas de representação e de ocupação de posições sociais, de onde o agente pode efetivamente modificar a realidade e, caso necessário, mobilizar poderes materiais

#### **6.6. Companhias de Segurança Privada, despolitização e capacidade imaterial**

O recurso às CSP se faz, muitas vezes, dentro da falsa premissa de que tais atores são instrumentais, apolíticos. Melhor representada pela análise de David Shearer, esta posição indica que os grupos privados de segurança são melhor representados como “um braço militar”. Essa lógica fortemente baseada em uma narrativa técnica pressupõe que o recurso à violência, pelo Estado, produz os mesmos efeitos, independentemente da identidade dos atores coercitivos envolvidos. Nas palavras de Shearer: [os grupos de segurança privada] são um sistema de armas, assim como quaisquer outro” (1998:23). Nessa lógica, a percepção do que constitui o poder está centralizada em uma

premissa de quantificação, permitindo cálculos e previsões em conflitos, por exemplo.

No entanto, como mostrado nas reflexões permitidas tanto por Foucault quanto por Bourdieu, o poder é um processo relacional, não pura capacidade. Por isso, seus efeitos não produzem as mesmas consequências conforme os atores em campo variam, uma vez que as relações sociais não são as mesmas na medida em que a identidade e campo em que os atores se situam se modifica. Tal concepção técnica do emprego das CSP, em oposição a uma perspectiva que reconheça sua lógica política, também parte do princípio de que é possível estabelecer uma distinção entre o recurso à violência - e suas consequências - e a forma com que uma comunidade local - de políticos e militares - percebe tal emprego. Ressalta-se que, dentro dessa perspectiva, não só a agência das CSP é ignorada - mas dos próprios atores locais que interagem com tais grupos. Essa interação, como irá ser demonstrado nos próximos capítulos, possui um papel-chave no entendimento de uma nova forma de organização privada voltada para a violência.

A presente discussão parte da reflexão de que o emprego de violência por parte de atores considerados privados na resolução de conflitos não é uma mera questão instrumental, mas um processo político em que dinâmica de legitimação política - ou mesmo sua despolitização - desempenham um papel crucial. Por despolitização, acompanhamos Zizek ao apontar que se trata da "predominância onipresente da razão instrumental, da burocratização e instrumentalização dos escopos de nossa vida" (1999:221).

Por conseguinte, é necessário concentrar a atenção sobre a identidade social, e a forma como ela é percebida, de tais atores atuando em campo. Empregar às CSP em lógicas conflitivas é postular que a segurança é um problema técnico e que, por essa razão, pode ser regulada pelas forças do mercado. É precisamente porque as formas mutáveis de violência no Sul Global são muitas vezes consideradas como um mero problema técnico, ou pelo menos um problema apolítico, que a lógica de contratação de **tais** atores para lidar com **tais** questões tem sido galvanizada. As próprias companhias se identificam como especializadas em "conflitos de baixa intensidade" caracterizados pela sua desregulação, irracionalidade, ou formas

"incrompreensíveis" - e securitizadas, de violência (Contratado 2, 2014, Contratado 5, 2015).

Com o emprego das CSP, questões de legitimidade política são obliteradas - ou comodamente relegadas - em nome de uma mercadológica eficiência. Tal afirmação, clara nos argumentos representados por pesquisadores como Shearer, induz uma série de consequências. Em primeiro lugar, ao se adotar a postura técnica e apolítica, tais empresas estão propensas a não levar em conta as modificações das relações políticas que suas ações induzem. Além disso, essas organizações, exógenas ao conflito, nem sempre são consideradas pela população local como legitimamente autorizada a usar a força. Isso resulta em uma facilidade para que tais companhias sejam categorizadas negativamente, além das óbvias repercussões pelo uso indiscriminado e excepcional da força. categorização negativa por parte de tais empresas, político

Como demonstrado por Lipschutz (1995:41), o conceito de segurança é constituído politicamente de forma que todo discurso securitário contém implicitamente uma representação específica de comunidade política a ser defendida, assim como quais os inimigos devem ser enfrentados. Ao analisar as CSP como ferramentas apolíticas, se mascaram, narrativamente, as estruturas e considerações políticas constituídas pelo discurso contemporâneo de emprego do uso da força. Em suma, a segurança não pode ser considerada como um produto regular que pode ser trocada em uma lógica de mercado, restrita a uma própria dinâmica de oferta e demanda.

Isso é bem representado pelas CSP encarregadas de treinamento de pessoal, como acontece atualmente no Afeganistão e será melhor apontado nos próximos capítulos. Tais empresas, nesses casos, estão inseridas em uma dinâmica de produção autorizado de conhecimento, em um *campo* e *habitus* específico, uma uma vez que são contratados como especialistas reconhecidos de segurança. Portanto, eles podem implementar discursos securitizantes produzem ameaças que eles mesmos podem solucionar. Ao determinar quais são as ameaças enfrentadas, dotadas de um *poder* imaterial, a exigência por tais grupos pode aumentar. Argumenta-se, assim, que a posição das companhias dentro do *campo* da segurança está em uma posição relativamente galvanizada, fazendo com que, através de mecanismos não

materiais, possam determinar não só a demanda - ao distinguir o que é real ou falso - como seu volume - em um processo de extensão do ambiente de segurança.

## **Conclusão**

O emprego de Companhias de Segurança Privada é analisado, dentro da literatura tradicional das Relações Internacionais, dentro de uma perspectiva extremamente Estado-cêntrica. Focado nas alterações que tais atores provocariam no conceito de soberania ou nas articulações entre pública e privado, mesmo reflexões mais críticas tendem a ignorar tais atores como agentes políticos. Essa articulação apolítica, instrumental, possui consequências não só na produção de políticas para lidar com tais empresas mas, principalmente, no ferramental analítico empregado para analisá-las e compreender suas ações.

Ao empregar-se um arcabouço de análise permeado por reflexões da chamada Sociologia Política Internacional, principalmente suas considerações sobre poder como elemento fluido e as múltiplas variações de atores de segurança em um campo simbólico, abrem-se múltiplos espaços. A possibilidade de compreender as companhias dentro de uma dinâmica de poderes subjetivos permite não só incluir tais atores como elementos importantes dentro dos conflitos contemporâneos como, com a combinação de reflexões de trabalho de campo, construirmos uma taxonomia inédita de tais grupos. Esse novo tipo de CSP será descrito no próximo capítulo, assim como sua influência nos cenários conflitivos na Líbia e no Afeganistão.

## Capítulo 6

### Companhias Privadas no Afeganistão: nacionalismo e gatekeeping

#### 1. Introdução

As reflexões alocadas pela SPI foram de essencial importância para a expansão analítica dos atores securitizantes e de que forma tais ações foram estabelecidas. Conforme descrito nas perspectivas metodológicas desta discussão, acredita-se que as premissas teóricas e as considerações derivadas da pesquisa empírica caminham em conjunto, se complementando, promovendo sofisticadas análises e mutuamente modificando-se ao longo do processo reflexivo. Este e o próximo capítulo são o resultado deste movimento pendular - que teve como encerramento parcial a produção de novas perspectivas sobre as CSP, até então não abordadas. A próxima subseção caracteriza tal consideração, com as subseqüentes indicando o cenário em que foram identificadas, no trabalho de campo, assim como suas possíveis consequências para os conflitos modernos.

O emprego de Companhias de Segurança Privada no Afeganistão e na Líbia partem de diversas premissas em comum: o estabelecimento de narrativas mercadológicas como premissas justificativas, a ênfase de que conflitos irregulares só poderiam ser resolvidos por tais atores, permeados por considerações emergenciais. Mais importante, a presente discussão se concentrou também nas consequências para atores locais da presença de tais empresas, incentivado não só por uma premissa foucaultiana que movimentações de poder sempre geram resistência<sup>18</sup> - mas também por sinalizações, em campo, de que as respostas eram muito maiores do que meros discursos antagônicos, como algumas pesquisas indicaram no Iraque (Avant, 2009). Grupos endógenos não só se manifestaram contra as CSP mas, nos casos aqui analisados, se combinaram a tais empresas, misturando práticas simbólicas e influenciando questões no Afeganistão quanto na Líbia.

---

<sup>18</sup> Para maiores discussões sobre resistência em tais contextos, ver Scott, James. *Weapons of the Weak*. Yale University Press, 1985.



## 7.1. Companhias Antropofágicas de Segurança

As análises sobre CSP, mesmo aquelas que adotam perspectivas críticas, tendem a ignorar a agência de atores locais em relação a tais empresas. Quando citados, civis ou militares dos países onde a intervenção ocorre são alocados como vítimas da violência sem controle de tais empresas (ver Scahill, 2008) ou rebeldes antagônicos. A pesquisa de campo tanto no Afeganistão quanto na Líbia, permeado por considerações epistemológicas supracitadas, baseadas na Escola de Copenhague e na Sociologia Política Internacional, identificou um complexo processo de amálgama entre CSP e atores locais, formando uma categorização nova de tais empresas, que aqui denominados Companhias Antropofágicas de Segurança (CAS).

Aproveitando e adaptando o conceito de antropofagia<sup>19</sup> da manifestação artística brasileira da década de 1920, compreendemos tais empresas como Companhias de Segurança Privadas que, por razões de aprimoramento de sua posição hierárquica em determinado campo de segurança, empregam atores e práticas simbólicas endógenas para atingir fins políticos específicos. Importante ressaltar que tal movimentação não exclui as características exógenas típicas das CSP, como forte atrelação a um discurso mercadológico e práticas pautadas por uma narrativa de excepcionalidade das normas. As Companhias Antropofágicas de Segurança formam um organismo híbrido, ressaltando seu caráter político, ao mesmo tempo em que mantêm suas fortes ligações com os Estados empregados. Em um processo deglutinador, combinando práticas imateriais de ambientes interpretados como endógenos e exógenos, estes grupos se posicionam de forma sofisticada nos campos de conflito, com capacidades de construção de ameaças e produção de conhecimentos de violência. A combinação de práticas externas e internas, contudo, não indica que tais empresas são apenas o somatório das duas partes - mas um agente complexo, que resignifica e cria novas ferramentas simbólicas para lidar com o cenário apresentado.

---

<sup>19</sup> Entendemos que o conceito apontado por Oswald de Andrade e seus colegas não se acopla totalmente as premissas aqui apresentadas, necessitando de alterações que apontamos no texto. Porém, acredita-se que, imbuída de um espírito antropofágico, a presente adaptação se inspira nas reflexões de 1922, servindo ao objetivo almejado, principalmente por restaltar o caráter narrativo de hibridismo de tal grupo.

Por operarem em áreas que sofreram intervenções, tais companhias tem seu processo de formação baseado fortemente em resignificações de resistências locais, em que a força mobilizada por agentes endógenos é canalizada para a produção de novas organizações. Por esta razão, as Companhias Antropofágicas Privadas tem suas capacidades focadas principalmente em uma lógica imaterial, agindo em campos de conflito através de premissas de produção de conhecimento, construção de ameaças e indicação de mecanismos coercitivos que não serão, necessariamente, aplicados por elas. Ao se incluírem em uma premissa de excepcionalidade, as CAS conseguem justificar sua presença tanto para atores internacionais típicos, como Estados contratantes ou organizações, como a Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN) e a União Europeia, quanto para locais, como grupos militares ou a população civil. A aglutinação de capitais simbólicos externos e internos reforçam não só o caráter de erosão de tais premissas localizadoras no cenário moderno de conflitos armados, como promove novas reflexões sobre as possibilidades das Companhias Privadas de Segurança.

Importante ressaltar, contudo, que não se pretende afirmar que tal caracterização pode ser aplicada, sem reflexões específicas, em todos os casos em que as Companhias de Segurança Privada atuam. Seguindo Amar (2014), acreditamos que a emergência das CAS se assemelha aos *Arquipélagos de Segurança*, movimentações narrativas que aglutinam práticas distintas de segurança no Sul Global, como humanitarismo, lógicas mercadológicas e ferramentas coercitivas. Tais reuniões, com fortes especificidades locais, indicam mobilizações importantes nos mecanismos de violência - mas devem ser entendidas, essencialmente, em suas considerações locais.

Esta reflexão sobre elementos híbridos também avança nas análises pós-coloniais envolvendo Companhias de Segurança Privada. Chisholm (2014a, 2014b) e Sjoberg (2010), dentre outros, já reforçaram o caráter colonial e hierárquico refletido na privatização da violência. Práticas coloniais constituem o recrutamento militar ocidental em países do Sul global desde o Império Britânico. Esse argumento era sustentado por uma lógica pseudocientificista, que apontava que algumas raças eram mais adequadas

para o serviço militar do que outras. Tais “comunidades raciais militares” incluem, por exemplo, os Highlanders da Escócia, os Gurkhas de Nepal e os sikhs da Índia. Essa perspectiva foi utilizado pela administração colonial para transformar certos segmentos em verdadeiras colônias provedoras de serviço militar, em que o colonizador poderia confiar.

Embora não de maneira direta e sem modificações, existem continuidades nesta lógica em determinações de soldados no sul global até hoje. Basham (2013: 112-37), por exemplo, discute como práticas raciais e étnicas são empregadas em processos de recrutamento no Reino Unido contemporâneo. Através de entrevistas com as minorias raciais nas Forças Armadas, este autor traça como as experiências são moldadas por raça e do colonialismo para produzir diferentes soldados “étnicos” entre os militares britânicos, e como estes homens e mulheres negociar e fazer o sentido de suas respectivas representações. O autor trata um panorama em que as habilidades de tais agentes são, de certa forma, “exportadas” para a colônia, uma vez que suposta brutalidade inerente seria, agora, empregada para os fins do Estado.

No caso identificado pelas CAS, as características procuradas não são negociadas com o Estado em um primeiro momento, e sim com os componentes “internacionais” das companhias. Uma vez que o ator local é alocado como provedor de um capital simbólico que autoriza certas determinações, sua entrada nos grupos se dá de maneira a ser reconhecida, também, por atores endógenos. Esse processo, que não é o foco deste trabalho, abre um espaço interessante para futuras pesquisas, uma vez que representa um aumento da hierarquia de tais atores locais.

A aplicação do conceito de Companhias Antropofágicas de Segurança se une a perspectivas do supracitado Amar (2014) e de Seikaly (2015) que pretendem criar um modelo expandido para a compreensão da violência no sul global – mas sem estabelecer práticas fechadas, que devam ser aplicadas sem reflexões sobre o ponto em que estão sendo estabelecidos.

## 7.2. Segurança e Violência no Afeganistão pós-intervenção dos EUA – privatizações e nacionalidade

O emprego de Companhias Privadas Militares no Afeganistão estabeleceu um marco nos conflitos modernos. Pela primeira vez, dados oficiais demonstraram que um Estado empregava mais soldados privados do que tradicionais dentro de um campo de batalha (60.000 contratados para 20.000 tradicionais, segundo DeWinter-Schmitt, 2013). Como apontado, o emprego maciço de tropas privadas no país foi combinado com um espaço de atuação bastante amplo com as CSPs atuando em espaços anteriormente reservados para o Estado, como por exemplo o treinamento de tropas locais. Este tipo de indicação, como irá ser mostrado, provocou modificações profundas na relação entre os combatentes afegãos e as tropas norte-americanas, conferindo aos soldados privados um *poder simbólico* bastante expressivo.

A guerra no Afeganistão começou em outubro de 2001, quando as forças militares norte-americanas, apoiadas por tropas do Reino Unido, França, Austrália e do Front Unido Afegão, invadiram o país para dismantelar o regime Talibã, em resposta aos ataques de 11 de setembro de 2001. A "Operação Liberdade Duradoura" tinha como grande objetivo encontrar Osama bin Laden e outros líderes da Al-Qaeda, que estariam sendo abrigado no país.

Um nível elevado de privatização marcou o conflito desde o seu início. O modelo inicial de intervenção, que empregava tropas ocidentais modernas, especialmente com força aérea e forças especiais, com as milícias locais, logo deu sinal de desgaste. Por se tratarem de atores heterogêneos, amalgamados na chamada "Aliança do Norte", os grupos afegãos se mantiveram centralizados principalmente durante as ofensivas. Após as primeiras grandes derrotas do Talibã, estes mesmos atores locais se reuniram para realizar a chamada reconstrução do Estado, gerando disputas que acabaram por erodir tal conjunção. (Pelton, 2006: p.31). É neste espaço que serão empregadas as CSPs, onde anteriormente atores locais seriam alocados.

É necessário, já neste momento, relativizar o apoio da Aliança do Norte apenas por motivos financeiros. Tal argumento mais complexo é necessário principalmente pois serão estes atores locais que irão lidar com as CSP no futuro, sendo importante a compreensão de suas motivações. Embora tais

milícias locais tenham recebido dinheiro dos Estados Unidos para lutar ao seu lado, é preciso considerar que a maioria já estava unida na resistência antes da intervenção em 2001. Após as primeiras vitórias, muitos dos líderes da Aliança do Norte receberam cargos importantes e tornaram-se influentes, como governadores, chefes de polícia e ministros.

Desde o final de 2001, as tropas ocidentais gradualmente passaram a ocupar os espaços da Aliança do Norte, substituindo as milícias locais recrutadas pela CIA no início do conflito. O aumento destas forças foi provocado principalmente pelo descrédito gradual de tais grupos, que passaram a ser vistos como fracamente treinados e com lideranças pouco confiáveis. Por exemplo, transbordavam acusações de chefes armados estarem novamente plantando papoula, posteriormente exportada para produção de ópio. O cultivo era proibido pelo Talibã, justificado por doutrinas religiosas, mas voltava ao país após a chegada ocidental. Além disso, com a retirada do inimigo comum também diminuiu a vontade dos líderes de milícias cooperarem. Apesar destes pontos, neste primeiro momento a exclusão dos atores locais não foi vista como problemática, uma vez que a reconstrução do Estado afegão era vista como de responsabilidade dos agentes externos, usando modelos de reformatação do Estado típicos de tal intervenção (Toledo,2013).

Como apontado, é neste cenário de afastamento de atores locais que começarão a ser emitidos os primeiros contratos para as Companhias de Segurança Privadas operarem no Afeganistão. Existe assim, uma relação direta entre esta fase de construção de um Estado aos moldes ocidentais e as atividades destas empresas. Em 2012, cerca de vinte e cinco empresas de segurança estrangeiras, em sua maioria norte-americanas, britânicas, australianas e sul-africanas, estavam ativas no país. Estas empresas eram responsáveis, neste momento, por 86% das atividades de segurança privada no país (Pelton, 2013:4), com as remanescentes sendo grupos mistos com afegãos e países como Jordânia, Angola e países dos Balcãs, como a Sérvia. A principal tarefa, neste primeiro momento, era garantir a segurança de embaixadas e demais instalações das organizações estrangeiras, além de servirem como consultoras de inteligência nas atividades no país. A própria ONU contratou grupos deste tipo para segurança privada, durante as eleições

de 2004. (Schuster, 2008)

A empresa líder em contratos no Afeganistão é a norte-americana DynCorp, que começou seus serviços no país com contratos para fornecer segurança para edifícios de empresas de construção norte-americanas. A empresa, baseada no estado da Virgínia, começou como uma companhia de suporte para operações aéreas - expandindo, depois, para treinamento de tropas, inteligência, suporte a ações militares e manutenção de veículos terrestres (Yeoman, 2003). Em 2012, a empresa teve um lucro de 3 bilhões de dólares, sendo que 96% vieram de contratos com o governo dos Estados Unidos (Dyncorp, 2012). Empregando em sua maioria estrangeiros – nem norte-americanos nem afegãos- sua primeira missão era garantir a segurança da rodovia Cabul-Kandahar, uma das principais construções deste “novo momento” do país. Desde então, passou a ser conhecida como uma empresa confiável por governos ocidentais, apesar de existirem uma série de denúncias sobre violações de Direitos Humanos (DeWinter-Schmitt, 2013). Atualmente, a empresa atua em diversas ações, desde treinamento de guarda-costas para o presidente afegão até operação de Drones. Neste momento, o argumento mais empregado para defender a privatização da segurança era o clássico – e liberal – ponto de que o setor privado prestaria serviços de forma mais eficiente, principalmente do ponto de vista dos gastos totais. Há uma série de argumentos contra tais assertivas. Por exemplo, de acordo com Giustozzi, (2007: p.30), em 2004, a empresa recebeu um contrato de 7 milhões de dólares para erradicação da papoula, inclusive com aeronaves SuperTucano, produzidas no Brasil. O autor aponta que áreas de cultura da planta, que seriam controladas por homens poderosos ligados ao governo foram poupadas, em virtude de suborno. Do total prometido estimado de 15 mil hectares de plantações destruídas, apenas 220 foram efetivamente erradicada. (Idem, 2007)

A partir de 2005, em paralelo com o processo de contratação de forças estrangeiras terceirizadas, notou-se a formação gradual de empresas paralelas – mas que empregavam principalmente nacionais afegãos. Estas empresas contrataram ex-membros da ASF (Forças de Segurança Afegãs, na sigla em inglês), que formavam a tentativa mais sofisticada de se implementar um exército no país, após a invasão de 2001. A ASF fora desmantelada quatro

anos depois, principalmente pela dificuldade logística de arregimentar grupos tão heterogêneos. O uso, por parte das CSP, de combatentes afegãos tinha inúmeras vantagens: necessitavam de pouco treinamento prévio, já possuíam armas, difíceis de ser adquiridas legalmente no país, e teriam facilidade em lidar com a população local, seja pelo conhecimento de campo ou mesmo pela superação da barreira da língua.

Em resumo, existem, oficialmente, dois tipos de empresas de segurança no Afeganistão, levando-se em conta os contratados e sua base de sustentação militar. A primeira, tradicional Companhia de Segurança Privada, tem suas bases nos centros ocidentais de poder, na Europa e nos Estados Unidos. Contratando principalmente ex-combatentes destas regiões, tais empresas operam no Afeganistão após assinarem acordos com os países centrais, principalmente os Estados Unidos. Sua atuação, assim, permeia um longo espectro de atividades, desde segurança de políticos importantes até combate direto a jihadistas. Também são estas empresas que efetuavam, em um primeiro momento, treinamento das tropas locais afegãs.

O segundo tipo de Companhias eram aquelas criadas após 2001, já no Afeganistão e do seu aparato normativo. Tais CSPs contratavam essencialmente afegãos e operavam com segurança de instalações. É difícil identificar quem seriam os donos de tais companhias, uma vez que o registro de empresas no país é bastante caótico. Contudo, é comum os próprios contratados de tais companhias afirmarem que se trata de estrangeiros ocidentais (Contratante 4, 2012; Contratante 25 A, 2013). Logo foi identificada, inclusive por forças ocidentais, a facilidade de acesso à população local por parte de tais grupos, o que também será visto, no futuro como um elemento importante.

Nota-se que ambos os grupos operavam de acordo com a já citada lógica de excepcionalidade de operação nos campos de batalha. Seja pela baixa capacidade do Estado de reagir – ou mesmo pela necessidade das forças da OTAN de enfrentar as forças rivais a todo custo. Nas palavras de um alto comandante inglês no Afeganistão “em alguns momentos, as leis tem que ser flexibilizadas em nome dos objetivos maiores” (2012). Eram recorrentes acusações de violações do Direito Internacional Humanitário por parte de tais companhias (DeWinter-Schmitt, 2013). Apesar disso, o discurso de atuação

otimizada, menos burocratizada e efetiva mantinha tais atores na dianteira na atuação de uso da violência no país.

O governo afegão até tentou criar dispositivos para controlar – e mesmo proibir – as empresas de segurança privada no país. (Filkins e Shane, 2010) O projeto mostrou-se fadado ao insucesso desde o início. Não só as forças das OTAN eram contra qualquer dispositivo legal que pudesse julgar contratantes ocidentais fora dos países - e as próprias empresas, além disso, já arregimentavam relativa influência no país. Principalmente, porém, o governo afegão já se encontrava em uma situação de grande dependência das CSPs. O Departamento de Defesa dos Estados Unidos tinha, em 2010, possuía cerca de 220 mil contratados trabalhando ao lado de suas tropas, que não ultrapassam 80.000 homens. Considerando apenas o governo dos Estados Unidos, o número de forças privadas já excedia em muito o "oficial". (Schwartz, 2010). Levando-se em conta o número de forças privadas que operam no Afeganistão para outros tipos de clientes, como empresas estrangeiras e ONGs, é muito mais difícil calcular o número total, porque, nestes casos, não há necessidade de responsabilização pública, e o governo afegão é incapaz para manter o controle sobre suas operações. O que podemos afirmar com relativa certeza é que tanto o governo dos Estados Unidos como os atores envolvidos na reconstrução do Afeganistão dependem fortemente de empresas privadas para garantir a continuidade de suas operações.

É importante ressaltar, neste momento, que esta dependência se via justificada por uma lógica narrativa em que as CSP se construía – e eram reconhecidas – como as únicas capazes de lidar com certos dilemas do Afeganistão. Seja por serem os principais operadores de certas tecnologias que são vistas como necessárias para a estabilização do país, por deterem táticas que são vistas como mais modernas ou por estarem permeados por um discurso liberal, em que seriam elementos menos burocratizados e ágeis, principalmente se comparados ao Estado. Por exemplo, as CSPs ficaram responsáveis por operar praticamente todos os Drones da área sul do país, seja para medidas ofensivas ou reconhecimento de terreno. O próprio termo para se denominar os veículos aéros não-tripulados na região, “Dyini”, é uma corruptela de “Dyncorp”. Em matéria em julho de 2013, o jornal The New York Times, citando fontes anônimas, apontou que “as operações [de Drones] no



Afeganistão estão completamente dependentes de agentes privados. Sem eles, nem decolamos (NYT, 2013).

Este transbordamento de aptidões, em que valores e conceitos tipicamente econômicos, como “supressão de gastos”, “medidas desburocratizantes” e “*Best practices*”, começam a ser alocados para o campo da Segurança se mostra uma das principais tentativas de construção dos méritos das CSP. Somam-se a estes aspectos valores simbólicos, como proximidade com a população local, como argumentos etéreos que facilitariam a atividade deste tipo de agente.

### **7.3. Produção de conhecimento, treinamento de atores locais e práticas nacionais**

As pesquisas de campo revelaram o surgimento, a partir de 2012, de Companhias Antropofágicas Privadas no país, algo não descrito pela literatura especializada. Este novo tipo de organização, no Afeganistão, foi formada, de certa forma, pela combinação as duas anteriores: através da compra das empresas locais por companhias estrangeiras, formando um conglomerado de soldados nacionais e internacionais no mesmo contingente. Isso se deu principalmente por uma nova demanda às CSP: o treinamento de tropas locais.

O treinamento de novos soldados afegãos se dá em uma reconfiguração estratégica dos Estados Unidos e seus aliados, que buscavam iniciar a retirada de tropas do país. Uma vez que os grupos formados até então eram interpretados como corruptos e ligados a Senhores da Guerra, decidiu-se formar coligações menores, localizadas, que seriam treinadas para atividades específicas e estariam menos suscetíveis a desvios de verba, por exemplo. Estas seriam treinadas por soldados norte-americanos, que aproveitariam, assim, para criar laços de inteligência com combatentes locais.

No caso específico deste trabalho, se analisou as mudanças na cidade de Kandahar, no sul do Afeganistão, importante centro estratégico, principalmente pela localização próxima à fronteira do Paquistão. Neste local, os soldados afegãos, principalmente forças de infantaria, são geralmente empregados em ações locais contra grupos jihadistas. Contudo, diferente do inicialmente planejado, os responsáveis pelo treinamento das equipes, desde

técnicas básicas de manuseio de armas ao controle de multidões, era feito por CSP.

Os soldados afegãos possuem um histórico de grandes desentendimentos com os militares dos EUA, com casos não confirmados de violência por ambas as partes. De forma específica, em Kandahar era possível observar um alto grau de animosidade entre os dois lados, com casos de acusação mútua de abuso ou desvio de armas para grupos talibãs. Ambos os lados apontavam que não se tratava de uma exclusividade da cidade – mas que, pela importância do local, a reação do comando da OTAN para tentar apaziguá-la foi mais rápida. A declaração de um soldado em particular, revela a discussão:

"Os [soldados] norte-americanos são violentos e só conseguem entender [o mundo] através da violência. No norte eles ensinam com seus punhos, no sul, com pontapés. Como qualquer um que invade pode ensinar? O exército [afegão] não vai sentar-se com eles, com os que batem e abusam da população desde que chegaram, somos humilhados - e agora eu tenho que aprender com estas mesmas pessoas? "(Soldado 1, Kandahar, 2013)"

Por parte de Washington, os soldados afegãos eram interpretados como “preguiçosos e inerentemente corruptos”. Em material secreto, disponibilizado pelo portal Wikileaks, o Comando em Cabul mostra preocupação com as possíveis violências entre os dois lados, recomendando “que as tropas [dos EUA] evitem ao máximo qualquer interação prolongada com os locais” (CABLE 0165BX, 2011). As animosidades provocavam transbordamentos em ações importantes, que não necessariamente estavam relacionados com o treinamento de tropas. Kandahar é sede de um importante aeroporto de suprimentos que, duas vezes em 2011, ficou fechado por soldados locais e sua família, que reclamavam de maus tratos dos norte-americanos.

É neste ambiente em que as CSP começam a ser empregadas. Duas companhias já atuavam na região: a Dyncorp e a USForces. As duas operavam principalmente com Drones, seja com reconhecimento de território ou manutenção das aeronaves. Os contratos foram atualizados, em março de

2012, para incluir também o treinamento das tropas locais. Os chamados "cursos operacionais", que duram entre cinco a seis meses, seriam destinados a suprir com treinamento básico os guerreiros locais. Diferentemente do Exército dos EUA, as CSP realizaram o treinamento, desde o início, com um grupo fixo de professores, o que foi lembrado pela população local como uma mudança positiva. Anteriormente, os instrutores norte-americanos eram constantemente trocados, o que não foi bem visto pelos soldados em treinamento.

Como já apontado, as CSP oferecem uma grande gama de serviços no Afeganistão, principalmente para os países da OTAN e, especificadamente, aos Estados Unidos. Estes serviços vão desde proteção e combate a insurgentes e, mais relevante para a presente discussão, consultorias de segurança e inteligência. Ao fornecerem treinamento para as forças locais, as companhias possuem um impacto significativo, principalmente ao transferirem competências e um *ethos* profissional para as tropas. Assim, as CSP desempenham um papel tutelar, comandando tanto as partes teóricas quanto práticas do treinamento.

De forma específica, as duas Companhias em questão eram representantes deste novo modelo identificado, híbrido, atuavam em conjunto contratados ocidentais e afegãos. No caso específico da Dyncorp, a empresa abriu filial dentro do Afeganistão, denominada "Dync", que continha em seus quadros terceiros agentes, como jordanianos, sul-africanos e até um brasileiro-francês. Em Kandahar, esta filial estava envolvida na concepção de material educacional para as tropas locais e planejamento do treinamento. Um destes manuais<sup>20</sup>, o "Manual de Operações em Kandahar" (MOK) escrito em patsho, é particularmente interessante pela anexação discursiva da necessidade das CSP continuarem existindo e, em alguns momentos, pelo reforço da excepcionalidade normativa de tais companhias.

Na introdução do manual, a empresa afirma que os novos soldados nacionais, que serão treinados, deverão obrigatoriamente fazer parte do Fronte Afegão, o novo exército do país, ou então "**preferencialmente**, integrantes das Companhias de Defesa contratadas pela nação afegã" (MOK, 2008:1, nosso

---

<sup>20</sup> "Manual para operações em Kandahar", em uma tradução livre, produzido pela Dyncorp em 2010 e usando atualmente pelos grupos.

negrito). Um dos contratados para realizar parte da redação do material (Contratado 5, 2013) afirmou que possuía "completa liberdade para redigir o que quisesse", inclusive com percepções sobre ameaças e compreensão de táticas em solo. Estas considerações seriam baseadas não só na experiência prévia da companhia, mas também pela utilização de conhecimento dos soldados locais contratados. Estas características estão materializadas na premissa de *gavi*, uma corruptela da palavra *ghodratmand*, que pode ser traduzida como poder ou influência em pashto. O termo é empregado, em Kandahar, principalmente para caracterizar a capacidade de um indivíduo de sobreviver as montanhas afegãs, ressaltando o conhecimento do terreno e o emprego astuto da cultura local. Os soldados afegãos contratados pela Dyncorp trariam, assim, tal premissa para às Companhias Antropofágicas, reposicionando-as no campo da segurança local e imbuindo suas ações com um capital simbólico que dificilmente seria possível de se obter. Esta anexação com mecanismos subjetivos possuíam consequências diretas na produção de conhecimentos de como lidar com questões de insegurança em Kandahar, uma vez que as empresas se posicionariam, com a população local, como agentes legítimos para atuar estrategicamente.

Mais importante, às CAS, pela primeira vez, tiveram acesso ao *Jirga*<sup>21</sup>, o conselho informal de aldeias onde decisões políticas são tomadas. Estes conselhos, normalmente formados por anciões e lideranças políticas e são registradas desde o século XIX (Rahel e Kraukauer, 2009). A despeito de não terem capacidade normativa efetiva na atual constituição afegã, tais reuniões, abertas para todos assistirem, possuem influência expressiva, principalmente como espaço de reconhecimento da comunidade em relação aos participantes. Apesar das companhias não terem direito de fala nas reuniões em Kandahar, lideranças das empresas foram convocadas por pelo menos duas vezes durante o trabalho de campo, em 2013 e 2015. O representante da companhia, um belga, sentou-se em conjunto com os líderes comunitários e, apesar de não ter direito de fala, sua presença consolidou a diferenciação das companhia em questão com os demais estrangeiros. Tal processo de hibridismo, com a combinação de práticas simbólicas externas e internas, são empregadas como

---

<sup>21</sup> Conselho, reunião, em tradução do pashto.

estratégia para mobilizar CASital em campo e permitem as CSP se posicionarem de forma interessante dentro dos mecanismos hierárquicos. Isso se encaixa, além disso, dentro da premissa que os principais práticas e CASitais a serem analisadas nestas empresas são as subjetivas, não ligadas, necessariamente ao uso de mecanismos de coerção física. A ação dentro da *Jirga*, além disso, permitiu que as empresas atuassem em operações de desminagem, até então não possíveis para atores locais. Tal ponto será melhor abordado na próxima subsessão.

Retornando a questão do treinamento e formação de nacionais, através de uma lógica de cooptação de locais para um grupo híbrido, a declaração postas no website da Dyncorp reforçam o amplo espectro de atuação de tais companhias, indicando que

[nós] cobrimos tudo. Desde o desenvolvimento de conceitos e requisitos para a doutrina até os fundamentos de liderança para lideranças seniores. Nós desenvolvemos e gerenciar elementos estratégicos, táticos, doutrinas e liderança operacional. Nós escrevemos manuais de artilharia de campo, apoio de fogo e suporte para contratação. Realizamos pesquisas e análises sobre inteligência interagência e treinamento coletivo (Dyncorp, 2014)

Ao realizar o treinamento de pessoal de acordo com suas percepções e padrões táticos, as CAS afetam também as percepções de como tais operações devem ser executadas e sob quais mecanismos coercitivos devem ser empregados. Nesta lógica, tais companhias produzem valores e discursos que serão posteriormente reproduzidos pelos treinados.

Para se ter uma visão mais clara da diferenciação deste emprego, em virtude da nacionalidade, é interessante descrever a ênfase entre a nacionalidade e uma anexação automática da atividade em Kandahar - e possivelmente em todo o Afeganistão. Uma vez que o país tem estado sob ocupação estrangeira diversas vezes em sua história - com a atual durando mais de 10 anos - existe um processo quase natural, por parte dos afegãos, de fixar a nacionalidade dos estrangeiros com a sua profissão ou atividade no

país. Assim, existem vários relatórios, como os Documentos de Aviso de Viagem produzidos pela Embaixada dos EUA em Cabul, mostrando a dificuldade de cidadãos norte-americanos que trabalham em organizações humanitárias, por exemplo, de convencer a população local de que eles não são parte do governo. Esta classificação automática é muitas vezes expandida para a dicotomia "ocidental" e "islâmica", o que torna ainda mais difícil para muitos expatriados trabalharem em solo afegão. Este processo de identificação, quando se trata especificamente com o treinamento de tropas locais, foi uma questão importante para lidar com a produção de pontos mínimos de confiança. Sobre estas considerações, é interessante apontar uma declaração de um dos líderes políticos de Kandahar:

"Honestamente, como você sabe se eles são trabalhadores [civis] ou soldados do governo? É a mesma coisa. Quando alguém precisa resolver algo comigo, a primeira coisa que eu pergunto é de onde eles vêm. Eu não me importo se você está de uniforme ou não, é a mesma coisa (líder político [1], 2013).

As CSPs, por conseguinte, possuiriam grande vantagem, além dos benefícios táticos geralmente apresentados: a miríade de nacionalidades, inclusive a afegã, contribuiria para limitar os dilemas acima mencionados, auxiliando para aproximar o grupo da comunidade local. Esta formatação heterogênea, pelo menos discursiva, dos elementos das companhias, foi muitas vezes descrita como "não contaminadas" pelas questões de nacionalidade.

"É natural, em qualquer período de tempo de ocupação, que os moradores se sintam ressentidos pela presença estrangeira, que irão ter certo grau de desconfiança. A complicação mais importante está em usar estas mesmas pessoas, desconfiadas, e convencê-las a trabalhar juntas. (...). Meus colegas e eu [Empresas Militares Privadas] surgimos como uma espécie de agente neutro. Embora tenhamos sido contratados pelos EUA, meu passaporte não me faz automaticamente odiado. Mais do que meu fuzil, **meu maior trunfo aqui é o meu passaporte.**

(grifo nosso) (Contratante sérvio, Kandahar, 2013)

#### **7.4. Companhias Antropofágicas como “gatekeepers”**

Na pesquisa de campo, observou-se que certas áreas em Kandahar estão efetivamente ocupadas apenas por soldados contratados: são instrutores de grupos militares locais ou que exercem ações específicas para a coleta de dados. Assim, é possível indagar até que ponto parte da coleta de inteligência e de informações destes locais está sendo obtida e selecionada por tais empresas, que funcionariam como um filtro de informações, capaz de construir efetivamente as ameaças e os desafios de segurança que vão informar as ações do Estado.

Diversos documentos revelam a falta de capacidade de inteligência específica no Afeganistão. Em dois materiais classificados, analisados pelo The New York Times, lideranças norte-americanas em Cabul solicitariam mais pessoal para inteligência em campo, “uma vez que todas nossas informações acabam chegando apenas de soldados afegãos (...) que teriam ou não boa vontade em nos contar” (2011:2A). Em outra parte de um cabo enviado de Kandahar para Cabul, um comandante de cavalaria afirma que “tudo que sabemos aqui vem através dos soldados em treinamentos e dos Drones. Nossos olhos estão fechados e a população local, sinceramente, é extremamente hostil”. Em mais um cabo de 2013 (Cable OX166), um relatório faz um diagnóstico preciso “todas nossas informações no sul do Afeganistão são resultado do cruzamento de dados de Drones e informações obtidas com soldados locais. Praticamente não há agentes de inteligência em solo”.

Os conceitos apresentados por Laender (2005) auxiliam na expansão das possibilidades das Companhias de Segurança Privada, especialmente em uma estrutura mais ampla do significado do poder. Concordando com o modelo de *poder epistêmico* apontado pela autora, a capacidade destes agentes não só pode ser calculada por componentes materiais ou pela sua legitimidade em decidir sobre o uso da força - mas também por uma série de outros parâmetros de influência que podem vir a ser decisivos para a sequência de certos

eventos.

Para capturar toda a extensão do poder CSP, é necessário ir além da definição de tomada de decisão formal. As análises de poder devem incluir os efeitos indiretos de tais companhias podem ter nos interesses de outros agentes, influenciando sua compreensão da segurança. Isto pede uma análise de como atores relevantes, de forma consciente, tentam influenciar os discursos de segurança. Aqui, este poder de afetar o significado dos discursos é chamado, por falta de outro termo, *poder epistêmico*, uma vez que funciona por meio de outros atores e através de sua influência. (Idem, 2005)

A interação entre os contratantes e os soldados afegãos leva a outras circunstâncias significativas, especialmente no que diz respeito a poder simbólico e a difusão de competências. Neste contexto, o que observamos é que os soldados afegãos percebem seus homólogos norte-americanos como não confiáveis, ao passo que os soldados contratados tendem a ser consideradas próximos da população. Repare-se que, neste momento, as empresas se encontram em uma situação bastante confortável: no lado Estatal, são vistas com todas as características já apontadas, como uma proximidade com elementos mercadológicos positivos, facilidade de atuação por não constrangimento aos meios legais e reduzido impacto na população interna, uma vez que são apontados como “contratados civis”. Apesar de momentos de tensão entre os soldados formais e os neomercenários acontecerem de tempos em tempos<sup>22</sup>, de modo geral os dois grupos tem relações amenas. Do outro lado, como já apontado, as CSP se valeram de um poder simbólico de atuação, se distanciando de uma nacionalidade vista como hostil, ao mesmo tempo em que implementavam ações que eram melhor interpretadas pelos afegãos, como a pouca rotatividade de instrutores. Uma vez que tais Companhias também se configurariam em uma lógica inovativa, contratando tanto soldados ocidentais

---

<sup>22</sup> A mais famosa, no Iraque, envolveu cerca de 20 pessoas em um bar, nas cercanias de Bagdá. Ao que tudo indica, fuzileiros norte-americanos teriam agredidos soldados da então Blackwater após uma discussão sobre salários.



quanto afegãos, o que facilitaria ainda mais tais ações.

Tomando esta percepção dicotômica em consideração, e a própria configuração do campo, com uma ausência de soldados formais, as CSP começaram a atuar como um agente intermediário entre os dois lados. Em outras palavras, as empresas efetivamente executam a função que podemos descrever como 'gatekeeping', onde os contratantes mediam e selecionam as informações, obtidas com as fontes locais, e posteriormente as repassando para o governo. Não há o emprego específico, contudo, para estudos de segurança internacional.

O conceito é usado em diferentes campos de estudos, como Jornalismo, Sociologia e Ciência Política. Em termos gerais, ele descreve como a informação é filtrada por diferentes agentes até que seja efetivamente entregue ao público esperado<sup>23</sup>.

A ausência de tropas formais, a falta de atores de coleta de inteligência e a ênfase na produção de conhecimento gerado por atores locais criou uma equação em que as CSPs não só se tornam indispensáveis no emprego da violência – mas na própria construção desta narrativa de insegurança. Este cenário mistura-se significativamente com a capacidade já descrita destes agentes de obterem informações através da sua proximidade com algumas das fontes locais. No caso do Afeganistão, a possibilidade de se conseguir material de inteligência e, particularmente, controlar o fluxo de informação representa um instrumento considerável. Evidentemente, não se tem a pretensão de afirmar de que estas fontes ligadas às CSPs são exclusivas - mas se trata de uma variável importante para compreender como tais empresas podem auxiliar em decisões estratégica nestes cenários. Além disso, é especialmente relevante se estamos analisando estes pontos na lógica do *poder epistêmico*, em que a capacidade de os atores não se restringe a autoridade militar.

O último argumento diz respeito à possibilidade de que tais Companhias de Segurança Privadas possam, intencionalmente, inventar ou modificar alguns dos dados de inteligência obtidos, motivadas por interesses privados. Não é possível, ainda, se fazer esta afirmação no Afeganistão, devido à falta de

---

<sup>23</sup> Para uma discussão mais ampla, ver Barzilai-Nahon (2009).

informações confiáveis e a variedade de problemas em fontes de longo alcance. No entanto, se compararmos esta situação específica com outros cenários em que os Estados Unidos usaram soldados contratados, as semelhanças podem esclarecer algumas questões. Na Colômbia, o Departamento de Estado dos EUA, no âmbito de um programa anti-narcótico, usa Empresas de Segurança Privadas desde o início da década de 2000. Neste cenário, um grupo específico, a AirScan, era responsável pela coleta e interpretação de fotografias aéreas, principalmente em áreas de produção de coca.

Estes serviços foram amplamente criticados (Hamer, 2006), com a CSP sendo acusada, por exemplo, de apresentar dados antigos como novos. As acusações mais graves indicaram que a empresa tinha aumentado deliberadamente a relevância de certas ameaças, ou mesmo fabricado alguns fatos, principalmente para justificar a manutenção do seu contrato. As Companhias encontram-se regularmente em situações em que são contratadas em duas fases: na primeira se coleta e analisa informações sobre determinadas questões e, em seguida, com base nestas possibilidades, as empresas podem ser contratadas novamente, seja para manter a coleta de inteligência ou mesmo engajar, militarmente, inimigos encontrados. Esta equação pode estimular este tipo de atitude, especialmente em um país onde as fontes de informação são limitadas. A transposição deste tipo de situação no contexto afegão é possível - e inclui novas variáveis nas CASidades destes atores para influenciar o cenário de conflitos.

### **7.5.. Programas de desminagem em Kandahar: proximidade simbólica e tecnicidades**

Esta proximidade com a população local - tanto dos líderes políticos de Kandahar ou dos soldados afegãos em treinamento - faz com que as CSPs se tornem agentes diferenciados no cenário analisado. A questão da nacionalidade nos leva a ampliar a discussão e entender o seu importante na coleta de inteligência, por exemplo. A capacidade de avaliar efetivamente os desafios de segurança na região estaria intrinsecamente relacionada com a obtenção de dados de diferentes fontes e, sobretudo, a obtenção de um melhor

acesso a este fundamento específico. Este "acesso livre", ao invés da força militar, seria um grande benefício da contratação de Empresas de Segurança Privadas. O "bloqueio pelo passaporte", assim, conseguia ser superado.

O hibridismo entre CASitais exógenos - pautados em uma lógica neoliberal - e premissas endógenas - o conhecimento de terreno e legitimidade local - possui consequências importantes nos cenários de conflito. Escolheu-se como exemplo empírico de tais premissas o programa de desminagem realizado pela Dyncorp, ocorrido em alguns vilarejos em Kandahar a partir de 2009. A questão de minas terrestres é um desafio para o Afeganistão há décadas, com grande perda para a população civil, com as mortes entre 200.000 nos últimos doze anos, com 600.000 amputações (Rawa, 2015). Segundo as Nações Unidas, o país está entre as três nações com maior número de minas terrestres, com uma contagem de mais de 10 milhões desses itens em solo (MineAction, 2015). Grande parte dos artefatos são datados da invasão soviética de 1979 e da subsequente guerra civil entre talibãs e o então governo estabelecido. O problema aumentou ainda com os bombardeios realizados pelos países ocidentais a partir de 2001, principalmente com material explosivo não deflagrado. Desde então, os Estados Unidos e diversas organizações humanitárias buscam a realização de operações de desminagem, o que tem se mostrado difícil, seja pela geografia do país ou a ausência de material de registro de campos anteriores.

No caso específico de Kandahar, as ações de desminagem começaram em 2004, com o aumento do interesse internacional pela região, principalmente pelo planejamento da expansão dos dutos de petróleo que passariam pelo local. A cidade estaria no entroncamento de tais equipamentos, além de sofrer recorrentemente com ataques de grupos considerados terroristas, principalmente o Talibã, o que galvanizaria sua importância estratégica. A primeira etapa de desminagem para companhias privadas iniciou-se em 2009, em um contrato de 20 milhões para a Dyncorp, que deveria assegurar que as áreas no entorno da expansão de oleodutos ficassem livres de artefatos explosivos. Interessante apontar que, neste primeiro momento, a justificativa para o emprego das companhias já se dava por uma lógica que se compreende, na presente discussão, como antropofágica. Conforme entrevista do então comandante geral para a Otan no Afeganistão, Stanley McChrystal, a

Dyncorp havia sido escolhida por representar "a liderança tecnológica", empregando de forma "rápida e decisiva" instrumentos que não seriam possíveis em condições diferentes. Encerrando a fala, realizada em Cabul, o general afirma que a empresa representava um "rápido processo de desburocratização das operações". As últimas frases são especialmente importantes para a presente discussão:

A parceria da OTAN e do governo do Afeganistão com empresas privada nos ajuda a garantir que as **melhores práticas** serão adotadas para que as questões em solo sejam resolvidas. A velocidade de emprego, o acesso a melhor tecnologia e pessoal altamente treinamento demonstra que o Afeganistão está no caminho para a estabilidade (McChrystal, 2009, nosso grifo)

A fala demonstra o transbordamento de narrativas do campo econômico para o da segurança, centralizado em "best practices", em uma lógica em que a governamentalidade neoliberal posiciona as Companhias de Segurança Privada como os atores mais propícios para lidar com as ameaças modernas. Dentro desta lógica de comoditização dos mecanismos de uso da força, o processo de uso das CSP se torna supostamente natural, fruto de cálculos técnicos. A ênfase, assim estaria nessa característica apolítica de tal empresa, pautada por suas CASadades tecnológicas. Porém, esta não foi a única razão para escolha da Dyncorp. Como já apontado, a empresa em 2009 já contava com membros locais em suas frentes, trazendo conhecimentos específicos de Kandahar para dentro da companhia. O processo de desminagem afegão, como supracitado, é particularmente difícil, seja pela geografia montanhosa e mesmo pela falta de documentação e mapeamento da região. A presença de afegãos nas empresas garantiriam uma habilidade exclusiva para a Dyncorp: acesso a espaços não mapeados e, principalmente, relativo reconhecimento por parte da população local de que as atividades da companhia eram legítimas.

Eles [a Dyncorp] conseguem andar por aqui e por ali por que metade [sic] do seu pessoal é local. Isso facilita. Você vai realizar o operação e

precisa de alguma informação, você precisa de abrigo em alguns momentos (...) adivinha só, é o primo de um dos seus soldados que mora aqui. É a tia dele que mora na fazenda de onde você vai tirar as minas. O [soldado contratado afegão] conhece as trilhas, conhece as montanhas (...) sabe se algo está errado. Coloque o rastreador [equipamento de desminagem] em um afegão confiável, sob liderança de alguém que saiba que está fazendo, e você tem o melhor time possível. Hoje em dia, este time é a Dyncorp (Tenente holandês, 2014).

A combinação de características percebidas como locais e externas resultam em um grupo que seria não só o melhor para atuar na ação desejada, mas o único possível. Dotado de características táticas e subjetivas específicas, não causa estranheza que a estratégica inicial foi rapidamente transformada. Seis meses (Contratante 3, 2013 e Contratante 12, 2013) após o início das operações, a empresa solicitou escolta armada para suas operações, alegando que, por ser um programa com grande cobertura midiática, poderia sofrer com ataques de insurgentes. Importante ressaltar que, até então, ataques específicos contra a equipe não haviam ocorrido, apesar do caráter de eminência estar presente nos discursos dos ouvidos em Kandahar. Por conta própria, a empresa produziu um relatório sobre a situação na região, alegando que, por motivações estratégicas, gostaria de usar os próprios homens para tal atividade. O pedido foi aceito, com um adendo de 9 milhões nos acordos para a contratação e treinamento de mais pessoal. A partir deste momento, a empresa também passou a empregar soldados afegãos, treinados pela CSP, para auxiliar nas ações de desminagem. Não há indicações do comando geral da OTAN para que tais operações conjuntas acontecessem - mas elas continuavam acontecendo na última pesquisa de campo da presente discussão, em maio de 2015. Apesar de não confirmado, o emprego de soldados locais sem autorização do comando geral também pode indicar interpretações específicas da Dyncorp de como atua, além de relativa CASacidade de convencimento com agentes locais.

As operações de desminagem, assim, que se iniciaram com narrativas técnicas e mercadológicas, rapidamente adotaram perspectiva pautadas por percepções simbólicas, ressaltando que, apesar do discurso, não podiam ser

categorizadas como gestos apolíticos. Com as transformações no campo da segurança internacional, com seu *habitus* se transformando desde o fim da Guerra Fria, temos CASitais simbólicos sociais se galvanizando em tais companhias, como pode ser visto no caso específico de Kandahar. A *mágica social* explicitada se demonstra no momento em que a mera alusão a ameaças faz com que o governo decida pelo realocamento de atores de coerção.

Esta necessidade de prevenção, pelo menos com atores em campo, se demonstrava uma premissa particularmente necessária. Caso não cumprida, poderia, em uma espécie de efeito dominó, comprometer todas as operações em Kandahar e, por sua importância estratégica, toda a operação no Afeganistão. Esta lógica de ameaça existencial, que provavelmente deve estar presente nas avaliações da empresa, se relacionam com premissas de construção de ameaça e securitização, como já apontado, em que medidas para a proteção da empresa estariam, em um cálculo complicado de se comprovar, no centro da própria dinâmica da OTAN em solo afegão. Mais do que atos unitários e isolados, a Companhia Antropofágica Privada analisada aqui mantêm um processo recorrente de análises de ameaças e possíveis ataques, que são enviados para o comando geral da OTAN em Cabul (Contratado 2, 2013). Este constante envio de mensagens mantêm a lógica de construção permanente de ameaças, galvanizada pela situação de *gatekeeping* apresentada na subseção anterior. As CSP, assim, atuam como agentes de construção de quem são os agentes inimigos em um cenário em que não só são os supostos melhores atores para lidar com a situação - mas, no caso de Kandahar, os únicos. As implicações, como supracitado, podem variar desde o estabelecimento de práticas não necessariamente verdadeiras até a militarização de ações que, com outros atores, poderiam ser interpretadas de forma distinta.

O uso de palavras como "imediate", "fim de tudo" e "caso não façam, o talibã voltará" foram repetidas em diversas falas obtidas no trabalho de campo. Para efeito ilustrativo, apontamos uma particularmente reveladora destas premissas emergenciais para a construção de insegurança.

Tivemos que nos posicionar de forma armada para garantir que

as ações com as minas fossem feitas de forma rápida e segura. O que você precisa entender é que o talibã vai atacar **a qualquer momento**, agora. A nossa cara está na TV em todo momento, todos sabem que estes dutos são o de mais importante para o país. **Sem desminagem, não existe oleoduto. Sem oleoduto, não existe dinheiro. Sem dinheiro, não existe Afeganistão** (Contratado 13, 2015).

Com a Dyncorp no processo de avaliação de ameaças e as recomendações para segurança específicas nos serviços de desminagem, a empresa parece ter evoluída da mera "técnica", discursivamente, para efetivamente atuar com ações de importância estratégica. Essa narrativa se aproxima da construção simbólica estabelecida pelos processos de macrosecuritização da Guerra ao Terror apresentados no capítulo 2. A implementação de uma lógica de ameaça eminente, que irá destruir o objeto a ser protegido, se articula aqui com as ferramentas emergenciais das CAS, necessárias para o combate ao inimigo etéreo representado pelo terrorismo. As Companhias Antropofágicas de Segurança, assim, são resultado desse processo de construção global da ameaça do terrorismo, ao mesmo tempo em que resignificam tais processos para, por sua vez, utilizarem das premissas emergenciais. Isso se materializa, ainda, na recorrente discussão sobre combate ao talibã e grupos insurgentes no Afeganistão e os melhores métodos para lidar com esse tipo de ator.

Isso leva a última reflexão deste ponto, a suposta vantagem comparativa das CSP em atuar dentro das ações contratadas por operarem de forma distinta em relação aos grupos tradicionais das Forças Armadas. As ações de desminagem se mostram válidas para tal consideração por serem apontadas como extremamente arriscadas, principalmente pelo que é interpretado, por certos militares, como excesso de regras e mecanismos de controle. Uma vez que as ações deste tipo são, normalmente, empregadas em áreas com civis, todo o planejamento deve ser feito para garantir a visibilidade da operação. Estes arcabouço jurídico está incluído nas Convenções de Genebra para uso da força e seu descumprimento, em algumas circunstâncias, pode ser considerado crime de guerra (Bryden, 2012: 49).

Segundo alguns dos combatentes em Kandahar (Contratado 6, Contratado 21, 2015), tais normas tornam a operação demasiadamente perigosa, por fazer com que os grupos fiquem excessivamente expostos. Não há acusações formais de que a CAS estaria descumprindo tais pontos - mas inúmeros contratados ouvidos afirmaram que, mais que o conhecimento de campo, o maior ativo das companhias era justamente perpassar tais barreiras normativas. Por não estarem sob o julgamento de setores militares tradicionais, as companhias não precisariam cumprir todos estes pré-requisitos, o que facilitaria a operação, apesar de aumentar a insegurança dos civis na região. Por exemplo, um soldado contratado francês da Dyncorp (Contratado 4, 2015), afirmou que o grupo dificilmente demarcava áreas de desminagem com bandeiras e sinalizações claras, por poderem servir como indicativos para grupos terroristas planejarem ataques. Isso faria com que a CSP ganhasse vantagens relativas, justamente derivada de premissas emergenciais. Esta narrativa se enquadra em uma lógica (micro) securitizadora, baseada na construção de ameaças existenciais iminentes e na necessidade de se empregar ferramentas fora do arcabouço normativo, no sentido de galvanizar potencialidades em campo e garantir que o inimigo, etéreo e parcamente definido, possa alcançar a vitória.

Seguindo as reflexões da Sociologia Política Internacional a respeito dos processos de securitização, é importante lembrar que não há, nesse argumento, uma preocupação central em se identificar a audiência específica de tais processos narrativos - ou mesmo se tal movimentação narrativa foi autorizada. O objetivo de uma análise sociológica de Copenhague - e, por conseguinte, desta pesquisa - está em compreender a relação entre os discursos emergenciais e as práticas dos atores em campo. Sendo assim, apesar de soldados norte-americanos ou do alto comando da OTAN poder ser apontado com tal emento de convencimento, a presente pesquisa prefere se concentrar nos atos sociais dos agentes analisados.

## **Conclusão**

Como elemento de reflexão empírica do conceito de Companhias Antropofágicas Privadas, o Afeganistão ressalta a necessidade de se ater a



considerações práticas e locais para a melhor compreensão das CAS. A ênfase na nacionalidade e nos conhecimentos endógenos se mostrou um ponto importante para indicar como tais formações híbridas constituem uma narrativa de capacidades exclusivas em Kandahar, sendo as únicas possíveis de atuarem em pontos estratégicos na região. O programa de desminagem, por parte da Dyncorp, ressalta a combinação dos diversos capitais presentes em tais atores, demonstrando ainda como uma narrativa securitizadora, por parte de tais agentes, pode fazer com que prerrogativas construídas discursivamente como técnicas podem facilmente transbordar para ações vistas como políticas. Isso não significa que considere-se que o ato inicial fosse apolítico e meramente instrumental - mas revela a complexidade de resignificações em tais momentos.

As CAS não devem, assim, ser interpretadas como mera combinação de valores locais e externos - mas um processo de amálgama que gera resultados maiores, sofisticados e difíceis de serem previstos. O próximo capítulo, analisando esse tipo de companhia na Líbia, ressalta essas premissas e reflexões.

## Capítulo 7

### Companhias de Segurança Privada na Líbia: antropofagia e Islã Político

#### Introdução

Depois de mais de seis meses de guerra civil, no final de 2011, o ditador da Líbia, Muammar Gaddafi, estava encurralado pelas forças rebeldes. Agachado em uma antiga estação de esgoto, perto do sul do país, Gaddafi estava acompanhado pelos dois últimos guarda-costas leais: um soldado do Qatar e um norte-americano, ambos contratados por uma companhia de segurança privada. Poucos minutos depois, os três seriam mortos - terminando, pelo menos simbolicamente, o conflito interno no país. Gaddafi foi arrastado pelas ruas como um troféu de guerra - com os dois contratantes sendo deixados onde foram mortos. Ironicamente, os Estados Unidos e o Qatar faziam parte da coalizão que implementava a zona de exclusão aérea contra a Líbia, após a aprovação do Conselho de Segurança das Nações Unidas.

O uso de soldados contratados no governo Gaddafi não começou na década de 1990 – mas remonta meses após o golpe militar que levou o então ditador ao poder, ainda na década de 1970. Naquele momento, os soldados foram contratados individualmente, e não por empresas, principalmente do norte da África, e empregados no país sob um discurso pan-africanista. Mais próximo do bloco socialista, Gaddafi foi acusado pelo Ocidente de apoiar grupos terroristas - e até mesmo de comprometer sua própria soberania, uma vez que contratava mercenários para gerir questões de segurança interna do país.

As circunstâncias mudaram com o fim da Guerra Fria, quando Gaddafi iniciou um processo de aproximação política com o bloco CASitalista. Este movimento foi estabelecido principalmente através da adoção de uma agenda econômica neoliberal pela Líbia, materializada na privatização de empresas estatais, especialmente aquelas relacionadas ao petróleo. De 1992 a 1996, pelo menos onze empresas norte-americanas se instalaram no país, além de empresas italianas e britânicas (Project Heritage, 2012). Os lucros foram bastante impressionantes: em alguns casos, as empresas foram vendidas por

um preço simbólico de US \$2 (Vandewalle, 2011). No campo da segurança, os velhos mercenários foram substituídos por Empresas Militares Privadas, principalmente dos Estados Unidos e da Grã-Bretanha. Os países ocidentais, especialmente a França, indicavam a necessidade de tal "modernização armada" na Líbia (ibid, 2011), mobilizando um discurso imbuído de narrativas relacionadas com o mercado, onde as CSPs foram identificadas como o agente mais adequado para executar determinadas ações. Por sua vez, os mercenários que foram contratados na década de 70, a maioria deles trabalhando no país há mais de 20 anos sob o discurso pan-africanista acima mencionado, foram dispensados ou colocados em posições mais baixas (Entrevista 1, 2009). Gaddafi adotou estas recomendações neoliberais através de uma rearticulação discursiva que combina islamismo, nacionalismo pan-africanista e uma maneira particular de interpretar o neoliberalismo.

Nesse sentido, a presente discussão se foca na análise desde a chegada de Gaddafi ao poder, em 1969 até 2010, marco temporal em que as reflexões dos atores de campo se focaram. As cidades em que a pesquisa se concentrou foram Trípoli e Benghazi, segunda maior cidade do país. Além disso, a última subseção deste capítulo faz indicações sobre as consequências do emprego das CAS após a queda do ditador líbio.

## **8.1 Relações conflituosas**

Muammar al-Gaddafi chegou ao poder em 1969, período em que a Líbia era conduzida pelo monarca Idris I e o governo passava por uma crise de popularidade, principalmente pelas reivindicações em relação às divisas derivadas do petróleo (Vandewalle, 2004, p. 89; St John, 2012, p.223). Admirador do líder egípcio e nacionalista árabe Gamal Abdel Nasser, Gaddafi, então com 27 anos, liderou as tropas revolucionárias que tomaram o governo do país, no dia 1º de setembro. Enfrentando resistência desprezível, o movimento, conhecido como o Conselho do Comando Revolucionário (RCC, na sigla em inglês), anunciou a criação de um regime baseado nas estruturas islâmicas e, após a chegada ao poder, estabeleceu Gaddafi como o chefe do novo governo. Neste primeiro momento, os Estados Unidos não se opuseram

ao golpe, uma vez que o RCC, inicialmente, apresentou uma plataforma anti-soviética e não reformista aos interesses ocidentais.

Os Estados Unidos, neste período, como bem afirma Vandewalle (2004),

preferiram esperar e analisar, à distância, e ver até que ponto o novo regime iria atuar em relação à União Soviética e, por conseguinte, diante dos pontos de interesse Ocidental na região. Por cerca de cinco anos, Gaddafi teve terreno limpo para atuar da forma que achou melhor, sem grandes influências externas (p. 124)

Gaddafi focou, em seus primeiros anos no poder, em medidas para supostamente salvaguardar a "independência nacional", consolidando seu domínio através de programas econômicos e políticas internacionais voltadas para o estabelecimento da Líbia como liderança regional. O governo ainda determinou a retirada imediata e completa das forças estadunidenses e britânicas das bases militares no país, vistas como violadoras da soberania estatal (Vandewalle, 2011, p. 121).

No início de 1975, o novo governo também pressionou os EUA e outras companhias petrolíferas estrangeiras para renegociar contratos de produção de petróleo e ceder uma parcela maior da receita de produção (St John, 2012, p.88). Algumas empresas britânicas e dos Estados Unidos acabaram sendo nacionalizadas, o que marca o início do afastamento e da animosidade entre os dois países.

Com a completa nacionalização das empresas de petróleo, em 1976, os Estados Unidos classificam o governo de Gaddafi como reformista e essencialmente anti-Ocidental (Singer, 2001, p. 199; St John, 2012, p.121). O período do fim da década de 1970, além disso, marca a aproximação gradual com a União Soviética, aumentando o apoio para movimentos revolucionários anti-ocidentais na África, Europa, Ásia e Oriente Médio. Estas políticas contribuíram para uma rápida acidificação das relações políticas EUA-Líbia (Vandewalle, 2011, p. 192).

O apoio de Gaddafi a movimentos anti-coloniais, separatistas e islâmicos ao redor do mundo era justificado como "suporte para a auto-determinação dos

povos oprimidos” (St.John,2001, p. 166). Os Estados Unidos acusavam sistematicamente tais políticas como inaceitáveis, citando a existência de campos de treino na Líbia para uma panóplia de grupos terroristas, incluindo a Organização de Abu Nidal, a Facção do Exército Vermelho e a Frente Popular para a Libertação da Palestina (Idem, 2001, p. 199).

A Líbia foi acusada, durante este período, de fomentar atentados internacionais, o que endureceu ainda mais as relações com Washington. Notadamente, cita-se o atentado de Lockerbie, ataque terrorista ao vôo 103 da Pan Am em 21 de dezembro de 1988. O avião Boeing 747-121 partira do Aeroporto de Londres com destino a Nova Iorque, e explodiu no ar logo acima da cidade escocesa de Lockerbie, matando 270 pessoas - 259 no avião e 11 em terra - de 21 nacionalidades diferentes. Deste total, 189 vítimas eram cidadãos dos Estados Unidos. O governo da Líbia foi formalmente acusado de fomentar, treinar e financiar o ataque, o que gerou sanções econômicas contra o país que duraram até o fim da década de 90 (Vandewalle, 2011, p. 98).

## **8.2. Revisionismo Vestfaliano**

É interessante relacionar certas escolhas políticas adotadas durante este período com a forma como Gaddafi se pronunciava em relação à constituição da sociedade internacional. Neste sentido, abordavam-se temas principalmente relacionados a soberania, nacionalidade ou funções exclusivas do Estado. Desde sua ascensão ao poder, Gaddafi tomou medidas ambíguas em relação ao que chamava de “estruturas ocidentais de organização e poder” (Gaddafi, 2005, fita 1). Sendo assim, certas características anexadas normalmente ao Estado moderno eram apontadas pelo líder como ferramentas de dominação das nações. Os Estados Unidos seriam o grande ator patrocinador de tais mecanismos, possuindo uma estratégia expansiva para disseminá-los pelo globo. Em discurso de fim de ano, em 1975 (Idem, 2005 - p. 129), o coronel afirmava que:

“[O tratado de] Vestfália é uma ferramenta ocidental para dominar meu povo. Tudo que um dia nos fez fortes foi tratado como antigo, retrógrado. Não aceito estas

imposições [e] lutarei para que conceitos inversos sejam aplicados”

Apesar de denunciar que a Líbia era uma “nação covardemente contida, com fronteiras inventadas, [que] deveriam ser muito mais amplas” (p; 83), é necessário apontar que o coronel nunca adotou medidas expansionistas ou revisionistas destas estruturas. Gaddafi utilizava regionalmente destas afirmações para legitimar, neste período, sua posição de liderança na África, posicionando-se como bastião contra interesses externos e, como irá se apontar adiante, criador de mecanismos que objetivavam integrar a região e fomentar seu desenvolvimento (Vandewalle, 2004, p.191).

Nos medidas voltadas para países africanos, Gaddafi ressaltava que as fronteiras africanas eram artificiais e que as características relacionadas ao Estado moderno, principalmente a composição de exércitos somente por nacionais, era uma tática limitadora. É neste contexto que Gaddafi inicia a formação do que irá chamar de “Exército nacional híbrido” (Gaddafi, 2001, p.129), uma força composta de nacionais e mercenários contratados.

### **8.3. Mercenarismo como confronto**

Neste momento de independência de uma série de países na África, o emprego de mercenários clássicos, individuais, se avolumou na região. Tratando-se de Estados jovens, com exércitos despreparados ou mesmo inexistentes, a narrativa de "especialistas estrangeiros" se posicionava como caminho natural em tais disputas.

É neste contexto em que diversos atores internacionais, principalmente as Organização das Nações Unidas, iniciaram o estabelecimento de um novo arcabouço jurídico internacional para se impedir o emprego deste tipo de ator. Como já apontado, a legitimidade do uso da força já estava estabelecido no lócus estatal – mas decidiu-se pela criação de um dispositivo que punisse o emprego do uso da força fora desta lógica. É neste contexto que se promove a “Convenção Internacional contra o recrutamento, uso, treinamento e financiamento de Mercenários”, que cria as normas mais sofisticadas para proibir tais atores.

Nesta perspectiva, Gaddafi analisava tais premissas como barreiras criadas pelo Ocidente, reiteradas pelos Estados Unidos, como ferramenta para enfraquecer as nações em desenvolvimento, especialmente as africanas. Desta forma, o líder líbio promoveu investimentos pesados para que estrangeiros- que neste contexto podem ser considerados Mercenários- se juntassem às suas fileiras (St. John, 2012).

Gaddafi procurava principalmente especialistas, como operadores de equipamentos de artilharia ou pilotos de helicóptero, mas todos aqueles que conseguiam portar uma arma eram bem-vindos (idem, 2012). Entre 1973 e 1999, estima-se que pelo menos 5000 estrangeiros tenham se juntado às forças líbias, que contavam com um total de 50.000 soldados, incluídos os reservistas. Em 1985, todos os trinta e cinco pilotos de helicópteros de combate do país eram estrangeiros.

Em discurso televisionado em 1983, Gaddafi, que se auto-intitulava o “Grande Irmão”, afirmava que

“[somos] todos consanguíneos e nada mais justo que nos juntemos em uma mesma força. O Ocidente tentou nos dividir, criar mecanismos para que ficássemos separados, mas eu insisto que vocês venham [para a Líbia]. Todos serão bem-vindos, pois estão voltando para casa”. (Gaddafi, 2005, fita 21)

Não obstante o discurso pan-africanista, Gaddafi aceitou em suas fileiras membros de qualquer nacionalidade. Os registros não são muito amplos, mas há casos em que estadunidenses, sérvios, bósnios, irlandeses e nepaleses participaram como especialistas contratados - Mercenários- nas fileiras líbias. O país árabe criou neste momento um verdadeiro exército híbrido, com casos em que estrangeiros ocuparam posições de oficiais e de liderança de centenas de nacionais (Vandewalle, 2011 – p. 87). Isso, de certa forma, ia de acordo com o *ethos* militar do país, que viabilizava que muitas vezes os relacionamentos entre as lideranças desrespeitassem a hierarquia formal, validando na verdade questões geográficas ou aproximações étnicas.

Apesar desta configuração híbrida, não existem registros de emprego em combate direto de mercenários, neste período (Idem, 2011, p. 91). Nos dois

maiores conflitos em que a Líbia se envolveu, no período, a guerra com o Egito e a intervenção em Uganda, os contratados estiveram restritos a área logística, na fronteira, e como pilotos de reconhecimento.

Em julho de 2011, com a guerra civil e o desmantelamento do exército, parte destas informações veio à tona. Em franca retirada para a Tunísia, desertores do exército líbio declaravam um pouco sobre a situação na Força. Peshak Nettelly, do Nepal, conta que

“est[ava] no exército desde a década de 80, como especialista no manejo de radares, e já servi com comandantes da África do Sul, Angola e, nos últimos anos, pela primeira vez, servi com um oficial de comando líbio. Mas [ele] foi o primeiro a fugir quando a Otan chegou”

O angolano Pedro Humanta, com um português carregado por interjeições árabes, chegou à fronteira com a Tunísia alguns dias após o início dos bombardeios da Aliança do Atlântico Norte. Também oriundo de uma onda de imigrantes-soldados da década de 80, o africano afirma que

“O dinheiro era interessante - em menos de um ano eu ganharia mais que em dez, comparado a Angola. Mas havia ainda esta ideia de integrar algo maior, um exército africano, um grupo de pessoas que iria tentar fazer algo pelo continente. Recebi o convite em casa e após uma entrevista, tive o visto e uma passagem de avião entregue em casa”.

Os Estados Unidos, que não ratificaram as Convenções ligadas à utilização de Mercenários, acusavam a Líbia de empregar soldados contratados sem controle, com a presença, por exemplo, de criminosos de guerra. Os EUA apontavam ainda que a presença de tais indivíduos violaria um dos princípios básicos do Sistema Internacional, justamente o uso da força controlado pelo Estado, empregador de soldados nacionais passíveis de serem



constrangidos e contidos. O país árabe, ao não usar tais ferramentas, colocava em risco as nações da vizinhança e se portava contra os mecanismos normativos que tornavam a guerra menos bárbara. Por exemplo, os membros do exército líbio, que muitas vezes não utilizavam uniformes, não se encaixariam nas dinâmicas do Direito Internacional do Conflito Armado, ao não se configurarem como combatentes *de facto*.

Em discurso na Casa Branca em 1975, o então Secretário Adjunto de Defesa, William P. Clements, afirmou que

o governo de Gaddafi é irresponsável (...) criando um exército que abriga pessoas de toda e qualquer origem, sem verificação do seu passado e sem controle sobre suas ações. É preocupante imaginar, em caso de utilização desta força na região, como os vizinhos, e a Comunidade Ocidental, irão responder e avaliar estes indivíduos.

É conveniente analisar que as críticas norte-americanas estavam sustentadas em documentos normativos que também não foram assinados e ratificados, em sua maioria, pelo país. Além disso, nações do bloco Ocidental empregavam mercenários em suas forças sem maiores questionamentos, sendo exemplo notável a Legião Estrangeira francesa. A crítica se direcionava, neste sentido, muito mais por se tratar de um país que se encontrava na esfera de influência soviética e que, anos antes, havia expulsado empresas estadunidenses.

Nesta premissa, Gaddafi acusava o Ocidente, representado pelos Estados Unidos, como fomentador de dinâmicas organizatórias que serviam unicamente, neste momento, para enfraquecer seu país. O emprego de indivíduos de outras nacionalidades estaria inscrito, segundo o discurso da liderança líbia, em uma dinâmica de confronto e imposição de outro modelo de aparelhamento. É interessante apontar que os aliados da Líbia do bloco soviético, que também operavam através da “configuração vestfaliana”, não eram acusados por se portar desta maneira.

A Líbia, apesar de empregar um discurso reformista, também não efetuou grandes manobras de expansão ou reforma do setor (St John, 2012, p.130). A grande questão estava relacionada com o Ocidente, próximo geograficamente, e do alargamento da influência do país entre os vizinhos africanos. Além disso, o emprego de soldados contratados, neste momento, foi substancialmente utilizado para defasagens técnicas, como no exemplo de pilotos de helicóptero de combate, e principalmente como embasamento para políticas pan-africanas.

#### **8.4.. Reaproximação liberal**

Após a imposição de sanções das Nações Unidas provocadas principalmente pelos atentados com aviões na década de 1980, a Líbia entrou em um período de crescente isolamento internacional. Os efeitos agravados da perda de receitas do petróleo, as restrições de viagens de altos funcionários e o embargo de armamentos geraram pressão significativa sobre Gaddafi e seu governo (Idem, 2012, p. 192). Sinais de mudança começaram a surgir em 1999, quando a Líbia concordou em pagar uma indenização pelo vôo UTA 772 e permitiu que dois agentes da inteligência fossem julgados pelo atentado da PanAm. A movimentação também é explicada pelo fim do mundo bipolar, cerca de oito anos antes, que encerrou a parceria econômica com a agora extinta União Soviética.

Somam-se a estes pontos as ofertas de Gaddafi de combate ao terrorismo e cooperação no campo da inteligência, na sequência dos ataques terroristas de 11 de setembro de 2001, e a decisão, no final de 2003, de desmantelar o programa de armas de destruição em massa no país. A administração Bush encarava a Líbia como um modelo para a aproximação potencial com outros Estados considerados patrocinadores do terrorismo e procurou estabelecer e expandir a cooperação em questões relacionadas com contra-terrorismo e cooperação (Singer, 2001, p. 67).

Gaddafi prometeu ainda findar os apoios governamentais aos movimentos rebeldes da região (St John, 2012, p.201), além de estabelecer esforços de pacificação em uma série de conflitos africanos, incluindo hospedagem e subsídios de ajuda humanitária para o Sudão.

É neste período que novos acordos no ramo do petróleo foram estabelecidos com os Estados Unidos, com as sanções envolvendo o produto sendo removidas. Pelo menos onze empresas norte-americanas se estabeleceram no país, além de companhias italianas e britânicas (The Economist, 2009). Além disso, a empresa estatal de telefonia do país é privatizada para uma holding estadunidense, dentre outras. É nesta mesma época, em 2004, que o filho de Gaddafi, Saif al Islam, vai para o Reino Unido realizar um doutorado na prestigiada *London School of Economics*. Sendo considerado o sucessor de Gaddafi, analistas apontavam que se tratava de mais um sinal de aproximação e indicativo de boa vontade com as políticas ocidentais ((St John, 2012, p.101).

É nesta dinâmica de redução do Estado que o governo da Líbia inicia a troca dos Mercenários clássicos pelas chamadas Companhias Militares Privadas, ou *Neomercenários*.

A presença internacional na Líbia, principalmente dos Estados Unidos, também foi sentida com a substituição dos Mercenários clássicos, criticados veementemente por Washington, pelas CSP estadunidenses. Inseridas, como supracitado, na dinâmica liberal, elas rapidamente ocuparam postos importantes nas Forças Armadas, angariando contratos expressivos em todos os setores.

Segundo estimativas iniciais, divulgadas em abril de 2012 pela Comissão Independente criada pelas Nações Unidas para investigar o emprego de Mercenários no país, em 2004 havia pelo menos 12 CSP no país (GVM, 2012 – p. 6). A maioria, nove, eram norte-americanas, seguidas por duas do Reino Unido e uma holandesa. Ainda segundo o grupo, os Neomercenários estavam presentes em todos os segmentos e sessões do exército líbio, desde infantaria leve, passando por logística, artilharia, pilotagem e até mesmo funcionários responsáveis pelo exame médico de novos soldados. Apesar de substituir, em grande maioria, os Mercenários clássicos, a entrada de CSP não retirou totalmente a presença dos primeiros nas Forças Armadas, ocupando principalmente cargos mais técnicos. Como aponta Netelly (2011) “africanos pobres continuaram com o serviço duro – e os americanos vieram para brincar com as máquinas”.

Apesar da dificuldade em identificar a nacionalidade dos novos soldados integrantes, uma vez que as CSP não informam relatórios detalhados sobre tais questões, alguns fatos auxiliam na compreensão, mesmo que não muito apurada, destas distinções. Durante a guerra civil de 2011, diversos membros de tais companhias, após abandonarem o antigo empregador, fugiram das frentes de batalha pela fronteira com a Tunísia, onde estavam estabelecidos campos de refugiados. Segundo registros destes campos, pelo menos 530 não líbios passaram pela fronteira, identificando-se como “contratados por empresas de segurança e defesa”. Deste total, 175 eram norte-americanos, 20 britânicos, e 17 sul-africanos, além de nepaleses, sérvios e angolanos (Brancoli, 2011). Dentre os norte-americanos, relatórios da OTAN, de agosto de 2011 (p.9), mostram que mais de cinquenta estadunidenses compunham a guarda de Gaddafi, sendo que dois irmãos do Oregon, com dupla cidadania jordaniana, faziam parte da célula mais próxima do ditador. Ambos teriam ficado bastante próximos de Gaddafi, gozando das peculiares vantagens do seu círculo privado, como tendas luxuosas e assistentes pessoais. Os dois, segundo relatórios do grupo, teriam sido mortos em combates com os rebeldes em 2011.

É importante ressaltar a diferença de abordagem dos Estados Unidos com as CSP na Líbia. Apesar de serem acusadas, como supracitado, de serem meras novas formatações nos antigos mercenários, tais empresas foram sempre bem avaliadas nos discursos e ações do governo estadunidense. Washington, por exemplo, abriu em 2008 uma linha de crédito específica para o contrato de tais companhias, com aportes de quase meio bilhão de dólares para o país de Gaddafi (The Economist, 2009). Os EUA ainda anexaram que grande parte deste montante – cerca de 45% - fosse usado para o contrato de Companhias norte-americanas responsáveis pela segurança das fronteiras marítimas da Líbia, principalmente em relação a imigrantes clandestinos (Vandewalle, 2011 – p. 187) . O problema da imigração ilegal preocupava os aliados europeus, que criticavam a falta de ação política estadunidense em relação ao tema.

É conveniente notar que outra parte da convergência de relações entre EUA e Líbia se deu pela suposta CASaciedade de Gaddafi de atuar como elemento de contenção de imigrantes ilegais para o Velho Continente. A

política de atração de estrangeiros fazia parte de uma política maior de Trípoli, que tentava construir a imagem de um país como refúgio para os africanos que almejassem uma vida melhor. Concedendo para tanto incentivos financeiros, o líder líbio chegou a efetuar o pagamento de passagens para interestados, além de fornecer benefícios financeiros. Novamente, com a construção de uma imagem de país receptivo, rico e que acolhia os “irmãos menores” do continente.

Calcula-se que a Líbia agregava um total de 2.5 milhões de imigrantes (de 20 a 30% da população total), cuja maioria advinha da África Subsaariana, no fim da década de 90 (Acnur, 2001). Este contingente apresenta tanto migrantes econômicos como refugiados que tinham na Líbia seu destino final (e não a Europa). Basicamente, os primeiros foram atraídos para o país em grande parte pelas políticas de atração de mão-de-obra “pan- africanistas” de Gaddafi enquanto que os refugiados advinham de contextos de guerras civis e consequente declínio econômico em diferentes regiões da África Subsaariana (De Haas, 2006).

Gaddafi usava destas políticas, como supracitado, como instrumento de barganha política com os Estados Unidos e a Europa. Apesar da política voltada para a entrada de indivíduos na Líbia, Gaddafi vendia a União Europeia, alardeada com a chegada de barcos precários no Mediterrâneo, a falsa idéia de que os fluxos migratórios transaarianos teriam como destino exclusivo o Velho Continente - o “mito da invasão europeia” (De Haas, 2007). Com isso, o líder conseguiu não só incentivos norte-americanos, como crédito entre os europeus.

Em relação aos soldados contratados, o governo estadunidense, além das medidas já expostas, estabeleceu políticas de simplificação de vistos e até mesmo empregou aeronaves militares para a movimentação de tropas particulares. No campo político, Washington também garantiu apoio em casos sensíveis envolvendo as empresas, principalmente acusações de violação dos Direitos Humanos.

Ainda em 2009, soldados contratados pela Dyncorp, CSP norte-americana, atuando a menos de duas semanas em Trípoli, foram acusados de atirar a esmo contra imigrantes etíopes. O ocorrido, em uma praça no centro da cidade, feriu quinze pessoas, dentre elas duas crianças, e gerou manifestações

internacionais, principalmente pela semelhança com o caso da Praça Nisour, no Iraque<sup>24</sup>. Como resposta, Washington mobilizou cinco advogados para cuidar do caso, uma vez que as vítimas entraram com processos criminais nas cortes de Los Angeles e Nova Jersey, onde a empresa possui suas sedes fiscais.

Em declaração, o então cônsul dos Estados Unidos na Líbia, Christopher Hil (Departamento de Estado dos EUA, 2009, p.1), afirmou que

todas as medidas para averiguar o acontecido estão sendo feitas, com investigações conjuntas com as lideranças da empresa e do governo líbio. [O governo dos EUA] acredita que Dyncorp respeita o Direito Humanitário e está apta a responder por seus atos na Líbia.

O caso foi relativamente pouco divulgado, principalmente pela já citada área cinza jurídica em que se encontram os Neomercenários. Tentativas de responsabilização criminal, mesmo em fóruns dos Estados Unidos, se mostraram, até o momento, infrutíferas.

## **8.5.. Rearticulação e indigenização**

Esta aproximação da década de 1990, após o fim da Guerra Fria, está intimamente ligada com a introdução de modelos de governança neoliberais na Líbia. Após tímidos sinais de contatos diplomáticos com os Estados Unidos durante a década de 1980, uma série de discursos - centrados na França e no Fundo Monetário Internacional (FMI), por exemplo - estabeleciam que o governo líbio devia dar sinais de abertura comercial como "gesto de boa vontade" (The Economist, 1998). Além disso, devia estabelecer outras medidas, tais como o abandono do incipiente programa de armas nucleares e encerrar o financiamento de grupos terroristas. Este "padrão-normal" econômico não foi exclusivamente imposto sobre a Líbia, mas foi parcialmente

---

<sup>24</sup> Ocorrido em julho de 2007, o "massacre da Praça Nisour" envolveu soldados contratados da empresa Blackwater, ligados ao exército norte-americano, e acarretou na morte de 15 civis iraquianos. As causas do evento ainda não foram esclarecidas (2015)

replicado em regiões como a América do Sul e Leste da Ásia. Organismos internacionais como o FMI apresentaram os parâmetros econômicos que deviam ser adotados - os chamados "pacotes fechados de reestruturação" (Kedar, 2012: 67) - como a privatização de empresas e o fim dos subsídios comerciais. Na Líbia, esta forma específica de governança deveria supostamente ser a indicação do compromisso do país para normalizar as relações com o Ocidente. O então chefe do FMI, Michel Camdessus, afirmou em 1994 que:

"A adoção de políticas de liberalização comercial [na Líbia], bem como o fim das barreiras comerciais e a reestruturação do campo privado, indicam claramente os objetivos pacíficos Moamar Gaddafi (sic) "(The Guardian, 1998)

O filho de Gaddafi, Saif Al-Islam, visto como seu sucessor, enviava mensagens semelhantes para o exterior. Em uma entrevista em Londres, em 2005, ele destacou que "a abertura [de mercado] é o melhor exemplo de que a Líbia quer ser vista como um país amigo" (BBC, 2005). Em Trípoli, como já mencionado, os principais pontos econômicos foram centrados na privatização de empresas, principalmente as do setor de petróleo. No domínio da segurança, a reforma das ferramentas de controle de fronteiras sofreu especial atenção, acompanhado de perto por países europeus. Gaddafi, há pelo menos três décadas, construía a Líbia como um suposto "ponto de bloqueio" para potenciais imigrantes africanos que queriam ir para a Europa. Este "mito da invasão" galvanizava a importância do país no contexto regional e fazia com que sua política de segurança fosse seguida de perto pela França e Itália, por exemplo.

De acordo com esta lógica, o emprego de Companhias Militares Privadas foi estabelecido, inicialmente, de forma centralizada no controle das fronteiras da Líbia - principalmente para, supostamente, conter os possíveis imigrantes para a Europa (Entrevistas 1, 2009, Entrevista 3, 2011). O discurso guiado pelo simbolismo mercadológico era dominante: as empresas tinham as "melhores práticas" para este tipo de operação, e eram mais CASazes de operar os modernos equipamentos tecnológicos, por exemplo (ibid, 2009). Em

2006, em um verão em que um número recorde de embarcações com migrantes forçados foram capturadas na costa italiana, o então prefeito de Lampedusa, uma pequena ilha no sul do país, disse que o

"Contenção [de imigrantes] é principalmente uma **questão técnica** e deve ser calculada em relação a quanto [a Itália] perdeu com tais ações. Os países além mar, no exterior, devem entender esta questão - ou nós mesmos teremos de lidar com esta situação. A Líbia é um bom exemplo de **otimização** destes pontos "(Corriere della Sera, 2006 - grifo nosso)

Esta análise se assemelha as reflexões estabelecidas por outros autores em diferentes pontos geográficos, como Leander e Munster (2007), em Darfur. As considerações neoliberais foram apresentadas quase como uma condição *sine qua non* para que o país fosse capaz de se reaproximar com os países ocidentais, ter acesso ao sistema internacional. Contudo, diferente de em outros países, tais experiências passaram por uma série de ressignificações antes de ser implementadas. No caso específico das Empresas Militares Privadas, que eram em sua maioria dos Estados Unidos<sup>25</sup>, Gaddafi estipulou que todos devem empregar um número mínimo de líbios para operar no país. O ditador afirmava que era uma "medida para facilitar o trabalho com a população" (Gaddafi, 1994, fita 05).

Mais importante, Gaddafi começou uma série de ressignificações sobre o emprego de soldados contratados, tentando anexar seu emprego com os princípios islâmicos, em um processo de amálgama bastante peculiar. Em relação ao tema específico da rearticulação da governação da segurança, Gaddafi determinou que os soldados contratados eram *Muhajidin* - *guerreiros santos* (Entrevista 2 e 4, 2011). O termo é controverso no mundo islâmico e tem muitos significados - mas, no caso específico da Líbia, Gaddafi estabeleceu uma relação histórica com os soldados estrangeiros contratados pelo profeta Maomé no século VII, num momento em que ele precisava de ajuda militar. Nesta narrativa particular, os soldados privados não representam

---

<sup>25</sup> As maiores empresas norte-americanas que operavam na Líbia entre 1998 e 2009 foram, em ordem decrescente, Dyncorp, Azul Grupo Mountain e AirScan.



uma forma importada de governar - mas a remodelação de certos valores muçulmanos. Se em um primeiro momento os valores islâmicos foram apresentados como uma ferramenta de oposição as supostas estruturas ocidentais, na década de 1990 eles seriam utilizados em um processo de reorganização, em que as ideias neoliberais seriam apontadas como relacionadas, de alguma forma, com algumas características muçulmanas. As Empresas Militares Privadas chegaram a receber um lugar específico na parada militar anual em honra da revolução que levou Gaddafi ao poder – curiosamente na "fileira dos guerreiros santos". Falando em um destes eventos, em 2009, Gaddafi afirmou que

"[Eu sinto] uma grande alegria quando vejo nosso belo exército marchando nas ruas, lembrando nossas lutas revolucionárias (inaudível) Eu estou contente de ver que nós não nos esquecemos do nosso passado glorioso, temos o Islã como uma bandeira: reformamos nosso exército nos últimos anos, de acordo com os princípios da fé – abrimos mão de algumas questões, mas agora temos fronteiras mais seguras por causa disso "(fita 34, 2009)

Os arquivos deste período são extremamente escassos, especialmente ao se levar em conta a situação atual da violência na Líbia. Nas poucas entrevistas disponíveis, as declarações dos soldados contratados mostram um consenso que aponta que eles foram bem recebidas pelos setores públicos e governamentais. A governamentalidade neoliberal, ligada nesta perspectiva com os Estados Unidos e alguns países europeus, não foi implementada como um "pacote fechado", como grande parte da literatura sobre a Líbia aponta (St John, 2011, Vandewalle, 2012). Em vez de um período de "mãos abertas e os olhos fechados" (idem 2012: 109), temos um complexo processo de redefinição de valores e limitações - em uma rearticulação discursiva simbólica que engloba elementos externos e internos. Valores ocidentais, neste caso centrado em questões de governança da segurança, não encontrou na Líbia uma "tabula rasa" para ser implementada - mas passou por uma resistência multifacetada em um processo de profunda remodelação.

O discurso de Gaddafi acima aponta que certos princípios neoliberais, o que pode ser interpretado como "abrir mão", são imbuídos de valores relevantes para os atores locais. É interessante notar que a Líbia parecia entender que estava passando por um período de mudança nas estruturas de governança da segurança, onde uma análise mais centrada no Estado poderia descrever como uma adoção absoluta de "neoliberalismo ocidental", mas que pareceu ter sido feita de forma rearticulada, pelo menos discursivamente.

A presença de atores privados neste cenário não criou uma lógica em espiral, onde a governamentalidade neoliberal induziu a implementação de CSPs, que, por sua vez, reforçou esta lógica no campo. No cenário da Líbia, as narrativas sobre o Islã e o neoliberalismo foram reconfiguradas e incorporadas em movimentos contínuos, em um processo incesante de reformulação. Isso não significa, porém, que a Líbia foi vista, pelos grandes players internacionais, como um agente que estava adotando estruturas econômicas heterodoxas. Gaddafi se aproximou de presidentes como Silvio Berlusconi e Nicolas Sarkozy e, no relatório de 2005, o FMI "felicitava o país pelas reformas e exorta a continuar neste caminho".

Interessante apontar que tais ações de Gaddafi se aproximam das reflexões feitas no campo da antropologia do poder, especificadamente sobre o conceito de "indigenização da modernidade". Segundo Gray e Coates (2008: 15-8), o conceito de indigenização foi empregado pela primeira vez há quase quatro décadas pela antropologia, na tentativa de compreender como países em desenvolvimento desenvolveram ações sociais específicas ao invés de adotar práticas estrangeiras, principalmente para políticas de integração de grupos minoritários. Estas análises se preocupariam em observar a construção de um modelo que realmente estivesse baseado no contexto social, político e cultural local, em uma tentativa de proteção de práticas imperialistas transfiguradas de medidas de proteção. Contudo, como argumenta Ferguson (2005: 9) a maioria destas reflexões descrevem o processo de indigenização por uma lógica absoluta, como processo de resistência que extingue qualquer influência, pelo menos narrativamente, estrangeira. Esta teorização linear, continua o autor, pode facilmente gerar novos mecanismos de dominação, uma vez que o processo construído como endógeno pode aderir a estruturas culturais existentes que gerariam desigualdade. Desta forma, Ferguson (2005)

advoca por um processo de indigenização multidirecional, enfatizando os intercâmbios bilaterais entre países desenvolvidos e em desenvolvimento. Como Brydon (2011: 158) observa, tais fluxos combinam "conhecimentos locais e importados" para então ser aplicado endogenamente. Da mesma forma, Yip (2005) defende um modelo dinâmico que enfatiza um intercâmbio bilateral entre os países em termos de interação entre atores políticos e sociedades.

Nesta lógica interpretativa multidirecional, o conceito de "indigenização da modernidade", apontado por Salhins (1997), auxilia a compreender as práticas realizadas por Gaddafi. Afastando qualquer premissa de "perceber a verdade" destes processos - não julgando se são emancipatórios ou não - o autor define tal conceito como atores se apropriam de lógicas estrangeiras, as resignificando em novas mercadorias, relações, conhecimentos e significados (Idem, 1997:5).

[os atores locais] não se tornaram autômatos industriais. A síntese resultante da incorporação de elementos da modernidade em sua identidade gera algo novo. A transformação da identidade é resultado tanto do sentido que os locais atribuem a suas condições materiais alteradas como do sentido que as instituições do industrialismo cultural procuram lhes impor" (Alverson 1978:279-280 apud Salhins (1997)

## **8.6. Controle de migração por atores antropofágicos: tecnologia e obrigação religiosa**

Com estas premissas em mente, pode-se voltar para a atuação específica das Companhias Antropofágicas Privadas na Líbia. Como apontado, estas empresas, formadas no bojo da abertura comercial no país, combinavam tanto premissas neoliberais quanto considerações religiosas. Um episódio sugere que, para além desta reformulação simbólica, estas empresas tinham CASidades das agências e foram CASazes de influenciar o cenário político em que foram inseridas. Uma vez que, como mencionado, as CSPs estavam relacionados principalmente à segurança das fronteiras, em uma lógica

especial, para evitar a saída de migrantes provenientes da Líbia para a Europa, a sua influência foi centrada especificamente na seleção de "potenciais imigrantes" e no controle, já em alto mar, de embarcações com migrantes. Uma vez que a União Europeia se focou fortemente em políticas migratórias com o governo Gaddafi, inclusive com doações de equipamentos para controle de movimentações, a presença de tais companhias, no âmbito do processo de abertura, está também está fortemente ligada a este tema.

Nas últimas décadas, a imigração irregular da África para a Europa foi construída como um problema de segurança na Europa Ocidental (Huysmans 2000: 752). Esta tendência não só é ampliada pela mídia e por discursos públicos, mas também é traduzido em uma série de medidas políticas europeias para gerir a imigração. Com base na forma como a política de imigração da UE evoluiu entre 1999 e 2008, pode-se afirmar que consiste cada vez mais de medidas tecnológicas (Dijstelbloem et al 2011: 2). Seguindo Hayes e Vermeulen (2012), a tecnologia e os seus fornecedores desempenham um papel importante na política de imigração da UE. Por exemplo, em 2006, a Comissão Europeia para Migração publicou dois documentos estratégicos focados em políticas de vigilância, o "Comunicação sobre as prioridades políticas na luta contra a imigração irregular de Nacionais de Países Terceiros" e a "Proposta de Regulamento e Criação de equipes de intervenção rápida nas fronteiras". Dentro desta lógica, a prática de enquadrar tecnologias de vigilância como o instrumento mais adequado para "proteger" a Europa contra os fluxos de migrantes demonstra a tentativa de legitimar a implantação de novas tecnologias de vigilância para a gestão das fronteiras da UE. Este argumento está em linha com estudiosos como Buzan et al. (1998), Huysmans (2000), Buonfino (2004) e Duffield (2008) que afirmam que a securitização pode contribuir para a justificação das medidas de confinamento e controle dos fluxos de de imigração. A partir desta perspectiva, pode-se argumentar que a lógica da política de imigração da UE de segurança é usado para legitimar a crescente implantação da tecnologia de vigilância como uma prática para gerenciar fronteiras e fluxos de imigração.

Somam-se a essas questões que a migração, como elemento construído como ameaça, se amalgamou com o combate ao terrorismo, principalmente na Europa. Baker-Beall (2009) aponta que o nexos "o outro / migrante" foi

rapidamente assimilado por um discurso macrosecuritizante do terrorismo. Nessa lógica, o processo de construção de ameaças globais contra o Terror, apontado no capítulo 2, se materializa e é resignificado na União Europeia através dos programas de controle de fronteiras - com as consequências de emergência típicas desse processo. As CAS se enquadram dentro desse mecanismo, seja por serem narrativamente as detentoras dos elementos tecnológicos necessários para a averiguação dos migrantes ou mesmo por replicarem, como já discutido, semelhante lógica de exceção.

A migração na Europa, em especial o controle das fronteiras, é tratada no âmbito do caráter de 'proteção' da Estratégia Antiterrorista da UE. Este discurso contribui para a construção contínua dos controles nas fronteiras como uma das respostas mais adequadas para a ameaça terrorista. Centra-se em uma necessidade de reforçar a proteção das nossas fronteiras para tornar mais difícil para os terroristas entrarem ou operar dentro do continente. Ao mesmo tempo, reforça a ligação entre uma série de medidas destinadas ao controle de migrantes, principalmente ferramentas tecnológicas e a política antiterror (Idem, 2009:197)

Tal reforço em práticas de tecnologia e mecanismos construídos como instrumentais se aproximam da narrativa das companhias de segurança, pautadas, como supracitado, pela lógica neoliberal. Por se posicionarem no campo como as mais CASazes de empregar padrões modernos de controle de migração, formam-se novamente pressupostos de 'naturalidade' para seu emprego. No caso específico da Líbia, as CAS se centralizavam principalmente no controle de fronteiras, que será abordado em seguida, e em operações navais na costa do país. Pela relativa proximidade com a Europa, principalmente a Itália, além de extensa costa, migrantes tem usado a Líbia para tentar alcançar o velho continente. Apesar de não ser o percurso mais empregado, esta área foi construída, principalmente no imaginário europeu, como a ponta de lança de uma suposta "invasão árabe" (Huysmann, 2011). Nesta lógica, a companhia britânica Bluemountain, identificada aqui com as premissas antropofágicas, possuía cinco embarcações, entre 2008 e 2010,

patrulhando a costa da Líbia. Interessante apontar que as embarcações serviriam, nessa lógica, para supostamente conter um perigoso fluxo de migrantes rumo a Europa, apesar de atuarem dentro de território soberano líbio. Tal premissa indica um já comentado processo de securitização da migração, em que essas movimentações são interpretadas como uma ameaça, ao mesmo tempo em que as ferramentas solucionadoras se materializam através de formas militarizadas. A ênfase nas ferramentas tecnológicas, assim, galvaniza ainda a premissa de que as CAS são elementos instrumentais, apolíticos, até mesmo evitando críticas sobre tal posicionamento.

Por empregarem elementos tecnológicos de ponta, como potentes radares para a identificação de embarcações, as CSP reforçariam o estereótipo de que a questão da migração seriam mais uma questão de resolução técnica - auxiliando no processo que ignora as origens geopolíticas e econômicas dos processos migratórios. Apesar de não ser o objetivo da presente discussão estabelecer uma reflexão profunda sobre a constituição do migrante como um elemento de ameaça, é importante ter essas considerações em mente, uma vez que ela auxilia na galvanização do emprego das CSPs na Líbia. No caso específico do controle de pessoas desejando ir para a Europa, a fala do chefe da agência de migração da União Europeia (Frontex), em visita a Trípole, afirmou que

[A coordenação] de setores do governo [líbio] com profissionais da União Europeia, assim como os programas em conjunto com empresas parceiras, garantem que o Mediterrâneo seja um espaço de segurança e respeito aos Direitos Humanos (...) a parceria com companhias da Europa permite que este governo [Líbia] empregue as **tecnologias mais avançadas**, as **práticas mais inovadoras**, **com melhor custo relativo** (...) (Frontex, 2015, nosso grifo)

O uso das CAS na Líbia, assim, se enquadra dentro dos processo macrosecuritizante da Guerra ao Terror, pautado no intuito de lidar com ameaças desse tipo, resignificado dentro da política europeia de controle de fronteiras e migração. Isso não significa, contudo, que as Companhias

Antropofágicas de Segurança podem ser compreendidas como meros instrumentos, uma vez que suas ações, em campo, denota capacidades políticas que poderiam tanto ir contra o governo de Gaddafi quanto da própria UE.

Um exemplo de embates narrativos entre o lideranças do Velho Continente e as CAS se deu, em 2009, com discussões sobre a chegada de migrantes para a Líbia. Como já apontado, Gaddafi estabeleceu uma narrativa em que seu país seria o último bastião para uma "invasão" de árabes e africanos em direção a Europa. Apesar de tal discurso estar pautado em exageros - as políticas europeias convergiram para lidar com esse cenário apresentado. Em 2009, uma série de discursos do líder líbio demonstraram que as relações com a UE não estavam tão positivas, principalmente por embates sobre o controle das fronteiras terrestres do país. Conforme se consegue deduzir da fala do então ditador, os países europeus desejavam que Trípoli aumentasse o controle sobre a borda sul do país com o Níger e com o Chade. Gaddafi teria se ressentido do que considerou uma invasão da soberania líbia apesar de não ter feito maiores movimentações contra ou a favor dessas premissas.

As empresas que atuavam no país, principalmente a francesa EHC, ao que tudo indicam se aproximaram da análise de Gaddafi. Em dezembro de 2009, a companhia teve todo seu pessoal transferido da fronteira sul para a oeste, com a Argélia. A área era considerada valiosa pelas companhias na região, pelo aumento da presença de terroristas fundamentalistas e, por conseguinte, pelo acréscimo de fundos norte-americanos. A declaração no site da empresa sobre a mudança geográfica parece ser uma mensagem para a UE.

Em consonância com o governo da Líbia, [a EHC] resolveu realocar seus esforços da parte sul para a parte oeste do país. A região em que atuávamos está consolidada dentro dos objetivos anteriores de segurança e estabilidade, não havendo a necessidade da manutenção das operações (EHC, 2009).

## 8.7. Islamismo e construção de responsabilidades

Em escala menor, as CAS também atuavam em solo líbio, apesar das informações sobre esses casos não serem extensas. Em um caso relatado por todos os ex-contratantes entrevistados, bem como dois imigrantes sudaneses que estavam trabalhando no país, existiriam conflitos esporádicos entre funcionários do governo e elementos particulares responsáveis pelo controle de fronteira. O tema mais citado envolve a sugestão de que as CSPs estavam mais inclinadas a construir os imigrantes sudaneses como um elemento mais propensos a pedir refúgio na Europa. Os ex-soldados (Entrevistas 1 e 3, de 2011) descreveram tais pessoas como "suspeitas" e que só procuravam na Líbia "um caminho mais curto para a Europa". Nesta lógica, eles deveriam ser "melhor observados", preferencialmente com a criação de medidas específicas, como pontos exclusivos de controle. O discurso de justificativa dos empregados, imbuído da lógica financeira e preconceituosa, é muito significativo: a CSPs possuía "uma atitude mais profissional", ao "compreender os riscos inerentes ao negócio" (Contratado 26, 2012).

O governo não teria aprovado a sugestão, com documentos oficiais sendo enviados para pontos de emigração (Aviso de Controles Diários, 2012). Apesar da reprimenda, as "barreiras sudanesas" continuaram sendo estabelecidas, com postos de controle não-oficiais coordenados pelo CSPs. Os imigrantes sudaneses como "potenciais causadores de problemas", geralmente eram obrigados a passar por entrevistas mais longas ou mesmo dirigidos a centros de averiguação, fora dos aeroportos.

A relação das Companhias Militares Privadas com o governo norte-americano era grande, principalmente pelo interesse de Washington na migração ilegal para a Europa mas principalmente pela possível circulação de terroristas ligados a Al Qaeda. A Líbia teria importância estratégica não só pela proximidade com a Europa mas também por ser vizinha de países estratégicos para os EUA, como o Egito. Principalmente no âmbito da Guerra ao Terror, o governo Bush usou das CSPs como ferramentas para conter o avanço de supostos extremistas na região. Erik Prince, presidente da então Blackwater, que atuava com uma subsidiária em Trípoli, foi duas vezes à Comissão de Relações Exteriores do Senado norte-americano, em sessão secreta para



“informar sobre a situação de segurança do país (Washington Post, 2012). O tema ganhou notoriedade após a morte do embaixador norte-americano no país, em 2012, assassinado por fundamentalistas na cidade de Benghazi. Quem realizava a segurança do centro diplomático, naquele momento, era a empresa BlueMountain Group (NY Times, 2012).

Apesar de não ser o escopo dessa pesquisa analisar a motivação por trás da construção dos sudaneses como migrantes em potencial, é importante apontar que mesmo organizações humanitárias observavam a ação das CAS como técnicas e, em alguns momentos, respeitadoras dos Direitos Humanos. Em discurso de encerramento do Fórum Europeu para Governança Global de 2009, em Frankfurt, uma das diretoras do Comitê Internacional da Cruz Vermelha apontou que

O emprego de tecnologia avançada, principalmente para identificar barcos menores no Mediterrâneo, pode ser a peça que faltava para evitar a morte de migrantes ilegais [sic] (...) em alguns momentos os governos não querem mobilizar pessoal para isso e algumas organizações, grupos e empresas, desde que passem pelo devido escrutínio, podem auxiliar [nessa questão]. (Karenina, 2009) .

Novamente, a premissa tecnológica, tipicamente alocada com as CSP, reforça uma premissa apolítica do contexto migratório e das premissas securitárias para lidar com refugiados, por exemplo, como ameaças. Ao apontar que a tecnologia é o elemento que "faltava" para a solução do complexo, a fala ignora o contexto político da região, que podem ter provocado tais movimentações, assim como a responsabilidade da UE, ao militarizar suas fronteiras, na morte de tais migrantes.

Continuando na análise híbrida das Companhias Antropofágicas de Segurança, um segundo elemento que deve passar por reflexão é o processo de construção de tais agentes, na Líbia, através de uma narrativa religiosa. Tal lógica, materializada pelos discursos de Gaddafi, galvanizava suporte de atores locais e justificava a presença das empresas através de um complexo processo de indigenização. Importante ressaltar que esse processo de

hibridismo não foi institucionalizado, operando de maneira não-formal através da contratação de pessoal local para tais companhias e, em alguns registros, até mesmo na conversão de soldados estrangeiros para o islamismo. Não existia um aparato legal que concedesse o caráter sagrado para as companhias - mas sim uma articulação simbólica centrada em mensagens midiáticas e micropráticas interativas.

Gaddafi havia construído as CSP como *muhajidin* e estas atuavam em campo com vantagens simbólicas, como reconhecimento em paradas militares. No caso específico de controle de imigração, a perspectiva religiosa também servia para justificar a atividade de reconhecimento de potenciais inimigos, ao mesmo tempo em que invertia, pelo menos discursivamente, a lógica de proteção. Como apontado, as CAS na Líbia operavam em conluio com a política europeia e norte-americana para migrantes, atuando em uma premissa de contenção. Por outro lado, as análises e discursos de contratados da Bluemountain indicavam que a religião era operacionalizada para indicar que tais ações serviam, na verdade, ao povo líbio. Dessa forma, uma ação que era claramente restritiva a movimentação dos indivíduos em solo líbio era reconstruída como um processo de proteção dos mesmos.

Importante salientar que a presente pesquisa não pretende argumentar se a utilização de narrativas religiosas eram "verdadeiras", se os atores que as empregaram realmente acreditaram em tais premissas. Como supracitado, a premissa epistemológica apregoada pela Sociologia Política Internacional, e acompanhada aqui, indica pela reflexão das práticas e discursos dos atores pesquisados. Premissas discursivas da "verdade" ou "original" estão carregadas de articulações políticas, não acreditando-se que devam ser empregadas no presente contexto. Com esse ponto em mente, a fala de certos integrantes da CAS em questão auxiliam na construção do argumento do islamismo como reconfiguração da ação de restrição:

Todas ações feitas aqui são para a proteção da população. Quando averiguamos a ameaça de terroristas nas fronteiras, a população é a principal beneficiada. Todos esses barcos [aponta para as embarcações] estão aqui para que? Para proteger. O Alcorão já dizia que a mão do muhajidin carrega o escudo e é

irmã [da mão] que carrega a espada. Isso significa que nós protegemos enquanto agimos. É belo ver como somos parte disso (Contratado 5, italiano, 2013).

A fala apregoa que as ações efetuadas para controle de fronteiras estão na verdade relacionadas com a proteção contra supostos terroristas se galvaniza conforme é relacionada com a ação dos guerreiros sagrados. O emprego de medidas restritivas, como barreiras de embarcações navais ou controle de fronteiras ganha um caráter atemporal, na medida em que a narrativa conecta as ações do presente com práticas corânicas. A amálgama discursiva de proteção da população, controle de movimentação e práticas religiosas forma um cenário em que a ação das CAS são construídas como elemento endógeno e voltadas para o bem-estar da comunidade local. Essa linha argumentativa encontra eco na afirmação de outro contratado, reproduzida abaixo.

Existe uma responsabilidade em atuar aqui. Não estamos só protegendo a população, mas protegendo de acordo com os princípios de Maomé (...) A diferença está em que somos reconhecidos, eles [a população] sabe que estão em boas mãos, que os equipamentos, os barcos, as patrulhas, tudo foi pensando para que [a população] fiquem em segurança, não se machuquem (Contratado 12, 2013, norte-americano)

É complexo estabelecer considerações consolidadas sobre a maneira com que a população líbia, especialmente em Trípoli, lidou com as Companhias Antropofágicas de Segurança. Isso se dá, ainda, pela própria diferenciação líbia, esperando-se que, dependendo de quem está se analisando, as respostas podem variar consideravelmente. Nesse sentido, como forma de apresentar consequências da narrativa religiosas nas CAS, irá se analisar duas falas específicas de cidadãos líbios que lidavam com elas. Mais do que afirmar que se trata de um discurso homogêneo, o objetivo da análise está mais em apontar que a aceitação de tal amálgama não era simples

- mas passava por um processo de negociação por parte da população local. A primeira fala, de um oficial governamental líbio de controle de fronteira:

[as CAS] estão tentando ajudar e tem um monte de brinquedos que ninguém mais tem. Alguns deles se parecem mesmo com líbios agora, são muçulmanos. Mas **não há razão em acreditar só por que estão falando** que rezam. **O reconhecimento da fé se dá pelas ações no dia a dia**. Nós sabemos que é de verdade (Oficial1, 2013, nosso grifo).

A lógica religiosa, assim, precisaria ser legitimada não só pelos discursos de Gaddafi - mas também comprovada por ações em conjunto com os locais, de forma a garantir que o capital simbólico ligado a prática islâmica seja realmente enquadrado nas ações das CAS. A principal estratégia de membros de tais companhias para angariar apoio religioso estava não só na reafirmação da ligação com o "guerreiros sagrados" mas pela presença, nas sextas-feiras em madrassas e mesquistas<sup>26</sup> de Trípoli. As orações coletivas muçulmanas são normalmente precedidas de falas de lideranças locais ou mesmo da população, caso desejem informar algo que seja de interesse de todos. Durante a pesquisa de campo de 2013, observou-se por três vezes membros das CAS participando de tais momentos, centralizando suas articulações com o trabalho marítimo da empresa. Nessas narrativas, estavam presentes não só o pedido para que comunicassem as empresas casos em que houvesse planejamento de migração ilegal mas principalmente o reforço de que as ações de tais atores tinham como objetivo explícito de proteção do país. A fala de um contratado norte-americano em uma Mesquita, em um trôpego árabe, resume bem tal iniciativa:

Todos, como bons muçulmanos, sabem que terroristas tentam a todo custo entrar no nosso país. Eu não só peço que você avisem imediatamente qualquer tentativa de barcos clandestinos como qualquer outra atividade suspeita. Como bom muçulmano

---

<sup>26</sup> Sexta-feira é o dia sagrado para o Islã, quando normalmente as orações comunitárias são acompanhadas por mais pessoas. Mesquitas são os templos religiosos muçulmanos, enquanto que madrassas são centros de estudo da religião que também podem servir como mesquistas.

iremos agir para proteger a todos mas como bom muçulmanos  
você precisam nos informar (Contratado 7, 2013).

A combinação de membros externos - convertidos ou não - e locais possibilitava as CAS a atuarem como um agente híbrido, implementando tanto políticas que conseguem ser alocadas com objetivos da União Europeia quanto uma tentativa de construir suas ações como centralizadas no bem-estar endógeno. Dentro dessa lógica, as CSPs produziram diversos documentos durante este período, principalmente materiais de uso interno. Para esta pesquisa, dois documentos são especialmente relevantes para se compreender o papel das companhias no país: “Abordagem para áreas de trânsito”, em inglês, francês e árabe e “Sistemas de Migração na Líbia”, em inglês e árabe. Estes documentos são importantes para a análise uma vez que tais companhias foram mantidas na Líbia após a queda de Muammar Gaddafi. Mesmo tendo sido contratadas pelo ditador – e muitas terem lutado com ele durante a Guerra Civil – as duas maiores Companhias continuam atuando em todo território nacional. Uma das hipóteses para a curiosa manutenção de tais atores se deu pela falta de vontade política, após a queda do governo ditatorial, de manter soldados estrangeiros em solo líbio. Sendo assim, tais empresas se encontram em uma situação privilegiada: continuam mantendo uma boa imagem em relação a população, ao mesmo tempo que adquirem os dispositivos simbólicos de atuação em relação ao Ocidente. A política de migração na Líbia, agora atuando também na contenção de potenciais terroristas que teriam se abrigado no país após a queda de Gaddafi, se manteve nos anos de 2011 e 2012 com as Companhias Militares Privadas. Sendo assim, é de se supor que tal capacidade de agência política permaneça.

## **8.8 Previsão Maquiavelianas e análises em aberto**

As relações políticas entre os Estados Unidos e a Líbia, no pós-Guerra Fria, são bem ilustradas ao se analisar o emprego expressivo de CSP norte-americanas no país. Por um lado, para o país árabe, a abertura do seu mercado para empresas ocidentais serviu de mote probatório para sua aproximação com as demais potências, estabelecendo as bases das relações,

sempre permeadas por subsídios econômicos e financeiros. Os Estados Unidos, por sua vez, obtiveram ganhos políticos e econômicos expressivos. Segundo a revista *The Economist* (2010), para cada dez dólares ganhos na Líbia “pós-descongelamento” com o Ocidente, sete foram para companhias norte-americanas, muita delas vendendo serviços militares. Além disso, Gaddafi se mostrou aliado disposto na “Guerra ao Terror” e como elemento de contenção de supostos extremistas da região, além do já citado obstáculo para imigrantes ilegais.

Os EUA obtiveram outro importante benefício, também ligada às Companhias Militares Privadas, vinculado a um alerta que, em 1513, o florentino Niccolò Machiavelli já apontava. O pensador advertia aos líderes feudais sobre os riscos da utilização de mercenários, descrevendo-os como aliados perigosos e afirmando que o governante que tem o seu reino apoiado por estas tropas jamais estará seguro. O alerta se adequou de forma bastante clara para o governo de Muammar al-Gaddafi.

Em julho de 2011, com as tensões decorrentes da chamada “Primavera Árabe”, disputas intestinas presentes na Líbia há certo tempo se acirraram, desembocando em uma guerra civil entre dissidentes do governo e forças leais ao ditador. O impasse entre as tropas, além do aumento exponencial de mortes civis, foram empregadas como justificativas para a resolução 1973 do Conselho de Segurança das Nações Unidas. O documento exigia que a “comunidade internacional” tomasse todas as medidas necessárias para o encerramento da morte de não combatentes, o que levou inicialmente à criação de uma Zona de Exclusão Aérea no país, passando após algumas semanas para suporte aéreo direto. Em 23 de agosto do mesmo ano, Gaddafi foi encontrado e assassinado pelos rebeldes, marcando oficialmente o fim do conflito.

Um dos pontos ainda pouco abordados é justamente o papel das Companhias Militares Privadas durante o confronto. Apesar da função devotada dos guarda-costas norte-americanos de Gaddafi, as análises sobre o desempenho de soldados contratados que compunham grande parte das forças leais ao governo ainda não é claro. No supracitado relatório de especialistas das Nações Unidas, há menos de dois parágrafos sobre o ocorrido, até mesmo pela proximidade temporal. Contudo, os pontos citados abarcam que funcionários das CSP se negaram a combater ao lado de

Gaddafi, abandonando os postos e deixando o já frágil exército sem pontos nevrálgicos de apoio. Em conversas telefônicas reveladas pela rede Al Jazeera, Gaddafi e seu filho chamam os soldados contratados de “mercenários” e “cães traidores”, indicando ainda que eles teriam repassado informações sigilosas aos Estados Unidos antes de fugirem.

## **Conclusão**

A formação de Companhias Antropofágicas de Segurança na Líbia se deu através de um complexo mecanismo narrativo. Como apontado, Muammar Gaddafi encontrou na adoção de medidas neoliberais a ferramenta para retomar relações com países Ocidentais e ser enquadrado novamente como um ator internacional legítimo. Contudo, diferente do que a literatura tradicional aponta, a adoção de medidas de liberação econômica na Líbia não resultou em um processo de "tabula rasa" por parte das lideranças deste país, mas significou um sofisticada narrativa de indigenização de práticas exógenas. No caso das companhias analisadas, elas foram enquadradas como elementos islâmicos, guerreiros sagrados, que atuavam no país seguindo preceitos corânicos. Dentro dessa análise, sua utilização no controle de migração e na governança das fronteiras não significa o transbordamento de políticas europeias em território líbio e sim, pelo menos discursivamente, na proteção da população local.

A combinação de características internas, diferente do caso do Afeganistão, abordado anteriormente, se deu através de premissas islâmicas, reforçando um capital simbólico que autorizava, por exemplo, tais companhias a participarem de espaços específicos, onde negociavam com a população ações de convencimento e pertencimento. Importante para a presente discussão, além disso, é reforçar como o discurso neoliberal não foi obliterado pela adoção de tais medidas, mas continua presente na fala de atores distintos, como membros de grupos humanitários ou executivos do Velho Continente. A indicação, além disso, de que as CAS criaram elementos próprios de identificação de potenciais migrantes mais perigosos, os sudaneses, reforça a características de atores políticos das empresas.

Por fim, importante ressaltar que a análise do emprego das Companhias Antropofágicas de Segurança na Líbia respalda as afirmações da Sociologia Política Internacional, baseadas fortemente nas reflexões de Foucault e Bourdieu. Ao se pesquisar a implementação de atores em uma escala micro, na Líbia, expande-se a compreensão de fenômenos mais macro, como a implementação do neoliberalismo no país. Diferente do que abordado pela literatura clássica sobre o governo de Muammar Gaddafi, este governo teve capacidade de influenciar quando e de que maneira as medidas de liberalização econômica foram adotadas no país. Ao articular a agência das companhias de segurança privada, retomou-se a percepção de agência dos atores governamentais.



## Considerações finais

O filósofo palestino Edward Said ganhou relevância internacional especialmente ao apresentar a tese do “Orientalismo”, no livro homônimo de 1978. Baseado em premissas da psicanálise, o autor indica que o Ocidente criou a figura do “Outro” dentro do Oriente, descrevendo com os pontos opostos nos quais os países ocidentais queriam ser identificados. Assim, o oriental misturaria características como bárbaro, exótico e incivilizado, binário avesso da racionalidade de Paris, Washington ou Berlim.

Apesar de ser um marco nos trabalhos pós-coloniais, Said é criticado por uma série de pensadores do Sul Global, como Spivak (1992) e Bhaba (1999), que apontam que o palestino acaba por ignorar uma possível agência do “Oriente” em se reinventar ou bloquear as formatações impostas pelo Norte. Longe de tentar criar narrativas de “Bem contra o Mal”, a expansão dos trabalhos de Said deveriam levar em consideração que atores considerados menores, subalternos, tem capacidade de resignificar seus modelos de dominação e inventar novas narrativas.

Este não é um trabalho explicitamente de perspectiva pós-colonial – mas, de certa forma, ele é baseado na premissa de que atores interpretados pelas teorias tradicionais das Relações Internacionais possuem capacidades de efetivamente modificar a realidade em que estão inseridos. Mais importante, ressaltamos que a própria dinâmica de quem está “dentro” ou “fora” dos círculos de poder é passível de mudança e de transformação, com o próprio conceito de poder sendo explicitamente mutável.

Dentro dessa prerrogativa, a compreensão da influência das Companhias Antropofágicas de Segurança dentro dos cenários analisados possibilita a construção de novos registros da entrada de agentes no Sul Global. As capacidades, principalmente as simbólicas, só podem ser reconhecidas através da amálgama de uma série de dispositivos.

A primeira consideração é a de que as narrativas de exceção galvanizadas no pós-Guerra Fria tiveram um impacto considerável no fortalecimento de agentes vistos como privados no cenário internacional. Uma vez que os Estados Unidos são os principais patrocinadores para o emprego

de CSP, os discursos de emergência de Washington reverberam por todo o globo. Esses atos de fala estabelecem que o país está em guerra contra um inimigo etéreo, sem bases fixas e desrespeitador de qualquer tipo de aparato legal, autorizando, como nos mostra as reflexões da Escola de Copenhague, medidas emergenciais para lidar com a questão. É dentro desse cenário em que as Companhias de Segurança Privada operam, se aproveitando da suspensão discursiva das normas para atuar de maneira menos controlada. Para os Estados, como demonstrado, ter um ator com menos constrangimentos jurídicos e consequências políticas dos atos se transforma em uma estratégia importante.

As discussões sobre o emprego moderno de Companhias Privadas de Segurança ressaltam uma série de discussões sobre o uso de ferramentas de violência dentro do cenário internacional contemporâneo. A literatura tradicional sobre o tema resalta grandes movimentações que tais atores trariam para a arquitetura global, como uma suposta erosão do monopólio estatal do uso da força e a perda da capacidade de agentes estatais, públicos, para atores privados. Conforme mostrou-se nesse capítulo, existe uma expressiva dificuldade em se definir, a priori, tais CSP, com variações de nomenclatura, tipologia e capacidades nas áreas de conflito. Longe de tentar apresentar uma tipologia absoluta, demonstrou-se que denominar tais empresas como "mercenários" ou meros "auxiliares de conflitos" é essencialmente um ato político, carregado, normalmente, de intenções, valores e tentativas de construções. Ressaltamos, contudo, que o termo Companhias Privadas de Segurança se aproxima mais do que se espera da presente pesquisa - não nos ausentando, contudo, de admitir que tal escolha é subjetiva.

Partindo desse pressuposto, apontamos que o monopólio estatal do uso da força se trata mais de uma alegoria política do que propriamente uma prática efetiva dentro do contexto internacional. A narrativa de construção de um Estado com capacidade de ser o único a empregar a violência - em última análise condensada em princípios de soberania - se baseia mais em expectativas e processos de legitimidade, afastada de considerações absolutas e binárias. Ainda dentro dessa narrativa, acreditamos que as indicações de campos de "público" e "privado" também parte de pressupostos construídos, variantes temporalmente e espacialmente. Dentro dessa lógica, a emergência

de atores interpretados como "particulares" atuando em espaços vistos como exclusivos do Estado não indicam, necessariamente, uma erosão dos agentes estatais. Dentro da perspectiva aqui empregada, trata-se de um processo de resignificação de tais atribuições, típicas da modernidade, que muitas vezes são realocadas com ativa participação do próprio Estado.

O crescente mercado de segurança privada e serviços militares é o resultado de uma série de fatores complexos e interrelacionais - as mudanças estruturas após o final da Guerra Fria, a aceleração da globalização e o crescente número de conflitos armados internos que por sua vez criaram uma demanda crescente por serviços de segurança. Para isto deve ser adicionado um conjunto crescente de "novos" problemas de segurança e fontes de insegurança - especialmente após os ataques de 11 de Setembro de 2001, que explicitaram dimensões de ameaça em que as estruturas e organizações Estatais eram percebidas como pouco eficazes. Ao mesmo tempo, o desmantelamento das estruturas da Guerra Fria deixou um grande número de militares desempregados, criando assim uma oferta de profissionais a ser explorado pelo setor privado. Finalmente, a propagação global da lógica de privatização, indica que os Estados tem procurado soluções de mercado para uma gama crescente de serviços e atividades, incluindo os relacionados a segurança.

O emprego de Companhias de Segurança Privada é analisado, dentro da literatura tradicional das Relações Internacionais, dentro de uma perspectiva extremamente Estado-cêntrica. Focado nas alterações que tais atores provocariam no conceito de soberania ou nas articulações entre pública e privado, mesmo reflexões mais críticas tendem a ignorar tais atores como agentes políticos. Essa articulação apolítica, instrumental, possui consequências não só na produção de políticas para lidar com tais empresas mas, principalmente, no ferramental analítico empregado para analisá-las e compreender suas ações o empregar-se um arcabouço de análise permeado por reflexões da chamada Sociologia Política Internacional, principalmente suas considerações sobre poder como elemento fluido e as múltiplas variações de atores de segurança em um campo simbólico, abrem-se múltiplos espaços. A possibilidade de compreender as companhias dentro de uma dinâmica de poderes subjetivos permite não só incluir tais atores como elementos

importantes dentro dos conflitos contemporâneos como, com a combinação de reflexões de trabalho de campo, construímos uma taxonomia inédita de tais grupos.

Foi dentro dessas interlocuções que propusemos o termo “Companhias Antropofágicas de Segurança” para definir as CSP que articulam premissas endógenas de onde atuam para rearticular capitais simbólicas e ganharam relevância nos cenários conflitivos analisados. Porém, mais do que uma mera combinação utilitarista de valores internos e externos, a aglomeração de indivíduos e significados distintos acabam com conceber um grau de agência e de capacidade de moldar os cenários ainda não registrado pela literatura. Além disso, esses atores acabam por ganhar relativo grau de autonomia e interseção entre distintos *players* nos dois países.

A possibilidade de pesquisa de campo possibilitou, na Líbia, compreender que a história do país - desde a revolução que colocou Muamar Gaddafi no poder – está intimamente ligada com a contratação de mercenários e agentes privados de segurança. Empregando pela primeira vez discursos de Gaddafi, demonstrou-se que a utilização dessas companhias passou por modificações importantes desde a década de 1970. Mais importante, a legitimidade desses agentes passou por transformações profundas ao longo do tempo, tanto por questões estruturais quanto internas.

Interessante notar que apesar do foco da pesquisa ser tais grupos, a reflexão sobre a implementação de premissas neoliberais na Líbia acabou por desconstruir a narrativa tradicional, que apontava que o governo Gaddafi havia adotado tais práticas “sem controle”, dentro de um processo de derrota para o Ocidente. Como demonstramos, o processo foi mais complexo do que tradicionalmente apontado, com o ditador realocando discursos e reconstruindo, internamente, que a adoção de mecanismos de retirada do Estado foram escolhas próprias.

Ainda na Líbia, demonstramos que as CAS conseguiram estabelecer um processo de aglutinação de narrativas construídas previamente por Gaddafi com os valores neoliberais que tradicionalmente às CSP acabam por adotar. Esse hibridismo fez com que as companhias obtivesse reconhecimento tanto de forças internas do país quanto de externas, notadamente a União Europeia. Tal questão auxilia na compreensão de por que tais grupos se consolidaram

como um dos determinantes para controle de fronteiras e de migração entre o norte da África e a Europa.

No caso do Afeganistão, a pesquisa de campo e a análise de relatórios demonstrou que a formatação de grupos híbridos, antropofágicos, acabou por ter consequências ainda mais diretas para os Estados Unidos. Uma vez que as organizações identificadas estabeleceram vínculos diretos com soldados locais e acabaram por atuar como “gatekeepers” de informação e de produção de inteligência. No caso específico analisado, o processo de desminagem em Kandahar, reparou-se como a movimentação dupla – conhecimento de terreno local e práticas neoliberais – se amalgamaram para formar uma estratégia que, naquele momento, soava como irresistível e inevitável, colocando o grupo no topo da hierarquia para esse tipo de missão.

Essas contestações finais reforçam as considerações apontadas no início desse trabalho: a produção de material de Segurança Internacional se beneficia enormemente do trabalho de campo etnográfico, assim como na análise de documentos inéditos. Não afirmamos que todo pesquisador das Relações Internacionais deva passar meses em campos de conflito, como foi feito aqui, mas na adoção de epistemologias que expandam o número de vozes e desconstruam sentidos comuns.

## Referências Bibliográficas

Abrahamsen, Rita e Michael C. Williams. **Security beyond the State: Private Security in International Politics**. Cambridge University Press, 2010

Agamben, Giorgio. **Remnants of Auschwitz: The Witness and the Archive**. New York: Zone Books, 1999.

Agamben, Giorgio. **Homo Sacer: Sovereign Power and Bare Life**. Trans. Daniel Heller-Roazen. Stanford: Stanford UP, 1998.

Arendt, Hannah. **The Human Condition**. 2nd Edition. Chicago: U Chicago P, 1998.

Armed Forces, 2004

Arnold, Guy. **Mercenaries: The Scourge of the Third World**. Macmillan, 1999

Avant, Deborah D. **The Privatization of Security: Lessons from Iraq**. Orbis, Foreign Policy Research Institute, 2006

Avant, Deborah. **The Market for Force: The Consequences of Privatizing Security**. Cambridge University Press, 2005.

Baker-Beall, Cristopher . **The Discursive Construction of EU Counter-Terrorism Policy: Writing the ‘Migrant Other’, Securitisation and Control**. Journal of Contemporary European Research. 2009

Bandura, Albert. **Moral Disengagement in the Perpetration of Inhumanities**. Personality and Social Psychology Review, 1999

Bartelson, Jens. **A Genealogy of Sovereignty**. Cambridge University Press, 1995

Behnke, Andreas. **Terrorising the Political: 9/11 Within the Context of the Globalisation** in Walter Benjamin: Selected Writings, Vol. 1 1913–1926, editado por Marcus Bullock, and Michael Jennings. Cambridge, MA: The Belknap Press of 2004.

Best, Geoffrey. **Humanity in Warfare: The Modern History of the International Law of Armed Conflicts**. Methuen, 1983.

Brooks, Doug, **Messiahs or Mercenaries? The Future of International Private Military Services**. International Peacekeeping, 2000.

Cap, Piotr. **Proximization: A Methodological Account of Legitimization Strategies in the Post-9/11 US Political Discourse**. Topics in Linguistics, 2007.

Caparini, Marina. **Regulating private military and security companies: The US approach** in Alexandra, Andrew; Baker, Deane-Peter and Marina Caparini (eds.), *Private Military and Security Companies: Ethics, policies and civil-military relations*. Routledge, 2008.

Chesterman, Simon e Lehnardt, Chia (eds.). **From Mercenaries to Market: The Rise and Regulation of Private Military Companies**. Oxford University Press, 2007.

Chomsky, Noam. **Interventions**. San Francisco: City Lights Books, 2007

Cilliers, Jackie & Cornwell, Richard Cornwell. **Africa: From the Privatisation of Security to the Privatisation of War?** in Cilliers, Jakkie and Peggy Mason (eds.), *Peace, profit or plunder?: The privatisation of security in war-torn African societies*. Halfway House, 1999

Donahue, John D. **The Privatization Decision: Public Ends, Private Means**. Basic Books, 1989

Duffield, Mark. **Global Governance and the new Wars: The Merging of Development and Security**. Zed Books, 2001.

Edkins, Jenny. **Trauma and the Memory of Politics**. Cambridge, UK: Cambridge UP, 2003

Edwards, Jason A. **Defining the Enemy for the Post-Cold War World: Bill Clinton's Foreign Policy Discourse in Somalia and Haiti**. *International Journal of Communication*, 2008

Feith, D. J. **Inside the Pentagon at the Dawn of the War on Terrorism**. HarperCollins, 2008

Ferguson. K. **Beyond Indigenization and Reconceptualization: Towards a Global, Multidirectional Model of Technology Transfer**. *International Social Worl*, 2005

Froelich, I. V. **A política externa americana e seus críticos**. *Revista Brasileira de Ciência Política*, 2005

Giddens, Anthony. **The Nation-State and Violence: Volume Two of A Contemporary Critique of Historical Materialism**. University of California Press, 1987.

Gillard, Emanuela-Chiara. **Business goes to war: private military/security companies and international humanitarian law.** International Review of the Red Cross, 2006

Hansen, L. **Security as Practice: Discourse Analysis and the Bosnian War.** Routledge, 2006

Hardt, Michael e Negri, Antonio. **Empire.** Harvard UP, 2000

Haslam, Nick. **Dehumanization: An Integrative Review.** Personality and Social Psychology Review, 2006

Held, David. **Models of Democracy.** Polity Press, 2006.

Held, David; McGrew, Anthony; Goldblatt, David & Jonathan Perraton,. **Global Transformations: Politics, Economics and Culture.** Polity Press, 1999.

Hobbes, Thomas . **Leviathan.** Tuck R., 2004 [1661]

Holmqvist, Caroline. **Private Security Companies: The Case for Regulation.** SIPRI Policy Paper N. 9, 2005.

Howard, Michael. **The Invention of Peace and the Reinvention of War.** Profile Books, 2002

Huntington, S. P. **The Clash of Civilizations and the Remaking of World Order.** Simon & Schuster, 2011.

Huysmans, J. **The Jargon of Exception—On Schmitt, Agamben and the Absence of Political Society.** International Political Sociology, 2008

Kaldor, Mary, **New & Old Wars: Organized Violence in a Global Era.** Blackwell Publishers, 1998

Katia Genel, **The Question of Biopower: Foucault and Agamben.** Rethinking Marxism: A Journal of Economics, Culture & Society, 2006

Kaufman, C. **Threat Inflation and the Failure of the Marketplace of Ideas**  
**The**

Kinsey, Christopher. **Problematising the Role of Private Security Companies in Small Wars.** Small Wars and Insurgencies, 2007

Kinseym, C. **Corporate Soldiers and International Security: The Rise of Private Military Companies.** Routledge, 2006.

Krebs, Ronald R. e Lobasz, Jennifer. **The Sound of Silence: Rhetorical Coercion, Democratic Acquiescence, and the Iraq War.** In American Foreign Policy and The Politics of Fear: Threat Inflation since 9/11. Ed. A. Trevor Thrall e Jane K. Cramer. Routledge, 2009.



Mandel, Robert. **Armies without States: The Privatization of Security**. Lynne McCormick, J. **Carl Schmitt's Critique of Liberalism – Against Politics as Technology**. Cambridge UP, 1997.

Mehlum, Halvor; Moene, Karl Ove e Torvik, Ragnar Torvik. **Plunder & Protection Inc.** Journal of Peace Research, 2002

Mockler, Anthony, **The New Mercenaries: The History of the Hired Soldier from the Congo to the Seychelles**. Paragon House Publishers, 1987

Münkler, Herfried. **The New Wars**. Polity Press, 2005.

Musah, Abdel-Fatau e J. 'Kayode Fayemi (eds.). **Mercenaries: An African Nossal, Kim Richard. Global Governance and National Interests: The Regulation of Transnational Security Corporations in the Post-Cold War Era**. Melbourne Journal of International Law, 2001

O'Brien, Kevin. **What should and what should not be regulated?** In Chesterman, Simon and Chia Lehnardt From Mercenaries to Market: The Rise and Regulation of Private Military Companies. Oxford University Press, 2007.

Percy, Sarah. **Mercenaries: The History of a Norm in International Relations**. Oxford University Press, 2007.

Percy, Sarah. **Morality and Regulation** in Chesterman, Simon e Chia Lehnardt (eds.), From Mercenaries to Market: The Rise and Regulation of Private Military Companies. Oxford University Press, 2007b

Resende, E.S.A. **Americanidade, Puritanismo E Política Externa: A (re)produção Da Ideologia Puritana E a Construção Da Identidade Nacional Nas Práticas Discursivas De Política Externa Norte-americana**. Ed Faperj, 2013.

Rossiter, Clinton. **Constitutional Dictatorship: Crisis Government in the Modern Democracies**, Rossiter Press, 2007

Sahlins, Marshall. **O “pessiomismo sentimental” e a experiência etnográfica: por que a cultura não é um “objeto” em via de extinção**. Mana, 1997.

Sassen, Saskia. **Territory, Authority, Rights: From Medieval to Global Assemblages**. Princeton University Press, 2006.

Scahill, Jeremy. **Blackwater: The Rise of the World's Most Powerful Mercenary Army**. Nation Books, 2007

Scheuerman, William. **Carl Schmitt and the Nazis**. German Politics and Society, Berghhan Books, 1991

Schmitt, Carl. **Political Romanticism**. Cambridge: MIT Press. 1986 [1925]

Schmitt, Carl. **Political Theology. Four Chapters on the Concept of Sovereignty**. MIT Press, 1985 [1922].

Schmitt, Carl. **The Concept of the Political**. University of Chicago Press, 1996a [1932]

Schmitt, Carl. **The Crisis of Parliamentary Democracy**. MIT Press, 1985b [1923

]

Schwab, George . **Carl Schmitt Hysteria in the US: The Case of Bill Scheuerman**. Telo Press, 1992

Sellars, Kirsten. **Old dogs of war learn new tricks**. New Statesman, 1997

Sheare, David. **Private Armies and Military Intervention**. Adelphi Papers for International Institute for Strategic Studies, , 1998.

Singer, Peter. **Can't Win With 'Em, Can't Go To War Without 'Em: Private Military Contractors and Counterinsurgency**. Brookings Policy paper N. 4, 2007.

Singer, Peter. **The Private Military Industry in Iraq: What We Have Learned and Where to Go Next?** Geneva Centre for the Democratic Control of Armed Forces, 2004

Slanky, David. **Private Police and Democracy**. American Criminal Law Review, 2006

Spicer, Tim. **The Private Company in Modern Conflict**. Discurso na Conferência Rules of Engagement, Kings College, 2006.

Thomson, Janice. **State Sovereignty in International Relations**. International Studies Quarterly, 1995

Tilly, Charles. **Coercion, Capital and European States: AD 990-1992**. Blackwell: Malden. 1992

Tilly, Charles. **The Politics of Collective Violence**. Cambridge University Press, 2003.

Wakefield, Alison. **Selling Security: The Private Policing of Public Space**. Willan Publisher, 2003.

Walker, R.B.J. **Inside/Outside: International Relations as Political Theory**. Cambridge University Press, 1993

Weber, Max. **Politics as a Vocation**. Hackett Publishing, 2004 [1919]

Zarate, Juan Carlos. **The Emergence of a New Dog of War: Private International Security Companies**. Stanford Journal of International Law, 1998

Žižek, Slavoj. **Welcome to the Desert of the Real!: Five Essays on 11 September and Related Dates**. Verso, 2002.

#### **Discursos norte-americanos.**

Bush, George W. "Address to the Nation." Speech. Bush 2001h. Washington, DC. Presidentialrhetoric.com. 20 Sept. 2001. Web. 11 Mar. 2013. <<http://www.presidentialrhetoric.com/speeches/09.20.01.html>>.

Bush, George W. "Address to the United Nations." Speech. Bush 2003i. New York, NY. 23 Sept. 2003. Presidentialrhetoric.com. Web. 11 Mar. 2013. <<http://presidentialrhetoric.com/speeches/9.23.03.html>>.

Bush, George W. "American Enterprise Institute (The Future of Iraq)." Speech. Bush 2003b. Washington, DC. 26 Feb. 2003. Presidentialrhetoric.com. Web. 11 Mar. 2013. <<http://www.presidentialrhetoric.com/speeches/02.26.03.html>>.

Bush, George W. "At O'Hare, President Says 'Get On Board'" Speech. Bush 2001i. Chicago, IL. 27 Sept. 2001. White House Archives. Web. 15 Mar. 2013. <<http://www.georgewbush-whitehouse.archives.gov/news/releases/2001/09/print/20010927-1.html>>

Bush, George W. "Commencement Address at the United States Military Academy at West Point." Speech. Bush 2002b. West Point, NY. 1 June 2002. Presidentialrhetoric.com. Web. 11 Mar. 2013. <<http://www.presidentialrhetoric.com/speeches/06.01.02.html>>.

Bush, George W. "End of Major Combat in Iraq." Speech. Bush 2003f. San Diego, CA. 1 May 2003. Presidentialrhetoric.com. Web. 11 Mar. 2013. <<http://www.presidentialrhetoric.com/speeches/05.01.03.html>>.

Bush, George W. "Full Text of President Bush's Public Remarks during a Cabinet Meeting Wednesday." Speech. Bush 2001b. PBS, 12 Sept. 2001. Web. 12 Apr. 2013. <[http://www.pbs.org/newshour/updates/terrorism/july-dec01/bush\\_speech\\_9-12.html?print](http://www.pbs.org/newshour/updates/terrorism/july-dec01/bush_speech_9-12.html?print)>.

Bush, George W. "Homeland Security Act." Speech. Bush 2002i. Washington, DC. 25 Nov. 2002. Presidentialrhetoric.com. Web. 11 Mar. 2013. <<http://www.presidentialrhetoric.com/speeches/11.25.02.html>>.  
Bush, George W. "Message to Saddam." Speech. Bush 2003c. Washington DC. 17 Mar. 2003. Presidentialrhetoric.com. Web. 11 Mar. 2013. <<http://www.presidentialrhetoric.com/speeches/03.17.03.html>>.

Bush, George W. "President Bush." Speech. Bush 2001f. 17 Sept. 2001. PBS Newshour. PBS, 17 Sept. 2001. Web. 11 Mar. 2013. <[http://www.pbs.org/newshour/updates/terrorism/july-dec01/bush\\_speech\\_9-17.html](http://www.pbs.org/newshour/updates/terrorism/july-dec01/bush_speech_9-17.html)>.

Bush, George W. "President Bush's News Conference." Speech. Bush 2006a. Washington, DC. The New York Times, 15 Sept. 2006. Web. 16 Apr. 2013. <[http://www.nytimes.com/2006/09/15/washington/15bush\\_transcript.html?page\\_wanted=all](http://www.nytimes.com/2006/09/15/washington/15bush_transcript.html?page_wanted=all)>.

Bush, George W. "President George W. Bush's Press Conference on 11 October 2001." Speech. Bush 2001i. 11 Oct. 2001. Johnstons Archive, 11 Oct. 2001. Web. 15 Mar. 2013. <<http://www.johnstonsarchive.net/terrorism/bush911e.html>>.

Bush, George W. "President Rallies Troops at Travis Air Force Base." Speech. Bush 2001m. California, Travis Air Force Base. 17 Oct. 2001. White House Archives. Web. 15 Mar. 2013. <<http://georgewbush-whitehouse.archives.gov/news/releases/2001/10/20011017-20.html>>.

Bush, George W. "President Signs Anti-Terrorism Bill." Speech. Bush 2001n. The East Room, Washington, DC. 26 Oct. 2001. U.S. Department of State. Web. 15 Mar. 2013. <<http://2001-2009.stae.gov/s/ct/rls/rm/2001/5760.htm>>.

Bush, George W. "President Signs Authorization for Use of Military Force Bill." Speech. Bush 2001g. Washington, DC. 18 Sept. 2001. White House Archives. Web. 15 Mar. 2013. <<http://georgewbush-whitehouse.archives.gov/news/releases/2001/09/print/20010918-10.html>>.

Bush, George W. "President: The World Will Always Remember September 11." Speech. Bush 2001o. Washington, DC. 11 Dec. 2001. White House Archives. Web. 15 Mar. 2013. <<http://georgewbush-whitehouse.archives.gov/news/releases/2001/12/print/20011211-1.html>>.

Bush, George W. "Presidential Address to the Nation." Speech. Bush 2001k. Washington, DC. 7 Oct. 2001. White House Archives. Web. 15 Mar. 2013. <<http://georgewbush-whitehouse.archives.gov/news/releases/2001/10/20011007-8.html>>.

Bush, George W. "Presidential Comments." Speech. Bush 2001c. 13 Sept. 2001. PBS Newshour. PBS, 13 Sept. 2001. Web. 15 Mar. 2013. <[http://www.pbs.org/newshour/bb/white\\_house/july-dec01/bush\\_comments\\_9-13.html?print](http://www.pbs.org/newshour/bb/white_house/july-dec01/bush_comments_9-13.html?print)>.

Bush, George W. "President's Remarks to the Nation." Speech. Bush 2002c. Washington, DC. 11 Sept. 2002. White House Archives. Web. 15 Mar. 2013. <<http://georgewbush-whitehouse.archives.gov/news/releases/2002/09/print/20020911-3.html>>. Bush, George W. "Progress in Afghanistan and Iraq." Speech. Bush 2003g. Washington, DC. 1 July 2003. Presidentialrhetoric.com. Web. 11 Mar. 2013. <<http://www.presidentialrhetoric.com/speeches/07.01.03.html>>.

Bush, George W. "Radio Address of the President to the Nation." Speech. Bush 2001d. Washington, DC. 15 Sept. 2001. White House Archives. Web. 15 Mar. 2013. <<http://georgewbush-whitehouse.archives.gov/news/releases/2001/09/print/20010915.html>>.

Bush, George W. "Remarks at MacDill Air Force Base." Speech. Bush 2003e. Tampa, FL. 26 Mar. 2003. Presidentialrhetoric.com. Web. 11 Mar. 2013. <<http://www.presidentialrhetoric.com/speeches/03.26.03.html>>.

### **Discursos de Muammar Gaddafi**

Como apontado na introdução, uma série de falas de Gaddafi foram empregadas como base para parte dos argumentos deste trabalho. Assinalamos aqui o material citado diretamente. Todo o material está disponível atualmente [novembro de 2015] no Center for Global Studies da Universidade de Santa Bárbara e, a partir de julho de 2016, também no Programa San Tiago Dantas.

Gaddafi, Muammar. **Discurso para a Assembléia Revolucionária pelo dia de resistência.** Fita 19, 2005 (12min44 seg)

Gaddafi, Muammar. **Discurso em cadeia nacional televisiva pela vitória do profeta em Rajj.** Fita 12, 2001 (02min01seg)

Gaddafi, Muammar. **Discurso para a rádio nacional .** Fita 05, 1998 (04min03seg)

Gaddafi, Muammar. **Discurso em cadeia nacional.** Fita 34, 2009 (27min33seg)